O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 17 de FEVEREIRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46874
estadão.com.br

Novo desastre na serra fluminense __A17 a A20

Maior chuva em 90 anos e descaso reeditam tragédia em Petrópolis

Cidade tem 25% da população em área de risco; há pelo menos 94 mortos

A tempestade que castigou Petrópolis na tarde de terça-feira deixou pelo menos 94 mortos, até a noite de ontem, e uma cidade devastada. O volume de chuvas, de 259,8 milímetros, foi o maior registrado em 24 horas desde o início das medições do Instituto Nacional de Meteorologia, há 90 anos. O recorde anterior (168,2 milímetros) era de 20 de agosto de 1952. Segundo a prefeitura, 377 pessoas estavam desabrigadas. O governador do Rio, Claudio Castro, prometeu medidas para tirar moradores de áreas de risco. Ele destacou que houve investimentos nos últimos anos em contenção de encostas na Região Serrana do Rio, mas admitiu a insuficiência para quitar uma "dívida histórica".

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Corpo de vítima é resgatado no Morro da Oficina, em Petrópolis: somente nessa localidade, cerca de 80 casas foram soterradas

Análise __A20

Chuva intensa será mais comum

José Marengo*

Se nada for feito para a população, os desastres também vão aumentar.

*Climatologista do Cemaden

Desespero __A18
Em escola, crianças deram as mãos para não ser arrastadas

Meteorologia __A18
Massa de ar frio e relevo causaram chuva extrema

Mapeamento __A19
Estudo de 2017 indicava risco em 27,7 mil moradias da cidade

196 óbitos
ligados a chuvas ocorreram no País desde outubro

Viagem presidencial __A14

A Putin, Bolsonaro diz ser solidário à Rússia e sugere parceria energética

Brasileiro sugeriu cooperação em energia e agricultura e se disse solidário "aos países que se empenham pela paz".

EFE

Justiça Eleitoral __A11

Ataques a urnas fazem general desistir de assumir diretoria no TSE

Fernando Azevedo e Silva seria o anteparo do tribunal aos ataques bolsonaristas às urnas eletrônicas.

Criptomoedas __A24 e A25
Países correm para regular e FMI cobra ação coordenada

E&N Transporte __B1 e B2
Custo do frete marítimo sobe quase seis vezes na pandemia

C2 Cinema __C5
'A Jaula', com Chay Suede, mostra paranoia da segurança

Notas e Informações __A3
Lula promete o atraso

William Waack __A12
Putin dá choque elétrico na ordem internacional

Luciana Garbin __C8
Mulheres ligam alerta sobre fraudes amorosas

Tempo em SP
17° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

CHEGOU A NOVA
SENSAÇÃO
DA CAOA CHERY.
CAOA CHERY
TIGGO 5X PRO
No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.
Veja nas páginas 5, 6, 7, 8 e 9

CAMILA TURTELLI E MATHEUS LARA
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Kassab garante manter candidatura do PSD para acalmar bancada

Após um período mais recluso e em recuperação da covid-19, Gilberto Kassab participou na noite de terça, 15, de um jantar com a bancada federal de seu PSD em Brasília, oferecido pelo deputado Marco Bertaiolli (SP). No encontro, o dirigente disse que o partido vai manter seu plano de ter uma candidatura própria ao Planalto. O plano "A" ainda é o senador Rodrigo Pacheco. "A bola está com ele", disse Kassab. As falas do ex-ministro da Ciência foram bem recebidas pelos deputados. Eles acreditam que a estratégia dá tranquilidade para negociar palanques regionais, já que apoiar um dos polos da disputa eleitoral, Bolsonaro ou Lula, poderia comprometer apoio em Estados, como Bahia e Paraná.

● **CORUJA.** Nos bastidores da campanha para a reeleição de Bolsonaro, a avaliação é que Kassab tenta filiar Eduardo Leite (PSDB) numa estratégia para que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reveja sua aliança com Geraldo Alckmin. No quarto andar do Palácio do Planalto, o apelido de Kassab é "coruja": enxerga no escuro.

● **APRENDIZ NA MIRA.** O deputado Felipe Rigoni (PSL-ES) confirmou à *Coluna* que o governo quis mudar o programa Jovem Aprendiz para que empresas pudessem contratar sem a exigência de que todos estivessem na escola. "Queria mudar, sim. Mas nós não permitiríamos", disse Rigoni, presidente da comissão sobre a proposta.

● **SEM RESPOSTA.** O ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, foi convidado pelo relator da comissão, Marco Bertaiolli (PSD-SP), para falar sobre o programa. Não respondeu.

● **SEM NINGUÉM.** O PT não terá candidato próprio para o governo de Minas Gerais, afirmou o líder do partido na Câmara, Reginaldo Lopes. A sigla estava dividida e uma ala, apoiada pelos deputados Patrus Ananias, Rogério Correia e Leonardo Monteiro, já colocava o prefeito de Teófilo Otoni, Daniel Sucupira, na disputa.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

● **DEBATE.** Sérgio Moro (Podemos), Simone Tebet (MDB) e Felipe d'Avila (Novo) vão abrir uma série de encontros do Grupo Lide com pré-candidatos à Presidência em almoço-debate amanhã, em São Paulo.

● **EITA.** Ao defender o comentarista Adrilles Jorge nas redes, a procuradora Thamea Danelon chamou a atenção do Ministério Público Federal, que vem estranhando suas últimas posições, inclusive sobre exigência de vacina. A expectativa é de que ela troque o MP por uma candidatura à Câmara.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Hamilton Mourão, vice-presidente da República

● **DE MUDANÇA.** O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) começa a entrar em pré-campanha. Ele se prepara para atravessar a rua e tentar garantir uma vaga no prédio do Senado, mesmo ainda não tendo definido para qual partido irá.

● **HOJE, NÃO.** No Progressistas, as portas se fecharam para Mourão porque ele não quer concorrer pelo Rio de Janeiro e tende a disputar a vaga no Senado pelo Rio Grande do Sul.

COLABORARAM ELIANE CANTANHÊDE E VERA ROSA

PRONTO, FALEI!

Simone Tebet
Senadora (MDB-MS)

"PGR representa o MP, órgão máximo de fiscalização e controle, mas simplesmente esquece seu papel, atribuição, e vai ser mero servo do presidente da República."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Arthur Lira
Presidente da Câmara (PP-AL)

Ao redor do presidente da Casa, parlamentares da bancada feminina cobraram que seja pautado projeto que regulamenta a telemedicina no País.

ESTADÃO BLUE STUDIO Express

SUA MARCA + ESTADÃO

Apontе a câmera do seu celular e Saiba Mais

Ótima notícia!

Agora você pode ter o conteúdo da sua empresa produzido pelos melhores jornalistas, com a chancela do Estadão.

Acesse: https://bit.ly/3Dt080I

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula promete o atraso

Ao falar da omissão petista na promoção das reformas, Lula diz que o País não precisa delas. Eis os fatos: não houve e nunca haverá governo do PT reformista

A razia bolsonarista demanda a eleição de um presidente disposto a trabalhar dobrado na reconstrução do País. A bem da verdade, a crise política, econômica, social e, sobretudo, moral que está arruinando o Brasil começou muito antes, durante o trevoso mandarinato lulopetista, e culminou na eleição de Jair Bolsonaro – mau militar, mau deputado e mau presidente. Ou seja, com exceção do breve intervalo do governo de Michel Temer, que representou um instante de racionalidade reformista em meio a tanta irresponsabilidade demagógica, já se vão 20 anos de retrocesso e destruição do futuro.

Se depender de Lula da Silva, no entanto, o atraso será transformado de vez em política de Estado. Pois o líder das pesquisas de intenção de voto para presidente diz, sem qualquer constrangimento, que o País, pasme o leitor, não precisa de reformas – justamente os instrumentos indispensáveis para modernizar o Brasil, criando as condições para o desenvolvimento pleno de sua imensa potencialidade.

No dia 15 passado, Lula deu uma entrevista à rádio Banda B, de Curitiba, na qual a entrevistadora ousou lhe perguntar por que ele, quando esteve na Presidência, não promoveu "as reformas que o País tanto precisava", embora tivesse apoio da maioria no Congresso. Ótima pergunta. Lula não se deu ao trabalho nem ao menos de afetar algum ânimo reformista. De bate-pronto, respondeu: "Mas quem é que disse que o Brasil precisava das reformas?".

É esse o candidato que se apresenta para o trabalho de "reconstrução e transformação do Brasil", conforme se lê num papelucho apresentado pelo PT em 2020 como um plano para o futuro – melhor seria qualificá-lo de ameaça.

Ora, quem é contra as reformas – seja as que ainda não foram feitas, seja aquelas que já foram aprovadas, como a trabalhista e a previdenciária, e evitaram que o País afundasse ainda mais na crise – não está interessado em reconstruir nada. Não haverá solidez em nenhum projeto de governo nem de país se este não estiver escorado em amplas e profundas reformas; fora disso, resta apenas o populismo estatólatra.

Esta é a verdade sobre Lula e o PT: não fizeram as reformas porque consideram que o País não precisa delas. A omissão petista ao longo de 14 anos não se deu por uma questão circunstancial – ou seja, nem sequer se deram ao trabalho de tentar encaminhar alguma reforma de vulto. Lula e o PT não fizeram as reformas porque não quiseram e continuam a não querer.

A resposta de Lula é um acinte, especialmente com os desempregados e com as famílias mais vulneráveis. O Estado, inchado, perdulário e dominado por interesses privados, é incapaz de prestar os serviços básicos para a população, além de drenar recursos que deveriam ser investidos em desenvolvimento e na geração de empregos, mas Lula acha que não há necessidade de reformar nada. Em sua visão, o País não precisaria de nenhuma mudança estrutural. Ou seja, tudo pode ficar como está.

Se a resposta de Lula é constrangedora pelo descaramento com que admite a omissão petista, é ainda mais assustadora pelo que revela a respeito do presente e do futuro. O declarado desprezo do líder petista pelas reformas deveria ser suficiente para antever um porvir sombrio, caso se confirme o favoritismo de Lula e o PT volte ao poder, apesar do histórico de corrupção e incompetência.

A despeito das articulações de Lula para posar de centrista, é preciso ser muito ingênuo para acreditar que um dia haverá um governo do PT reformista. Lula, fiel à sua natureza, aproveita-se das reformas que outros fizeram, colhe os frutos e a popularidade das mudanças estruturais que outros implementaram, mas ele mesmo não quer fazer nada. Lula não está disposto ao trabalho árduo de promover mudanças legislativas estruturais, politicamente difíceis e que exigem contrariar interesses de setores organizados. Prefere ridicularizá-las.

A educação, a saúde, a economia e tantos outros setores fundamentais do País precisam urgentemente das reformas para funcionarem melhor. Basta de populismo negacionista.●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

O emergente que não emerge

O 'Monitor' da FGV mostra a retomada econômica em 2021, mas nada aponta a reversão do longo declínio industrial

Mais que suficiente para tirar o País do buraco onde afundou 3,9% em 2020, o crescimento econômico do Brasil chegou a 4,7% no ano passado, segundo o *Monitor do PIB – FGV*, a mais detalhada prévia mensal das contas nacionais. Publicada na semana anterior, a prévia do Banco Central apontou uma expansão de 4,5%. Os dados oficiais do Produto Interno Bruto (PIB) devem ser divulgados no dia 4 de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se os 4,7% forem confirmados, o ritmo anual de avanço a partir de 2017, primeiro ano depois da última grande recessão, terá sido, em média, inferior a 1,5% – um desempenho espantosamente baixo para um país classificado como emergente.

Além de exibir uma economia emperrada, o Brasil empobreceu nos últimos anos. Os mais abonados podem ter engordado suas contas, mas a visão do conjunto ficou bem mais feia. Somadas todas as classes, a população tem aumentado mais que o bolo disponível para os convivas. Cada fatia teria diminuído, se houvesse uma divisão igualitária.

O PIB por habitante em 2021 foi estimado em R$ 40.712,42. Descontada a inflação, esse valor foi menor que os de 2019, 2018 e de todos os anos entre 2010 e 2015. Em 2010, cada pedaço equivaleria a R$ 42.348,22. Mas, de fato, as condições evoluíram de formas muito desiguais para os diversos grupos. Com a atividade em marcha lenta, o desemprego se manteve muito alto e as condições de trabalho se tornaram dramáticas. Com dinheiro escasso para os mais vulneráveis, a insegurança alimentar passou a assombrar milhões de famílias, embora sempre tenha havido comida suficiente para todos os brasileiros e para os consumidores de vários outros países.

Embora cada fatia ainda tenha sido menor que em 2019, o bolo cresceu o suficiente, em 2021, para ultrapassar por 0,6% o valor total do ano anterior à pandemia. Todos os grandes setores avançaram no ano passado. Houve aumento de 0,6% na produção agropecuária, de 4,4% na industrial e de 4,7% na de serviços.

A recuperação nos serviços foi possibilitada pela vacinação, como observou o economista Claudio Considera, coordenador do *Monitor do PIB*. Essa retomada, pode-se acrescentar, teria sido mais difícil se o presidente Jair Bolsonaro tivesse tido maior sucesso em seu esforço para retardar e para desestimular o uso da vacina. Esse esforço incluiu, numa etapa recente, a divulgação de notícia falsa sobre relação entre o imunizante e o HIV. O presidente e o ministro da Saúde também insinuaram dúvidas quanto à conveniência de vacinar crianças e adolescentes contra o coronavírus, embora a segurança e a eficácia já fossem atestadas pela experiência de países desenvolvidos.

Apesar da política bolsonariana, dos tropeços da equipe econômica e da insegurança causada pelas barganhas eleitoreiras, os negócios tiveram alguma recuperação no ano passado. Mas nenhuma ação organizada se iniciou, até agora, para reverter o prolongado declínio do setor industrial, uma das marcas mais preocupantes da economia brasileira no último decênio.

Em sete dos dez anos de 2012 a 2021, a variação do produto industrial foi negativa. Em seis desses dez anos houve declínio da indústria de transformação, na qual se incluem os segmentos de veículos, equipamentos, móveis, bens eletroeletrônicos, tecidos, vestuário, calçados, medicamentos e artigos de higiene e limpeza, entre outros.

Além de encolher, a atividade industrial modernizou-se bem menos do que em outros países, foi deficiente em inovação, tornou-se menos competitiva e perdeu peso nas exportações de mercadorias. Algumas empresas, grupos e segmentos continuaram a progredir, mas isso pouco altera o desempenho geral. Não é exagero falar de uma desindustrialização do Brasil, um evidente retrocesso histórico, nem de longe revertido pela retomada setorial em 2021.

Examinado o conjunto, nada, no *Monitor*, autoriza prever para 2022 um desempenho econômico melhor que o estimado até agora pelo mercado – aumento do PIB dificilmente superior a 0,5%, com inflação e desemprego ainda altos.●

ESPAÇO ABERTO

Um plano para a sociedade cobrar

Roberto Macedo

Já atuei na elaboração de planos para candidatos a governador de São Paulo e a presidente da República, inclusive em propostas apresentadas a todos os candidatos, num trabalho para a Associação Comercial de São Paulo, em 2010. Mas perdi o entusiasmo por esses planos e optei por outro, desta vez para a sociedade cobrar do governo e dos políticos em geral.

Há tempos sigo os debates eleitorais presidenciais, e em geral os candidatos focam muito pouco num plano de governo. É preciso ter um, porque alguém pode cobrar, mas fica por aí. Minha impressão é de que temem apresentar propostas mais elaboradas, com receio de repercussões negativas de suas ideias. Seus marqueteiros se preocupam mais com explorar as ditas virtudes pessoais de cada um e criticar as dos demais candidatos. Eleitores tampouco cobram planos, nem se interessam pelos apresentados.

Apresentada a seguir, sucintamente, em razão da limitação de espaço, minha proposta também foi influenciada por estudo da consultoria internacional McKinsey, propositivo e dirigido a quem promove mudanças nos negócios, no governo e na sociedade. Este estudo, que abordei aqui no meu artigo passado, propõe maior crescimento econômico, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Seguem-se os seis pilares do plano: além dos três citados acima, uma eficaz e eficiente governança do Estado, maior inserção internacional do País e participação efetiva da sociedade cobrando a sua execução.

Explicando os pilares: sem um bem maior crescimento econômico do Brasil, com aumento de produtividade, a solução de problemas pelo governo é dificultada pela carência de recursos. O impacto sobre este crescimento deveria ser um parâmetro de decisão quanto a políticas públicas.

O crescimento também gera empregos, e sem isso a inclusão social deixa de ocorrer. Com o maior crescimento, eles ajudam na progressão social dos cidadãos, o que é indispensável neste país de forte desemprego e herdeiro de desigualdades que remontam a sua colonização.

Em vez de um plano para candidatos, este tem seis pilares para a sociedade cobrar do governo e de políticos em geral

Crescimento ambientalmente sustentável é necessidade imperiosa neste país beneficiado pela natureza, mas muito desleixado ao cuidar dela. Esse desleixo hoje pontifica na região amazônica, praguejada por grandes desmatamentos ilegais que danificam o meio ambiente e também pelos que praticam a mineração sem cuidados com a natureza, tudo isso em prejuízo também dos povos indígenas. Vários estudos argumentam que a biodiversidade da Amazônia pode ser explorada economicamente para o sustento de seus habitantes, inclusive cobrando dos países ricos parte do trabalho ambiental, em face do seu impacto favorável de alcance mundial.

A governança do Estado também é lastimável. Olhando apenas o caso federal, o Executivo já não era grande coisa, mas a situação se agravou sob o desgoverno Bolsonaro. Os investimentos públicos, como em infraestrutura, seguem escassos, há grande resistência a privatizações e concessões e parcerias público-privadas não vieram com a intensidade necessária. Na educação e na saúde ainda há muito por arrumar.

O Judiciário é muito lento, custoso e injusto ao ostentar privilégios. O Legislativo foi dominado pelo Centrão. Em particular, acomoda interesses de grupos, só quer saber da reeleição dos seus membros e não dá a mínima para o fraco crescimento econômico. Alguém já viu este tema ser discutido seriamente pelo Congresso? A frágil governança também se espelha pela necessidade de reformas como a tributária e a administrativa, pois, se é preciso reformar e as reformas não vêm, a governança é frágil.

Quanto à maior inserção internacional, o País também é muito carente e, como é enorme, acha que pode produzir tudo aqui, mesmo que com produtividade muito baixa e em benefício de grupos influentes nas decisões políticas, sempre em busca desta ou daquela vantagem. O sucesso do agronegócio decorreu de seu empenho em buscar o mercado externo. Outros setores precisam fazer o mesmo, em particular a indústria. Foi isso que levou ao forte crescimento da indústria chinesa e de outros países da região.

O sexto pilar, o da efetiva cobrança do governo pela sociedade, é uma inovação em planos, porque em geral são feitos por governos que não querem saber disso. Os diversos segmentos da sociedade precisam se agrupar em torno deste objetivo, inclusive criando instituições para essa finalidade. Grupos de cidadãos, jornalistas, entidades de classe, trabalhadores e empresários, representações da sociedade civil e outros segmentos não podem continuar alheios às barbaridades que vêm do governo e que desde 1980 conduziram o Brasil a uma estagnação do seu crescimento, no sentido de crescer abaixo do seu potencial, depois de cair na chamada "armadilha da renda média" e não reagir a contento.

Creio que os leitores concordariam que, com uma boa arrumação, o Brasil poderia crescer muito mais e dar melhores condições de vida à sua população. Passemos, então, a essa arrumação. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Tragédia em Petrópolis

Mortes e destruição

Há anos acontecem tragédias como a desta semana aqui, em Petrópolis. Depois que as águas escoam e a vida volta ao normal, a prefeitura e demais órgãos de Estado esquecem o ocorrido e as casas construídas em lugares perigosos e ilegais continuam a sofrer com as intempéries da natureza. Parece que os governantes não se dão conta da necessidade da limpeza dos rios e do cuidado do lixo acumulado que a população involuntariamente ignorante ali despeja. Políticos de plantão não têm conhecimento básico de Geografia e História nem consciência ambiental para atuarem com o mínimo de preocupação com a cidade imperial. É lamentável que tudo continue como antes e que no próximo verão tenhamos de suportar mais mortes e desabamentos de casas.

Mário Negrão Borgonovi
marionegrao.borgonovi@gmail.com
Petrópolis (RJ)

Não foi azar

Um bom parâmetro para as tragédias terrenas são os desastres aéreos, que são investigados, reparados e, a partir de então, evoluem para que jamais se repitam em outra operação. Em Petrópolis (RJ), por exemplo, a reedição de um passado recente tenebroso chega pelas mãos da irresponsabilidade daqueles que deveriam cuidar e monitorar sistemática e permanentemente a cidade, buscando soluções diuturnas, dentro de uma geografia vulnerabilíssima, para os fenômenos da natureza. De preferência, sem contar sempre com a sorte.

Ricardo C. Siqueira
ricardocsiqueira@lwmail.com.br
Niterói (RJ)

Incapacidade

Esta repetida tragédia em Petrópolis – a de 2011 matou mais de 900 pessoas – demonstra a incapacidade da gestão pública de investir em obras preventivas. Infelizmente, essa é uma das realidades mais comuns nas administrações públicas entre nós, repete-se Brasil afora e precisa ser evitada. Com recursos, a engenharia moderna tem condições de impedir que hecatombes como a desta semana se repitam.

José de A. Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com
Rio de Janeiro

Ladainha

A tragédia provocada pelas chuvas em Petrópolis, no mínimo, se assemelha à de 2011. Visitei a cidade serrana na semana anterior e o que vi num breve passeio foi a total vulnerabilidade de uma infinidade de construções irregulares em áreas de risco, que lá continuaram e se expandiram, após outros eventos. Já ouvi ontem pela manhã autoridades do Estado e do município falando que sistemas de prevenção criados atuaram com eficiência, mas a chuva que caiu foi descomunal. Podemos usar a mesma avaliação para a irresponsabilidade e o descaso das autoridades com poder de agir, com a certeza de que, se nada for feito nesse sentido, em pouco tempo estaremos ouvindo a mesma ladainha.

Abel Pires Rodrigues
abel@knn.com.br
Rio de Janeiro

São Paulo

Falta boa vontade

Quando um cidadão não consegue estabelecer um diálogo com o administrador do seu bairro, neste caso o bairro da Chácara Santo Antônio, apela para uma carta ao jornal. A Rua São Sebastião e a Rua Thomas Deloney estão esburacadas e desniveladas. Nota-se que só falta boa vontade, porque dinheiro não deve faltar, basta comparar o IPTU de cada ano para ver que ele subiu acima da inflação anual.

José Millei
millei.jose@gmail.com
São Paulo

Governo Bolsonaro

Agenda legislativa

Excelente o editorial *Faz de conta na agenda legislativa* (16/2, A3). Mostra bem, e com elegância, como em frangalhos estão nossas instituições: Presidência sem rumo, Legislativo sem pudor. Que retrato lastimável... Abaixo a incompetência e a ditadura do "nós versus eles". Que tenhamos alternativas propositivas para outubro.

Roberto Pasqualin
roberto@robertopasqualin.com.br
São Paulo

Arnaldo Jabor

1940-2022

Acabo de reler, com muita emoção, a crônica *As brancas elites*, publicada no **Estadão** em julho de 2014, escrita por Arnaldo Jabor. Nela, o jornalista descrevia, com a costumeira lucidez e elegância, a impostura que é Lula, fato infelizmente aceito até hoje por grande parcela do povo brasileiro. Se isso ainda acontece, não é por culpa de jornalistas do calibre de Jabor. Que falta ele fará para os brasileiros que têm "olhos de ver".

Affonso Morel
affonso.m.morel@hotmail.com
São Paulo

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/JornaisBrasil

ESPAÇO ABERTO

Diretas já!

Celso Vilardi

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) teve um papel fundamental nos momentos mais graves da nossa história. A resistência ao golpe de 1964 e às torturas praticadas pela ditadura militar foi uma passagem marcante da instituição, com destaque para a luta de Raymundo Faoro pelo restabelecimento do *habeas corpus*, única forma de minorar a barbárie.

Depois, a OAB teve papel basilar no movimento denominado Diretas Já, que iniciou o processo de redemocratização, com destaque para a atuação de Bernardo Cabral e Mário Sérgio Duarte Garcia. Não menos essencial foi o papel da instituição na Constituinte de 1988, sendo que muitos avanços fixados na Carta Política se devem ao trabalho desenvolvido pela ordem, na gestão de Márcio Thomaz Bastos.

A ordem era gigante. E, corolário disso, liderou, com Marcello Lavenère Machado à frente, o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, com o apoio maciço da população brasileira. Finalmente, obtivemos uma legislação, moderna para a época, fixando as garantias fundamentais da advocacia, na gestão de José Roberto Batochio.

Depois disso, penso, a ordem passou a perder importância de forma gradativa, mas constante. A OAB não se modernizou, não se oxigenou. Para ter uma breve ideia do tamanho do atraso, nossos dirigentes ignoram problemas que afetam diariamente nossas atividades, mas lutaram bravamente para manter o significativo montante de recursos que administram sem qualquer fiscalização externa.

Os tribunais, dia após dia, têm restringido as medidas de *habeas corpus* e mandado de segurança, sob a complacência da OAB, o que faria Raymundo Faoro enlouquecer, já que isso ocorre em pleno regime democrático. Julgamentos monocráticos, suprimindo a sustentação oral, passaram a ser regra em algumas cortes.

O advogado perdeu importância. Basta advogar para constatar que, dia a após dia, os advogados são desrespeitados nos tribunais: de um lado, porque há um número expressivo de causídicos despreparados e mal-educados que envergonham a advocacia; de outro, porque muitos juízes perderam o respeito pela classe, não recebem advogados e, ultimamente, demonstram impaciência até mesmo para ouvir sustentações orais. Um descalabro a que a OAB assiste docemente constrangida, mas sempre em silêncio. Advogados são humilhados em comissões parlamentares de inquérito (CPIs), mas, na melhor das hipóteses, a ordem divulga uma nota de repúdio.

> ***Não é admissível que advogados continuem impedidos de escolher o presidente da OAB, principalmente num Estado Democrático de Direito***

O desgaste da advocacia tem muitas razões, todas elas atreladas à OAB. De início, pesa dizer – e com todo o respeito aos dirigentes – que faz muito tempo que não temos um presidente da OAB que seja reconhecido nacionalmente como um expressivo advogado e, portanto, conhecedor profundo dos problemas da classe. Pudera, os presidentes são eleitos de forma indireta e atendendo a um rodízio entre as regiões do Brasil. As metas do presidente estão em segundo plano em relação à região da vez. Um espanto. Como já disse, coisa de confraria.

Não há debate com a classe. Não há um programa aprovado pelos advogados de todo o País. As preocupações dos últimos presidentes estão mais relacionadas a questões políticas do que aos graves problemas da classe. Houve quem utilizou a cadeira de presidente para pleitear cargo de ministro ou para servir de trampolim para aspirações políticas. A proximidade de nossos dirigentes com políticos, aliás, num momento de polarização, desgasta ainda mais. A OAB, como a imprensa, deve fiscalizar, criticar e denunciar qualquer governo ou governante, seja ele de direita, seja de esquerda.

Por sua vez, as faculdades, na expressiva maioria das vezes, sem qualquer controle, conferem diplomas a bacharéis despreparados, que não conhecem sequer princípios básicos da Língua Portuguesa. O exame da Ordem claramente não é mais suficiente, também está ultrapassado. Basta fazer um cursinho para passar nas provas, mesmo sem condições para advogar. O resultado do despreparo pode ser visto por qualquer operador do Direito, seja em peças processuais, seja em sustentações. Não fosse suficiente, o quadro se agrava com um número também impressionante de pessoas com carteira da ordem envolvidas em graves crimes, inclusive com organizações criminosas.

A ordem não buscou atualizar o Código de Ética e a própria lei para proibir a atuação profissional dos lobistas que adoram Brasília e se dizem advogados – muitos deles verdadeiros criminosos, que retiram trabalho de profissionais honestos.

A OAB, enfim, respira por aparelhos. É preciso oxigenar a instituição. Não é admissível que os advogados continuem a ser impedidos de escolher o seu presidente, principalmente num Estado Democrático de Direito, tantas vezes propalado por nossos atuais dirigentes. Cobrar atitude democrática dos outros só é admissível se a democracia estiver implementada, por completo, internamente. É hora de um basta! Eu quero votar para presidente! ●

ADVOGADO, MESTRE EM DIREITO PROCESSUAL PENAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP), É PROFESSOR NA ESCOLA DE DIREITO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS DE SÃO PAULO (FGV)

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

TEMA DO DIA

JOHN LOCHER/AP

Flagrado

Bicampeão olímpico no hipismo, Mark Todd é suspenso após agredir cavalo

Suspensão ocorreu depois que um vídeo surgiu mostrando Todd batendo em um cavalo com um galho durante um treino. O neozelandês foi flagrado atacando o animal várias vezes enquanto tentava convencê-lo a pular na água. ●

11.301 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Isto é uma vergonha para o mundo do hipismo. A grande maioria das pessoas que fazem parte repudia a violência.”
LU MERCADANTE

● “Só suspenso? Deveria responder criminalmente, ser preso ou pagar caro.”
LAISA HILCENKO

● “Tem que acabar com essa modalidade. Isso não é esporte.”
VANESSA RAAD

● “Por essas e outras não curto esportes que envolvem animais.”
ELAINE VILLATORO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Saúde
Covid longa: sintomas e como a vacina pode ajudar. ●
www.estadao.com.br/e/longa

Verifica
Confira checagens sobre a covid-19 no Estadão. ●
www.estadao.com.br/e/verificovid

Aplicativo
Quer mais notícias sobre saúde? Personalize seu app. ●
www.estadao.com.br/e/app

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Eleições 2022

Contrariado com volta de ataques às urnas, general desiste de cargo no TSE

Ex-ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva abre mão de diretoria-geral da Corte; ele estava incomodado com o fato de Bolsonaro retomar, sem provas, críticas ao sistema eleitoral

ELIANE CANTANHÊDE
FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O ex-ministro da Defesa e general de Exército da reserva, Fernando Azevedo e Silva, desistiu de assumir o cargo de diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O movimento desvela o desconforto corrente na caserna com ataques ao sistema de votação pelo presidente Jair Bolsonaro. Ao **Estadão**, o general afirmou: "As urnas eletrônicas funcionam há 26 anos, nunca tiveram problema e foram aprovadas pelo Congresso. O Congresso aprova, a Justiça Eleitoral cumpre".

Comunicado
Azevedo informou sua decisão anteontem em reunião de cerca de 3 horas com os ministros no TSE

O general estava incomodado e reclamou a pessoas próximas que Bolsonaro, de quem foi ministro, tinha voltado a manipular os militares e a atacar, sem provas, o sistema. Na prática, Bolsonaro lançava as Forças Armadas em narrativas para desacreditar as urnas, contrariando esforços da Justiça. Azevedo percebeu que ficaria no meio.

Com trânsito nos três Poderes, o general preferiu, no entanto, justificar a decisão por motivos de saúde e familiares. "Infelizmente, tive de sair por problemas estritamente pessoais", disse o ex-ministro da Defesa à reportagem.

Azevedo descobriu um problema cardíaco que requer tratamento imediato. Amigos e familiares, contrários ao cargo no TSE, o pressionaram a desistir por causa do alto estresse previsto para a função, no caldeirão político que se formou. Essa versão também foi compartilhada pelo ex-ministro com militares da reserva e da ativa, inclusive no "Forte Apache", o Quartel-General do Exército, em Brasília.

Antes, o general estava entusiasmado. Ele ficara impressionado com o profissionalismo e a qualificação do corpo técnico da Corte e vinha estudando a estrutura do tribunal. Azevedo e sua equipe passaram uma semana na sede do TSE, em janeiro. Após o diagnóstico médico, porém, há cerca de três semanas, ele sofreu forte pressão dos filhos para declinar do convite, do qual se disse "honrado".

Azevedo comunicou a decisão anteontem em reunião de cerca de três horas com os ministros no TSE. A posse estava prevista para ocorrer na próxima terça-feira, dia em que o ministro Edson Fachin assumirá a presidência da Corte. Fachin disse ao **Estadão** que as Forças Armadas não vão se atrelar a "interesses conjunturais", caso Bolsonaro seja derrotado. O atual diretor-geral, Rui Moreira de Oliveira, será mantido no cargo.

Para lembrar

Moraes capitaneou escolha de ex-ministro

● Indicação
Em dezembro do ano passado, um acordo firmado entre os ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin, que vão presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) neste ano, sacramentou a indicação do ex-ministro da Defesa e general da reserva do Exército, Fernando Azevedo e Silva, para assumir a direção-geral da Corte em 2022.

● 'Blindagem'
A escolha de Azevedo e Silva foi capitaneada por Moraes. Fachin vai presidir o TSE por cinco meses, entre fevereiro e meados de agosto, por isso havia acertado a substituição na diretoria-geral para o começo do seu mandato, como forma de blindar a Corte do desgaste e de teses golpistas no período de maior intensidade da disputa eleitoral.

● Aproximação
Na época, a ideia era se aproximar das Forças Armadas diante de ataques do presidente Jair Bolsonaro e apoiadores ao sistema eleitoral. O TSE pretendia evitar discursos de manipulação das eleições contando com a presença de um militar tido como moderado e "independente".

● Atribuições
O diretor-geral do TSE tem a função de ordenar as despesas e o orçamento do tribunal, acompanhar licitações, dentre outras funções administrativas. Sob sua alçada também fica a Secretaria de Tecnologia da Corte, responsável por toda a área de cibersegurança e tratamento de informações.

● Cargo estratégico
O posto ganhou relevância em meio aos riscos de ataques cibernéticos durante as eleições deste ano. Em entrevista ao Estadão, Fachin disse que a Justiça Eleitoral "já pode estar sob ataque de hackers".

Azevedo era visto como anteparo simbólico a insinuações de fraude nas eleições de 2022. O general, segundo pessoas próximas, tinha consciência da pressão que sofreria e da responsabilidade do cargo, sentindo-se encarregado de legitimar o poder que vai ser entregue ao próximo presidente eleito. Compartilhava também do "constrangimento" de segmentos da caserna incomodados com o uso político das Forças Armadas pelo presidente da República.

Além da Diretoria-Geral do TSE, os militares foram convidados a integrar, de forma inédita, a Comissão de Transparência Eleitoral, criada diante da crescente onda de desinformação e de tentativas de desacreditar as urnas eletrônicas – elas partem principalmente de governistas.

ARMADILHA. As Forças Armadas não se negam a participar institucionalmente, mas, nos bastidores, oficiais da ativa anteveem uma armadilha. Eles se dizem no meio da disputa que opõe a Justiça Eleitoral e Bolsonaro, hoje comandante supremo das Forças Armadas. Para eles, o cargo agora dispensado por Azevedo e a participação do general Heber Portella, do Centro de Defesa Cibernética, na comissão de transparência, abrem flancos para manobras políticas com os militares por parte de Bolsonaro. Também podem ocasionar novos desgastes, como os já acumulados pelo engajamento dos generais da reserva e da ativa no alto escalão do governo.

As desconfianças sobre as urnas, bandeira do presidente e sua base, são compartilhadas por parte do oficialato da reserva e até por generais que compõem o governo. O **Estadão** revelou no ano passado que o ministro da Defesa, general Braga Netto, havia ameaçado a realização das eleições sem voto impresso aprovado, o que ele negou. A proposta governista foi derrotada no Congresso. Bolsonaro é investigado por divulgar informações sigilosas de uma investigação sobre tentativa de invasão hacker aos sistemas do TSE. ●

COLABOROU WESLLEY GALZO

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

Corte Eleitoral divulga informações prestadas às Forças Armadas

BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou ontem a lista de perguntas elaboradas pelas Forças Armadas e que passaram a ser usadas pelo presidente Jair Bolsonaro para voltar a disseminar informações falsas sobre o sistema eleitoral do País. Entre as mais de 70 indagações, os militares questionaram, por exemplo, sobre o que aconteceria se o volume de falhas nas urnas fosse suficiente para impedir a contagem de votos numa disputa acirrada. Na resposta, o TSE destacou a segurança do processo e disse que essa hipótese era remota. Mas, se ocorresse, novas eleições teriam de ser realizadas.

A Corte não previa tornar pública a lista – em atendimento à solicitação de sigilo apresentada pelo general Heber Portella, responsável pelo envio das perguntas e integrante da Comissão de Transparência das Eleições –, mas alegou ser necessário "diante do vazamento de perguntas que foram formuladas, bem como do próprio teor das perguntas".

A decisão foi tomada em conjunto pelo atual presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e seus sucessores no cargo, Edson Fachin e Alexandre de Moraes. Em nota, o tribunal justifica a divulgação das perguntas e respostas "levando em conta que as informações prestadas às Forças Armadas a respeito do processo eletrônico de votação são de interesse público e não impactam a segurança cibernética da Justiça Eleitoral".

INTEGRIDADE. Dentre os questionamentos, constam ainda pedidos sobre a estrutura de funcionamento do TSE na área cibernética e de segurança da informação, assim como os critérios para definir o nível de confiança do Teste Público de Integridade das urnas.

Os militares também questionam qual foi o cálculo realizado pelo TSE para chegar ao número de 234 urnas a serem submetidas ao teste de integridade. Na resposta, a Corte diz que estudo estatístico atestou que a quantidade de urnas testadas por unidade da Federação é representativa.

Outro questionamento foi sobre o motivo de incluir no novo modelo da urna uma entrada USB adicional. Segundo o TSE, a urna só reconhece aparelhos previamente identificados. "Caso seja identificado um dispositivo não conhecido, o sistema operacional da urna desliga a alimentação da porta USB." ● W.G.

'Vulnerabilidades'
Em live, Bolsonaro afirmou que as Forças detectaram falhas nas urnas; TSE disse que fala 'não faz sentido'

William Waack
O mundo de sempre

O que Vladimir Putin está fazendo com a Ucrânia equivale a um choque elétrico em quem pensa e acompanha relações internacionais. Cobri para o **Estadão** a queda do Muro de Berlim, em 1989, e confesso que também fui contagiado pelo sentimento geral de que ali nascia um "mundo melhor".

Era entendido como um mundo no qual não mais se tolerariam mudanças de fronteiras pelo emprego da força bruta, e no qual os Estados teriam soberania para fazer escolhas. A esse "mundo melhor" o fotógrafo Hélio Campos Mello e eu assistimos na linha de frente quando ampla coligação internacional, apoiada inclusive por Moscou e comandada pelos americanos, expulsou em 1991 do Kuwait o exército invasor do ditador iraquiano Saddam Hussein.

Seria o tal "fim da História", ou a predominância de um sistema internacional que coroava a ordem liberal liderada pelos Estados Unidos desde 1945. No fundo, nossas vidas de repórteres empolgados com a ação, as violentas emoções e nossas experiências de combate em primeira mão acabaram tornando difícil entender qual mundo ali na verdade continuava.

De Tucídides (*Guerra do Peloponeso*, 411 a.C.) a Hans Morgenthau (*Politics Among Nations*", 1949), o pai da moderna disciplina das relações internacionais é o mundo descrito pelas relações de poder e emprego de força entre as potências. Para adeptos da escola do hiper-realismo, como Henry Kissinger, não existe outra coisa entre países senão o desejo por segurança e, em consequência, a luta pelo poder.

> ***A crise na Ucrânia abrange questões fundamentais para o futuro das relações internacionais***

Nesse sentido, importam pouco sistema econômico, crenças religiosas ou filosofias políticas e ideológicas de cada potência – mas, sim, seu "interesse nacional", subordinado, em primeiro lugar, à segurança. Note-se que é exatamente esse conceito, o da "segurança indivisível", que os russos estão colocando em primeiro plano nas negociações em torno da crise da Ucrânia.

Não é à toa que se "desenterrou" artigo de Kissinger de 2014 no qual ele já antecipava que a solução da crise da Ucrânia é a submissão (gostem os ucranianos ou não) desse país a um estado de "neutralidade" imposto pela Rússia. E foi tão lido o artigo da semana passada do historiador Noah Harari, segundo o qual a crise da Ucrânia levanta como questão central saber se as relações internacionais evoluem para evitar (e não viver de) guerras.

É uma pergunta crucial cuja resposta vai sair da maneira como China (e Rússia) vão moldar a ordem internacional na qual os Estados Unidos não mandam mais sozinhos. A História humana é a da mudança para melhor (Harari) ou a da inevitabilidade da tragédia (Kissinger)? Até aqui, os fatos estão dando razão a Kissinger. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO JORNAL DA CNN

SEG. Carlos Pereira (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Eleições 2022

Presidente critica Fachin e diz que ministros querem deixá-lo inelegível

Para Bolsonaro, magistrados agem em favor de Lula e futuro presidente do TSE admite não confiar no sistema eleitoral

BRUNO LUIZ
GIORDANNA NEVES

O presidente Jair Bolsonaro atacou ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) e disse que os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso querem torná-lo inelegível, "na base da canetada", para beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal adversário na disputa ao Palácio do Planalto neste ano. Bolsonaro também criticou declarações de Fachin, que, em entrevista ao **Estadão**, afirmou que a Justiça Eleitoral "já pode estar sob ataque de hackers" e citou a Rússia como origem da maior parte dessa ofensiva.

"Não estou na Rússia para programar ataque hacker a computadores do Tribunal Superior Eleitoral", disse Bolsonaro, em entrevista à Jovem Pan News, diretamente de Moscou. Fachin assumirá o comando do TSE no próximo dia 22 e tem demonstrado preocupação com a disseminação de informações falsas na campanha. "O próprio Fachin acaba de comprovar, no meu entender, que não tem confiança no sistema eleitoral. Eu não sei o que está passando na cabeça deles. Se o sistema eleitoral é inviolável, por que essa preocupação? Acabaram de comprovar que existe e pode ser violável", declarou o presidente, classificando a manifestação de Fachin como "constrangedora", no momento em que ele se encontra na Rússia.

> ***"O próprio Fachin acaba de comprovar, no meu entender, que não tem confiança no sistema eleitoral. Se o sistema é inviolável, por que essa preocupação?"***
> **Jair Bolsonaro**
> **Presidente da República**

SIGILO. Bolsonaro sempre defendeu o voto impresso e, no ano passado, chegou a ameaçar a realização das eleições sem a adoção desse modelo. Na entrevista à Jovem Pan News, o presidente também acusou Moraes de ter quebrado o sigilo telefônico de um de seus ajudantes de ordens. Segundo Bolsonaro, a medida teria sido tomada no inquérito que apura se ele divulgou informações sigilosas, em live, de investigação sobre ataque às urnas.

"Para mim foi uma surpresa quando recebemos por escrito um pedido de audiência do Fachin, juntamente com o ministro Alexandre, que tem vários inquéritos contra mim, contra meu ajudante de ordens", disse Bolsonaro, numa referência à visita que os dois magistrados fizeram a ele no Planalto, recentemente, para entregar o convite da cerimônia de posse no TSE. Fachin vai substituir Barroso. Moraes ocupará a cadeira de vice e, em meados de agosto, no início oficial da campanha, será o presidente do TSE.

"Foi quebrado o sigilo telefônico do meu ajudante de ordens na questão de vazamentos e isso permitiu a Moraes ter acesso à troca de mensagens entre mim e o ajudante de ordens", disse Bolsonaro. "Difícil continuar três ministros do STF agindo dessa maneira. É uma perseguição clara (...). Essas três pessoas (*Fachin, Barroso e Moraes*) não contribuem com o Brasil em nada."

Ainda na entrevista, Bolsonaro afirmou que vai analisar as explicações do TSE aos questionamentos das Forças Armadas sobre o funcionamento da urna eletrônica. "Ou nós vamos concordar ou discordar totalmente, de forma técnica", disse ele. A participação das Forças na preparação das eleições é inédita e se dá a convite do TSE, após Bolsonaro pôr em dúvida a lisura do processo e a segurança das urnas.

Procurados, Fachin, Moraes e Barroso não quiseram se manifestar sobre as declarações do presidente. ●

BOLSONARO DIZ A PUTIN SER SOLIDÁRIO À RÚSSIA E SUGERE PARCERIA EM ENERGIA. PÁG. A14

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

Relatório final

Aras afirma que, em vez de 'provas', recebeu da CPI da Covid 'informações desconexas'

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que a CPI da Covid entregou "um HD com dez terabytes de informações desconexas e desorganizadas", o que, segundo ele, explica por que ainda não foi aberto inquérito com base no relatório da comissão. "Não houve a entrega de provas", disse Aras, anteontem, à CNN Brasil. Relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou ao Estadão que "o relatório não está tendo a consequência que deveria ter". ●

ADRIANO MACHADO / REUTERS -26/10/2021

Renan (à dir.) com Omar Aziz e Randolfe Rodrigues na CPI da Covid

Pandemia

Pacheco diz que Senado não pode 'censurar' debate de discursos negacionistas na Casa

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) defendeu o debate, na Casa, de posições negacionistas na pandemia de covid. Ele respondeu a uma cobrança de que o Senado havia realizado audiência em que um grupo de médicos relativizou a eficácia de vacinas. "Essas posições nós reputamos indevidas, mas o direito de dizer no Senado (*nós*) temos que assegurar. Não é possível fazer qualquer tipo de controle ou censura", disse Pacheco, anteontem. ●

Articulação

Jaques Wagner pode desistir de candidatura na Bahia para Lula atrair apoio de Kassab

Na tentativa de atrair o apoio do PSD à candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto, o PT avalia abrir mão da disputa ao governo da Bahia, controlado há quase 16 anos pelo partido. O arranjo prevê retirar a pré-candidatura de Jaques Wagner e ceder a cabeça de chapa ao senador Otto Alencar, do PSD de Gilberto Kassab. O atual governador da Bahia, Rui Costa (PT), não pode mais se reeleger e pode entrar no páreo pela vaga de Otto no Senado. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Bolsonaro paga a conta

Bolsonaro acerta contas com o Centrão para que possa seguir com sua campanha pela reeleição

Por meio de um decreto publicado no dia 11 passado, o presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou o pagamento de R$ 25 bilhões em emendas parlamentares até as eleições de outubro. É um recorde até mesmo para os padrões de sua administração, já notabilizada por ter liberado valores sem precedentes a título de emendas parlamentares, malgrado ser o governo que menos conseguiu converter em lei projetos de sua iniciativa ou interesse.

Do montante total liberado por Bolsonaro, quase a metade será paga por meio das emendas do relator-geral do Orçamento da União, as chamadas emendas RP-9, sustentáculo do "orçamento secreto", mecanismo que o presidente engendrou, como revelado pelo **Estadão**, para comprar um arremedo de base de apoio no Congresso. Ou seja, não haverá qualquer tipo de transparência sobre cerca de R$ 12 bilhões de que poderão dispor os parlamentares aliados do governo neste ano eleitoral. Como também não houve transparência sobre a origem e o destino de outros tantos bilhões de reais liberados por emendas RP-9 em 2020 e 2021, ao arrepio de nada menos do que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A autorização de Bolsonaro para o pagamento recorde de emendas parlamentares não significa que todo o dinheiro estará disponível de imediato. Para organizar minimamente a farra, o governo estabeleceu um limite para a execução das verbas oriundas das emendas de relator. De acordo com o decreto, até março poderão ser gastos "apenas" R$ 2,7 bilhões a título de emendas RP-9. Até setembro, o montante chegará a R$ 12 bilhões.

Seguramente, o governo será muito pressionado a respeito da liberação desses recursos, tanto por parlamentares como por membros da própria equipe econômica que ainda resistem bravamente à predação do orçamento público. Embora seja muitíssimo significativo – basta dizer que o valor das emendas RP-9 supera o orçamento de muitos Ministérios –, os valores parecem pouco para atender à voracidade dos beneficiários em potencial, sobretudo porque muitos deles estão em plena campanha para renovar seus mandatos e querem receber o dinheiro bem antes de outubro.

O "árbitro" dessa disputa por dinheiro público em que só o contribuinte sai perdendo será o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), prócer do Centrão a quem Bolsonaro, por meio de outro decreto, deu poder decisório sobre a execução orçamentária, uma prerrogativa que era do Ministério da Economia.

Com a autorização do pagamento recorde de emendas parlamentares em 2022, Bolsonaro faz um novo acerto de contas com o Centrão para que possa prosseguir em sua campanha pela reeleição sem ser fustigado pelo Congresso.

Passam de 140 os pedidos de impeachment contra o presidente da República que dormitam na gaveta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Para a parte da sociedade representada nesses pedidos, os documentos simbolizam a indignidade e a inaptidão de Bolsonaro para o cargo. Para os caciques do Centrão, a "papelada" é a chave que abre uma via de acesso ao Orçamento da União com a qual, antes de Bolsonaro, eles apenas sonhavam. ●

Operação Raio X

Líder de esquema na saúde trata deputado da Alesp como 'chefe'

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Polícia intercepta mais de uma dezena de conversas entre Roque Barbiere e médico condenado a 200 anos de prisão

LUIZ VASSALLO
MARCELO GODOY
PEDRO VENCESLAU

Um dos líderes do "Centrão" da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado estadual Roque Barbiere (Avante) teve mais de uma dezena de conversas com o médico anestesiologista Cleudson Garcia Montali interceptadas pela Polícia Civil durante a Operação Raio X. O deputado, um dos mais influentes da Alesp, é chamado de "chefe" pelo médico, condenado a 200 anos de prisão como líder de uma organização criminosa que, segundo as investigações, desviou R$ 500 milhões por meio de Organizações Sociais de Saúde.

Além dele, o presidente da Casa, Carlos Pignatari (PSDB), teve diálogos com o médico monitorados, como revelou o **Estadão** anteontem. Nas conversas, o deputado oferece oportunidades de negócios a Cleudson em hospitais de Ferraz de Vasconcelos e de Santa Fé do Sul. Em nota, Pignatari afirmou que as conversas são de 2019, antes das denúncias, e que "não tem qualquer relação com o caso".

Ao **Estadão**, Roque Barbiere disse que tem relação de amizade com o médico. "Cleudson sempre foi meu amigo. Às vezes ia no meu sítio." O deputado afirmou que o conheceu quando o médico era secretário de Saúde de Santópolis de Aguapeí, cidade da base do parlamentar, "há muitos anos". O médico foi ainda diretor do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Araçatuba e diretor regional da Saúde antes de montar as organizações sociais investigadas na Operação Raio X.

"Cleudson pode pegar prisão perpétua que continua sendo meu amigo. Pelas caridades que fez", disse o deputado, que afirmou que "pedia de tudo para ele, menos dinheiro". "Não me arrependo. Como diretor regional da Saúde, ele foi um dos melhores para atender a nós, prefeitos, políticos e deputados, para fazer cirurgias e esse tipo de coisa. Não me arrependo dessa amizade. Se ele fez coisa errada, que pague pelo que fez."

DIÁLOGOS. O primeiro dos contatos interceptados ocorreu em 12 de abril de 2019. O deputado pergunta se o médico pode liberar um exame de tomografia, e Cleudson o orienta sobre como proceder. No dia 25, os dois voltam a conversar sobre o atendimento que o médico estava prestando ao filho do parlamentar do Avante.

Para a polícia, Cleudson prestava favores a Barbiere, por meio de atendimentos. E este usaria sua influência no governo em benefício do médico. "Me liga que eu vou dar um jeito de resolver lá... E a outra coisa, a parte do hospital, do médico, o senhor me liga, que a parte de falar com o governador... Eu ligo 'pro' senhor. O senhor cuida de aí, que eu cuido de aqui", afirma Cleudson. O deputado então responde: "O rapaz já falou lá, já falou com o chefe daquela área lá".

No dia 5 de maio, é o deputado quem telefona para o médico. Trata-se do diálogo mais longo e que mais despertou a atenção dos investigadores. Barbiere comenta o caso de um médico e diz ao interlocutor que ele deve fazer "o que achar que deve ser feito". "Sim, senhor, tudo bem. Já entendi. Porque é assim: as coisas têm de ter mão dupla, né deputado? Se não for 'pra'... Se for 'pra' não ter mão dupla, chega, chega do senhor ajudar, dos outros ajudar", diz Cleudson. O deputado responde: "Todos nós ajudando todo mundo e eles ajudando nós".

Em seguida, o deputado relata que vai ter uma audiência com o vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB) e questiona se Cleudson quer que ele trate do caso "daquela senhora lá". O médico responde que é melhor ficar "quieto". Barbiere diz ao médico para não se preocupar com um homem que estaria ameaçando os planos. Cleudson então responde que só quer "dar um aperto". "Quem não colabora, vai cortando", diz o parlamentar.

É neste momento que o médico teria deixado claro o papel do deputado na história. "Eu respeito as hierarquias, por exemplo, falei 'pro' Jair (*assessor do deputado*), 'Jair, preciso saber do chefe'." Barbiere o interrompe e diz: "Quem cuida disso é você. 'Cê' sabe o que é bom, se não servir, já sabe o caminho". Cleudson, então, conclui: "Mas eu sempre converso com o senhor antes".

Ao **Estadão**, Barbiere afirmou que ajudou Cleudson para evitar que ele fosse indevidamente prejudicado em uma licitação. Trata-se da AME de Carapicuíba, na Grande São Paulo, que acabou entregue ao grupo de Cleudson. Pignatari teria atuado no mesmo caso.

DOCUMENTO. Um assessor de Barbiere também foi flagrado pela Polícia Civil tentando substituir, no Tribunal de Contas do Estado (TCE), um documento que apontava irregularidade em uma das organizações sociais do grupo, a Santa Casa de Birigui, a fim de não atrapalhar a participação da entidade em uma licitação.

O diálogo entre Jair Braz Pereira, assessor de Barbiere, com um suspeito do caso aconteceu em 11 de julho de 2019. "Eu peço em nome (*do deputado*), entendeu?", diz o assessor. "O que se está pedindo é que a Santa Casa de Birigui não tem contas irregulares", afirma. Pereira então diz que usaria o documento como argumento no TCE de que não estava querendo "fazer nada de errado". ●

VILMA JACOB/ALESP - 10/9/2019

Roque Barbiere afirma que tem relação de amizade com médico

Esquema

R$ 500 mi

foram desviados pelos criminosos por meio de Organizações Sociais de Saúde, diz Operação Raio X

Visita do presidente

Bolsonaro diz a Putin ser solidário à Rússia e sugere parceria em energia

No segundo dia de sua viagem a Moscou, presidente brasileiro elogia líder russo e levanta falsa relação entre sua visita e o recuo militar ainda não confirmado na Ucrânia

EDUARDO GAYER
ENVIADO ESPECIAL A MOSCOU

Após reunião de duas horas realizada em meio à crise na Ucrânia, Jair Bolsonaro disse que sugeriu ao presidente russo, Vladimir Putin, cooperação nas áreas de energia e agricultura. O brasileiro também se disse solidário à Rússia e "aos países que se empenham pela paz".

Diferentemente de outros chefes de governo que visitaram Putin recentemente, Bolsonaro foi recebido com um aperto de mão e sentou-se ao lado do russo. O francês, Emmanuel Macron, na semana passada, e o alemão, Olaf Scholz, na terça-feira, se reuniram com Putin em lados opostos de um mesão de seis metros de comprimento.

A diferença é que Macron e Scholz se recusaram a fazer o teste PCR russo, por temores de que a Rússia pudesse se apossar do DNA dos dois. Já Bolsonaro foi submetido a cinco exames, o último deles na manhã de ontem.

UCRÂNIA. Bolsonaro foi à reunião acompanhado apenas de um intérprete. Nem mesmo o chanceler Carlos França participou. No final, o presidente brasileiro disse que não tratou diretamente com Putin sobre a Ucrânia – como havia recomendado o Itamaraty. No trecho do encontro que foi aberto à imprensa, Bolsonaro disse que era "solidário à Rússia", sem especificar a que se referia.

MIKHAIL KLIMENTYEV/AP

Bolsonaro com Putin no Kremlin; presidente manteve agenda, apesar das críticas, e agradeceu o russo pela parceria em vários setores

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

> ***"Coincidência ou não, parte das tropas deixaram (sic) a fronteira"***
> **Jair Bolsonaro**
> **Presidente do Brasil, ao sugerir que sua visita teve influência na decisão de Putin de retirar parte das tropas**

Mais tarde, ele tentou esclarecer a declaração. "Falei para ele que o Brasil apoia qualquer outro país e é solidário, desde que busquem a paz. E essa é a intenção dele (*Putin*). Não entramos em questões regionais, mas a posição do Brasil é essa", declarou Bolsonaro. "Putin é uma pessoa que busca a paz. Qualquer conflito não interessa a ninguém no mundo."

Na reunião, Bolsonaro mencionou também parcerias no setor de gás e petróleo, além do interesse em pequenos reatores nucleares modulares. Ele agradeceu a Putin pelo envio de fertilizantes, essencial para as lavouras brasileiras – o comunicado do Itamaraty publicado ontem, porém, não menciona a assinatura de nenhum acordo sobre o insumo.

PACIFISTA. Após deixar o Kremlin, Bolsonaro levantou uma falsa relação entre sua viagem à Rússia e a suposta retirada de forças russas da fronteira da Ucrânia. O anúncio do recuo, que ainda não foi corroborado pela Otan, ocorreu antes da chegada do presidente a Moscou, mas seus partidários divulgaram que haveria uma correlação entre os fatos.

"Mantivemos nossa agenda e, por coincidência ou não, parte das tropas deixaram as fronteiras. Entendo que tudo indica uma grande sinalização de que um caminho para a solução pacífica se apresenta no momento para Rússia e Ucrânia", disse a jornalistas depois de jantar com empresários.

Em Washington, o governo americano mostrou que estava atento ao que acontecia no Kremlin. Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, disse esperar que o presidente brasileiro tenha reforçado os valores ocidentais durante a reunião com Putin.

"Esperamos que Bolsonaro tenha aproveitado o encontro com para reforçar as mensagens que estão consagradas nos valores que partilhamos e são parte integrante da ordem internacional com base em regras", afirmou. Price foi questionado sobre as consequências para a relação Brasil-EUA, caso Bolsonaro não tenha compartilhado com Putin a mensagem, mas ele não respondeu. ●

COLABOROU BEATRIZ BULLA

Mortos na 2ª Guerra

Presidente faz homenagem a soldados comunistas

MOSCOU

O presidente Jair Bolsonaro participou ontem de cerimônia em homenagem a soldados do Exército Vermelho mortos durante a 2.ª Guerra. Sem máscara de proteção contra a covid, ele colocou flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, erguido em nome dos militares mortos durante o confronto, entre 1939 e 1945.

O Túmulo do Soldado Desconhecido está nos Jardins de Alexandre, na face norte da sede do governo russo, a poucos passos do hotel Four Seasons, onde o presidente está hospedado em Moscou.

Nos primeiros anos do conflito, soviéticos e nazistas chegaram a ser aliados. A partir de junho de 1941, no entanto, quando Adolf Hitler decide invadir a União Soviética, Josef Stalin muda de lado. Até o fim do conflito, ele empurraria as forças nazistas de volta para a Europa Central, tomando Berlim em maio de 1945.

Cerca de 8,6 milhões de soldados soviéticos morreram, segundo o Ministério da Defesa russo. Estudos recentes da Academia de Ciências da Rússia estimam que mais de 26 milhões de soviéticos – incluindo civis – morreram na 2.ª Guerra.

Ironicamente, a homenagem ao passado soviético da Rússia acontece no momento em que Bolsonaro tenta reciclar o discurso de combate à esquerda e ao comunismo no Brasil, de olho nas eleições presidenciais.

ALAN SANTOS/PR

Bolsonaro em homenagem aos soldados soviéticos da 2ª Guerra

Ontem, após duas horas de reunião com Putin no Kremlin, Bolsonaro se referiu ao russo como um "amigo" e disse que ambos compartilham de "valores comuns", como Deus e família. "Também somos solidários a todos aqueles países que querem e se empenham pela paz", afirmou. ● E.G.

Crise no Leste da Europa

EUA e Otan dizem não haver sinal de recuo militar da Rússia

EFE

Exercícios militares da Ucrânia na região de Rivne; secretário-geral da Otan diz que Rússia continua capaz de uma invasão completa

Moscou garante ter retirado soldados da fronteira da Ucrânia, mas aliados ocidentais afirmam que número de tropas aumentou

WASHINGTON

Os EUA e a Otan disseram ontem que ainda não viram sinais de retirada das tropas russas da fronteira da Ucrânia, mesmo após Moscou dizer que realizou um recuo parcial. A Otan, na realidade, disse ter notado um aumento no número de soldados na região.

Segundo o secretário de Estado americano, Antony Blinken, os EUA não viram evidências de uma retirada militar russa significativa das fronteiras ucranianas, um dia após Vladimir Putin anunciar que a Rússia decidiu retirar "parcialmente" suas forças.

O Ministério da Defesa da Rússia informou ontem que está trazendo de volta para as bases mais soldados, equipamentos e armas, e encerrou os exercícios militares na Crimeia – península ucraniana anexada em 2014 pela Rússia.

CONTRADIÇÕES. As observações contraditórias reduzem as esperanças de que os adversários possam estar mais perto de resolver o impasse e aumentam a incerteza em torno da trajetória da crise. "Infelizmente há uma diferença entre o que a Rússia diz e o que ela faz", disse Blinken à ABC News. "E o que estamos vendo não é um retrocesso. Pelo contrário, continuamos a ver forças – especialmente forças que estariam na vanguarda de qualquer agressão renovada contra a Ucrânia."

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, repetiu a avaliação dos EUA, dizendo que a Rússia continua capaz de "uma invasão completa da Ucrânia sem nenhum aviso prévio". "O que precisamos ver é uma retirada real das forças e não que eles movam as tropas", disse.

Além de não ver um recuo militar, o secretário da Otan disse perceber, na verdade, um aumento no número de soldados na fronteira, o que contradiz a mensagem dos esforços diplomáticos.

> ***"Continuamos a ver forças – especialmente forças que estariam na vanguarda da agressão contra a Ucrânia – em massa na fronteira"***
> **Anthony Blinken**
> **Secretário de Estado dos EUA**

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, rejeitou a avaliação da Otan sobre os níveis de tropas, afirmando que a aliança não havia feito "uma análise sóbria" da situação.

O Ministério da Defesa da Rússia anunciou ontem novas retiradas, dizendo que um trem carregado com tanques, veículos blindados e obuses russos deixou a Crimeia e retornaria às suas bases após a conclusão dos exercícios militares. "O presidente continua dando explicações para o mundo inteiro. Ele fez isso repetidamente na semana passada", declarou Peskov.

ARMAMENTO. Ruslan Leviev, pesquisador que acompanha os movimentos das tropas russas, disse que o equipamento militar que deixou a Crimeia poderia ser redistribuído em bases próximas no leste da Ucrânia.

Muitos analistas estão focados em saber se a Rússia retirará suas forças e armamentos de Belarus, ao norte da Ucrânia, após os exercícios conjuntos que terminarão no domingo. "Nem um único soldado russo, nem uma única peça de armamento permanecerá em Belarus após a conclusão dos exercícios com a Rússia", garantiu ontem o chanceler belarusso, Vladimir Makei.

A Rússia exige que a Otan não se expanda mais para o Leste da Europa, o que impediria a adesão da Ucrânia à aliança atlântica. Putin quer também uma redução significativa da presença de tropas na Europa Oriental.

Os EUA e a Otan disseram que a política da aliança de aceitar novos membros não é negociável, mas um progresso pode ser feito em outras questões, incluindo medidas recíprocas de controle de armas e limitações em exercícios militares no Leste Europeu.

SEPARATISTAS. A Rússia vem apoiando a insurgência de separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk, no leste da Ucrânia, desde 2014. Na terça-feira, a Câmara Baixa do Parlamento russo pediu a Putin que reconheça esses territórios como Estados independentes.

Ontem, Blinken se manifestou contra qualquer reconhecimento, dizendo que isso equivaleria à "rejeição total" da Rússia aos compromissos anteriores e "constituiria uma violação grosseira do direito internacional". ● REUTERS, WP e AP

Bolsonaro não aprendeu nada de política externa

ANÁLISE

CARLOS GUSTAVO POGGIO

Em condições normais, a viagem de um presidente brasileiro à Rússia seria algo que não deveria gerar controvérsia. Afinal, desde Fernando Henrique Cardoso, todos os presidentes se encontraram com Putin. Mesmo em situação de alta tensão geopolítica, não faria sentido cancelar a viagem, que já estava marcada antes da atual escalada. Afinal, cancelar por quê? Porque desagradaria aos EUA?

Ora, não consta que Bolsonaro seja muito apreciado na Casa Branca, então não haveria muito a perder. Além disso, agradar aos EUA não deveria ser o objetivo central da política externa brasileira. Portanto, por si só, não haveria nenhum problema na visita do presidente brasileiro a Moscou. Ocorre que a política externa bolsonarista está longe de ser normal, no sentido literal de representar a norma seguida pelo Itamaraty desde sempre. E é nesse contexto que a viagem de Bolsonaro deve ser entendida.

Explico. Desde que assumiu, Bolsonaro demonstra não compreender um princípio basilar da política externa: o fato de ser uma relação entre Estados e não entre indivíduos. Como se costuma dizer, Estados têm interesses, não amigos. Os custos dessa abordagem amadora ficaram claros naquela que era a principal diretriz da política externa bolsonarista: bajular Donald Trump. Com a derrota do republicano, não lhe sobrou nada. Para analistas, a viagem foi uma oportunidade de examinar se Bolsonaro teria entendido princípios básicos de política externa. A resposta é não.

> **Viagem**
> **O que vimos foi o Bolsonaro de sempre, que vê a política externa como extensão de disputas domésticas**

Na coletiva de imprensa com Putin, a quem chamou de amigo, Bolsonaro disse que compartilha os valores do autocrata russo. Não sabemos o que o presidente brasileiro pensa sobre os esforços de Putin em minar a ordem internacional patrocinada pelos EUA, nem se entre os valores que ele diz compartilhar inclui a perseguição à imprensa e a inimigos políticos. Sabemos que, pelo que disse a jornalistas brasileiros, Bolsonaro acredita que pode ter algo a ver com a retirada de algumas tropas russas da fronteira com a Ucrânia.

O que vimos foi o Jair Bolsonaro de sempre, incapaz de pensar como estadista e olha para a política externa como mera extensão de disputas domésticas. Por aqui, o resultado é uma política externa errática que começa batendo continência para a bandeira americana e termina nos braços de Putin. ●

É PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

HISTÓRIAS DO MUNDO Arquipélago de Chagos

Um pequeno país desafia britânicos

Governo de Maurício ignora a correlação de forças, monta expedição e toma posse de arquipélago do Reino Unido

LONDRES

Maurício, um pequeno país no Oceano Índico, tem um território menor que Luxemburgo. Mesmo assim, decidiu comprar uma briga com o Reino Unido, antiga metrópole colonial, que ainda se agarra a alguns territórios espalhados pelo mundo.

Uma comitiva de Maurício desembarcou esta semana no Arquipélago de Chagos, cerca de 60 ilhotas perdidas a 2 mil quilômetros da capital, Port Louis. Sem cerimônia, eles retiraram os símbolos britânicos, hastearam a bandeira mauriciana, cantaram o hino e colocaram uma placa reivindicando os atóis.

Londres não gostou e reafirmou que o arquipélago é britânico. "Não temos dúvidas sobre nossa soberania", afirmou a chancelaria, em comunicado. "Maurício nunca teve soberania sobre o território e não reconhecemos essa reivindicação."

Por enquanto, nada de arroubos nacionalistas e soldados embarcando em transatlânticos nas docas de Southampton, como em 1982, na expedição para retomar as Malvinas. Desta vez, a história não ajuda.

Chagos sempre foi uma colônia administrada de Maurício. Nos anos 60, Londres decidiu separar os dois territórios, dando a independência para Maurício, em 1968, e criando o Território Britânico do Oceano Índico, que já nasceu prometido para usufruto dos EUA.

Na época, os americanos procuravam uma ilha deserta para montar uma base militar. Os britânicos então arrendaram o arquipélago para os EUA por 50 anos – até 2016. O único problema era que lá viviam 3 mil pessoas, a maioria pescadores e trabalhadores de plantations que produziam óleo de coco.

"Infelizmente, juntamente com os pássaros, vão alguns Tarzans e Fridays (*personagem do romance 'Robson Crusoe'*), de origem obscura, que deverão ser levados para Maurício", escreveu Denis Greenhill, diplomata britânico, em 1966, ao comunicar a Londres o plano de deportação em massa.

Os moradores partiram para o exílio e foram proibidos de voltar. Alguns foram para o Reino Unido, onde formaram uma associação para contestar a expulsão. Em Diego Garcia, maior ilha do arquipélago, os EUA construíram uma base, que mais tarde seria usada pela CIA para realizar interrogatórios secretos na guerra ao terror.

DISPUTA. Maurício alega que o Reino Unido violou uma resolução da ONU, que proíbe o desmembramento de territórios coloniais antes da independência. Até agora, ganhou em todas as instâncias internacionais. Em 2015, teve parecer favorável do Tribunal Permanente de Arbitragem. Em 2019, a Assembleia-Geral da ONU deu um prazo de seis meses para os britânicos deixarem as ilhas. A Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Internacional do Direito do Mar também pediram a devolução de Chagos.

Passado o prazo, Maurício decidiu agir como os colonizadores britânicos. Em janeiro, convocou alguns exilados, montou uma expedição e partiu para tomar posse do território. "É um ato simbólico", disse Jagdish Koonjul, embaixador de Maurício na ONU. Resta saber se Boris Johnson, o premiê britânico, terá paciência para lidar com mais uma crise, desta vez a 9 mil quilômetros de casa. ● AP

ANDREW WINNING/REUTERS

CHAGOS ISLANDS ARE OUR HOME
WE MUST RETURN TO DIEGO GAR[CIA]

Em Londres, exilado de Chagos protesta pelo direito de retorno

ONDE FICA

0 km 150
ÍNDIA
SRI LANKA
OCEANO ÍNDICO
TANZÂNIA
ARQUIPÉLAGO DE CHAGOS
MADAGASCAR
MAURÍCIO

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Acesse e confira
SUA Grana 99PAY
DICAS PARA LIDAR MELHOR COM A GRANA E REALIZAR SEUS SONHOS?
Aqui você encontra conteúdos qualificados sobre educação financeira, de maneira clara e objetiva
- Reportagens
- Entrevistas exclusivas
- Vídeos no TikTok
Produção ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria mobilidade
Patrocínio 99

Tragédia na Região Serrana

Ação insuficiente em área de risco e chuva histórica matam ao menos 94

Outras 24 pessoas foram resgatadas com vida em Petrópolis, mas ainda há buscas e pelo menos 377 estão desabrigadas; autoridades estaduais e federais prometem mais ações

A quantidade de chuva que caiu em Petrópolis anteontem foi a maior registrada na cidade em 24 horas em 90 anos, ou seja, desde o início das medições do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Somada a uma ação ainda insuficiente em áreas de risco, como dizem especialistas e autoridades, a tempestade causou a morte de pelo menos 94 pessoas – 8 crianças. Outras 24 pessoas foram resgatadas com vida, mas ainda há buscas na região e alerta climatológico.

Choveu na cidade fluminense 259,8 milímetros em 24 horas, superando o recorde anterior de 168,2 milímetros, registrado em 20 de agosto de 1952. A chuva, que em quatro horas superou o esperado para todo o mês de fevereiro, ainda causou dezenas de deslizamentos e danos diversos. O governador do Rio, Claudio Castro, afirmou que houve um grande investimento na Região Serrana do Rio, na área de contenção de encostas, nos últimos anos, mas admitiu que ainda não é o suficiente para evitar tragédias como a de anteontem. "O que a gente tem de entender é que existe uma dívida histórica e também o caráter excepcional dessa chuva, a maior desde 1932. Existe o déficit e que sirva de lição para a gente agir de forma diferente."

Castro ainda destacou que o sistema de vigilância local ajudou a alertar os moradores da região, caso contrário a tragédia teria sido ainda pior. "A questão das sirenes funcionou muito bem. A Defesa Civil conseguiu salvar muitas vidas", disse.

Quando a intensidade é superior a 50 mm, a chuva já é considerada violenta. O índice pluviométrico significa que, se tivéssemos uma caixa com 1 metro quadrado, cada milímetro de chuva equivale a um litro de água despejado nessa caixa. Então, 50 mm é o equivalente a 50 litros de água acumulada em 1 metro quadrado.

Conforme dados municipais, 377 pessoas estão desabrigadas. Pontos do centro continuam bloqueados e as aulas da rede pública estão suspensas. A prefeitura orienta que os moradores evitem sair de casa.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Um dos 189 deslizamentos na cidade; o governador Castro falou em 'situação quase que de guerra'

DESAPARECIDOS. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) compôs uma lista que, até o início da noite desta quarta-feira, tinha os nomes de 35 supostos desaparecidos em decorrência das chuvas. As buscas se concentram no local conhecido como Morro da Oficina, no Alto da Serra. Ali, a Defesa Civil estima que 80 casas tenham sido afetadas. Em outras regiões, também há registros de ocorrências – foram 229 até a noite de ontem, das quais 189 por deslizamentos. "Orientamos a população que, ao sinal de qualquer instabilidade nas áreas em que residem, nos acionem", destacou o secretário de Defesa Civil, Gil Kempers. O governador esteve no Morro da Oficina, em Petrópolis, e descreveu o cenário como uma "situação quase que de guerra".

> **Suporte**
>
> **184 pessoas**
>
> **Estavam recebendo suporte da prefeitura em pontos de apoio, que foram abertos no centro, em São Sebastião, Vila Felipe, Alto Independência, Bingen, Dr. Thouzet e Chácara Flora.**

Castro prometeu ainda investimentos para tentar tirar moradores de áreas de risco e levá-los para lugares mais seguros, garantindo que as verbas serão do caixa estadual, mesmo que não venha ajuda federal. "O Estado vai entrar com o que for necessário. Não será por falta de recursos que deixaremos de fazer as obras necessárias. A prioridade total é para pessoas que estejam em áreas de risco. É duro, mas vamos retirar as pessoas desses locais. Teremos uma postura corajosa para fazer o que for necessário, doa a quem doer", afirmou o governador.

BOLSONARO. O presidente Jair Bolsonaro (PL) também se pronunciou. "De Moscou tomei conhecimento sobre a tragédia que se abateu em Petrópolis/RJ. Fiz várias ligações para os Ministros @rogeriosmarinho e Paulo Guedes para auxílio imediato às vítimas, bem como conversei com o @DefesaGovBr General Braga Netto", publicou no Twitter.

No retorno ao País, ele confirmou que visitará amanhã as regiões afetadas e abrirá crédito especial para atender as vítimas. ● MARCIO DOLZAN, FÁBIO GRELLET, ROBERTA JANSEN, PRISCILA MENGUE, LUIZ HENRIQUE GOMES, PAULO FAVERO E EDUARDO GAYER

País tem pelo menos 196 óbitos em decorrência da chuva desde outubro

GONÇALO JUNIOR

Pelo menos 196 pessoas morreram em decorrência das chuvas no País desde 1.º de outubro de 2021. O levantamento considera os dados da Defesa Civil dos Estados e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do Governo Federal. Ao menos cinco Estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo – registraram mortes no período sazonal das chuvas.

Utilizando os mesmos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostrou o efeito devastador da chuva nos últimos seis anos. Foram 637 mortes por desastres decorrentes das chuvas. O estudo também analisou os óbitos por causas dos desastres decorrentes das chuvas. Entre 2021 e 2022, foram 67 mortes, um dos maiores índices da série histórica e superior aos 51 óbitos do período anterior. O recorte com maior número de mortes do estudo foi 2018/2019 com 327. O número engloba, porém, as 264 vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho (MG).

Em São Paulo, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil confirmou 48 óbitos em desastres decorrentes das chuvas desde 1.º de dezembro de 2021. São mil desabrigados e quase 10 mil desalojados.

No Rio, ao menos 94 pessoas morreram, entre elas oito crianças, em Petrópolis, na Região Serrana, após deslizamentos e alagamentos causados pelas fortes chuvas que atingiram a cidade na terça-feira.

Depois de fortes chuvas terem deixado um rastro de destruição no sul da Bahia em dezembro, com rios transbordando por cima das pontes, cidades alagadas até o telhado de suas casas e carros flutuando pelas ruas, o Estado voltou a registrar altos índices pluviométricos nas últimas semanas.

Na terça-feira, a Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado da Bahia (Sudec) confirmou o óbito de um pescador de 69 anos em Jucuruçu. Já foram 27 mortes confirmadas. "Nunca vivemos uma situação como essa na Bahia. Mesmo que as chuvas tenham diminuído de intensidade, ainda é um momento de alerta e trabalhar pelo amparo à população que foi duramente atingida", afirma o coronel Carlos Miguel de Almeida Filho, diretor da Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec). ●

> **Cinco Estados**
>
> **São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo registraram mortes no período**

Tragédia na Região Serrana

Crianças deram mãos a colegas de escola para que enxurrada não as levasse

Alunos de escola que teve parte destruída narraram momentos de pânico; também há relatos de arrastão nas redes sociais

MARCIO DOLZAN
ENVIADO ESPECIAL
PETRÓPOLIS

Ruas enlameadas, ônibus caídos em córregos, inúmeros veículos uns sobre os outros, casas destruídas, falta de energia elétrica em diversos bairros e uma quantidade de mortos que só aumenta. Há ainda incerteza sobre o total de desaparecidos, uma vez que não se sabe ao certo quantas casas – e pessoas – estão soterradas apenas no Morro da Oficina, em Petrópolis, na Região Serrana do Rio.

A área foi a mais atingida pelas chuvas que caíram na cidade fluminense na tarde de terça. Ao longo da madrugada e de toda a manhã, bombeiros, moradores e voluntários trabalharam no resgate de vítimas. No pé do morro, amigos e parentes aguardavam em vão por notícias, uma vez que quase não havia sinal de celular. "Vim por causa de um colega. A mãe e a filha dele, de 5 anos, estão soterradas", contou Letícia Jennifer, de 28 anos. "Meu colega ficou a noite toda ajudando a cavar. A casa tem três andares e o segundo está soterrado."

'FILME DE TERROR'. Letícia é tia de Emanuelle, uma das crianças que estavam na Escola José Fernandes da Silva, na mesma área, que teve a parte dos fundos parcialmente destruída. "Ela (*Emanuelle*) falou que foi horrível, que parecia filme de terror. A água batendo nela, nas cadeiras. Um amiguinho ficava segurando a mão do outro, porque a correnteza estava muito forte."

A mãe de Emanuelle só foi ter notícias da filha por volta das 22 horas, quando a encontrou no pronto-socorro ao lado da escola. "Minha filha ficou soterrada, foi levada para a UPA cheia de barro, bebeu água de lama", narrou a dona de casa Dayana Gonçalves. "Ela me disse que os alunos agiram por conta. Muitos ficaram machucados, havia muitos em estado de choque. Minha filha está muito assustada e disse que não vai mais à escola."

A costureira Sheila Mara Loiola, de 45 anos, que acolheu pessoas em sua casa desde a noite de terça, também esperava notícias de desaparecidos. "Dois amigos perderam a família inteira. Teve uma menina que só sobrou ela. Foi mãe, marido, todo o mundo."

VÍDEOS. Moradores usaram as redes sociais para contar o drama. As publicações e os vídeos incluem deslizamentos, enxurradas com veículos e árvores e até relato de arrastão após os temporais. Em uma série de publicações no Twitter, a astrônoma Geisa Ponte contou que o muro de sua casa desabou. "Estou com meu pai na escada do vizinho. Saímos com a água no peito. Saímos porque já estávamos correndo risco de vida e perdemos tudo", escreveu.

"Cada ano tudo piora, as mudanças climáticas ficam mais fortes (*e mais evidentes*), e nada é feito. Nada", criticou a educadora Ana de Holanda, que repostou um vídeo da enxurrada levando carros e árvores.

Em um vídeo, o youtuber Peter Jordan postou que um arrastão teria ocorrido no centro da cidade. "Gente se aproveitando do caos para roubar as pessoas e lojas."

Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro informou que em algumas regiões do comércio de Petrópolis foram registradas tentativas de arrombamentos e possíveis furtos a estabelecimentos já atingidos pelas chuvas. "Nossas equipes foram deslocadas para os pontos detectados e reforçam a segurança nesses locais." ● COLABORARAM JÚNIOR MOREIRA BORDALO E ROBERTA JANSEN

> ***"Ela me disse que os alunos agiram por conta própria. Muitos ficaram machucados, havia muitos em estado de choque. Minha filha está muito assustada."***
> **Dayana Gonçalves**
> Dona de casa

GOOGLE MAPS

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Antes e depois da chuva na Rua do Imperador; polícia confirma relatos de tentativas de arrombamento

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

Visitantes e funcionários passam a noite ilhados no Museu Imperial

Um grupo de 30 pessoas, entre visitantes e funcionários, que estavam no Museu Imperial de Petrópolis na tarde de terça-feira, quando uma tempestade atingiu a cidade, passou a noite nas dependências do palácio. Entre eles, uma mulher com três crianças. Ninguém ficou ferido. O prédio do museu não sofreu danos e o acervo está preservado.

Dois prédios do complexo, onde funcionam o refeitório e o vestiário dos funcionários, estão comprometidos por um deslizamento no terreno anexo. Ambos foram interditados.

"Estávamos trabalhando quando a tempestade começou e sempre, nessas ocasiões, percorremos os pontos mais críticos do museu para ver se há algum problema, alguma goteira", afirmou a historiadora Claudia Maria Souza Costa, diretora técnica do museu. "Enquanto verificávamos tudo, a cidade desabou; ainda havia visitantes no palácio e só alguns conseguiram buscar seus carros porque a água subiu numa velocidade assustadora."

Segundo Cláudia, até o fim da noite, após a chuva, algumas pessoas conseguiram sair do museu, mas uma boa parte ficou ilhada, já que havia obstruções e deslizamentos nas ruas. "Improvisei um lugar na sala de reunião, com alguns sofás e poltronas, para as pessoas se acomodarem", contou a diretora. "Não havia nada para comer; então recolhi quatro pacotes de biscoito que achei na cozinha e mais alguns nas gavetas dos funcionários e distribui."

Para garantir que as três crianças não se assustassem, ela propôs brincarem de *Uma Noite no Museu*, como no filme de 2006. "Hoje de manhã elas me falaram que adoraram passar a noite no museu, que tinha sido melhor do que o filme."

O palácio foi construído em 1845 e era a residência de verão da família real brasileira. O museu tem o principal acervo do País relativo ao império brasileiro, em especial o Segundo Reinado, sob o governo de dom Pedro II. São cerca de 300 mil itens no acervo. Entre as peças mais visitadas está a coroa imperial de Pedro II. ● R. J.

Ações solidárias unem clubes e utilizam até a possibilidade de PIX

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis está coletando alimentos, cobertores, água potável, roupas e itens de limpeza para os atingidos. Vasco, Fluminense e Botafogo abriram suas sedes para receber doações.

O movimento SOS Petrópolis conta com a possibilidade de aceitar contribuições via PIX para o CNPJ 27.219.757/0001-27. A organização SOS Serra aceita PIX pelo (24) 99303-8885.●

Tragédia na Região Serrana

Estudo indica risco em 20% de Petrópolis

Levantamento feito em 2017 a pedido da prefeitura apontava 27.704 moradias em locais de alto e muito alto risco

PRISCILA MENGUE

Quase 20% do território de Petrópolis abrange áreas avaliadas como de risco alto e muito alto para deslizamentos, enchentes e inundações, segundo o Plano Municipal de Redução de Riscos, divulgado em 2017 pela prefeitura. De acordo com o estudo, a cidade tem 27.704 moradias em locais de alto e muito alto risco. Ali, cerca de 25% das famílias (7.177) precisam ser removidas para novos endereços. O município foi atingido por chuva intensa na terça-feira, com registro de dezenas de mortes e deslizamentos.

Segundo o levantamento, a cidade tem 234 locais com risco alto ou muito alto para deslizamentos, enchentes e inundações, os quais representam 18% do território municipal. A maioria das áreas fica no distrito Petrópolis (102), seguido de Cascatinha (39), Itaipava (35), Pedro do Rio (32) e Posse (26). O estudo foi feito pela empresa Theopratique e encomendado pela prefeitura local.

A população total estimada é de 307,1 mil habitantes, segundo o IBGE. Além disso, no Censo de 2010 a cidade aparece com 96,3 mil domicílios, dos quais 47,7% em condições "semiadequadas" (em relação a saneamento).

O texto cita um levantamento anterior do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, feito de 2010 a 2013, que apontava "risco iminente a escorregamentos" em 132 setores de Petrópolis, onde existiam 4,5 mil casas e 18 mil moradores. Também é mencionado um estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que identificou 894 acidentes de 1938 a 1989. "Infelizmente, de 1989 para cá (2017) os dados de acidentes, principalmente, que tiveram vítimas, não foram organizados nem compilados para formar uma base de dados confiável e disponível para estudos de forma padronizada", destaca.

Entre as maiores dificuldades identificadas pelo relatório na cidade estão: falta de regularidade fundiária nas áreas de assentamentos precários; desaparelhamento e falta crônica de pessoal para as ações de fiscalização; centralização da fiscalização no 1.º Distrito; provincianismo, recorrentes intercessões de chefias superiores, de vereadores; necessidade de recursos para o desfazimento de moradias, transporte e guarda de pertences e aluguel social; e existência de um mercado imobiliário informal, que impele invasões, parcelamentos irregulares, construção de moradias para venda e aluguel.

Saiba mais

● Expansão urbana

O Plano Municipal de Redução de Riscos de Petrópolis, de 2017, aponta que inundações passaram a se tornar mais comuns a partir da década de 40, especialmente na parte mais antiga da cidade, nas proximidades dos Rios Quitandinha e Palatino, em meio às "drásticas transformações da paisagem natural pela expansão do tecido urbano". A partir de 1964, a expansão urbana "ocorreu para porções elevadas das encostas, onde setores mais íngremes eram desmatados para a instalação de moradias de forma esparsa, com cortes e aterros inadequados, sem cuidados com a drenagem", diz o estudo. "A partir de 1976, até os dias de hoje, além da abertura dos loteamentos, a expansão urbana passa a ocorrer via invasões em áreas públicas ou terras particulares devolutas em porções mais íngremes, drenagens naturais, topos de morro, ou seja, áreas com restrição ou total impedimento à ocupação de acordo com o Código Florestal em vigor desde 1965."

INVASÕES. O documento traz exemplos de vias criadas irregularmente em áreas de encosta na cidade. "Em Petrópolis, já existem relatos de invasões organizadas com apoio de milícias e tráfico de drogas, o que torna o problema grave e urgente de soluções. A continuidade da proliferação desta forma inaceitável de ocupação do território da cidade produz efeitos nocivos, na maioria das vezes, de remediação caríssima, pois estes assentamentos irregulares acabam gerando passivos em volumes de obras de infraestrutura, urbanização e saneamento básico."

O texto também indica a necessidade de investimento em recursos humanos e tecnológicos (como controle urbano por imagens de satélite), abertura de canais de denúncia e consolidação de um banco de dados georreferenciado da Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo, com mapas de perigo e risco, por exemplo. ●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Massa de ar frio e relevo causaram chuva extrema na região

A chuva extrema que atingiu a serra do Rio, especialmente Petrópolis, na terça-feira, foi motivada pela formação de áreas de instabilidade a partir da passagem de uma massa de ar fria pelo Estado e potencializada pelas características do relevo da região, segundo meteorologistas ouvidos pelo **Estadão**.

O elevado volume de chuva, concentrada em quatro horas e acima do esperado para todo o mês, causou dezenas de deslizamentos. Também influenciam neste cenário outros fatores, como o histórico recente de chuvas, as mudanças climáticas, a urbanização desordenada e a ocupação do solo, por exemplo.

Ao chegar à região de Petrópolis, a massa de ar frio resultou na chamada "chuva orográfica" ou "chuva de relevo", na qual as características de serra forçam uma elevação dos ventos úmidos, o que leva a um encontro com temperaturas mais baixas e a consequente precipitação. "O relevo obriga a umidade a subir na atmosfera e formar nuvens que devolvem a umidade na forma de chuva", explica Estael Sias, meteorologista da MetSul.

"Primeiro, a passagem da frente fria e, depois, a chuva orográfica elevaram os acumulados de precipitação." Petrópolis fica a pouco mais de 800 metros acima do nível do mar. "O relevo teve papel importante tanto na formação da chuva quanto na ampliação do desastre ao acelerar a descida da água."

Antes de se aproximar da serra, a passagem da frente fria já havia entrado em contato com o ar quente e úmido, o que resultou na formação de nuvens carregadas, segundo a MetSul. Além disso, o fluxo de ar frio vindo do oceano pela tarde também contribuiu na formação de áreas de instabilidade.

Chuvas 'orográficas'
O relevo obriga a umidade a subir na atmosfera e formar nuvens que devolvem a umidade na forma de chuva

Segundo a meteorologista da Climatempo Daniela Freitas, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais chegou a registrar 260 milímetros de chuva em quatro horas, enquanto a média histórica do mês é de 185 milímetros. ● P.M.

ENTENDA

Relevo e massa de ar fria levaram ao temporal

Fenômeno - chuva orográfica

❶ Frente fria
Massa de ar vem do oceano e fluxo de umidade que sobe a serra forma nuvens carregadas

❷ Relevo
Características de serra forçam uma elevação da massa de ar

❸ Nuvens carregadas
Há diminuição de temperatura, com formação de nuvens e precipitação

Deslizamento do solo

Encosta
Construções no morro retiram a vegetação e deixam o solo instável

Solo encharcado
A água encharca o solo, fazendo com que a capa de terra deslize sobre a camada rochosa

FONTES: CLIMATEMPO, METSUL E PROF. DR. EMERSON GALVANI, LABORATÓRIO DE CLIMATOLOGIA E BIOGEOGRAFIA DA USP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Tragédia na Região Serrana

Especialistas dizem que é preciso investir em habitação e alertas

Solução é retirar de forma permanente a população de áreas de risco; informar bem situações de urgência pode reduzir mortes

JÚLIA MARQUES

Desastres como o ocorrido em Petrópolis reforçam a importância de políticas habitacionais no Brasil que retirem de forma permanente a população de áreas de risco. Ao mesmo tempo, será preciso investir em produzir e comunicar bem os alertas para que, em situações de urgência, quem vive em áreas de risco tenha tempo de deixar suas casas.

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Resgate de vítima em Petrópolis; centro de monitoramento de risco foi criado após a tragédia de 2011

Especialistas ouvidos pelo **Estadão** afirmam ainda que medidas como a recomposição vegetal de encostas e margens dos rios também contribuem para tornar as cidades menos suscetíveis a desastres. Os deslizamentos em Petrópolis, que deixaram dezenas de mortos, ocorreram após uma chuva intensa e concentrada. Temporais como este devem se tornar mais frequentes com o aquecimento global, dizem cientistas. Mudanças na temperatura do planeta alteram o regime de chuvas e podem provocar tempestades fortes, que atingem determinadas áreas em poucas horas.

"O volume extraordinário de chuva assusta, mas isso não isenta o poder público de um trabalho de prevenção", diz Pedro Côrtes, geólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, são necessárias políticas de habitação para que populações em áreas de risco sejam remanejadas de forma permanente.

Isso pode ocorrer de diferentes maneiras: pagamento de auxílio-aluguel, compra de imóveis para realocar a população das áreas de risco e até a criação de novos bairros em regiões seguras são alternativas. Em São Paulo, por exemplo, uma das possibilidades é o uso de apartamentos vazios na região central, afirma Côrtes.

Estratégia semelhante foi adotada pela prefeitura de Maricá (RJ), que anunciou a compra de imóveis desocupados para alocar quem mora em regiões vulneráveis. O remanejamento, no entanto, enfrenta barreiras econômicas. "Com os interesses imobiliários em uma cidade, é muito difícil imaginar que vamos encontrar áreas seguras para ter moradias para todo mundo", pondera Victor Marchezini, sociólogo de desastres e pesquisador do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Sem estrutura

24%

das cidades brasileiras não têm coordenação municipal de Defesa Civil, segundo pesquisa do IBGE de 2021. Núcleos comunitários do órgão, para aproximar o trabalho da população, são ainda mais raros.

Marchezini cita soluções alternativas que podem minimizar os riscos, como a que foi adotada para encostas no Recife: a prefeitura entra com material de construção e apoio técnico e os moradores com mão de obra para fazer reparos contra deslizamentos. Nem sempre as obras, porém, dão conta de desastres causados pelo grande volume de chuvas.

ALERTA. Se há população em áreas vulneráveis, então é preciso aprimorar os sistemas de alertas. Hoje, o Cemaden – criado após a tragédia na Região Serrana em 2011, que deixou 918 mortos – faz um monitoramento de risco de deslizamentos de terra e enxurradas a partir de informações sobre o volume de chuvas. Essas informações são repassadas às Defesas Civis locais e precisam chegar até a ponta: a população.

Ocorre, porém, que há gargalos no meio do caminho. Nem todos os municípios têm Defesas Civis e, em alguns locais que têm, falta o básico para o trabalho, como computadores. Além disso, mesmo que a região conte com equipes estruturadas, a existência do alerta nem sempre significa que a mensagem vai chegar aos moradores, evitando as mortes.

Segundo Marchezini, não basta que a população receba alertas de desastre: é preciso saber para onde ir em caso de risco e qual o caminho até o abrigo. Isso tem de ser treinado de forma preventiva, antes que o temporal aconteça.

Além de sirenes – como havia em Petrópolis –, estratégias para retirar momentaneamente as pessoas de suas casas diante de riscos de deslizamentos podem incluir até ligações e envio de mensagens nos celulares, diz Matheus Martins, especialista em drenagem urbana e professor da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Novo planejamento
Cidades precisam rever planos diretores para se adaptarem às mudanças climáticas

Entre cientistas e profissionais responsáveis por esse monitoramento climático, o trabalho agora ficou mais complicado. "Temos, em função de mudanças climáticas, maior dificuldade de fazer previsões meteorológicas", diz Côrtes. "Mas hoje também temos ferramentas mais apuradas."

VERDE. Enquanto os mecanismos de alerta se estruturam, políticas ambientais têm de ser colocadas em prática para reduzir os impactos do clima. Incentivos para quem mantém áreas verdes em casa e faz captação da água de chuva são algumas das ferramentas para transformar centros urbanos no que cientistas chamam de "cidades esponjas" – capazes de absorver mais água.

Gestores também devem investir em recuperar a forma mais natural do rio – as canalizações podem tornar as enchentes mais frequentes – e na ocupação vegetal das bacias hidrográficas, afirma Martins. Até obras de saneamento são importantes para evitar deslizamentos de terra, uma vez que parte do problema de erosão pode estar no lançamento de esgoto nas encostas. ●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

A chuva intensa ficará cada vez mais comum

ANÁLISE

JOSÉ MARENGO

Em uma tragédia como a de Petrópolis, há uma combinação de dois fatores: o excesso de chuvas, que é a parte climática, e a vulnerabilidade e exposição da população. Ou seja, há pessoas morando em áreas de risco, encostas ou perto de córregos canalizados. Os extremos climáticos têm crescido em quase todo o mundo, com muita chuva concentrada em poucos dias ou poucas horas. As projeções sugerem que isso pode aumentar mais no futuro, com o aquecimento global. Em São Paulo, por exemplo, o número de dias com chuvas acima de 100 mm está crescendo. Nos anos 1960 e 1970, era mais ou menos 4; entre 2000 e 2020, foi de 16.

Se nada for feito para reduzir o risco da população, os desastres também vão aumentar. E isso não depende das pessoas: ninguém mora em uma área de risco porque quer. Políticas públicas de moradia podem reduzir o número de pessoas em risco no futuro. Em áreas já ocupadas, é preciso, na pior das hipóteses, evacuar e realocar a população. Vai custar caro, mas, se não fizermos isso, mais pessoas vão morrer. Além disso, precisamos de programas de reflorestamento de áreas de mananciais e encostas. E, se já observamos que o fenômeno está associado ao aquecimento global, é preciso reduzir a crise climática.

Paralelamente, também é necessário trabalhar em melhorias na previsão do tempo, no monitoramento de vulnerabilidade e no sistema de comunicação de alertas. Hoje, dos 5 mil municípios brasileiros, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) monitora 1.038, concentrados em regiões de maior densidade populacional.

São colocados instrumentos para medir chuvas em áreas de risco, umidade do solo, sensores para deslizamentos e movimentos. Mas há municípios que não são monitorados e, para esses, não há como fazer previsões. Se mais áreas fossem acompanhadas, isso poderia ajudar a emitir alertas a todos os que podem ser afetados.

Porém, ainda que tenhamos os melhores modelos hidrogeo-climáticos, a melhor rede observacional de monitoramento climático e hidrogeológico e um grande número de cientistas e tecnologistas, a situação atual de risco de desastres pode não melhorar se nada é feito para reduzir a vulnerabilidade e o risco de populações expostas.

Isso vai depender de políticas públicas ambientais e de criar na população e nos tomadores de decisões uma percepção de risco de desastres naturais, algo que deve ser incluído no currículo escolar. ●

CLIMATOLOGISTA E COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CEMADEN

Pandemia do coronavírus

Governo de SP prevê 4ª dose a partir de abril

Objetivo é começar aplicando o reforço em idosos acima de 90 anos sem comorbidades e ir reduzindo as faixas até chegar ao grupo de 60 anos

JOÃO NOGUEIRA/FUTURA PRESS

Aplicação de vacina contra covid em SP; comitê científico paulista considera idosos imunodeprimidos

ÍTALO LO RE

O governo de São Paulo confirmou ontem que prevê iniciar no dia 4 de abril a aplicação da 4.ª dose da vacina contra a covid-19 em idosos sem comorbidades no Estado. Segundo o médico João Gabbardo, coordenador executivo do comitê científico que assessora o gestão paulista, o objetivo é começar com a imunização do público com mais de 90 anos e ir reduzindo, de forma sucessiva, as faixas etárias até chegar ao grupo de 60 anos.

Até o momento, o Ministério da Saúde só recomenda a aplicação do reforço em pessoas de 12 anos ou mais com comorbidades. Mesmo assim, o Mato Grosso do Sul já começou a vacinar idosos acima de 60 anos e profissionais de saúde com a quarta dose. Enquanto isso, ao menos outros três Estados admitem estudar a medida, além de São Paulo: Espírito Santo, Acre e Ceará.

"O comitê científico concorda com a posição do Ministério da Saúde de que neste momento é estratégico, fundamental que nós tenhamos a conclusão da vacinação", disse Gabbardo. Ele reforçou que as pessoas que, uma vez elegíveis, ainda não tomaram a 2.ª ou a 3.ª dose devem ir aos postos de saúde para completar o esquema vacinal, assim como os imunossuprimidos que ainda não buscaram a 4.ª dose da vacina, conforme orientação do governo federal.

IMUNIDADE DE IDOSOS. Apesar de enxergar esses pontos como prioritários, Gabbardo destacou, por outro lado, que o comitê científico entende que "os idosos também estão incluídos entre esse grupo dos imunodeprimidos". Isso porque, ponderou, eles passam por um processo chamado imunossenescência, em que há uma redução da capacidade imunológica e no tempo em que as pessoas vacinadas apresentam imunidade.

"Isso explica por que, hoje, os hospitais passaram a ter uma concentração maior de pacientes internados idosos, pessoas com mais de 60 anos", explicou Gabbardo. Por esse motivo, justificou, o comitê científico de São Paulo considera que os idosos também devem ser classificados como imunodeprimidos.

"No dia 4 de abril, nós começaremos a vacinação em um cronograma que obedecerá aos critérios de faixa etária. Vamos começar com as pessoas acima de 90 anos e vamos reduzindo essas faixas etárias até a conclusão dos 60 anos", afirmou o médico.

MATO GROSSO DO SUL Mesmo sem recomendação expressa do governo federal, o Mato Grosso do Sul aplica a quarta dose da vacina anticovid em idosos acima de 60 anos e em profissionais de saúde desde 9 de fevereiro. Para receber o novo reforço, os moradores do Estado devem ter sido vacinados com a terceira dose do imunizante há ao menos quatro meses.

"Nós definimos essa medida de acordo com a realidade local. Como observamos que 80% das mortes que estão ocorrendo por covid no Estado são de idosos a partir de 60 anos, seja com as três doses já tomadas ou com a vacinação incompleta, nós entendemos que é importante aplicar a quarta dose naqueles que tomaram a terceira há mais de quatro meses", disse na última semana ao **Estadão** o secretário da Saúde do Mato Grosso do Sul, Geraldo Resende.

Segundo ele, o adiantamento da quarta dose é especialmente importante no Estado porque o Mato Grosso do Sul foi um dos locais cuja vacinação contra covid-19 avançou de forma mais rápida no Brasil. São Paulo também se destacou nesse quesito.

4ª dose em idosos
No MS, pessoas com 60 anos ou mais já podem receber o reforço. SP, ES, AC e CE têm planos

"Com a imunização mais rápida lá atrás, salvamos muitas vidas. Mas agora estamos vendo que, como a imunidade adquirida com a vacina decai depois de quatro, cinco meses, precisamos instituir essa nova medida para preservar a vida dos idosos", apontou o secretário de Saúde Resende. ●

Estado tem queda nas internações por covid, mas mantém alerta

São Paulo tem observado queda na média móvel de internações diárias por covid-19. Ainda assim, o governo estadual mantém o alerta em relação a possíveis aglomerações provocadas com o carnaval, uma vez que os indicadores costumam piorar nos feriados.

Dados da Fundação Seade apontam que, na comparação entre a última semana (de 6 a 12 de fevereiro) e a que a antecedeu (de 30 de janeiro a 5 de fevereiro), houve 23,2% de diminuição na média de hospitalizações no Estado. O indicador foi de 1.264 internações por dia para 971. ● I.L.R.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO
Permanece a vacinação infantil entre 5 e 11 anos. Crianças de 5 anos e imunossuprimidas, entre 6 e 11 anos, devem receber exclusivamente a vacina da Pfizer pediátrica. Todas as pessoas com alto grau de imunossupressão que tenham mais de 18 anos devem tomar duas doses adicionais na capital paulista. A primeira dose adicional deve ser tomada pelo menos 28 dias após a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única). Já a segunda dose adicional deve ser aplicada pelo menos quatro meses após a realização da primeira dose adicional de um imunizante. ●

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	640.868
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	1.046
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	811
TOTAL DE VACINADOS	170.007.119
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	27.812.210
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	147.252
NÚMERO DE RECUPERADOS**	24.516.591

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

NICOM
"O Gigantão da Construção"
AMPLO ESTACIONAMENTO 200 VAGAS
KIT UNIVERSAL Lateral P/ Cx. Acoplada - 9565
Cód.: 4130380
De R$ 139,90
Por R$ 109,90
Desconto -21% Economize R$ 30,00
FITA AUTOFUSÃO 23 19mm X 10m - Branco
Cód.: 372
De R$ 36,90
Por R$ 28,90
Desconto -22% Economize R$ 8,00
ESTA BMW PODE SER SUA
A cada R$ 200 em compras de produtos SHERWIN-WILLIAMS VOCÊ GANHA UM CUPOM para concorrer a uma Moto BMW.
SAC (11) 5033-2021
VISITE NOSSO SITE: www.nicom.com.br
R. Ática, 47 - Brooklin São Paulo/SP • Tel.: (11) 5033-2000
98200-1400
Ofertas válidas de 17/02/2022 a 23/02/2022 ou enquanto durarem os estoques. Preço FOB. Imagens meramente ilustrativas. Não acompanham os objetos decorativos, os acessórios e os metais. A loja reserva-se o direito de corrigir eventuaiserros gráficos. Condição de pagamento para produtos deste anúncio - à vista, retira. Dinheiro-cheque. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: De Segunda a Sexta-feira, das 6h30 às 21h30; Sábado, das 7h às 21h; Domingo e Feriado, das 8h às 20h.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 85% 17° | TARDE 40% 31° | NOITE 70% 19° | VOLUME DE CHUVA 15MM | UMIDADE RELATIVA 40%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
18°/28°	17°/29°	18°/29°	18°/30°

SOL
NASCENTE: 5H55
POENTE: 18H45

LUA: CRESCENTE

CRESCENTE	8/02 10H51
CHEIA	16/02 13H59
MINGUANTE	23/02 19H34
NOVA	2/03 14H38

Estado de SP

VOTUPORANGA 20°/33°
FRANCA 18°/28°
S. J. DO RIO PRETO 21°/32°
ARAÇATUBA 20°/32°
RIBEIRÃO PRETO 20°/31°
ARARAQUARA 20°/32°
ADAMANTINA 23°/35°
SÃO CARLOS 19°/31°
C. DO JORDÃO 13°/26°
PRESIDENTE PRUDENTE 22°/34°
MARÍLIA 19°/32°
BAURU 20°/33°
CAMPINAS 18°/31°
PIRACICABA 18°/32°
S. J. DOS CAMPOS 17°/30°
OURINHOS 21°/32°
ITAPETININGA 17°/31°
SOROCABA 17°/32°
SÃO PAULO 17°/31°
UBATUBA 21°/29°
GUARUJÁ 21°/31°
ITAPEVA 15°/30°
SANTOS 21°/31°
IGUAPÉ 21°/29°
CANANEIA 22°/29°

ACIMA DE 32° / 28° / 24° / 19° / ABAIXO DE 19°

● O dia será de sol entre poucas nuvens e a chuva ganha força no fim da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N, NE, L, SE, S, SO, O, NO — 8 nós | 0,5m

HOJE		
3h16	↑	1,6
9h17	↓	0,4
14h49	↑	1,6
21h25	↓	0,1

SEXTA, 18		
3h46	↑	1,4
9h45	↓	0,4
15h20	↑	1,5
21h51	↓	0,2

SÁBADO, 19		
4h14	↑	1,3
10h12	↓	0,5
15h53	↑	1,4
22h14	↓	0,3

DOMINGO, 20		
4h41	↑	1,1
10h35	↓	0,5
16h28	↑	1,2
22h30	↓	0,4

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/33°	MACEIÓ	23°/33°
BELÉM	23°/33°	MANAUS	23°/32°
BELO HORIZONTE	18°/27°	NATAL	23°/32°
BOA VISTA	24°/35°	PALMAS	23°/29°
BRASÍLIA	19°/27°	PORTO ALEGRE	20°/31°
CAMPO GRANDE	23°/34°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	24°/35°	RECIFE	24°/32°
CURITIBA	17°/27°	RIO BRANCO	23°/31°
FLORIANÓPOLIS	21°/29°	RIO DE JANEIRO	20°/32°
FORTALEZA	23°/32°	SALVADOR	24°/32°
GOIÂNIA	21°/28°	SÃO LUÍS	24°/32°
JOÃO PESSOA	23°/31°	TERESINA	22°/34°
MACAPÁ	23°/33°	VITÓRIA	22°/28°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	25°/39°	MÉXICO	-3	15°/24°
ATENAS	5	11°/13°	MIAMI	-2	20°/29°
BARCELONA	4	8°/18°	MONTEVIDÉU	0	20°/25°
BERLIM	4	6°/11°	MOSCOU	6	-1°/1°
BRUXELAS	4	7°/13°	NOVA YORK	-2	3°/14°
BUENOS AIRES	0	20°/29°	PARIS	4	8°/13°
CARACAS	-1	19°/26°	ROMA	4	6°/13°
CHICAGO	-2	-3°/7°	SANTIAGO	0	15°/32°
ESTOCOLMO	4	-3°/1°	SYDNEY	14	20°/34°
GENEBRA	4	1°/4°	TEL-AVIV	5	10°/17°
JOHANNESBURGO	5	18°/29°	TÓQUIO	12	3°/6°
LIMA	-2	20°/28°	TORONTO	-2	-2°/7°
LISBOA	3	10°/19°	WASHINGTON	-2	6°/18°
LONDRES	3	7°/10°			
LOS ANGELES	-5	12°/28°			
MADRID	4	6°/16°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

SP pretende vacinar crianças em escolas públicas e privadas

Governo estadual cria Semana E, com busca ativa em colégios para imunizar também adolescentes que não tomaram a 2.ª dose

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

ÍTALO LO RE

O Estado de São Paulo atingiu a marca de 60% do público-alvo de 5 a 11 anos vacinado com a primeira dose contra a covid-19, o equivalente a 2,4 milhões de crianças, anunciou ontem o governo paulista. Agora, a meta é avançar na imunização dessa faixa etária por meio da mobilização em escolas públicas e privadas. A busca ativa nesses locais, nomeada de Semana E, começa no sábado e vai até o dia 25 deste mês.

Conforme mostrou o **Estadão**, a desinformação e o estoque baixo têm travado a vacinação de crianças no Brasil. O governo de São Paulo busca, em meio a isso, aumentar a cobertura vacinal desse público, além do engajamento de adolescentes que estão nas escolas e não completaram o esquema vacinal.

"É muito importante que a gente possa usar esse território da escola para fazer a vacinação", disse a coordenadora do Plano Estadual de Imunização (PEI), Regiane de Paula. Durante a Semana E, as cidades poderão montar postos volantes de vacinação nas escolas municipais, estaduais e privadas. Segundo Regiane, o Estado tem ainda um contingente de 2 milhões de pessoas que não retornaram para tomar a segunda dose, sendo que mais de 1 milhão é de adolescentes, que, em grande parte, estão no ensino médio.

SEMANA E. O secretário da Educação de São Paulo, Rossieli Soares, disse que, para viabilizar o plano, está em contato com as Secretarias de Educação e Saúde municipais. As prefeituras que aderirem poderão vacinar as crianças na Semana E "sem burocracia", só com um documento de concordância dos pais ou responsáveis, que não precisarão estar presentes na aplicação.

Imunização em SP
A 1ª dose foi aplicada em 41 milhões – 91,33% –, e 37,6 milhões (81,2%) tomaram 2 doses ou a única

Por outro lado, o secretário disse que o governo não prevê exigir passaporte vacinal de crianças em escolas. "Cobramos a carteira de vacinação, e, se não for apresentada e (*a criança*) não estiver vacinada, informamos às autoridades do Conselho Tutelar", afirmou.

Dados do governo paulista apontam que, ao todo, já foram aplicados 97,6 milhões de doses de vacinas contra covid no Estado, e 41 milhões de pessoas – 91,33% da população – receberam ao menos a primeira aplicação, enquanto 37,6 milhões (81,2%) receberam duas doses ou dose única.

CORONAVAC. O governo paulista também anunciou que o Instituto Butantan inicia hoje a entrega de 10 milhões de doses da Coronavac ao Ministério da Saúde para imunização infantil. "Com isso, estaremos ajudando outros governos estaduais a acelerarem o seu processo de vacinação de crianças", disse o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

Segundo o presidente do Butantan, Dimas Covas, o contrato para a entrega de doses foi assinado entre a noite de terça e a manhã de ontem. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou em janeiro o uso da Coronavac na faixa etária entre 6 e 17 anos. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Problemas com o programa de milhas

Reclamação de Henrique Marchina: "Inicio dizendo que estou desde o dia 21 de dezembro tentando contato por telefone e chat. A Smiles não promove interação com humanos, por isso, não conseguiu me prestar atendimento. Ao entrar na minha conta, para tentar emitir uma passagem, vi que minha conta havia sido invadida. Trocaram meu e-mail, número de telefone e senha. Após algumas tentativas, consegui alterar o cadastro novamente com facilidade, o que demonstra falha na segurança do site. Ao conseguir acessar minha conta, mais surpresas, resgataram, no dia 18 de novembro, 52 mil milhas da minha conta e trocaram por uma passagem para um passageiro desconhecido. Cliente do clube desde 2005, com pagamentos mensais e usuário frequente, estou indignado com o descaso no atendimento e as falhas na segurança."

Resposta da Smiles: "A área responsável entrou em contato para orientação sobre acesso e medidas de segurança. Após análise, as milhas foram reembolsadas. Também foi reforçado sobre os canais de atendimento da empresa. O senhor Henrique agradeceu o contato e o atendimento". ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

O carnaval de São Paulo

Mau grado as grandes difficuldades com que estão lutando, em virtude da parcimonia dosdonativos que lhes têm sido feitos, as sociedades carnavalescas quese preparam para commemorar o Carnaval deste anno estão trabalhandocom grande actividade na construcção dos seus prestitos. Em todosos barracões há vários operarios que, sob a direcção deconhecidos artistas, andam numa dobadoura para terminar a tempo asobras que lhes foram confiadas. Emquanto isso, os directores dassociedades, para maior animação dos preparativos das homenagens aserem prestadas dentro em pouco ao rei da Alegria... ●

Carnaval de 1922
Lança perfume Rodo, nacional e estrangeiro, lança perfume Vlan e Brasil
Incontestavelmente os melhores
CONFETTIS e SERPENTINAS
Grandes "stocks"
Vendas por atacado — Aos menores preços
A. P. DE SOUZA & C.
Rua Santa Ephigenia, 125

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Adelia Bearari Bergamasco – Dia 13, aos 93 anos. Era viúva de Reynaldo Bergamasco. Deixa os filhos Denilson e José. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria das Graças Florindo – Dia 12, aos 91 anos. Era viúva de José Antonio Florindo. Deixa os filhos José, Veronica, Cristiano e Genoveva. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Marjorie Mary Marotti Bocater – Dia 12, aos 67 anos. Filha de Antonio Bocater e Maria Linda Marotti Bocater. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Roseli de Oliveira Fernandes – Dia 12, aos 49 anos. Era casada com Orlando Carlos Fernandes. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Yoshiko Tanaka Kono – Dia 12, aos 91 anos. Era viúvo de Kaneyoshi Kono. Deixa os filhos Nair e Edson. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Tosta Berlinck – Dia 13, aos 83 anos. Era casado. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério do Araçá.

João Carneiro Cardoso – Dia 11, aos 69 anos. Deixa os filhos Guilherme e André. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSA

Flávio João Lavieri – Dia 19, às 16 horas, na Paróquia São Rafael, no Largo São Rafael, s/nº, Mooca (7º dia).

Cemitério Israelita do Butantã (Shloshim)

Esther Wajskop Terdiman – Dia 20, às 9h30, no S O - Q 338 - Sep. 125.

Campeonato Paulista

Tranquilo, Palmeiras vence e cura 'ressaca' do Mundial

Vitória sobre a Ferroviária por 2 a 0 coroa o 100.º jogo do técnico Abel Ferreira à frente da equipe; Corinthians atropela o São Bernardo

Abel Ferreira celebrou ontem o seu centésimo jogo no comando do Palmeiras e quem comemorou foi o torcedor. Na primeira partida após a frustração de ter perdido o título do Mundial de Clubes para o Chelsea no último final de semana, a equipe voltou ao Campeonato Paulista e enfrentou a Ferroviária em Araraquara com um time alternativo. Tranquilo em campo, o Alviverde soube esperar os momentos certos para definir o resultado, sofreu muito pouco e venceu o jogo por 2 a 0, gols de Murilo e Breno Lopes.

Com o resultado, o Palmeiras chegou aos 13 pontos em cinco jogos, e é o líder do Grupo C do Paulistão, com dois jogos a menos do que o vice-líder, Ituano, que tem 11 pontos. A Ferroviária segue na terceira colocação no Grupo B, com sete pontos.

O Corinthians continua com 100% de aproveitamento no comando do técnico interino Fernando Lázaro. Chegou à terceira vitória seguida ao vencer o São Bernardo por 3 a 0, na Neo Química Arena. Com o triunfo, chegou a 13 pontos, na liderança tranquila do Grupo A do Campeonato Paulista. Róger Guedes, duas vezes, e Willian fizeram os gols. O meia marcou de pênalti seu primeiro gol na sua volta ao clube.

Depois de um primeiro tempo morno, em que não conseguiu articular jogadas, o Corinthians se acertou na etapa final, jogando com mais velocidade, e chegou tranquilamente à vitória.

CESAR GRECO/PALMEIRAS

Murilo comemora após ter marcado o primeiro gol do Palmeiras

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/JornaisBrasil

7ª RODADA DO PAULISTÃO

FERROVIÁRIA 0 × PALMEIRAS 2

Gols: Murilo, aos 37 do 1º tempo. Breno Lopes, aos 21 do 2º tempo.
FERROVIÁRIA: Saulo; Bernardo, Bruno Leonardo, Léo Rigo e Breno Lopes; Marquinhos (Tony), Thomaz (Julio Vitor), Rafael Luiz (Jhoninha), Gegê e Orejuela (Gleyson); Bruno Mezenga. **Técnico:** Elano.
PALMEIRAS: Weverton; Mayke, Murilo, Kuscevic e Jorge; Patrick de Paula (Raphael Veiga), Jailson (Gabriel Menino) e Atuesta; Wesley (Rony), Rafael Navarro (Deyverson) e Gabriel Veron (Breno Lopes).
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Raphael Klaus.
Cartões Amarelos: Marquinhos, Bernardo e Bruno Leonardo.
Renda e público: Não divulgados.
Local: Arena Fonte Luminosa, em Araraquara.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS 3 × SÃO BERNARDO 0

Gols: Róger Guedes, aos 9 e aos 23, Willian, aos 27 do 2º tempo.
CORINTHIANS: Cássio; Fagner (João Pedro), João Victor, Gil e Fábio Santos; Du Queiroz (Cantillo), Paulinho, Renato Augusto, Giuliano (Luan) e Willian (Mantuan); Róger Guedes (Jô). **Técnico:** Fernando Lazaro (interino).
SÃO BERNARDO: Júnior Oliveira; Joilson (Romisson), Matheus Salustiano e Ligger;Cristóvan, Léo Gomes, Vitinho Mesquita (Ravanelli) e Igor Fernandes; Silvinho, Paulo Moccelin e João Carlos (Gustavo Ramos). **Técnico:** Márcio Zainardi.
Árbitro: Thiago L. de Mattos.
Amarelos: Moccelin, Matheus Salustiano, Fábio Santos, Cristóvan.
Público: 21.145 (total).
Renda: R$ 1.048.278,00.
Local: Neo Química Arena.

JOGOS DE HOJE. O São Paulo, que vem de duas vitórias seguidas e suadas, recebe a Inter de Limeira no Morumbi, às 21h30, e a torcida espera um rendimento melhor. O time é o segundo colocado do Grupo B com sete pontos. Usando o Paulistão como laboratório, o técnico Rogério Ceni já testou 24 jogadores na tentativa de montar o time ideal.

Ceni explicou por que tanta rodagem no elenco neste início de ano. "Não quero chegar no começo do Campeonato Brasileiro com o time muito desgastado. Quero evitar, ao máximo, o número de lesões. Também quero dar oportunidades para todos também."

Ceni parece começar a rascunhar o time ideal do São Paulo. Com três gols em cinco partidas, Calleri é o homem-gol e deve ser o camisa 9 da equipe para a sequência da temporada. Já Alisson, Rigoni e Sara são os únicos três jogadores que atuaram em todas as partidas da equipe no ano, sinal de que têm total confiança do técnico.

Jandrei deve ser o goleiro escolhido e, apesar da qualidade e experiência de Miranda, a dupla de zaga deve ter Diego Costa e Arboleda.

Já o Santos visita o Mirassol às 19h e o técnico Fábio Carille mais uma vez mandará o time a campo apostando na molecada. Para evitar o desgaste do elenco, o treinador deu descanso a Ricardo Goulart, já de olho no clássico com o São Paulo, no domingo, e também adiou o retorno do zagueiro uruguaio Velázquez, recuperado de lesão.

Kaiky será mantido na defesa e Ângelo, relacionado após superar uma torção no tornozelo, tem tudo para formar a dupla ofensiva com Marcos Leonardo. Ficaria em dúvida apenas na armação, com Pirani brigando com Marcos Guilherme pela vaga. O Santos é o segundo colocado do Grupo D com nove pontos. ●

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO × INTER DE LIMEIRA

SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha (Igor Vinícius), Diego Costa (Miranda), Arboleda e Reinaldo; Rodrigo Nestor, Igor Gomes, Sara, Alisson e Rigoni; Calleri. **Técnico:** Rogério Ceni.
INTER DE LIMEIRA: Lucas Frigeri; Léo Duarte, Filemon, Xandão e Rafael Carioca; Jhony Douglas, Matheus Galdezani e Thiago Alagoano; Geovane, Ronaldo Silva e Diego Tavares. **Técnico:** Vinícius Bergantin.
Árbitro: Vinicius G. Dias Araújo.
Horário: 21h30.
Local: Morumbi.
TV: HBO Max / Estádio TNT Sports.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

MIRASSOL × SANTOS

MIRASSOL: Darley; Rodrigo Ferreira, Thalisson Kelven, Lucão e Pará; Luís Oyama, Neto Moura, Claudinho e Negueba; Fabrício e Zeca.
Técnico: Márcio Zanardi.
SANTOS: João Paulo; Madson, Kaiky, Eduardo Bauermann e Felipe Jonatan (Lucas Pires); Camacho, Zanocelo e Marcos Guilherme (Pirani); Ângelo, Marcos Leonardo e Lucas Braga. **Técnico:** Fábio Carille.
Árbitro: Thiago Luís Scarascati.
Horário: 19 horas.
Local: Estádio Municipal, Mirassol.
TV: Pay per view.

Liga dos Campeões

Firmino abre o caminho para a vitória do Liverpool

Roberto Firmino deu ontem o primeiro passo para recuperar seu lugar no time titular do Liverpool ao sair do banco de reservas e abrir caminho da boa e sofrida vitória do time inglês sobre a Internazionale, por 2 a 0, em Milão, pelas oitavas de final da Liga dos Campeões.

Quem vê o resultado apenas, não imagina o tamanho do sofrimento do Liverpool na partida, sobretudo no segundo tempo, no qual a Inter criou bastante e merecia maior sorte. Foi uma amarga derrota de quem jogou melhor e criou oportunidades. O primeiro gol do jogo, por exemplo, saiu somente aos 30 minutos da etapa final, em uma das raras chegadas no ataque dos ingleses. O lateral Robertson cobrou escanteio na cabeça de Firmino, que deu a casquinha e mandou no canto de Handanovic.

Salah fechou a conta aos 38 minutos, aproveitando sobra dentro da área.

Méritos também na vitória do Liverpool para Jürgen Klopp, que mexeu bastante na equipe quando era dominado. As mudanças surtiram efeito e o Liverpool carrega enorme vantagem para Anfield, dia 8 de março, no duelo de volta.

BAYERN EMPATA. Na Áustria, o favorito Bayern de Munique não fez boa partida, passou por parte do tempo em desvantagem no placar, mas acabou empatando com o Red Bull Salzburg por 1 a 1. Adamu, aos 20 minutos da etapa inicial, fez gol dos austríacos. Coman empatou aos 44 minutos do segundo tempo. ●

OITAVAS DE FINAL - IDA

	TERÇA-FEIRA		
	PSG 1 x 0 Real Madrid		
	Sporting 0 x 5 Manchester City		
	ONTEM		
	Internazionale 0 x 2 Liverpool		
	RB Salzburg 1 x 1 Bayern Munique		
	22/2 (TERÇA)		
17h	Chelsea	x	Lille
17h	Villarreal	x	Juventus
	23/2 (QUARTA)		
17h	Benfica	x	Ajax
17h	Atlético Madrid	x	Man. United

JOGOS DE VOLTA: DIAS 8,9,15 E 16 DE MARÇO

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Liga Europa
Barcelona x Napoli
14h45 / Cultura / ESPN
Porto x Lazio
17h / ESPN 4
● Campeonato Paulista
Mirassol x Santos
19h / Pay per view
São Paulo x Inter de Limeira
21h30 /HBO Max

TÊNIS
● Rio Open
16h30 / SporTV 2

BASQUETE
● NBA
W. Wizards x Brooklyn Nets
21h30 / SporTV 3

EXPANSÃO CRIPTO

As criptomoedas tiveram um crescimento expressivo nos últimos anos, mas poucos países já têm uma regulamentação própria para elas

Valor de mercado das 10 maiores criptomoedas do mundo*

EM BILHÕES DE DÓLARES

Criptomoeda	Valor
BITCOIN	838,5
ETHEREUM	378,4
TETHER	78,7
BINANCE COIN	72,4
USD COIN	52,5
XRP	40,4
CARDANO	35,4
SOLANA	33,2
AVALANCHE	22,6
TERRA	22,4

* VALORES DE 15/2/2022; ** ATÉ 15/2

Valor total de criptomoedas no mundo

US$ 2,08 trilhões

BITCOIN REPRESENTA 40%

12.589

MOEDAS EXISTENTES

Valor do bitcoin

O valor do bitcoin disparou nos últimos anos, mas teve um tombo desde o pico no ano passado

EM DÓLARES

70.000
60.000
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0

135,30 — 28/ABR 2013
67.617 — 9/NOV 2021
44.574,32 — 16/FEV 2022

—*Apesar de iniciativas, FMI cobra ação conjunta contra instabilidade*

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Países correm para regular mercado de criptomoedas

THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

DADO RUVIC/REUTERS

Dinheiro virtual

Apesar do volume já movimentado (chegou a US$ 3 trilhões em novembro de 2021), poucas nações têm regras abrangentes

O avanço das criptomoedas no mundo é inegável e parece irreversível. O ativo chegou a movimentar US$ 3 trilhões (por volta de R$ 15,3 trilhões) em novembro do ano passado, segundo a plataforma CoinGecko, valor que recuou nas últimas semanas. O fluxo provoca uma grande discussão em todos os países: como regular esse mercado, prevenindo riscos que as moedas digitais trazem – como a facilidade maior para a lavagem de dinheiro –, mas sem perder as oportunidades que elas oferecem?

Atualmente, poucas nações contam com legislações abrangentes sobre o tema, mas o debate é intenso tanto entre autoridades nacionais quanto nos organismos internacionais. Cada país adota uma estratégia para manter esse mercado sob controle e as regras variam bastante, apesar dos apelos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para uma atuação coordenada.

Na maioria dos casos, as autoridades financeiras nacionais estão à frente do processo, mas, como o universo de criptoativos é abrangente – podendo funcionar como investimento, meio de pagamento ou ainda para acessar algum benefício específico (utility tokens) –, é comum que algumas atividades sejam reguladas e outras, não, dentro de um mesmo país.

Dentre os locais com legislações mais avançadas, destacam-se Japão, Cingapura e outros países menores, que tentam se firmar como pioneiros na moedas digitais. El Salvador, por exemplo, é a única nação que reconhece uma criptomoeda, o bitcoin, como divisa nacional, desde o ano passado. Na outra ponta, a China proibiu, também no ano passado, atividades ligadas ao ativo, caminho que o Banco Central da Rússia gostaria de seguir, mas parece não ter o aval do presidente do país, Vladimir Putin.

VOLATILIDADE. Conhecido por sua alta volatilidade, o mercado de criptoativos entrou em trajetória de baixa acentuada desde o pico atingido em novembro, especialmente por conta da perspectiva de alta de juros nos Estados Unidos, segundo a gestora de criptomoedas Hashdex. Ainda assim, o NCI (Índice de Criptoativos da Nasdaq), a bolsa americana de tecnologia, fechou 2021 com valorização de 102%.

O FMI atesta o forte crescimento nos últimos anos e também a expansão das conexões com o sistema financeiro regulado, o que coloca desafios à estabilidade financeira. Há também receio do impacto da adoção dos ativos como moeda oficial, especialmente em mercados emergentes e em desenvolvimento.

Por ser um ativo de natureza global, o FMI argumenta que as regras nacionais são limitadas e que medidas regulatórias descoordenadas podem facilitar fluxos de capital "potencialmente desestabilizadores". Por isso, defende que o Comitê de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês) desenvolva uma estrutura global com padrões para regulamentação.

Para o fundo, seria adequado exigir autorização para prestação de serviços com ativos digitais e conformidade de regras entre criptoativos e produtos correlatos já regulados. Por exemplo, se usados para pagamentos, deveriam ser regulados por bancos centrais.

"Os países estão adotando estratégias muito diferentes, e as leis e regulamentações existentes podem não permitir abordagens nacionais que incluam de forma abrangente todos os elementos desses ativos", diz o FMI, em relatório de dezembro de 2021.

Ganho ou perda no mês

As criptomoedas são vistas como opção de investimento, mas a sua volatilidade é ainda mais alta do que a das ações na Bolsa

EM PORCENTAGEM

Mês	IBOVESPA	ÍNDICE DE CRIPTOMOEDAS DA NASDAQ - NCI
MAI 2021	6,2	-32,8
JUN	0,5	-2,6
JUL	-3,9	14,7
AGO	-2,5	21,8
SET	-6,6	-9,7
OUT	-6,7	43,5
NOV	-1,5	-3,6
DEZ	2,9	-20,0
JAN 2022	7,0	-20,7
FEV**	2,4	15,2

Regulação de criptomoedas em outros países

Reino Unido
Luxemburgo
Itália
Gibraltar
Alemanha
União Europeia
Bermudas
Malta
Dubai
Abu Dhabi
China
Japão
Hong Kong
Cingapura
Austrália
Brasil

El Salvador
BITCOIN É MOEDA OFICIAL

COMPRA E VENDA REGULAMENTADA
EMPRESAS PRECISAM DE PERMISSÃO PARA ATUAR
NEGOCIAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS É PERMITIDA, MAS REGULAMENTAÇÃO AINDA ESTÁ EM DISCUSSÃO
COMPRA E VENDA É PROIBIDA

FONTES: COINGECKO, BROADCAST, NASDAQ, MERCADO BITCOIN / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

LUKE MACGREGOR/BLOOMBERG

BUY YOUR BITCOINS HERE

Placa em café em Londres indica caixa eletrônico para a compra de bitcoins; ativo de alta volatilidade

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

FMI pede a El Salvador que deixe de usar bitcoin como moeda legal

O Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu a El Salvador, no final do mês passado, para abandonar o uso do bitcoin como moeda legal, devido aos riscos à estabilidade financeira. O pedido representa a mais recente reviravolta nas negociações entre o fundo e o país altamente endividado da América Central, que busca empréstimo de US$ 1,3 bilhão.

O FMI afirmou que a adoção da divisa digital também cria riscos para estabilidade financeira e proteção de consumidores, além de impor dificuldades ao quadro fiscal.

Em setembro do ano passado, El Salvador se tornou o primeiro país do mundo a adotar o bitcoin como moeda local e exigiu que todas as empresas aceitassem o ativo como meio de pagamento. A medida foi celebrada por defensores da criptomoeda, mas economistas alertaram que o presidente Nayib Bukele não levou em conta os problemas que a divisa poderia trazer a uma economia de US$ 26 bilhões.

El Salvador, que atualmente está negociando um programa de ajuda financeira com o FMI, não consultou o fundo sobre seus planos, segundo pessoas familiarizadas com as negociações.

No ano passado, funcionários do FMI disseram a empresas de classificação de risco que um acordo com El Salvador estava próximo, mas as negociações pararam desde então, em parte por causa da decisão-surpresa de Bukele de aprovar uma lei para tornar o bitcoin moeda de curso legal. ● DOW JONES NEWSWIRES

O Resumo de Regulação de Criptoativos de 2022 da bolsa de valores americana Nasdaq aponta avanços recentes em 28 economias-chave. Segundo o documento, o Japão foi o primeiro país a ter um sistema legal para regular a negociação de criptoativos, em 2016. Cingapura, Abu Dhabi e Bermudas também têm legislações amplas sobre o tema.

REGULAÇÃO. Dentre as propostas mais recentes, destacam-se Estados Unidos e Índia. Na maior economia do mundo, a SEC, xerife do mercado de capitais, divulgou, em janeiro, proposta que pode de colocar as plataformas de negociação sob sua regulação, no caso de compra e venda de ativos virtuais considerados valores mobiliários.

A proposta é que essas plataformas sejam caracterizadas como uma corretora ou sistema alternativo de negociação, segundo a chefe de regulação e design de produto da plataforma Mercado Bitcoin, Juliana Facklmann. "É uma proposta muito interessante, porque o credenciamento para praticar a atividade seria feito por um autorregulador, a autorização seria descentralizada e mais simples, dando segurança ao mercado sem impedir a concorrência." O mercado futuro de criptoativos nos EUA já é regulado pela Comissão de Negociação de Futuros de Commodities.

Na Índia, o governo informou no início do mês que vai taxar em 30% os lucros com moedas virtuais e que deve lançar sua CBDC, a rúpia digital, até o ano que vem, movimento que foi visto no setor como um passo para regulação. As CBDCs são um esforço de autoridades monetárias mundiais para manter a soberania da moeda em um ambiente de crescimento de criptomoedas em geral, mas, em especial, de stablecoins, criptoativo de emissão privada com lastro em um ativo real, por isso mais estável. "Hoje, o regulador já entendeu que é um caminho sem volta. Fazer uma CBDC é uma forma de estar dentro da competição", diz Rudá Pellini, presidente da Arthur Mining, mineradora de ativos digitais que opera nos Estados Unidos e autor do livro *O Futuro do Dinheiro*.

Riscos
O FMI diz que medidas descoordenadas podem facilitar fluxos de capital 'potencialmente desestabilizadores'

Dentre as propostas em estudo, Facklmann, do Mercado Bitcoin, destaca a União Europeia, que tem projeto bastante abrangente em tramitação no Parlamento, mas se destina a "utility tokens" e meios de pagamento, sem abarcar investimentos. Dentro do bloco, a França quer se firmar como um país aberto ao mundo cripto e o governo também trabalha em uma legislação específica.

No Brasil, há projetos em discussão no Congresso e a tendência é a criação de regras básicas para o mercado, que devem ser mais bem detalhadas em regulamentação posterior, provavelmente a cargo do Banco Central. "Cada país está vivendo sua experiência, fazendo o melhor", sintetiza Facklmann, que, apesar disso, vê um "espírito confluente" até porque nenhum país quer ficar para trás e perder oportunidades desse mercado. ●

Ciência

Realidade virtual para incentivar a vacinação infantil

Pesquisador de 23 anos do MS levou iniciativa para a rede municipal e quer expandir uso do equipamento

JÚNIOR MOREIRA BORDALO

Iniciada há apenas um mês no Brasil, a campanha nacional de vacinação contra a covid-19 em crianças de 5 a 11 anos poderá ganhar um reforço tecnológico. Pelo menos é o que deseja o estudante de engenharia da computação Luiz Fernando da Silva Borges, de 23 anos, com seu projeto-piloto que recorre a óculos de realidade virtual para diminuir o medo dos pequenos e a insegurança dos pais no momento da imunização. A intenção é que a iniciativa seja usada gratuitamente em todo o País por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto de Borges teve início em sua cidade natal, Aquidauana (MS), e contou com o apoio da prefeitura. Ao todo, 20 crianças, entre 5 e 11 anos, receberam as doses de proteção com o auxílio tecnológico. Ele reforçou que todos os pais apoiaram a decisão dos filhos em participar e listou três motivos de o experimento ser uma alternativa para atrair o público infantil.

"Primeiro: a retirada da questão do desconforto inicial, o medo. Segundo: a atratividade. As crianças já estão ligadas nesse universo do metaverso (*nome dado ao mundo virtual que tenta replicar a realidade por dispositivos digitais*); elas querem participar. Terceiro, pesquisas apontam que a maior parte dos efeitos colaterais sentidos após aplicação da agulha também vieram de placebo, como soro fisiológico. São causados pelo temor daquele momento. Então, a intenção é reduzir também o desconforto pós-vacinação", explicou Borges ao **Estadão**.

Já utilizado por alguns laboratórios particulares e hospitais para realização de exames e alguns tratamentos, o óculos de realidade virtual é uma tecnologia de interface que simula um ambiente virtual, usando seus sentidos conforme a imagem que se está vendo.

ANIMAÇÃO. A proposta funciona do seguinte modo: ao pôr o equipamento, a criança verá uma fada preparando uma armadura para se vestir no mundo virtual. A personagem tem ombreira e alguns adereços mágicos. Enquanto isso, o profissional de saúde passa o algodão com álcool no braço, seguido da vacina e o esparadrapo, de forma sincronizada com a animação. Assim, em vez do algodão com álcool e agulha, a criança enxerga a "joia de gelo" e "a pedra de fogo", respectivamente. É uma indução ao cérebro. "Algumas relataram sentir o braço esquentando por causa do desenho", garantiu. A animação da fada foi doada pela MASSFAR Realidade Aumentada e Virtual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

O profissional de saúde realiza todo o procedimento de uma forma sincronizada com a animação

> **Como copiar**
>
> **Criador do projeto se voluntaria para dar treinamento gratuito**
>
> **Luiz Fernando Borges, criador do projeto, se colocou à disposição de forma voluntária e gratuita para treinar — de forma presencial e/ou online — equipes de prefeituras e governos interessados. Para isso, ele oferecerá o protocolo de aplicação do equipamento. "Pretendo disponibilizar como um eBook em breve", afirma o estudante. O custo de implementação ficará restrito às compras dos óculos.**

Enfermeira coordenadora do programa de imunização da cidade, Camila Mayer contou que a iniciativa foi adotada de imediato em duas unidades de saúde que já estavam realizando a vacinação infantil e reforçou o interesse da secretaria em utilizar o método em breve em todos os postos. "Estamos dependendo dos trâmites e questões específicas, como a compra dos óculos. Ainda não temos um prazo oficial."

O valor do modelo usado no projeto-piloto varia entre R$ 70 e R$ 100 e necessita de troca anual da borracha de vedação. "Se a cidade tiver 20 postos de saúde, o que é R$ 2 mil para uma prefeitura?", indagou o criador da proposta.

Segundo a coordenadora Camila, até agora "a aceitação foi maravilhosa". "As crianças acham o máximo e realmente não se queixam da dor da picada, pelo que estamos observando. O projeto funciona e o lúdico é bem legal. As crianças ficam ansiosas para usar o óculos de realidade virtual."

SEM GRITAR. Breno Henrique, de 10 anos, foi vacinado contra a covid no Centro de Saúde João André Madsen – um dos locais escolhidos para o projeto. Diagnosticado com bronquite, desde pequeno ele passou por algumas cirurgias. "Tem muito medo de agulha e vai sempre ao hospital", explicou sua mãe, a agente comunitária de saúde Edileia Viegas dos Santos.

Ela conta que "foi maravilhoso demais" ver o filho tendo uma experiência menos dolorosa ao receber a aplicação com o óculos de realidade virtual. "Ele não disse um 'ah'. Geralmente tenho de abraçar forte, com a técnica dizendo como fazer. É sempre uma preparação, pois ele grita muito", lembrou.

Ao ser questionada sobre a reação dele, reproduziu, aos risos, a fala do pequeno Breno: "Você viu, mãe? Eu nem fiz escândalo". "Foi um alívio muito grande. Tanto pelos óculos quanto pela imunização no meu filho nesse contexto de pandemia", disse. ●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE
Sem tempo para selecionar os melhores conteúdos do noticiário?
As newsletter exclusivas para assinantes do Estadão trazem para você boletins especiais de temas do dia.
ESTADÃO Conectado
O que mais importa para o seu dia
A primeira conexão do dia com os principais fatos do momento, além de colunas em destaque, matérias selecionadas e dicas de conteúdos para relaxar.
Todas as manhãs, de segunda a sexta.
INSCREVER-SE
Inscreva-se e receba em seu e-mail:
http://www.estadao.com.br/e/conectado

Conheça nossos imóveis e confira as oportunidades para morar ou investir.
Acesse tegraincorporadora.com.br e visite nossos stands.
TEGRA
INCORPORADORA

Logística Pressão na indústria e nos preços

Frete marítimo sobe 472% na pandemia

Salto no custo para trazer produtos importados da Ásia para o Brasil preocupa a CNI, que vê um 'novo normal', com tarifas mais altas, que resultam em mais inflação

VINICIUS NEDER
RIO

O pequeno alívio no custo do frete marítimo da Ásia para o Brasil na primeira metade de 2021 ficou para trás, e o preço médio do serviço de transporte começou 2022 custando 5,7 vezes mais do que antes da pandemia, conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para entidade, a persistência dos gargalos na logística global pode sinalizar um "novo normal" de custos maiores. O principal efeito do novo cenário é encarecer os insumos importados pela indústria, pressionando a inflação.

A disparada no preço do frete marítimo ocorreu no segundo semestre de 2020. No início da pandemia, restrições ao contato social paralisaram o comércio internacional, e até fizeram o custo do frete cair.

Na retomada, a demanda por bens voltou mais rapidamente do que o esperado – turbinada por políticas de transferência de renda e pelo fato de que consumidores passaram a gastar mais em produtos do que em serviços pessoais.

Isso levou a uma corrida pelos serviços de transportes, pressionando a capacidade de portos, armazéns, navios e contêineres. O desequilíbrio entre demanda e oferta fez os preços explodirem. O frete de importação da Ásia para o Brasil atingiu, em janeiro deste ano, US$ 11.150, valor 5,7 vezes superior ao de janeiro de 2020, pré-pandemia, uma disparada de 472%.

"A elevação do custo foi catalisada pela pandemia, mas há indicativos de que esses valores, bem superiores à média da última década, seriam um novo normal", afirmou Matheus de Castro, especialista em infraestrutura da CNI.

RAZÕES PARA A ALTA. Dois fatores explicariam esse "novo normal". O primeiro é o crescimento intenso do comércio eletrônico. O hábito de comprar mais sem sair de casa parece ter vindo para ficar entre os consumidores. O segundo fator citado pelo especialista da CNI tem a ver com o ciclo de negócios do setor de transporte global – e 90% das movimentações do comércio internacional são feitas pelo mar. Após um ciclo, nos anos 2010, ainda sob efeito da crise financeira de 2008 e marcado por margens de lucro apertadas, as grandes companhias de logística estariam entrando numa década de ganhos maiores.

Bruno Carneiro Farias, presidente da F Trade, especializada em logística para comércio exterior, vê um quadro de "colapso" na logística mundial e considera que os problemas poderão durar o ano inteiro. ●

NOVA ALTA

O preço médio do frete marítimo voltou a subir

Preço médio do frete da Ásia para o Brasil
EM DÓLARES, POR CONTÊINER DE 20 PÉS

FONTE: CNI / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'NÃO HÁ UMA SOLUÇÃO DE CURTO PRAZO'. PÁG. B2

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

APARTAMENTO
MOÓCA - SÃO PAULO/SP
ÁREA PRIVATIVA 75,47 m²
ÁREA TOTAL 144,60 m²
02 VAGAS NA GARAGEM
Imagens meramente ilustrativas.
LEILÃO SOMENTE ONLINE - 10/03/2021, ÀS 11h45
LANCE INICIAL: R$ 354.850,00
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSE ESTE LEILÃO.
Consulte edital completo no site. Informações: 11 2464-6464
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Leilão Online. 26ª Vara e Ofício Cível do Foro Central da Capital/SP. Proc.: 1040221-72.2018.8.26.0100. 1ª praça finalizada em: 16/02/2022, às 11h45. 2ª praça: 10/03/2022, às 11h45. Leiloeiro Oficial Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, inscrito na Jucesp sob nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício. • Direitos sobre o Apartamento nº 224, localizado no 22º andar do edifício Happy Moóca, à Rua da Moóca, 4.218, no 33º Subdistrito Alto da Moóca, São Paulo/SP. Área privativa de 75,470 m² já incluído um depósito de tamanho médio indeterminado; a área comum de 69,130 m², incluídas duas vagas indeterminadas na garagem do edifício; área total de 144,600 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,010866. Matrícula nº 167.246, do 7º CRI da Capital/SP. Contribuinte municipal nº 032.008.0141-7. Avaliação: R$ 709.640,27 (jan/22). Lance mínimo, 2ª praça: R$ 354.850,00.

Celso Ming celso.ming@estadao.com

Como baixar os preços da gasolina?

Governo e Congresso estão batendo cabeças para encontrar regras destinadas a baixar os preços dos combustíveis neste ano eleitoral. Todas as propostas carregam problemas.

A melhor saída talvez seja a criação de um fundo de estabilização, que funcionaria como uma bateria elétrica. Quando os preços disparassem, como agora, os recursos acumulados seriam usados para pagar parte da conta. Quando voltassem a nível suportável, o fundo voltaria a ser carregado.

Na proposta do senador Rogério Carvalho (PT-SE), esse fundo seria composto por um imposto de exportação de petróleo e derivados. Seria uma maluquice porque esse imposto afugentaria interessados em áreas de petróleo no Brasil, numa época em que mais se precisa desses investimentos para aproveitar o petróleo antes que se torne mico.

Outras propostas defendem que esse fundo seja composto por dividendos da Petrobras e outras receitas provenientes dos leilões e da produção. Mas, se for por aí, então é preciso dar condições ideais para que a Petrobras produza esses dividendos, sem tentar tungar a empresa, como muitos querem. Essa ideia carrega um custo fiscal.

Mas no momento não existe um fundo desses e qualquer forma de capitalizá-lo exigiria tempo. Muito dificilmente estaria em condições de ser usado como recurso eleitoral neste ano. E ainda é para perguntar se seus recursos conseguiriam derrubar os preços dos combustíveis.

ESTICADA

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO BRENT EM DÓLARES

94,81

57,86

16/FEV 2021

16/FEV 2022

FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Outra opção é a redução da carga de impostos federais e do ICMS sobre os combustíveis. O Senado examina o Projeto de Lei Complementar 11/2020, já aprovado pela Câmara, que torna fixo o ICMS sobre combustíveis. Há dúvidas sobre a constitucionalidade desse projeto, um defeito que aparentemente pode ser corrigido. Os governadores o repudiam pelo sacrifício fiscal que impõe aos Estados. Outras propostas e emendas apresentadas são variações destas.

Há ainda aqueles que pretendem empurrar a conta para a Petrobras, sob o argumento de que opera a custos baixos e que, portanto, poderia suportar uma sangria. Essa história de fixar preços pelos custos é velha de guerra e sempre tromba no barranco. Seria punir a eficácia.

Afora isso, empurrar a conta sobre a Petrobras esbarraria no problema de que o País não é autossuficiente em combustíveis. Importa cerca de 30% do óleo diesel. Como empurrar o subsídio para o importador?

O problema de fundo não é o ICMS nem os demais impostos. São os preços do petróleo que se avizinham dos US$ 100 por barril e da cotação do dólar que reflete as mazelas da economia e as lambanças do governo. E os projetos em discussão não consertam isso. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Robbert van Trooijen

‘Não há uma solução de curto prazo’

Ritmo de normalização no transporte marítimo é incerto, diz executivo de gigante do setor

KENNETH LIM-7/1/2022

‘A capacidade global está sendo usada em 100%’, afirma Trooijen

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

ENTREVISTA

Presidente para a América Latina e o Caribe do grupo dinamarquês A.P. Møller-Maersk

VINICIUS NEDER
RIO

Os gargalos das cadeias de abastecimento deverão durar até meados do ano, mas há incerteza sobre o ritmo de normalização, disse Robbert van Trooijen, presidente para América Latina e Caribe do A.P. Møller-Maersk, gigante dinamarquês do transporte marítimo e da logística. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Por que os gargalos estão demorando tanto a passar?

É um assunto global. Alguns mercados tiveram um crescimento de demanda superalto. E a navegação é uma indústria que tem uma capacidade fixa por um tempo. Um navio não se constrói em um ou dois meses, mas em anos. As encomendas que a indústria faz hoje serão entregues em 2024. A capacidade global está sendo utilizada em 100%. Inclusive, afretamos mais navios.

Não foi o suficiente?

Aumentamos nossa capacidade, mas um navio que não existe não conseguimos afretar. E os donos desses navios são espertos: colocaram empréstimos bem mais altos, em condições bem mais alongadas. A outra parte é a estrutura portuária, que também não cresce de um mês para o outro. Estamos conversando com os portos para otimizar a utilização da capacidade portuária, mas está chegando ao limite. Os portos globais, incluindo os da América Latina, estão bem utilizados. Também não têm uma solução de curto prazo.

Quando a situação deverá começar a melhorar?

Achamos que essa situação vai durar até a metade do ano. E aí vai haver uma certa normalização. Aonde vai chegar e como, não está claro ainda. Dependendo dos desafios de infraestrutura locais, há lugares do mundo em que vai demorar mais. E depende também da demanda. A demanda mudou muito e deve normalizar em algum momento, mas não sabemos se os consumidores vão desistir de novos padrões de consumo tão rapidamente.

No Brasil, a infraestrutura precária pode atrasar a normalização?

Não tenho um olhar diferente para o Brasil. Um caso famoso é o Porto de Los Angeles, que tem 70 navios esperando por semanas fora do porto. É a maior porta de entrada da Costa Oeste dos EUA. Não sei se vai normalizar tão rápido. Não vejo na América Latina uma coisa tão clara nesse sentido.

A qualidade dos portos do Brasil preocupa?

Comecei a trabalhar no Brasil em 1993. Em comparação com 1993, melhorou? Melhorou enormemente. Era imprevisível se um navio de 12 mil ou 13 mil contêineres conseguiria entrar num porto brasileiro. Não posso dizer que não houve uma melhoria enorme, mas, obviamente, o mundo muda. O que era suficiente ontem talvez não seja amanhã. Os maiores navios do mundo já têm 25 mil TEUs (contêineres de 20 pés, cerca de 6 metros).

Como vê o plano do governo de privatizar os portos?

Como usuário, qualquer privatização e qualquer investimento dos operadores portuários são um benefício para nós. ●

Distribuidoras de energia querem elevar empréstimo

Distribuidoras de energia estão defendendo ajustes nos valores usados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para calcular o novo empréstimo ao setor elétrico. As alterações levariam a um aumento de cerca de R$ 1,6 bilhão no valor do teto que poderá ser repassado para custear as medidas adotadas ao longo da crise hídrica, no ano passado, a pior em 91 anos. Pela proposta apresentada pela agência reguladora, a primeira parcela do socorro financeiro – destinada a cobrir o rombo na chamada conta Bandeira em abril, a importação de energia de países vizinhos e o bônus concedido aos consumidores que economizam energia – deverá totalizar até R$ 5,6 bilhões, que serão pagos pelos consumidores nos próximos anos, com juros.

O empréstimo foi autorizado pelo governo em dezembro, por meio de uma medida provisória regulamentada por decreto do presidente Jair Bolsonaro. Cabe, no entanto, à agência reguladora analisar as contribuições recebidas em consulta pública e definir os valores e os prazos de pagamento da operação financeira. Ainda não há previsão para que os recursos sejam liberados para as distribuidoras, que funcionam como uma espécie de “caixa” do setor elétrico. ● MARLLA SABINO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Menos liberdade econômica

Liberdade econômica está em recessão mundial. Aqui, candidatos líderes são parte do problema.

A liberdade está em contração no mundo. Institutos que monitoram o estado das liberdades civis e da democracia, como a Freedom House, a Economist Intelligence Unit ou o Instituto V-Dem, apontam unanimemente um período recessivo que foi agravado com a pandemia. Com a liberdade econômica não é diferente. Segundo o Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation, a média da liberdade econômica global em 2021 caiu 1,6 ponto (de um total de 100) em relação a 2020. O Brasil subiu algumas posições, mas permanece atolado no pelotão dos países "majoritariamente não livres".

Quase todas as 184 economias indexadas sofreram impactos negativos. As restrições impostas pela pandemia amplificaram e expuseram debilidades estruturais preexistentes em áreas como transparência, eficiência e abertura. A produtividade foi particularmente afetada pela escalada da dívida e do déficit. A liberdade do comércio global declinou pelo quarto ano consecutivo. Paradigmaticamente, na maior economia do mundo, a dos EUA, os gastos excessivos do governo levaram o país a uma queda recorde, de 2,7 pontos, caindo da 20.ª para a 25.ª posição, o pior resultado da série histórica de 28 anos.

O Brasil segue bem abaixo da média global e regional, ocupando a 133.ª posição no mundo e a 26.ª entre os 32 países das Américas. O Índice aponta que a liberdade monetária no País é relativamente boa. Nos últimos cinco anos, a reforma trabalhista e o combate à corrupção trouxeram melhoras modestas. Mas no geral a liberdade econômica no Brasil mudou pouco. A saúde fiscal agoniza entre as piores do mundo.

Desde meados dos anos 2000, sob a gestão lulopetista, o País registrou retrocessos expressivos em indicadores como "encargos tributários", "gastos públicos" e "liberdade para se fazer negócios". Em relação ao governo Jair Bolsonaro, os pesquisadores apontam o flagrante contraste entre a bandeira liberal agitada na campanha eleitoral e o fracasso das privatizações e das reformas, notadamente a do sistema tributário, que permanece um dos mais onerosos e complicados do mundo.

Neste ano, tudo indica que a pandemia vai se dissipar em uma série de endemias ao redor do mundo. Mas o risco é que, ao invés de restabelecer a liberdade econômica como norma, os governos institucionalizem os poderes emergenciais assumidos na crise. Isso seria desastroso. Em tempos de incerteza, é natural que as pessoas olhem para seus governos em busca de respostas. Mas as soluções aos atuais problemas econômicos não virão de mais controle e regulação governamental.

A correlação entre liberdade econômica e prosperidade – ou seja, sociedades mais igualitárias e saudáveis, ambientes mais limpos, desenvolvimento humano, democracia ou redução da pobreza – é um fato amplamente documentado. A pandemia não o alterou em nada. Em um contexto de recuperação pós-pandêmica, a chave para um crescimento vibrante e resiliente é mais, não menos, liberdade econômica. No Brasil, nenhum dos dois candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto à Presidência é promissor. Ao contrário, ambos são parte principal do problema.●

Microempreendedores **Socorro a empresas**

A empresários, Guedes fala em crédito de R$ 100 bi

O governo deve lançar um programa de crédito de R$ 100 bilhões na próxima semana destinado a pequenas e médias empresas. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, a informação foi repassada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em almoço com empresários.

A ideia é que sejam beneficiados de microempreendedores individuais a empresas de médio porte – o corte será faturamento de R$ 300 milhões por ano.

Ainda segundo Solmucci, o ministro pediu à equipe que busque uma solução para a questão da inadimplência do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que aumentou com a alta de juros. Guedes almoçou com representantes da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS). ● LORENNA RODRIGUES

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 040/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231.433/2021 - EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS LABORATORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO **HOSPITAL REGIONAL DE LAGO DA PEDRA,** ADMINISTRADO PELA EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA ABERTURA: dia **16/03/2021**, às **14h30,** horário de Brasília/DF.
ID nº [922464].
Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**).
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 14 de fevereiro de 2021
Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da EMSERH

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/9
CRO-9 RM
MINISTÉRIO DA DEFESA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA

A Comissão Regional de Obras da 9ª Região Militar Torna Pública a Abertura da Concorrência Nr 07/2021 - CRO/9ª RM

OBJETO: OBRA DE CONSTRUÇÃO DA INSFRAESTRUTURA DA 18ª BRIGADA DE INFANTARIA DE FRONTEIRA, EM CORUMBÁ, MS.
EDITAL DISPONÍVEL: a partir de 17 de fevereiro 2022, de segunda a sexta-feira das: 08:00h às 11:30h (horário local) ou pelo site https://www.cro9.eb.mil.br
ENDEREÇO: Rua Silveira Martins, 373, Vila Alba - Campo Grande, MS. Fone/Fax (067) 3368-4306.
DATA E HORA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: até 21 de março de 2022, às 13:15h (horário local).
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: 21 de março de 2022, às 13:45h (horário local).

Campo Grande, MS, 14 de fevereiro de 2022
ANA MARIA ABREU JORGE TEIXEIRA – Cel
Ordenador de Despesas da CRO/9ª RM

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

bradesco
LEILÃO SOMENTE "ON-LINE"
IMÓVEL | LOTE ÚNICO
FECHAMENTO: 24/02/2022 A PARTIR DAS 10h00
IMÓVEL COMERCIAL - RIO DE JANEIRO/RJ
PRAÇA DA BANDEIRA
Rua do Matoso, 12
Área Terreno: 243,21m² | Área Construída estimada: 592,42m²
Matr. 53.563 do 11º RI local. Obs.: Construção pendente de averbação no RI.
Lance Mínimo: R$ 1.100.000,00 (somente à vista)
O edital deste leilão encontra-se registrado no 10° Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP, sob nº 2.226.050.
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos e mais informações, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: www.BANCO.BRADESCO/LEILOES
(11) 3117.1001 imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

bradesco
LEILÃO SOMENTE "ON-LINE"
13 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 24/02/2022 A PARTIR DAS 11h00
LOCALIDADES: AM BA CE MG MT PA PB SP
ÁREA RURAL • APARTAMENTOS
CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS
AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:
✓ À vista com 10% de desconto ✓ Parcelamento em 12x sem juros/correção
✓ Parcelamento 24, 36 ou 48 vezes com juros/correção
O edital deste leilão encontra-se registrado no 10° Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP, sob nº 2.226.048.
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos e mais informações, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br
Mais informações consulte: www.BANCO.BRADESCO/LEILOES
(11) 3117.1001 imoveis@freitasleiloeiro.com.br
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO
FALÊNCIA DE CIA SAPACO COMÉRCIO E INDÚSTRIA
PRIMEIRO LEILÃO: Dia 10/03/2022, a partir das 15h00
GLEBAS DE TERRAS
PIRACAIA/SP
Área total de 4.577.242,00m²
Área total construída de 15.158,73m²
Localização do imóvel: Saindo da cidade de Piracaia pela Rodovia Jan Antonin Bata, sentido Atibaia, percorrendo 6 km até chegar no bairro de Batatuba, onde se localiza a propriedade.
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br
Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti (11) 3117.1000 - ramal 108
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06
COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1803/2022
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 6554/2022 - ADJUDICAÇÃO
O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **PANORAMA BUSINESS LTDA, CNPJ nº 35.473.273/0001-38**, o fornecimento de **FITAS BACKUP LTO8 12TB E ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO PARA FITA DE BACKUP**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06
COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1823/2022
A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na **SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS (PRÉDIO VIGILÂNCIA SANITÁRIA)**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo: **168.624/2021 - Modalidade**: Pregão Eletrônico **SMS nº 574/2021** - Sistema de Registro de Preços - **AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - **Objeto**: *aquisição anual estimada de diversos medicamentos para o município*. A Data do Recebimento das Propostas será até dia **04/03/2022** às **9h** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **04/03/2022** às **9h**. - Pregoeira: Mariana Mendes Vilela Avallone. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002022OC00063**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Divisão de Compras, 16/02/2022 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Fernando César Leandro – Diretor da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

Contas públicas Avaliação da IFI

Dívida do governo pode ir a 84,8% do PIB em 2022, projeta estudo

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Apesar de um resultado acima do esperado para as contas públicas no ano passado, o risco fiscal ainda predomina no País e pressiona as projeções para 2022, de acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Com isso, a dívida bruta do governo geral, que encerrou 2021 em 80,3% do PIB, deve voltar a crescer e alcançar 84,8% do PIB neste ano.

No Relatório de Acompanhamento Fiscal de fevereiro, a IFI fala em incertezas sobre a retomada do crescimento mundial, dúvidas sobre o recrudescimento da pandemia de covid-19, arrecadação mais tímida sem repetir o aumento verificado no ano passado e uma pressão de gastos no Orçamento, mesmo com eventuais vetos do presidente Jair Bolsonaro.

A IFI manteve a projeção de alta de 4,6% do PIB em 2021 e de 0,5% neste ano. Além disso, a inflação medida pelo IPCA deve ter crescimento de 5,32%, acima da meta, enquanto a taxa básica de juros (Selic) pode terminar o ano em 11,25%.

"Apesar do melhor desempenho dos indicadores setoriais em dezembro (com destaque à recuperação da indústria, interrompendo uma sequência de resultados negativos), a incerteza em torno do cenário-base é maior que a usual. O avanço da pandemia e o cenário externo menos favorável podem afetar a evolução do nível de atividade econômica no longo do ano", diz o relatório.

A IFI projeta um déficit primário do governo central de R$ 106,2 bilhões (1,1% do PIB) em 2022, maior do que o déficit previsto no Orçamento após os vetos presidenciais, de R$ 76,2 bilhões. Ou seja, a trajetória favorável do resultado do primário do ano passado, influenciado por Estados e municípios, não deverá se manter nos próximos meses.

TETO. De acordo com a instituição, o setor público não deve repetir também a mesma alta de arrecadação de impostos observada em 2021. Além disso, as mudanças no teto de gastos patrocinadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso ampliam o espaço fiscal para aumento de despesas primárias neste ano, diz a IFI.

"Incertezas em relação à condução da política fiscal podem piorar a percepção de risco dos agentes financiadores da dívida pública. Tudo indica que incertezas em relação à dinâmica da inflação e à consolidação fiscal da União continuarão presentes ao longo de 2022. Tais incertezas podem trazer volatilidade aos preços dos ativos e aos prêmios de risco, aumentando os desafios para a gestão da dívida pública."

O decreto de programação orçamentária e financeira assinado por Bolsonaro na semana passada autoriza o pagamento de R$ 33,9 bilhões em emendas parlamentares neste ano. O fundo eleitoral de R$ 5 bilhões, acrescentam os técnicos da IFI, é mais uma fonte de pressão sobre a execução do Orçamento.

Além disso, o Congresso começa a discutir um pacote de medidas para tentar reduzir o preço dos combustíveis no País, mas que pode provocar um rombo na arrecadação e aumentar os gastos com a concessão de subsídios. Para a IFI, essas medidas fazem surgir novos riscos fiscais no cenário e "acarretariam importante renúncia de arrecadação". ●

Rombo maior

R$ 106,2 bi é a previsão feita pela IFI para o déficit primário do governo central neste ano, o equivalente a 1,1% do PIB. É maior do que a estimativa prevista no Orçamento, de R$ 76,2 bilhões

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo: 178.719/2021 - Modalidade: Pregão Eletrônico **SMS n° 545/2021** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item – **Objeto**: *aquisição anual estimada de tiras reagentes para glicemia e lancetas - padronizadas para atendimento aos serviços de atenção básica, atendimento especializado e de urgência e emergência.* A Data do Recebimento das Propostas será até dia **04/03/2022** às **9h** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia 04/03/2022 às 9h – Pregoeiro: Otávio Guadagnucci Fontanari. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 – Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1419, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002022OC00062**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Divisão de Compras, 16/02/2022 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Fernando César Leandro - Diretor da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

UPS CLUBE DE SEGUROS, CULTURA, TURISMO E ASSISTÊNCIA
CNPJ 01.579.971/0001-09
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados todos os sócios da UPS Clube de Seguros, Cultura, Turismo e Assistência para participar da Assembleia Geral Ordinária que se realizará em sua sede à Rua Coelho Lisboa nº 442 – 7ª andar – Bairro Tatuapé – São Paulo/SP, no dia 25 de março de 2022 às 10.00 hs., para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1) suspensão das atividades da Entidade no período compreendido entre de fevereiro de 2020 e novembro de 2021 em razão da pandemia provocada pelo vírus COVID/19; 2) Eleição da Diretoria; 3) Instalação do Conselho Fiscal e Eleição de 2(dois) membros efetivos e 1(um) membro suplente, de acordo com o art. 17 do Estatuto Social vigente; 4) Outros assuntos de interesse da entidade. Caso não atingido o "quórum" estatutário, a assembleia realizar-se-á no mesmo dia e local, em segunda convocação 1(uma) hora depois.
São Paulo 17 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital n.º 471/2021 - **Processo n.º** 138.382/2021 - **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 413/2021 - Sistema de Registro de Preços - **Tipo**: Menor Preço por Lote com disputa diferenciada no modo cota reservada para ME/EPP. **Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DA QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL DE 27.140 QUILOS DE FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO IQC e DE 27.460 QUILOS DE CUBOS DE FILÉ MIGNON SUÍNO, SEM OSSO, CONGELADO IQF, DETALHADAMENTE DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. - Interessada**: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Bem-Estar Social e Departamento de Água e Esgoto de Bauru. Notificamos aos interessados que o processo em epígrafe com data para processamento do pregão prevista para o dia: 14/02/2022 às 9h **FOI PRORROGADO**, em virtude da indisponibilidade de acesso ao site da BEC www.bec.sp.gov.br, na data e horário agendado para o pregão eletrônico. Ficando a **Data da sessão do pregão** 21/02/2022 às **09h. RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 14 de fevereiro de 2.022. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 21 de fevereiro de 2.022, às 09h**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite, nº 3-14, Parque Vista Alegre, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br. **OC**: **820900801002021OC00499**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico. Bauru, 16/02/2022 - Davison de Lima Gimenes - Diretor da Divisão de Compras e Licitações-SME.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDIÁRIA - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICAS E SIMILARES DE SÃO PAULO, TABOÃO DA SERRA, EMBU, EMBU-GUAÇU e CAIEIRAS, neste ato representado pela Coordenação da Diretoria Colegiada, pelo presente edital, nos termos das disposições estatutárias, **convoca** todos os trabalhadores (associados ou não), empregados das empresas pertencentes às indústrias de **produtos farmacêuticos** na base territorial abrangida, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no **dia 24 de fevereiro de 2022, às 18h00** em primeira convocação e às **18h15,** em segunda convocação, a qual, em virtude da decretação do Estado de Calamidade Pública, reconhecido pelo Poder Público, em razão da pandemia do Covid-19, ocorrerá na **plataforma virtual,** sendo a inscrição realizada através do link https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZ0oc-yurDgvH9Sxjoigmp86XPxjebyUQf9H, para discutir e aprovar a seguinte ordem do dia: **1)** Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser encaminhada ao **SINDUSFARMA,** por ocasião da **Campanha Salarial** que definirá a norma coletiva para o período **2022/2023**; **2)** Discussão e deliberação sobre a cobrança de taxa para o custeio da negociação coletiva e negociações por empresa; **3)** Outorga de poderes à diretoria do sindicato para encaminhamento das negociações com o **SINDUSFARMA,** bem como assinar Convenção Coletiva de Trabalho; **4)** Defender-se ou suscitar dissídio coletivo de trabalho perante o TRT da 2ª Região, podendo outorgar poderes a advogados para tanto; **5)** Autorização para decretar greve nas empresas da categoria que compõem o setor farmacêutico, caso restarem infrutíferas as tentativas de acordo. **Os trabalhadores interessados deverão observar os seguintes procedimentos para se habilitar ao sistema de votação *online*: 1º**. Acessar o link https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZ0oc-yurDgvH9Sxjoigmp86XPxjebyUQf9H, onde farão a sua inscrição para a assembleia, informando o nome completo, a empresa onde trabalha, e-mail e número do celular; **2º.** Após validada a inscrição, os trabalhadores deverão acessar o e-mail cadastrado e clicar para acessar a sala virtual. **3º.** O prazo para a inscrição dos trabalhadores interessados será até o dia **24 de fevereiro de 2022, às 17h00**.
São Paulo, 16 de fevereiro de 2022. Coordenação da Diretoria Colegiada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelos Estatutos e pela legislação Sindical vigente, e em cumprimento ao disposto nos artigos 611, 612 e seguintes e 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com a Lei 7.783/89 (Lei de Greve), convoca os Ferroviários em geral da RUMO LOGÍSTICA - Malha Oeste, RUMO LOGÍSTICA - Malha Paulista, RUMO LOGÍSTICA - Malha Sul, RUMO LOGÍSTICA - Malha Norte e RUMO S/A sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), de sua base territorial de representação profissional, associados e interessados, para participarem das Assembléias Gerais Extraordinárias com finalidade de estabelecer os critérios para a correção e aumento salarial na data base 1º de maio de 2.022, e negociação do A.C.T. (Acordo Coletivo de Trabalho), a serem realizadas nos dias, horários e locais abaixo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1º) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembléia anterior; 2º) Decidir sobre a deflagração ou não de movimento grevista nos termos do disposto na lei nº 7.783/89 (Lei de Greve); 3º) Elaborar pauta de reivindicação a ser apresentada pelo Sindicato a RUMO LOGÍSTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), visando à abertura das negociações para o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) data base de 1º de maio de 2.022; 4º) Autorizar a Diretoria do Sindicato a instaurar o "Protesto Judicial" para garantia da data base de 1º de maio de 2.022, caso necessário; 5º) Conceder poderes a Diretoria do Sindicato para celebrar Acordo com a RUMO LOGÍSTICA - Malha Oeste, RUMO LOGÍSTICA - Malha Paulista, RUMO LOGÍSTICA - Malha Sul, RUMO LOGÍSTICA - Malha Norte e RUMO S/A sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A) ou instaurar o competente Dissídio Coletivo, caso necessário, relativo à data base de 1º de maio de 2.022; 6º); Fixação e aprovação da Contribuição para o Custeio do Sistema Confederativo/Assistencial e ou Sindical, em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; 7º) Manter as Assembléias em caráter permanente para conhecimento da posição da RUMO LOGÍSTICA - Malha Oeste, RUMO LOGÍSTICA - Malha Paulista, RUMO LOGÍSTICA - Malha Sul, RUMO LOGÍSTICA - Malha Norte e RUMO S/A sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A) ou instaurar o competente Dissídio Coletivo, caso necessário, relativo a abertura e negociação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados conforme determina lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, artigo 2º inciso II, bem como sobre o andamento das negociações a fim de serem tomadas as deliberações que se fizerem necessárias. Data e local das Assembleias: **Itu** dia 22/02/2022 às 07:00 horas, na sede da empresa em Itu; **Mairinque** dia 22/02/2022 às 11:00 horas, na sede da empresa em Mairinque; **Botucatu** dia 22/02/2022 às 16:00 horas, na sede do Sindicato em Botucatu; **Embu Guaçu** dia 23/02/2022 às 07:00 horas, na sede da empresa em Embu Guaçu; **São Vicente** dia 23/02/2022, às 14 horas, na sede do Sindicato. Não havendo em primeira convocação número legal para instalação das Assembléias, os trabalhos serão iniciados, uma hora após, nos mesmos locais com os presentes, sendo que as deliberações tomadas terão plena validade à toda categoria dos Ferroviários em geral da RUMO LOGÍSTICA - Malha Oeste, RUMO LOGÍSTICA - Malha Paulista, RUMO LOGÍSTICA - Malha Sul, RUMO LOGÍSTICA - Malha Norte e RUMO S/A sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), relativamente aos assuntos em pauta, para todos os fins de direito. Por conta da Pandemia do Corona Vírus (COVID-19) e seu grande risco de transmissão, serão adotadas todas as medidas de segurança determinadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e diretrizes governamentais, visando o respeito e cuidado com a saúde dos ferroviários, com medição de temperatura corporal, disponibilização de álcool em gel, uso obrigatório de máscaras e distanciamento seguro. São Paulo, 16 de fevereiro de 2.022. JOSÉ CLAUDINEI MESSIAS - PRESIDENTE

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 427/2021 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175.615/2021 – EMSERH
OBJETO: Contratação de empresa especializada para **fornecimento de SISTEMA DE GESTÃO HOSPITALAR (SGH) para todas as unidades de saúde administradas pela EMSERH,** bem como os **serviços técnicos especializados** de implantação, treinamentos, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva e suporte técnico, serviço de hospedagem e administração em nuvem, incluindo banco de dados.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote.
SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: FICA REMARCADA para o dia **18/03/2022,** às **9h (horário local).** Motivo: Prazo de ancoragem não obedecido.
Local de Realização: Sistema Licitações-e **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **maiane.lobao@emserh.ma.gov.br,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**
São Luís (MA), 14 de fevereiro de 2022
Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Presidente da CSL/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO
PG SABESP CSS 04881/21 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Implantação, Integração e Sustentação da Gestão de Seguros, para integrar os demais processos que compõe a Plataforma SAP utilizada pela Sabesp. Edital disponível para "download" a partir de 17/02/22 - www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedores". Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações na Av. Estado, 561 - Ponte Pequena - São Paulo/SP. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 08/03/22 até as 09h00 de 09/03/22 - www.sabesp.com.br/fornecedores. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP17/02/2022 - (CI) A Diretoria.
Água. Sabendo usar, não vai faltar.
sabesp
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 381/2021 TIPO: MENOR PREÇO
O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará a licitação para COMPRA CENTRAL – MEDICAMENTOS V, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 7/3/2022, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 17/2/2022. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.
MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

e|investidor ESTADÃO

ESPECIAL

ONDE INVESTIR EM 2022

PREPARE-SE PARA O NOVO ANO COM NOSSO E-BOOK EXCLUSIVO

Este material irá nortear os seus investimentos a partir de projeções econômicas e tudo que aprendemos ao longo de 2021

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e confira!

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de sistema de controle de acesso com o fornecimento de equipamentos, softwares e serviços para as unidades do SESI e SENAI do Estado de São Paulo.

Retirada do edital: a partir de 17 de fevereiro de 2022, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).

Sessão de disputa de preços (lances): 11 de março de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 13.297-141/2017, julgado na Câmara do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos **14, 18, 111, 112, 113, 115 e 118** do Código de Ética Médica da Resolução CFM nº 1.931/09, cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 18, 111, 112, 113, 114 e 117 do Código de Ética Médica da Resolução CFM nº 2.217/18 à **Dra. Julia Fernanda Cunha de Pompei Gouvea,** inscrita neste Conselho sob nº **138.684.**

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 12.485-442/2015, julgado na 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 18 (Resoluções CFM 1.342/91, 1.499/98, art. 1º e 3º e 1.974/11, art. 2º, art. 3º alínea "b", "e", "f", "g", "k", art. 5º, art. 8º, art. 9º, § 1º alínea "a", "b", § 2º alínea "a", "b", "f"), 51, 58, 112 e 118 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 51, 58, 112 e 117 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. Emerson Palmeira Lemos de Medeiros,** inscrito neste Conselho sob o nº **90.095.**

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente

Brascom Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ nº 02.255.731/0001-03

Extrato da Ata de Reunião de Sócios da Sociedade

No dia 01/12/2021, às 9h, na sede social, com a totalidade do capital social, **Srs. Raul Sérgio Hacker,** RG nº 3.570.318-0 SSP/SP, CPF nº 037.726.328-15 e **Ruth Balsam,** RG nº 4.172.896 SSP/SP, CPF nº 047.037.178-16, únicos sócios da sociedade simples limitada, **Brascom Empreendimentos e Participações Ltda.,** CNPJ nº 02.255.731/0001-03, reuniram-se para deliberarem sobre o seguinte assunto: **Composição da Mesa:** Sr. **Raul Sérgio Hacker** - Presidente e **Ruth Balsam** - Secretária. **Convocações:** ficam dispensadas, uma vez estarem presentes os sócios representando a totalidade do capital social. **Deliberações:** Aprovadas por unanimidade e sem ressalvas: 1) a redução do capital social, com fundamento no artigo 1.082, inciso II do Código Civil, em **R$ 13.195.000,00,** por serem considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 13.195.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00, cada uma, ficando o valor da redução à disposição do sócio; 2) em face da deliberação anterior, o capital social passa **de** R$ 59.066.910,00 **para** R$ 45.871.910,00, dividido em 45.871.910 quotas, razão pela qual o artigo 4º do Contrato Social da sociedade, passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 4º.*** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 45.871.910,00, correspondente a 45.871.910 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuído entre os sócios: *(a)* o sócio ***Raul Sérgio Hacker,*** possui 45.871.909 quotas, no valor nominal total de ***R$ 45.871.909,00;*** e *(b)* a sócia ***Ruth Balsam,*** possui 1 quota, no valor nominal total de R$ 1,00. ***§ único.*** A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." 3) a publicação da presente ata em forma de sumário, com a omissão das assinaturas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o que os sócios arquivarão a alteração do contrato social, consignando o novo valor do capital social, bem como a consolidação do Contrato Social da sociedade. Nada mais. São Paulo, 01/12/2021. **Raul Sérgio Hacker; Ruth Balsam. Advogada:** Ana Cristina Barreira de Frias - OAB/SP nº 138.912.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES NA AVENIDA AMAZONAS, CENTRO, ARUJÁ/SP; Encerramento: dia 07/03/2022 às 08:45 horas; Abertura: 09:00 horas do mesmo dia.** Edital completo pode ser obtido no site oficial da Prefeitura - www.prefeituradearuja.sp.gov.br, fornecido em CD-R/pendrive, devendo o interessado apresentá-lo para gravação, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Arujá, sito à Rua José Basílio Alvarenga, nº 90 – Centro – Arujá/SP ou solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br, no período de 18/02/2022 à 04/03/2022, das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 16:30 horas. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 16 de fevereiro de 2022

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

CNPJ. 62.648.555/0001-00

RESULTADO DE ELEIÇÃO

O Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, torna público o resultado das eleições realizadas no dia 11 de fevereiro de 2022, com a eleição da chapa composta pelos seguintes membros, para a gestão no período 2022/2025: **Conselho Superior:** Abdo Jorge Chaves Kassisse - Faurecia Automotive do Brasil Ltda.; Adalberto Vanderlei Momi - Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.; Adriano Rishi - Cummins Brasil Ltda.; Agnaldo Cervone - Magna do Brasil Produtos e Serviços Automotivos Ltda.; André Felipe Madruga da Silva - Selco Tecnologia e Indústria Ltda.; Antônio Afonso Simões - Cinpal Companhia Industrial de Peças Para Automóveis; Antonio Augusto Delgado Junior - Delga Indústria e Comércio S/A; Antonio Carlos Galvão - Eaton Ltda.; Antonio Cesar Bermejo do Amaral - Adient do Brasil Bancos Automotivos Ltda.; Ary Frederico Torres Neto - Brassinter S/A Indústria e Comércio; Besaliel Soares Botelho - Robert Bosch Ltda.; Carmem Lucia Rossini - Niken Indústria e Comércio Metalúrgica Ltda.; Cesar Ribeiro Gomes - GKN do Brasil Ltda.; Christian Streck - Garrett Motion Indústria Automotiva Brasil Ltda.; Christos Argyrios Mitropoulos Junior - Chris Cintos de Segurança Ltda.; Daniel Marteleto Godinho - WEG Equipamentos Elétricos S/A; Edson Pedro Furlanetto - Kostal Eletromecânica Ltda.; Everaldo Sajioro Júnior - Mastra Indústria e Comércio Ltda.; Fausto Eduardo Bigi - Autoneum Brasil Têxteis Acústicos Ltda.; Felipe Belfiore - Indústria Marília de Auto Peças S/A; Felipe Soares Gurgel - Durametal Ltda.; Fernando Antonio Gomes Martins - Continental Parafusos S/A; Fernando Petrolino - Elring Klinger do Brasil Ltda.; Giuseppe Zippo - Denso do Brasil Ltda.; Gustavo Luiz de Souza Calheiros - Indústrias Arteb Ltda.; José Carlos Cappuccelli - thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.; José Luiz Miranda Simonelli - Enerbrax - Acumuladores Ltda.; José Marcelo de Almeida - Tower Automotive do Brasil Ltda.; Kanji Yasunaga - Sumidenso do Brasil Indústrias Elétricas Ltda.; Luciano Duque - Aptiv Manufatura e Serviços de Distribuição Ltda.; Luis Pedro Cauduro Ferreira - Dana Indústrias Ltda.; Marcos Antonio Vanussi - MANN+HUMMEL Brasil Ltda.; Mauro Dias Ferreira - Valeo Sistemas Automotivos Ltda.; Persio Sabadin Uliana - Uliana Indústria Metalúrgica Ltda.; Rafael Giovanni Gomes Sportelli - Aethra Sistemas Automotivos S/A; Rafael José Hasson - Metagal Indústria e Comércio Ltda.; Renato Lopes de Carvalho Junior - Rassini-NHK Autopeças Ltda.; Roberto Weiler Neto - SEG Automotive Components Brazil Ltda.; Rodrigo Queiroz - Schaeffler Brasil Ltda.; Sergio de Almeida Parasmo - Irmãos Parasmo S/A Indústria Mecânica; Sergio Pancini de Sá - Mahle Metal Leve S/A; Stefano Russo - Fiamm Latin America Componentes Automobilísticos Ltda.; Vitor Lango Maiellaro - BorgWarner Brasil Ltda.; **Conselho de Administração e Presidente: Presidente:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; **Demais Conselheiros:** Carlos Alberto Delich - ZF do Brasil Ltda.; Dan Ioschpe - Iochpe-Maxion S/A; Frédéric Sebbagh - Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda.; Eduardo Gaston Diaz Perez - Robert Bosch Ltda.; Leticia Da Rocha Mendonça - Basf S/A; Mario Milani - Sogefi Suspension Brasil Ltda.; **Conselho Fiscal: Titulares:** Alexandre Assumpção Tuzzi - Tuzzi Sistemas Automotivos Ltda.; Eduardo Guarnieri - RCN Indústrias Metalúrgicas S/A; Milton de Castro - Miroal Indústria e Comércio Ltda.; **Suplentes:** José Eduardo Sabó - Sabó Indústria e Comércio de Autopeças S/A; Nelson Ferreira - Airzap Anest Iwata Indústria e Comércio Ltda.; Sergio Leon Sachs - Resil Comercial Industrial Ltda.; **Diretorias Regionais - Bahia: Diretor:** Marcelo Sena da Silva - Acument Brasil Sistemas de Fixação S/A; **Vice-diretor:** Ronaldo Prado - Benteler Componentes Automotivos Ltda.; **Minas Gerais: Diretor:** Fábio Alexandre Sacioto - Partner Industrial Ltda.; **Vice-diretor:** Rui Sérgio Negreiros - Brembo do Brasil Ltda.; **Paraná: Diretor:** Benedicto Kubrusly Júnior - Igasa S/A Indústria e Comércio de Auto Peças; **Vice-diretor:** Max Davis Forte - Brose do Brasil Ltda.; **Rio de Janeiro: Diretor:** Luiz Carlos Rizo - Aethra Sistemas Automotivos S/A; **Vice-diretor:** Mario Augusto Matos Simon Esteves - Iochpe-Maxion S/A; **Rio Grande do Sul: Diretor:** Sergio Lisbão Moreira de Carvalho - Fras-le S/A; **Vice-diretor:** Cesar Augusto Cardoso Teixeira de Albuquerque Ferreira - Fras-le S/A; **Santa Catarina: Diretor:** Bruno Luis Ferrari Salmeron - Schulz S/A; **Vice-diretor:** Ralph da Rocha Felsmann - Krah Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; José Eduardo Castro Luzzi - International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda.; **Suplentes:** Mario Milani - Sogefi Suspension Brasil Ltda.; Thales Lobo Peçanha - Metalpó Indústria e Comércio Ltda.; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado da Bahia:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Marcelo Sena da Silva - Acument Brasil Sistemas de Fixação S/A; **Suplentes:** Lucinaldo Jerônimo Ângelo - Acumuladores Moura S/A; José Walter Bezerra Silva - Acumuladores Moura S/A; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Fábio Alexandre Sacioto - Partner Industrial Ltda.; **Suplentes:** Marcos Antonio Baptista - Sila do Brasil Ltda.; Elia Rinaldi - Adler PTI S/A; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado do Paraná:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Benedicto Kubrusly Júnior - Igasa S/A Indústria e Comércio de Auto Peças; **Suplentes:** Luciano Romão Farias - thyssenkrupp Brasil Ltda.; Alexandre Rauen Abage - Neo Rodas S/A; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Luiz Carlos Rizo - Aethra Sistemas Automotivos S/A; **Suplentes:** Armando Martinez Ceccato - Faurecia Automotive do Brasil Ltda.; Mario Augusto Matos Simon Esteves - Iochpe-Maxion S/A; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Paulo Ivan Barbosa Gomes - Fras-le S/A; **Suplentes:** Luciano Resner - Marcopolo S/A; Ricardo Escoboza - Master Sistemas Automotivos Ltda.; **Delegados junto à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; Bruno Luis Ferrari Salmeron - Schulz S/A; **Suplentes:** Marcelo Luiz Castro de Aguiar - Jointech Industrial S/A; David Albert Michel Catasiner - Zen S/A Indústria Metalúrgica.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. Dan Ioschpe – Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 11.592-088/2014, julgado na 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/2009), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. Carlos Roberto Gomes e Silva,** inscrito neste Conselho sob o nº **100.126.**

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 13.690-534/2017, julgado na 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 80 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 80 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. Helcio Alvarenga Junior,** inscrito neste Conselho sob o nº **57.133.**

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente

Fortaleza PREFEITURA — AVISO DE SUSPENSÃO ADMINISTRATIVA /PROSSEGUIMENTO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 046/2022**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAL DE HIGIENE PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por razões de ordem técnica operacionais, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Informa, ainda, que na data de 18 de fevereiro de 2022 às 14h00min. (horário de Brasília) terá CONTINUIDADE o certame junto ao sitio compras.gov.br. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 16 de fevereiro de 2022.

Romero Ramony Holanda Lima Marinho

PREGOEIRO(A) DA CLFOR

SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os associados relacionados abaixo, representados neste ato pelo associado Júlio Console Simões, conforme procurações disponíveis na sede desta entidade e autorizado pelo art. 14, "b", do Estatuto Social, convocam os integrantes da categoria dos Práticos dos Portos do Estado de São Paulo a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária do SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bancários, 76, Sala 23, Ponta da Praia, CEP 11030-300, a se realizar em sua sede no dia 24 de março de 2022, às 09h30 em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta, ou às 10h30, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de presentes. A convocação através de pedido dos associados se dá em virtude da necessidade de ratificar a eleição da diretoria e do conselho fiscal para o biênio 2021-2022, ante a ausência de registro do conclave realizado em 26/11/2020. A Ordem do Dia, proposta em conformidade com o Estatuto Social, é a seguinte: a) Ratificação da eleição dos Membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e suplentes para o biênio 2021/2022, com mandato até 31/12/2022 ou nova eleição; b) Ratificação dos atos praticados pela diretoria eleita em conclave realizado em 26/11/2020; e c) Alterações do estatuto social acerca das regras para a realização de assembleias gerais. Como forma de evitar alegações de nulidade, apesar da proposta de ratificação da eleição anterior, fica, a partir da presente data em que está sendo afixado este Edital, aberto o prazo de 10 (dez) dias para o registro de novas chapas. O requerimento de registro da chapa deverá ser apresentado à secretaria do Sindicato em 02 (duas) vias, devendo nele constar a assinatura de todos os candidatos. Havendo registro de novas chapas, a votação dar-se-á no local e data acima especificados, iniciando-se imediatamente o processo de apuração tão logo todos os eleitores tenham votado ou após às 18h00, sendo declarada eleita a chapa que obtiver, em primeira votação, maioria absoluta de votos em relação ao total de eleitores, ou em segunda votação, maioria dos votos em relação ao total votante.

Santos, 17 de fevereiro de 2022.

Júlio Console Simões

Representante dos Associados relacionados abaixo

Bruno Roquete Tavares — Carlos Alberto de Souza Filho — Claudio Paulino Costa Rodrigues
Fabio Mello Fontes — Francisco Cava Fernandes Caseira — Hiram Eduardo Rosa dos Santos
João Acioli Nogueira — Jorge Luiz de Aguiar — Lélio Console Simões
Mauro Martuscelli — Miguel Gustavo Morais de Souza — Nilson Ferreira dos Santos
Hermes Bastos Filho — Flávio D'ávila Mello Peixoto — Paulo Sérgio Maurício Barbosa

CENTRO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CECOMERCIO

ELEIÇÃO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, faço saber que no dia 20 de maio de 2022, no período das 9h30 (nove horas e trinta minutos) às 16 horas (dezesseis horas), será realizada eleição para composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, inclusive dos respectivos membros suplentes, do Centro do Comércio do Estado de São Paulo – CECOMERCIO. A eleição ocorrerá em ambiente virtual, nos termos da Portaria nº 1/2020 desta Casa, que autoriza e regulamenta reuniões e assembleias gerais a distância (por meios eletrônicos) e dá outras providências. As informações sobre os procedimentos e o acesso concernentes à participação no pleito serão encaminhadas pela Secretaria deste Centro aos associados credenciados a participar da eleição em até 30 (trinta) dias antes do pleito. Fica aberto, a partir da data da publicação deste Edital, o prazo de 15 (quinze) dias corridos para o registro das chapas concorrentes, conforme previsão estatutária. O requerimento de registro de chapa, acompanhado de todos os documentos necessários dos candidatos, deverá ser dirigido, em 3 (três) vias, ao Presidente da Associação, podendo ser assinado por qualquer dos componentes da chapa. A Secretaria do CECOMERCIO funcionará nos dias úteis, das 9 horas (nove horas) às 12h30 (doze horas e trinta minutos) e das 14 horas (quatorze horas) às 18 horas (dezoito horas) e estará à disposição, durante o período destinado ao registro de chapas, para realizar atendimentos, para prestar informações concernentes a todo o processo eleitoral e para receber as documentações e fornecer o protocolo relativo à inscrição. A impugnação de candidaturas poderá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da publicação da relação das chapas registradas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

ABRAM SZAJMAN
PRESIDENTE

CECOMERCIO CENTRO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ Nº 62.643.226/0001-68 / R. DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 / BELA VISTA / CEP 01313-020 / SÃO PAULO/SP

Acompanhe o mercado de FUNDOS DE INVESTIMENTOS no broadcast+

O Broadcast+ é a melhor e mais completa fonte de informações sobre Fundos de Investimentos

• + de 20 mil fundos
• Valores de Cotas e Patrimônio Líquido
• Carteira, indicadores, documentos e balancetes
• Simulações e Geração de Lâminas • Fronteira eficiente, análises de retorno, comparativo com benchmarks e visão gráfica
• Notícias • Busca avançada, filtros detalhados e integração com planilhas

broadcast+

Grande São Paulo: 11 3856.3500
Outras localidades: 0800 011 3000

AGÊNCIA ESTADO

WWW.BROADCAST.COM.BR

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA / ICESP 1833/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251, - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de contratação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **LOCAÇÃO DE VESTIMENTA DE BARREIRA**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL Nº 002/2022; MODALIDADE: Tomada de Preços; **OBJETO:** Contratação de Empresa para Execução de Recapeamento Asfáltico Tipo CBUQ e Sinalização Viária no Bairro Parque Dona Esther, com Fornecimento de Materiais, Acessórios e Mão de Obra - Termo de Convênio 101330/2021 – **Estadual; ENCERRAMENTO:** 10/03/2022 às 09:30 horas; **ABERTURA:** 10/03/2022 às 10:00 horas. O Edital completo poderá ser retirado no Setor de Compras e Licitações, à Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis SP, de segunda à sexta - feira das 08:00 às 16:00 hs; através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br / licitacosmopolis@gmail.com ou acesso à página www.cosmopolis.sp.gov.br.

Cosmópolis, 16 de Fevereiro de 2022

Sr. Antônio Cláudio Felisbino **Júnior - Prefeito Municipal.**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS

CNPJ 52.801.040/0001-36

RESULTADO DE ELEIÇÃO

O Presidente da Abipeças – Associação Brasileira da Indústria de Autopeças, torna público o resultado das eleições realizadas no dia 11 de fevereiro de 2022, com a eleição da chapa composta pelos seguintes membros, para a gestão no período 2022/2025: **Conselho Superior:** Alex de Oliveira Neves - Mobis Brasil Fabricação de Auto Peças Ltda.; Alex Oliveira Pacheco - Clarios Energy Solutions Brasil Ltda.; Alexandre Meirelles Nagle - Robert Bosch Direção Automotiva Ltda.; Claus Henning Bernhard Paulo Von Heydebreck - KSPG Automotive Brazil Ltda.; Eugenio Henrique Leopardi Marianno - UFI Filters do Brasil Indústria e Comércio de Filtros Ltda.; Feres Macul Neto - Emicol Eletro Eletrônica S/A; Fernando Cestari de Rizzo - Tupy S/A; Flavio Henrique Sakai - Harman do Brasil Indústria Eletrônica e Participações Ltda.; Jose Walter Schmidt Junior - Pilkington Brasil Ltda.; Marcelo Zaidan - Indústrias Mangotex Ltda.; Marcos Aurelio Scarpini - Gestamp Brasil Indústria de Autopeças S/A; Marcos Sérgio de Oliveira - Iochpe-Maxion S/A; Mariana de Souza Rizzi Lima Pivetta - Cummins Brasil Ltda.; Meraldo Oliveira da Silva - Tower Automotive do Brasil Ltda.; Raul Germany Júnior - Dana Indústrias Ltda.; Ricardo Porta - Federal-Mogul Sistemas Automotivos Ltda.; Silvia Ribeiro de Aquino - Metalúrgica Onnix Indústria e Comércio Eireli; Stephan Heinz Blumrich - Umicore Brasil Ltda.; Valter Luiz Knihs - WEG Equipamentos Elétricos S/A; Yukio Ikuno - Sogefi Suspension Brasil Ltda.; **Conselho de Administração e Presidente: Presidente:** Cláudio César de Gouveia Sahad - Ciamet Comércio e Indústria de Artefatos de Metal Ltda.; **Demais Conselheiros:** Bruno Luís Ferrari Salmeron - Schulz S/A; Daniel Raul Randon - Randon S/A Implementos e Participações; Francisco Carlos Munhoz - Formtap Indústria e Comércio S/A; José Eduardo Castro Luzzi - International Indústria Automotiva Da América Do Sul Ltda.; Luiz Gustavo Kass Mwosa - Paranoá Indústria de Borracha Ltda.; Paulo Roberto Rodrigues Butori - Fupresa S/A; **Conselho Fiscal: Titulares:** Alexandre Assumpção Tuzzi - Tuzzi Sistemas Automotivos Ltda.; Eduardo Guarnieri - RCN Indústrias Metalúrgicas S/A; Milton de Castro - Miroal Indústria e Comércio Ltda.; **Suplentes:** José Eduardo Sabó - Sabó Indústria e Comércio de Autopeças S/A; Nelson Ferreira - Airzap Anest Iwata Indústria e Comércio Ltda.; Sergio Leon Sachs - Resil Comercial Industrial Ltda.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. Dan Ioschpe – Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento convida o público interessado para participar da **Audiência Pública Semipresencial** com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º da **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Data: 25/02/2022

Horário: 10h

Local: **Auditório Virtual e Auditório Prestes Maia** - 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

O acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, a aferição obrigatória de temperatura, e segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme o disciplinado no Ato nº 1.504, de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1.533, de 03 de fevereiro de 2022. Este último ainda disciplina o limite de lotação a 20% da capacidade de cada auditório.

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço:
www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **financas@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **financas@saopaulo.sp.leg.br**

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/jornaisBrasil

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. A Doutora Maria Rita Rebello Pinho Dias, MM Juíza de Direito da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital/SP, FAZ SABER que pelo presente edital ficam convocados os credores da Recuperação Judicial de SANEJETS ENGENHARIA CIVIL E SANEAMENTO EIRELI autos n.º 1057176-76.2021.8.26.0100, para comparecerem e se reunirem em assembleia-geral a ser realizada POR MEIO VIRTUAL, no dia 03 de março de 2022, às 14 horas, com início do credenciamento as 13 horas e encerramento as 13 horas e 45 minutos, em primeira convocação, ocasião em que a assembleia será instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, caso não haja quórum nesta ocasião, ficam desde já convocados os credores para a assembleia, em segunda convocação, a ser realizada POR MEIO VIRTUAL, no dia 17 de março de 2022, às 14 horas, com início do credenciamento as 13 horas e encerramento as 13 horas e 45 minutos, a qual será instalada com a presença de qualquer número de credores. A assembleia ora convocada tem como objeto a deliberação pelos credores sobre a seguinte ordem do dia, a) aprovação, modificação ou rejeição do Plano de Recuperação Judicial apresentado; b) constituição do Comitê de Credores e eventual escolha de seus membros; c) o pedido de desistência do devedor, nos termos do § 4º do art. 52 da Lei; d) o nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor; e) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores e das recuperandas; f) alienação de bens ou direitos do ativo não circulante do devedor, não prevista no plano de recuperação judicial. Nos termos do § 4º do art. 37 da Lei 11.101/2005, o credor poderá ser representado na assembleia-geral por mandatário ou representante legal, desde que entregue ao administrador judicial até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista neste aviso de convocação para a realização da Assembleia, documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação das folhas dos autos do processo em que se encontre o documento. Nos termos dos §§ 5.º e 6.º do artigo 37 da Lei 11.101/2005, os sindicatos que desejarem representar seus filiados deverão apresentar, em até 10 (dez) dias antes da data prevista neste aviso de convocação para a realização da Assembleia, a lista de credores filiados que pretende representar, bem como comprovar a condição de filiado do credor na data da publicação do presente edital. Para participação do conclave virtual todos os credores deverão obrigatoriamente atender aos seguintes passos, mesmo aqueles que comparecerão diretamente ao conclave, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência: 1) Encaminhar a documentação acima, via eletrônica, aos e-mails adnan.adv@salemadvogados.com.br e agcvirtual@orgamessencial.com.br, simultaneamente, indicando, no mesmo ato, 01 (um) endereço eletrônico válido e 01 (um) número de telefone celular válido, para onde serão direcionados os convites eletrônicos de acesso à sala virtual de realização da AGC; 02) Recebida e conferida a documentação, o convite de acesso à sala virtual de realização da AGC será encaminhado de maneira definitiva, não sendo possível a modificação do convite e/ou reenvio para outro endereço eletrônico, onde também serão enviadas as instruções para o acesso à sala virtual de realização da AGC, 03) a cada credor será disponibilizado somente 01 (um) convite de acesso, independentemente da quantidade de procuradores ou prepostos indicados, e somente via 01 (um) endereço eletrônico indicado, observando-se que, caso o credor indique mais de um endereço eletrônico válido, a Administração Judicial poderá encaminhar o convite de acesso à sala virtual de realização da AGC para qualquer um deles, sendo de inteira responsabilidade do credor identificar para qual endereço eletrônico o convite foi remetido; 04) O acesso à sala virtual de realização da AGC deve se dar preferencialmente por computador pessoal com acesso à internet, para garantir a estabilidade das conexões e, caso não seja possível, o acesso poderá se dar via smartphone ou tablet, com acesso à internet, recomendando-se, nesse caso, a instalação e utilização do aplicativo Google Meet; 05) No dia da realização da AGC, a identificação e credenciamento dos credores se iniciará às 13 horas, em ambas as convocações, devendo cada credor que ingressar à sala se identificar via chat, bem como exibir para a câmera documento de identidade válido correspondente ao informado no instrumento de mandato encaminhado; 06) No momento do acesso à sala, o credor deverá seguir todas as instruções encaminhadas junto com o convite de acesso à sala virtual de realização da AGC; 07) No horário marcado para o encerramento do credenciamento, este será impreterivelmente encerrado, sendo atendido durante o intervalo entre o encerramento do credenciamento e o início dos trabalhos da AGC somente os credores que tiverem acessado a sala virtual ou que acionarem o serviço de suporte até o horário marcado para o encerramento do credenciamento, dando-se início aos trabalhos assembleares no horário assinalado, devendo todos os participantes manterem seus microfones desligados durante todo o evento, somente o abrindo quando devidamente autorizado pela Administração Judicial; 08) Os credores que desejarem fazer perguntas ou se manifestarem durante a AGC deverão solicitar o aparte via botão levantar a mão disponível na plataforma, para que o Administrador Judicial organize os pedidos e conceda o direito de voz na ordem de solicitação, sendo que qualquer manifestação sem a autorização da Administração Judicial será imediatamente silenciada; 09) Na ocorrência de perda de conexão ou necessidade de suporte durante os trabalhos, qualquer credor poderá contatar imediatamente o canal dedicado via WhatsApp (11) 99592-2392, comunicando o ocorrido e solicitando suporte para reconexão; 10) As votações seguirão o mesmo trâmite das AGCs presenciais, podendo a Administração Judicial adotar qualquer das formas de coleta de votos usualmente praticadas; 11) Ao final das deliberações, os credores que desejarem deverão encaminhar suas ressalvas para o e-mail agcvirtual@orgamessencial.com.br, mesmo que tenham sido efetuadas via áudio durante a AGC; 12) Após o encerramento da AGC, o Administrador Judicial lavrará a ata do ocorrido de forma sumária e as ressalvas encaminhadas bem como o inteiro teor do chat serão incorporadas como seus anexos, após o que esta será projetada a todos os presentes e lida, sendo submetida à aprovação de todos, de modo que se recomenda a permanência na sala virtual de realização da AGC até o fim da sua leitura e aprovação; 13) Os credores que assinarão a ata receberão as instruções de procedimento no momento da AGC, observando-se expressamente o disposto no CG 809/2020 do TJSP; 14) A integra da AGC virtual, desde o início do credenciamento até seu encerramento, será gravada; 15) Caso a AGC não se instale em primeira convocação, novo convite de acesso à sala virtual de realização da AGC em segunda convocação será remetido para o mesmo endereço eletrônico de cadastro, podendo cada credor modificar o endereço eletrônico cadastrado para a primeira convocação até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do credenciamento da AGC em segunda convocação; 16) A integra da Assembleia será transmitida ao vivo via streaming pelo canal AGC Virtual ou AGC Virtual II, ambos disponíveis na plataforma YouTube, permanecendo o vídeo à disposição de todos no canal após sua transmissão, concordando todos os participantes com a cessão dos direitos de imagem para tanto; 17) Instruções quanto ao acesso à plataforma poderão ser tomadas mediante os vídeos já existentes no canal AGC Virtual, na plataforma YouTube. A Assembleia-Geral de Credores ora convocada será regida pelos trâmites previstos na Lei 11.101/2005. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03/02/2022. 15:16.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Fabio Bruggioni, CPF nº 266.193.038-89, Catia Valeria de Paiva Porto, CPF nº 005.493.187-80. DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no Banco CSF S/A, CNPJ nº 08.357.240/0001-50. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf – GTSP II. Av. Paulista, nº 1.804 - 5º andar - São Paulo - SP, CEP 01310-922. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 5 / CGPAR-ACESSO RESTRITO/CGPAR/DIREP/CRG

A Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização nº 01400.004902/2018-11, instaurado pela Portaria nº 111, de 3 de abril de 2018, do então Ministério da Cultura, publicada no D.O.U. nº 65, Seção 2, p. 8, de 5 de abril de 2018, apuração continuada pela Portaria CRG nº 2.499, de 25 de outubro de 2021, publicada no D.O.U. nº 202, Seção 2, p. 47-48, de 26 de outubro de 2021, considerando o disposto no §1º do art. 7º e no caput do art. 8º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e o que consta da Ata de Deliberação datada de 10 de fevereiro de 2022, **INTIMA** a pessoa jurídica **VISION MIDIA E PROPAGANDA LTDA., CNPJ 10.435.582/0001-92**, sobre a sua condição de indiciada no referido Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), bem como para, por seu representante legalmente constituído, apresentar defesa escrita sobre os fatos em apuração, **no prazo de 30 (trinta) dias.** Conforme §3º do art. 16 da Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019 (com a redação dada pela Instrução Normativa CGU nº 15, de 8 de junho de 2020), decorrido o prazo, e independentemente de manifestação da defesa, o PAR seguirá seu curso normal. O contato com a Corregedoria-Geral da União poderá ser realizado pelo e-mail: crg.direp.secretaria@cgu.gov.br ou pelo telefone nº (61) 2020-7510, a fim de tomar ciência dos fatos apurados e obter acesso integral aos autos.

ANDRÉ QUEIROZ DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2012, alterada pela Resolução nº 1.501/2022, de 17/01/2022, bem como o que dispõe o art. 2º da Resolução nº 1438/2020, prorrogada pelas Resoluções nºs 1456/2020, 1468/2021 e 1493/2021, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2022012000037 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças gráficas para Diversas Unidades. Abertura: 04/03/2022 às 10h30.

PE 2022012000046 – Serviços especializados de manutenção preventiva e adequações no sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) para a Unidade Pompeia. Abertura: 15/03/2022 às 10h30.

PE 2022012000047 – Serviços de *clipping* eletrônico, envolvendo o monitoramento de informações na mídia impressa, *on-line*, televisão e rádio para a Unidade Sorocaba. Abertura: 08/03/2022 às 10h30.

PE 2022012000052 – Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção e alarme de incêndio para a Unidade 24 de Maio. Abertura: 07/03/2022 às 10h30.

PE 2022012000053 – Serviços civis e instalações para a ocupação na Unidade Transitória 2, no terreno adjacente à futura Unidade Osasco. Abertura: 11/03/2022 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallcsescsp.org.br**, mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/ME nº 06.626.253/0001-51 – NIRE 23.300.020.073 – Cód. CVM 25860 – Companhia Aberta

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 18 de março de 2022

Convocamos os senhores acionistas da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria lima, nº 3355, 26º andar, conjunto 261 – sala B, Itaim bibi, CEP 04538-133, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2586-0 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 18 de março de 2022, às 10:00, na sede da Companhia ("**AGOE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; e **(ii)** alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), contemplando (a) a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social; (b) a exclusão do artigo 48 do Estatuto Social; e (c) alterações pontuais e meramente formais na numeração e nas referências cruzadas contidas Estatuto Social. Instruções e Informações Gerais: Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGOE, isto é, até às 10:00 horas do dia 16 de março de 2022. Para participar da AGOE, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia emitido nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da AGOE pela instituição depositária, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para participação na AGOE constam na Proposta da Administração disponibilizada pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Por fim, recomendamos aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGOE. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Instrução CVM 481, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2020, sendo necessário nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.brpartners.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Instrução CVM 481, a Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022. **Jairo Eduardo Loureiro Filho** – Presidente do Conselho de Administração. (16, 17 e 18/02/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 17/2022

Objeto: Aquisição de Capa para Colete Balístico, Porta Brevê e Porta Rádio Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 07/03/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 07/03/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 07/03/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 16 de fevereiro de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelos Estatutos e pela legislação Sindical vigente, e em cumprimento ao disposto nos artigos 611, 612 e seguintes e 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com a Lei 7.783/89 (Lei de Greve), convoca os Ferroviários em geral da RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), de sua base territorial de representação profissional, associados e interessados, para participarem das Assembléias Gerais Extraordinárias com finalidade de estabelecer os critérios para a correção e aumento salarial na data base 1º de maio de 2.022, e negociação do A.C.T. (Acordo Coletivo de Trabalho), a serem realizadas nos dias, horários e locais abaixo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1º) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembléia anterior; 2º) Decidir sobre a deflagração ou não de movimento grevista nos termos do disposto na lei nº 7.783/89 (Lei de Greve); 3º) Elaborar pauta de reivindicação a ser apresentada pelo Sindicato a RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), visando à abertura das negociações para o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) data base de 1º de maio de 2.022; 4º) Autorizar a Diretoria do Sindicato a instaurar o "Protesto Judicial" para garantia da data base de 1º de maio de 2.022, caso necessário; 5º) Conceder poderes a Diretoria do Sindicato para celebrar Acordo com a RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A) ou instaurar o competente Dissídio Coletivo, caso necessário, relativo à data base de 1º de maio de 2.022; 6º); Fixação e aprovação da Contribuição para o Custeio do Sistema Confederativo/Assistencial e ou Sindical, em conformidade com o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal e Lei 13.467 de 13/07/2017, que alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; 7º) Manter as Assembléias em caráter permanente para conhecimento da posição da RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A) e 8º) Conceder poderes a Diretoria do Sindicato para celebrar Acordo com a RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A) ou instaurar o competente Dissídio Coletivo, caso necessário, relativo a abertura e negociação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados conforme determina lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, artigo 2º inciso II, bem como sobre o andamento das negociações a fim de serem tomadas as deliberações que se fizerem necessárias. Data e local das Assembleias: dia 21/02/2.022, às 15:00 h, em **Presidente Prudente,** na Sede do Sindicato; dia 21/02/2.022, às 09:00 h, em **Ourinhos,** na Sede do Sindicato; dia 21/02/2.022, às 10:00 h, em **Itapeva,** na Sede do Sindicato. Não havendo em primeira convocação número legal para instalação das Assembléias, os trabalhos serão iniciados, uma hora após, nos mesmos locais com os presentes, sendo que as deliberações tomadas terão plena validade à toda categoria dos Ferroviários em geral da RUMO LOGISTICA - Malha Sul e RUMO sucessora da ALL (América Latina Logística do Brasil S/A), relativamente aos assuntos em pauta, para todos os fins de direito. Por conta da Pandemia do Corona Vírus (COVID-19) e seu grande risco de transmissão, serão adotadas todas as medidas de segurança determinadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e diretrizes governamentais, visando o respeito e cuidado com a saúde dos ferroviários, com medição de temperatura corporal, disponibilização de álcool em gel, uso obrigatório de máscaras e distanciamento seguro. São Paulo, 16 de fevereiro de 2.022. JOSÉ CLAUDINEI MESSIAS - PRESIDENTE

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS ITENS 21 E 22

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 373/2021**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE SERINGAS HIPODÉRMICAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 373/2021 - IJF, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 21 E 22. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 16 de fevereiro de 2022.
Carlos Henrique Rocha Almeida
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

Indicadores Volta às aulas

Preço de material escolar aumenta o triplo da inflação oficial, mostra pesquisa

No ensino infantil, valores tiveram alta de 30,1%, ante um IPCA de 10,38% nos últimos 12 meses até janeiro

MÁRCIA DE CHIARA

A inflação do material escolar virou um peso adicional no orçamento de muitas famílias neste início de ano, especialmente daquelas que têm filhos matriculados na educação infantil. Os preços da cesta de itens usados no ensino infantil subiram 30,1% em 2022, aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e da plataforma V+, que coleta informações sobre as cotações desses itens em sites de lojas físicas e virtuais.

"A inflação da cesta de material escolar da educação infantil é praticamente três vezes a inflação oficial", afirma o presidente do Ibevar e responsável pelo estudo, Cláudio Felisoni De Angelo. Em 12 meses até janeiro, a inflação geral do País, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 10,38%.

ESCALADA

Preço do material escolar dispara em 2022

Variação da cesta de acordo com o nível de ensino

EM 2022 ANTE 2021, EM PORCENTAGEM

INFANTIL	30,1
FUNDAMENTAL	24,3
MÉDIO	13,5

Maiores altas

EM PORCENTAGEM

LAPISEIRA	69,3
MASSA/MODELAR	57,0
ESTOJO	53,7
GIZ DE CERA	29,6
CADERNO 1/4 BROCHURA	29,0

FONTE: IBEVAR V+ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Movimento de preços semelhante aos dos materiais da educação infantil foi registrado na cesta de itens do ensino fundamental, que ficou 24,3% mais cara este ano. Já a lista dos itens usados no ensino médio teve aumento mais próximo da inflação e subiu 13,5% em igual período. A pesquisa teve como base os materiais requisitados pelas escolas da cidade de São Paulo para os três níveis de ensino.

Felisoni observa, por exemplo, que a massinha de modelar (com alta de 57% no preço), o giz de cera (29,6%), o lápis de cor (20%) e a canetinha (10,4%), que entram na cesta de materiais usados no ensino infantil e fundamental, acabaram pesando mais nos gastos de volta às aulas, comparativamente às despesas com materiais do ensino médio, onde não são requisitados esses produtos.

De uma lista de 40 itens pesquisados para compor as três cestas, 32 tiveram preços majorados neste ano em relação a 2021, cinco registraram queda nas cotações e apenas três produtos não tiveram alterações de valor. Influenciado pela alta da cotação das commodities, como celulose, borracha e petróleo, o caderno, por exemplo, ficou quase 30% mais caro este ano e a cola branca, 23,3%.

O estudo do Ibevar detectou ainda um movimento forte de abertura de pequenos negócios de papelarias, tanto no comércio online quanto em lojas físicas, por conta da pandemia. Desde abril de 2020, mais de 10,2 mil pequenas empresas passaram a atuar nesse mercado, aponta o estudo. ●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

"O novo Estadão impresso ficou mais fácil de manusear e de ler. Para você continuar pensando ciência com a gente."
Fernando Reinach, biólogo e colunista do Estadão

O ESTADO DE S. PAULO
Estados decidem reduzir entraves para facilitar a abertura de empresas

#VEM PENSAR COM A GENTE
SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO
VEMPENSAR.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO expresso NA PERIFA

Estadão e 99 apresentam hub de conteúdo multimídia produzido por quem vive e conhece o dia a dia das comunidades e periferias do Brasil.

CONFIRA OS DESTAQUES:

'O que se canta nas letras não é o que se vê nos bailes funk'
Em entrevista, doutorando em música e funk pela USP fala do fenômeno musical como expressão da cultura jovem periférica

'Não somos bichos, somos seres humanos', diz imigrante congolesa
Ativista Prudence Kalambay se identifica com a mãe de Moïse e conta a própria história como imigrante negra no Brasil

Não perca! Acesse:
Uma parceria: 99 mobilidade ESTADÃO ESTADÃO BLUE STUDIO

Banco SOFISA

Banco SOFISA direto

Melhor banco de Middle Market de 2021

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Banco Sofisa S.A. CNPJ 60.889.128/0001-80

ESTADÃO finanças mais 2021 CAMPEÃ

Baixe o app e abra sua conta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**111.804**	**496.060**	**111.363**	**495.582**
Disponibilidades	111.804	496.060	111.363	495.582
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	**385.042**	**199.999**	**407.983**	**222.055**
Aplicações no mercado aberto	300.004	199.999	300.004	199.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	85.038	-	107.979	22.056
Tits.e valores mob.e instr. financ.derivativos (Nota 6)	**2.619.238**	**1.788.294**	**2.581.115**	**1.749.730**
Carteira própria	2.383.939	1.631.064	2.345.816	1.631.064
Vinculados a compromissos de recompra	42.121	138.623	42.121	106.508
Instrumentos Financ. Derivativos	103.074	-	103.074	-
Vinculados a prestação de garantias	90.104	18.607	90.104	12.158
Relações interfinanceiras (Nota 7)	**28.197**	**24.092**	**28.197**	**24.092**
Créditos vinculados				
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	4	-	4
Depósitos no Banco Central	19.918	24.006	19.918	24.006
Correspondentes	8.279	82	8.279	82
Operações de crédito	**5.531.477**	**4.751.962**	**5.531.477**	**4.751.962**
Operações de crédito (Nota 8)	5.625.389	4.816.510	5.625.389	4.816.510
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 9)	(93.912)	(64.548)	(93.912)	(64.548)
Outros créditos	**1.340.137**	**992.578**	**1.311.451**	**961.571**
Carteira de câmbio (Nota 10)	373.099	274.321	373.099	274.321
Rendas a receber	2.769	5.452	2.769	5.448
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	12.388	566	12.388	566
Crédito Tributário (Notas 11/12)	181.067	167.610	174.844	161.320
Diversos (Nota 12)	780.881	552.408	758.418	527.695
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 9)	(10.067)	(7.779)	(10.067)	(7.779)
Outros valores e bens (Nota 13)	**36.647**	**30.034**	**33.741**	**27.089**
Outros valores e bens	32.933	37.252	30.097	34.295
Despesas antecipadas	10.400	952	10.317	951
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(6.686)	(8.170)	(6.673)	(8.157)
Permanente	**43.047**	**38.875**	**113.540**	**108.873**
Investimentos	**8.756**	**2.595**	**79.422**	**72.775**
Participações em coligadas e controladas (Nota 38)	**2.642**	**-**	**73.308**	**70.180**
No País	2.642	-	72.925	69.742
No exterior	-	-	383	438
Outros investimentos	**6.114**	**2.595**	**6.114**	**2.595**
Outros investimentos	6.163	2.644	6.163	2.644
Provisão para perdas	(49)	(49)	(49)	(49)
Imobilizado de uso (Nota 14)	**33.086**	**34.003**	**32.913**	**33.821**
Imóveis de uso	31.633	31.633	31.407	31.407
Imobilizações em curso	-	3.607	-	3.607
Outras imobilizações de uso	19.167	13.237	19.167	13.237
Depreciações acumuladas	(17.714)	(14.474)	(17.661)	(14.430)
Intangível	**1.205**	**2.277**	**1.205**	**2.277**
Ativos Intangíveis	4.988	4.989	4.988	4.989
Amortização acumulada	(3.783)	(2.712)	(3.783)	(2.712)
Total do ativo	**10.095.589**	**8.321.894**	**10.118.867**	**8.340.954**

PASSIVO

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos (Nota 15)	**5.558.917**	**4.395.945**	**5.605.323**	**4.437.831**
Depósitos à vista	485.447	244.994	485.507	245.194
Depósitos interfinanceiros	41.845	41.044	72.816	68.892
Depósitos a prazo	5.031.625	4.109.907	5.047.000	4.123.745
Captações no mercado aberto (Nota 16)	**41.933**	**108.348**	**41.933**	**108.348**
Carteira própria	41.933	108.348	41.933	108.348
Recursos de aceites cambiais (Nota 15)	**1.817.860**	**2.471.902**	**1.817.860**	**2.471.902**
Recursos de letras Imob., hipot. de créd. e similares	1.817.860	2.471.902	1.817.860	2.471.902
Relações interfinanceiras/interdependências (Nota 7)	**54.853**	**46.593**	**54.853**	**46.593**
Recursos em trânsitos de terceiros	54.853	46.593	54.853	46.593
Obrigações por empréstimos (Nota 17)	**1.142.061**	**32.493**	**1.142.061**	**32.493**
Empréstimos no exterior	1.142.061	32.493	1.142.061	32.493
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	**4.476**	**884**	**4.476**	**884**
Operações de Swap	1.332	884	1.332	884
Obrigações por venda a termo a entregar	3.144	-	3.144	-
Outras obrigações	**613.648**	**411.877**	**589.123**	**387.633**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.953	102	1.953	102
Carteira de câmbio (Nota 10)	218.649	184.236	218.649	184.236
Fiscais e previdenciárias (Nota 18)	96.587	44.524	95.266	43.374
Provisão para riscos e obrigações legais (Notas 20/21)	92.087	92.652	78.369	78.927
Sociais e estatutárias	38.923	37.659	34.839	31.024
Diversas (Nota 20)	65.096	52.704	59.694	49.970
Outras dívidas subordinadas (Nota 15)	100.353	-	100.353	-
Resultado de exercícios futuros	**301**	**618**	**301**	**618**
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (Nota 22)	**862.937**	**854.652**	**862.937**	**854.652**
Capital de domiciliados no País	635.700	635.700	635.700	635.700
Reservas de lucros	237.459	218.350	237.459	218.350
Outros resultados abrangentes	(10.222)	602	(10.222)	602
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	**(1.397)**	**(1.418)**	**-**	**-**
Total do passivo	**10.095.589**	**8.321.894**	**10.118.867**	**8.340.954**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira	**613.802**	**978.678**	**613.625**	**613.285**	**977.982**	**613.060**
Operações de crédito (Nota 23)	437.303	741.822	499.896	437.303	741.822	499.896
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 24)	82.294	135.525	116.931	81.821	134.859	116.369
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6e)	42.086	51.771	(43.155)	42.086	51.771	(43.037)
Resultado com operações de câmbio (Nota 25)	52.119	49.560	39.953	52.075	49.530	39.832
Despesas da intermediação financeira	**(391.034)**	**(535.047)**	**(219.367)**	**(392.108)**	**(536.857)**	**(220.622)**
Operações de captação no mercado (Nota 26)	(235.429)	(353.139)	(174.573)	(236.503)	(354.949)	(175.828)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 27)	(125.616)	(126.176)	(3.898)	(125.616)	(126.176)	(3.898)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9b)	(29.989)	(55.732)	(40.896)	(29.989)	(55.732)	(40.896)
Resultado bruto da intermediação financeira	**222.767**	**443.631**	**394.258**	**221.177**	**441.125**	**392.438**
Receitas/(despesas) operacionais	**(107.436)**	**(210.039)**	**(167.364)**	**(106.541)**	**(208.770)**	**(167.021)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 28)	31.892	63.119	68.498	29.656	58.150	60.282
Despesas de pessoal (Nota 29)	(71.393)	(129.274)	(101.291)	(71.072)	(128.650)	(100.742)
Outras despesas administrativas (Nota 30)	(68.424)	(130.390)	(106.666)	(67.830)	(129.413)	(105.303)
Despesas tributárias (Nota 31)	(17.601)	(33.564)	(29.084)	(17.121)	(32.682)	(28.170)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 38)	4.832	5.384	(1.741)	7.815	10.718	5.797
Outras receitas operacionais (Nota 32)	20.118	22.743	9.422	19.201	21.438	7.706
Outras despesas operacionais (Nota 33)	(6.860)	(8.057)	(6.502)	(7.190)	(8.331)	(6.591)
Resultado operacional	**115.331**	**233.592**	**226.894**	**114.636**	**232.355**	**225.417**
Resultado não operacional (Nota 34)	**39.331**	**39.590**	**(2.420)**	**39.331**	**39.590**	**(2.420)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**154.662**	**273.182**	**224.474**	**153.967**	**271.945**	**222.997**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(41.090)**	**(74.607)**	**(50.667)**	**(40.504)**	**(73.596)**	**(49.499)**
Imposto de renda / contribuição social - correntes	(45.520)	(76.808)	(29.192)	(45.012)	(75.861)	(28.097)
Imposto de renda / contribuição social - diferidos	4.430	2.201	(21.475)	4.508	2.265	(21.402)
Participações no lucro - Empregados	**(19.110)**	**(38.250)**	**(33.440)**	**(19.110)**	**(38.250)**	**(33.440)**
Participação de não controladores	**(109)**	**(226)**	**(309)**	-	-	-
Resultado líquido do semestre/exercício	**94.353**	**160.099**	**140.058**	**94.353**	**160.099**	**140.058**
Lucro líquido por ação	**0,69**	**1,16**	**1,02**	**0,69**	**1,16**	**1,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2021	2021	2020
Resultado líquido	94.353	160.099	140.058
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda	(38.269)	(65.336)	(4.774)
Hedge de fluxo de caixa	25.451	45.658	(744)
Efeito tributário (a)	5.768	8.855	2.483
Resultado abrangente do semestre/exercício	**87.303**	**149.276**	**137.023**

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 20% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
Resultado líquido ajustado	**116.865**	**208.592**	**205.948**	**113.943**	**203.192**	**198.209**
Resultado líquido do semestre	94.353	160.099	140.058	94.353	160.099	140.058
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	29.989	55.732	40.896	29.989	55.732	40.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.430)	(2.201)	21.475	(4.508)	(2.265)	21.402
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.322	(565)	3.243	1.466	(558)	3.124
Depreciações e amortizações (Nota 30)	2.244	4.550	5.298	2.239	4.541	5.289
Resultado de participação em controladas (Nota 38)	(4.832)	(5.384)	1.741	(7.815)	(10.718)	(5.797)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1.781)	(3.639)	(6.763)	(1.781)	(3.639)	(6.763)
Variação de Ativos e Obrigações	**47.729**	**(447.995)**	**270.419**	**50.158**	**(445.067)**	**275.170**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(367.425)	(185.043)	(96.641)	(370.730)	(185.928)	(125.294)
(Aumento) Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos	(1.024.213)	(830.945)	172.290	(1.019.730)	(831.385)	177.441
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	56.655	4.155	14.864	56.655	4.155	14.864
(Aumento) Redução em operações de crédito	(408.955)	(835.068)	(1.348.036)	(408.955)	(835.068)	(1.348.036)
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens	(135.498)	(316.594)	(161.427)	(135.265)	(318.075)	(165.910)
Aumento (Redução) em depósitos	1.004.192	1.162.972	1.324.787	1.011.087	1.167.492	1.353.516
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(56.803)	(66.416)	(117.016)	(56.803)	(66.416)	(117.016)
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais	(260.565)	(654.042)	444.127	(260.565)	(654.042)	444.127
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.131.564	1.109.569	(61.638)	1.131.564	1.109.569	(61.638)
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos passivo	3.492	3.593	-	3.492	3.593	-
Aumento (Redução) em outras obrigações	122.787	196.437	134.756	116.535	196.906	137.966
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(123)	(318)	(408)	(120)	(318)	(408)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.385)	(36.295)	(35.239)	(17.007)	(35.549)	(34.442)
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
- Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**164.594**	**(239.403)**	**476.367**	**164.101**	**(241.875)**	**473.379**
(Aumento) / Redução de Investimentos	(7.775)	(8.848)	(332)	(7.776)	(8.848)	(332)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(1.249)	(6.110)	(6.677)	(1.248)	(6.110)	(6.677)
(Aquisição) Intangível	-	-	(3.608)	-	-	(3.608)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
- Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(9.024)**	**(14.958)**	**(10.617)**	**(9.024)**	**(14.958)**	**(10.617)**
Juros sobre o capital próprio pagos (Nota 22)	-	(31.025)	-	-	(31.025)	-
Dividendos pagos (Nota 22)	(100.455)	(102.510)	(2.510)	(100.000)	(100.000)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
- Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(100.455)**	**(133.535)**	**(2.510)**	**(100.000)**	**(131.025)**	**-**
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	**55.115**	**(387.896)**	**463.240**	**55.077**	**(387.858)**	**462.762**
Caixa e equivalentes de caixa no Início do semestre / exercícios	54.908	496.060	26.057	54.505	495.582	26.057
Variação cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	1.781	3.639	6.763	1.781	3.639	6.763
Caixa e equivalentes de caixa no Final do semestre / exercícios (Nota 04)	111.804	111.804	496.060	111.363	111.363	495.582
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	**55.115**	**(387.896)**	**463.240**	**55.077**	**(387.858)**	**462.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para o Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro - Legal	Reservas de Lucro - Estatutária	Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes - Outros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2021	**635.700**	**61.254**	**160.383**	**10.705**	**(13.876)**	**43.247**	**897.413**
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	94.353	94.353
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	13.998	-	-	13.998
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(21.048)	-	(21.048)
Destinações:	**-**	**4.718**	**11.103**	**-**	**-**	**(137.600)**	**(121.779)**
Constituição de reserva legal	-	4.718	-	-	-	(4.718)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar	-	-	111.103	-	-	(111.103)	-
Dividendos (Nota 22)	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(21.779)	(21.779)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**635.700**	**65.972**	**171.486**	**24.703**	**(34.924)**	**-**	**862.937**

	Capital Social	Reservas de Lucro - Legal	Reservas de Lucro - Estatutária	Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes - Outros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**635.700**	**57.967**	**160.383**	**(409)**	**1.011**	**-**	**854.652**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.099	160.099
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	25.112	-	-	25.112
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(35.935)	-	(35.935)
Destinações:	**-**	**8.005**	**11.103**	**-**	**-**	**(160.099)**	**(140.991)**
Constituição de reserva legal (Nota 22)	-	8.005	-	-	-	(8.005)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar (Nota 22)	-	-	111.103	-	-	(111.103)	-
Dividendos (Nota 22)	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(40.991)	(40.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**635.700**	**65.972**	**171.486**	**24.703**	**(34.924)**	**-**	**862.937**

	Capital Social	Reservas de Lucro - Legal	Reservas de Lucro - Estatutária	Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes - Outros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**635.700**	**50.964**	**63.828**	**-**	**3.637**	**-**	**754.129**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	140.058	140.058
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(409)	-	-	(409)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(2.626)	-	(2.626)
Destinações:	**-**	**7.003**	**96.555**	**-**	**-**	**(140.058)**	**(36.500)**
Constituição de reserva legal (Nota 22)	-	7.003	-	-	-	(7.003)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar (Nota 22)	-	-	96.555	-	-	(96.555)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(36.500)	(36.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**635.700**	**57.967**	**160.383**	**(409)**	**1.011**	**-**	**854.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A participação dos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de (R$ 1.397) ((R$ 1.418) em 31 de dezembro de 2020)

continua...

...continuação

Banco Sofisa | Banco Sofisa direto

Assessores de investimentos certificados ajudam você a investir melhor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco Sofisa S.A. ("Sofisa" ou "Banco"), CNPJ 60.889.128/0001-80, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, em conjunto com suas empresas controladas e coligadas, opera na forma de Banco Múltiplo por meio de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento, de câmbio e de arrendamento mercantil.

Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante nas notas explicativas.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Sofisa, na elaboração das suas informações contábeis, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
CPC 41 (R1) - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/19.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados e as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas não controladores nas controladas foram destacadas. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

Considerando o fato de que a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Sofisa é o Real, e que as operações com a nossa agência e controlada no exterior são um complemento das atividades no país, os ativos, os passivos e os resultados são adaptados às práticas contábeis do Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os ganhos e perdas provenientes do processo desta conversão são registrados no resultado do exercício.

O efeito da variação cambial do saldo em moeda estrangeira que compõe os recursos de caixa e equivalentes de caixa está sendo ajustado na Demonstração do Fluxo de Caixa ao lucro e na variação de caixa e equivalentes de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas do Sofisa abrangem integralmente as informações financeiras de sua agência no exterior, e empresas controladas, no país e no exterior, compreendendo as seguintes empresas:

CONSOLIDADO SOCIETÁRIO

	% Participação	
Controladas diretas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Sofisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento	100,00%	100,00%
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda	99,98%	99,98%
Sofisa Investment Ltd	100,00%	100,00%
Sofisa Corretora de Seguros Ltda	94,99%	94,99%
Controladas indiretas (a)		
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 2 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 3 Empreend. Imobiliários Ltda	55,10%	55,10%
Coligadas		
Trademaster	-	40,00%
EM2104 Participações S/A	19,81%	-

(a) Controladas investidas através da Sata Sociedade Assessoria Técnica Administrativa Ltda.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de fevereiro de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que envolvem julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, como: perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros, perda ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias, as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis e estimativa dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b. Demonstração do fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Sofisa utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

(i) das transações que não envolvem caixa;
(ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros;
(iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento; e
(iv) variação cambial dos valores em moeda estrangeira que integram os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução - CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, já descontado os efeitos dos impostos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente.

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de opções, operações com futuros, operações a termo e operações de *swaps* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
- operações com futuros: o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo: são contabilizadas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço; e
- operações de *swaps*: o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa "*pro-rata*" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício;
- instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa para compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, devido aos recursos captados através de Letras Financeiras (LF) e Depósito a prazo com garantia especial (DPGE), indexados pelo Certificado de depósito Interbancário (CDI).

Os objetivos de gestão de risco dessa operação, bem como estratégia de proteção de tais riscos estão devidamente documentados. Neste documento está detalhado o objeto de hedge, o instrumento utilizado como hedge, a natureza dos riscos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia de hedge, além do método a ser utilizado para medir a efetividade do programa de *Hedge accounting*.

Em 31 de dezembro de 2021 a efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

f. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor do principal e respectivos rendimentos ou encargos e retificadas pela conta correspondente de rendas ou despesas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "*pro-rata*" dia.

g. Transações com ativos financeiros - operações de compra e venda de ativos

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1 de janeiro de 2012 e conforme Resolução CMN nº 3.895/10 do BACEN:

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência permanecem integralmente no ativo;
ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;
iii) As receitas e as despesas são apropriadas mensalmente ao resultado do exercício pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
iv) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos, resultam na baixa dos ativos objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A atualização ("*accrual*") das operações de crédito, de adiantamentos sobre contratos de câmbio e de outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer sua classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo); e (ii) os níveis de riscos são avaliados pela Administração do Banco, periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, as faixas de atraso definidas na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses e os efeitos do arrasto de outras operações pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são base para reconhecimento de receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, exceto aquelas em que utilizamos a contagem em dobro do prazo da operação, quando então são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Banco adota um modelo de *Credit Scoring* que busca, por meio de características dos proponentes de crédito, criar medidas que separem os créditos e operações, segundo a capacidade de pagamento dos devedores, bem como medidas de avaliação de desempenho (estatística de Kolmogorov-Smirnov, conhecida como KS), e assim atribuir a nota de crédito adequada a cada operação. Adicionalmente a Instituição elaborou um estudo que fundamenta a pontuação adicional que será atribuída a cada devedor, à partir das garantias apresentadas em cada uma das operações, adotando um modelo de perda esperada, evidenciando assim o poder mitigador de cada garantia e seu histórico de recuperação.

Uma vez a operação classificada conforme modelo de *Credit Scoring*, a mesma fica sujeita a todos os efeitos, acima mencionados, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo mantido o maior valor de provisão apurado entre o modelo de *Credit Scoring* e os critérios da resolução citada.

i. Outros valores e bens

Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados pela provisão para desvalorização, quando aplicável. Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor a ser registrado deve ser igual ao montante do crédito, não sendo permitida a contabilização do diferencial como receita. Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor a ser registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

Despesas antecipadas: Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos subsequentes, representados por despesas de seguros e custos na captação de recursos externos. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado, quando existentes.

j. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos pelo custo histórico.

k. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

l. Ativo Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos como objeto de bens incorpóreos tendo como finalidade a manutenção das atividades do Banco. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*Impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 20% para o Banco Sofisa e para as demais empresas financeiras a alíquota de 15%. Para as empresas não financeiras, a CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 31 de dezembro de 2021 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 20% CSLL (15% para as demais empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras). Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento a Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias.

Com base na emenda constitucional nº 103/2019, artigo 32, a alíquota da contribuição social passou a ser de 20% para os bancos a partir de 1º de março de 2020.

Conforme Lei 14.183, para o período de julho à dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 25%, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta-Circular nº 3.429/10 do BACEN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade.

p. Passivos financeiros por captações em depósitos; Captações no mercado aberto; Recursos de aceites cambiais; Obrigações por empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata temporis*".

Os custos de transação incorridos referem-se basicamente a valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria. São contabilizados como redutores dos títulos e são apropriadas, "*pro rata temporis*", para a adequada conta de despesa, exceto nos casos em que os títulos sejam mensurados a valor justo por meio do resultado.

q. Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "*pro-rata*" dia).

r. Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a emissão da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

s. Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

Nos semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram alterações na quantidade de ações em circulação. A quantidade de ações no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 137.492.121.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Disponibilidades	22.368	447.782	22.310	447.742
Disponibilidades em moeda estrangeira	89.436	48.278	89.053	47.840
Saldo de disponibilidades	**111.804**	**496.060**	**111.363**	**495.582**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Sofisa Consolidado			
	Valores por prazo de vencimentos		31/12/2021	31/12/2020
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Total**
Aplicações no mercado aberto	**300.004**	-	**300.004**	**199.999**
Posição bancada - Tesouro Nacional	300.004	-	300.004	199.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**85.038**	-	**85.038**	-
Total em 31/12/2021	**385.042**	-	**385.042**	-
Total em 31/12/2020	-	**199.999**	-	**199.999**

	Banco Sofisa			
	Valores por prazo de vencimentos		31/12/2021	31/12/2020
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Total**
Aplicações no mercado aberto	**300.004**	-	**300.004**	**199.999**
Posição bancada - Tesouro Nacional	300.004	-	300.004	199.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**85.038**	**22.941**	**107.979**	**22.056**
Total em 31/12/2021	**385.042**	**22.941**	**407.983**	-
Total em 31/12/2020	-	**222.055**	-	**222.055**

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por tipo

	Sofisa Consolidado 31/12/2021					Banco Sofisa 31/12/2021
	Carteira própria	**Vinculados a recompra**	**Instrumentos financeiros derivativos**	**Vinculados a prestação de garantias**	**Total**	**Total**
LFT	556.003	42.121	-	90.104	688.228	650.105
NTN - B e NTN-F	978.564	-	-	-	978.564	978.564
LTN	618.591	-	-	-	618.591	618.591
Total de títulos públicos	**2.153.158**	**42.121**	-	**90.104**	**2.285.383**	**2.247.260**
TVM no exterior	84.923	-	-	-	84.923	84.923
Fundos	126.386	-	-	-	126.386	126.386
Termo	-	-	2.965	-	2.965	2.965
Swap	-	-	100.109	-	100.109	100.109
Debêntures	19.472	-	-	-	19.472	19.472
Total de títulos privados	**230.781**	-	**103.074**	-	**333.855**	**333.855**
Total	**2.383.939**	**42.121**	**103.074**	**90.104**	**2.619.238**	**2.581.115**

	Sofisa Consolidado 31/12/2020				Banco Sofisa 31/12/2020
	Carteira própria	**Vinculados a recompra**	**Vinculados a prestação de garantias**	**Total**	**Total**
LFT	630.421	69.891	18.607	718.919	680.355
NTN - B e NTN-F	584.376	-	-	584.376	584.376
LTN	336.092	-	-	336.092	336.092
Total de títulos públicos	**1.550.889**	**69.891**	**18.607**	**1.639.387**	**1.600.823**
Fundos	53.311	-	-	53.311	53.311
Debêntures	24.627	59.782	-	84.409	84.409
Letras Financeiras - LF	2.237	8.950	-	11.187	11.187
Total de títulos privados	**80.175**	**68.732**	-	**148.907**	**148.907**
Total	**1.631.064**	**138.623**	**18.607**	**1.788.294**	**1.749.730**

continua...

...continuação

Banco Sofisa | Banco Sofisa direto
Primeiro banco online do Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b. Composição por vencimento

Sofisa Consolidado	Curto prazo				Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2021						
LFT	-	-	-	-	688.228	688.228
NTN-F e NTN-B	-	-	53.943	53.943	924.621	978.564
LTN	-	-	-	-	618.591	618.591
Títulos públicos	-	-	**53.943**	**53.943**	**2.231.440**	**2.285.383**
TVM no exterior	-	-	-	-	84.923	84.923
Fundos	126.386	-	-	126.386	-	126.386
Termo	1.658	698	610	2.965	-	2.965
Debêntures	-	-	-	-	19.472	19.472
Swap	-	-	303	303	99.806	100.109
Títulos privados	**128.044**	**698**	**913**	**129.654**	**204.201**	**333.855**
Total	**128.044**	**698**	**54.856**	**183.597**	**2.435.641**	**2.619.238**

Sofisa Consolidado	Curto prazo					Longo prazo	
	Até 30 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2020							
LFT	-	-	-	505.258	505.258	213.661	718.919
NTN-F	73.410	-	-	-	73.410	510.966	584.376
LTN	-	-	-	209.690	209.690	126.402	336.092
Títulos públicos	**73.410**	-	-	**714.948**	**788.358**	**851.029**	**1.639.387**
Fundos	53.311	-	-	-	53.311	-	53.311
Debêntures	4.856	-	3.775	-	8.631	75.778	84.409
Letras Financeiras - LF	-	11.187	-	-	11.187	-	11.187
Títulos privados	**58.167**	**11.187**	**3.775**	-	**73.129**	**75.778**	**148.907**
Total	**131.577**	**11.187**	**3.775**	**714.948**	**861.487**	**926.807**	**1.788.294**

Banco Sofisa	Curto prazo				Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2021						
LFT	-	-	-	-	650.105	650.105
NTN-F e NTN-B	-	-	53.943	53.943	924.621	978.564
LTN	-	-	-	-	618.591	618.591
Títulos públicos	-	-	**53.943**	**53.943**	**2.193.317**	**2.247.260**
TVM no exterior	-	-	-	-	84.923	84.923
Fundos	126.386	-	-	126.386	-	126.386
Termo	1.658	698	610	2.965	-	2.965
Swap	-	-	303	303	99.806	100.109
Debêntures	-	-	-	-	19.472	19.472
Títulos privados	**128.044**	**698**	**913**	**129.654**	**204.201**	**333.855**
Total	**128.044**	**698**	**54.856**	**183.597**	**2.397.518**	**2.581.115**

Banco Sofisa	Curto prazo				Longo prazo	
	Até 30 dias	De 61 a 90 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2020						
LFT	-	-	466.694	466.694	213.661	680.355
NTN-F	73.410	-	-	73.410	510.966	584.376
LTN	-	-	209.690	209.690	126.402	336.092
Títulos públicos	**73.410**	-	**676.384**	**749.794**	**851.029**	**1.600.823**
Fundos	53.311	-	-	53.311	-	53.311
Debêntures	4.856	-	3.775	8.630	75.778	84.409
Letras Financeiras - LF	-	11.187	-	11.187	-	11.187
Títulos privados	**58.167**	**11.187**	**3.775**	**73.129**	**75.778**	**148.907**
Total	**131.577**	**11.187**	**680.159**	**822.923**	**926.807**	**1.749.730**

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

c. Classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Sofisa Consolidado 31/12/2021		Sofisa Consolidado 31/12/2020		Banco Sofisa 31/12/2021		Banco Sofisa 31/12/2020	
Para negociação	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Títulos públicos federais	10.960	10.966	-	-	10.960	10.966	-	-
Fundos	126.386	126.386	53.311	53.311	126.386	126.386	53.311	53.311
Total	**137.346**	**137.351**	**53.311**	**53.311**	**137.346**	**137.351**	**53.311**	**53.311**
Disponíveis para venda								
Títulos públicos federais	1.906.433	1.843.955	985.382	988.865	1.868.305	1.805.832	946.804	950.302
Debêntures	19.840	19.472	86.060	84.409	19.840	19.472	86.060	84.409
Letras Financeiras - LF	-	-	11.187	11.187	-	-	11.187	11.187
TVM no exterior	85.578	84.923	-	-	85.578	84.923	-	-
Total	**2.011.851**	**1.948.350**	**1.082.629**	**1.084.461**	**1.973.723**	**1.910.227**	**1.044.052**	**1.045.898**
Mantidos até o vencimento								
Títulos públicos federais	430.463	430.974	650.522	689.033	430.463	430.974	650.521	679.033
Total	**430.463**	**430.974**	**650.522**	**689.033**	**430.463**	**430.974**	**650.521**	**679.033**
Instrumentos Financeiros Derivativos								
Termo	2.965	2.965	-	-	2.965	2.965	-	-
Swap	100.109	100.109	-	-	100.109	100.109	-	-
Total	**103.074**	**103.074**	-	-	**103.074**	**103.074**	-	-
Total geral	**2.682.733**	**2.619.749**	**1.786.462**	**1.826.805**	**2.644.605**	**2.581.626**	**1.747.884**	**1.778.242**

Não houve reclassificações entre categorias em títulos e valores mobiliários nos períodos apresentados.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "disponíveis para venda", bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados através de cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento".

d. Derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Derivativos são usados como ferramenta de gerenciamento de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a Administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta Administração.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de 20 dias e intervalo de confiança de 99%, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 35.

Os contratos de operações de *swap* são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem taxas pré-fixadas, DI, IGPM, Libor, e variação cambial.

Os contratos futuros e de opções e termo são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem variação cambial, DI e índice BOVESPA.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas em bolsa e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valor presente e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Opções e Futuros: cotações em Bolsas;
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão ou bolsas de referência; e
- *Swaps*: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

O Sofisa não realizou operações com derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de derivativo alavancado.

Os valores nominais são registrados em contas de compensação e os correspondentes valores das contas patrimoniais são resumidos como segue:

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	Valor Nominal 31/12/2021	Ativos/(Passivos) 31/12/2021	Valor Nominal 31/12/2020	Ativos/(Passivos) 31/12/2020
Contratos Futuros / NDF / Swap				
Compromissos de compra	**30.813**	**(4.476)**	**3.302**	**(884)**
Swap	10.412	(1.332)	3.302	(884)
NDF - Dólar	20.401	(3.144)	-	-
Compromissos de venda (a)	**2.201.444**	**115.462**	**1.217.308**	**566**
Futuro - Dólar	627.365	12.474	365.308	566
Futuro - DI	526.000	(87)	852.000	-
Swap	1.026.057	100.109	-	-
NDF - Dólar	22.022	2.965	-	-

(a) O saldo ativo de derivativos de R$ 12.388 é demonstrado no balanço na rubrica "Negociação e intermediação de valores (Nota 19)" (R$ 566 em 31 de dezembro de 2020).

***Hedge* de Fluxo de Caixa**

O objetivo do *hedge* do Banco Sofisa é transformar o passivo do Banco Sofisa com captações a CDI em uma taxa pré-fixada. Para proteger os fluxos de caixa futuros das parcelas das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI, sendo o valor presente a mercado das captações de R$ 506.061 (R$ 803.810 em 31 de dezembro de 2020). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido de R$ 17.113 (R$ 409 em 31 de dezembro de 2020), líquido dos efeitos tributários. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Hedge Accounting

O objetivo do *hedge* do Banco Sofisa é compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, provenientes dos recursos captados no exterior. Para proteger os fluxos de caixa futuros das captações no exterior contra a exposição à variação cambial e taxa de juros Libor, o Banco Sofisa negociou contratos de *Swap* durante o segundo semestre de 2021, sendo o valor presente das captações de R$ 1.119.868. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido de R$ 7.999, líquido dos efeitos tributários. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 no Sofisa consolidado e Banco Sofisa, têm a seguinte composição:

	Até 30 Dias	De 31 à 90 Dias	De 91 à 180 Dias	De 181 à 360 Dias	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Compensação							
Contratos de Futuros	-	627.365	-	107.500	418.500	-	1.153.365
Contratos de "Swap"	-	-	-	11.192	386.188	639.090	1.036.469
Contratos de Termo - NDF	19.210	18.155	397	4.661	-	-	42.423
Total - 31/12/2021	**19.210**	**645.520**	**397**	**123.352**	**804.688**	**639.090**	**2.232.257**
Total - 31/12/2020	**43.893**	**322.436**	-	**328.281**	**526.000**	-	**1.220.610**
Posição ativa							
Contratos de Futuros	641	11.834	-	(1)	(86)	-	12.388
Contratos de "Swap"	-	-	-	303	38.285	61.521	100.109
Contratos de Termo - NDF	-	2.355	-	610	-	-	2.965
Total - 31/12/2021	**641**	**14.190**	-	**912**	**38.199**	**61.521**	**115.462**
Total - 31/12/2020	**566**	-	-	-	-	-	**566**
Posição Passiva							
Contratos de Swap	-	-	-	(1.120)	(212)	-	(1.332)
Contratos de Termo - NDF	(2.331)	(383)	(5)	(426)	-	-	(3.144)
Total - 31/12/2021	**(2.331)**	**(383)**	**(5)**	**(1.546)**	**(212)**	-	**(4.476)**
Total - 31/12/2020	**(203)**	-	-	**(680)**	-	-	**(884)**

O resultado líquido das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

e. Resultado com Derivativos

	Sofisa Consolidado 31/12/2021	Sofisa Consolidado 31/12/2020	Banco Sofisa 31/12/2021	Banco Sofisa 31/12/2020
Swap	68.504	(2.080)	68.504	(2.080)
Futuro - Dólar	(19.620)	(37.476)	(19.620)	(37.476)
Futuro - DI	1.881	3.219	1.881	3.219
Termo	216	(2.824)	216	(2.824)
Mercado Futuro - Exterior	169	(1.905)	169	(1.905)
Resultado Day Trade - Contratos derivativos	621	289	621	289
Futuro - Índice	-	(2.493)	-	(2.493)
Futuro - Cupom IPCA	-	233	-	233
Opções - Ativos Financeiros	-	(118)	-	-
Total	**51.771**	**(43.155)**	**51.771**	**(43.037)**

Estes resultados são compensados, no todo ou em parte, com a variação cambial, principalmente por operações de ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação, que são reconhecidas no resultado (Notas 25 e 27) em diversas rubricas, pois não adotamos *hedge accounting* para estes produtos.

7. Relações interfinanceiras

O saldo ativo de R$ 19.918 (R$ 24.006 no curto prazo em 31 de dezembro de 2020) é referente a depósitos no Banco Central sendo R$ 19.653 no curto prazo e R$ 265 no longo prazo, e R$ 8.279 no curto prazo (R$ 82 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a correspondentes bancários. Não há saldo referente a pagamentos a liquidar em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4 em 31 de dezembro de 2020 no curto prazo). O saldo passivo de R$ 54.853 (R$ 46.593 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a ordem de pagamento em moeda estrangeira no curto prazo.

8. Operações de crédito e outros créditos

a. Composição por tipo de operação

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	5.625.389	4.816.510
Outros créditos	796.041	522.215
Total da carteira de operações de crédito	**6.421.430**	**5.338.725**

b. Composição por vencimento

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas a vencer	**6.380.587**	**5.319.116**
0 a 14 dias	530.581	365.707
15 a 30 dias	359.693	194.368
31 a 60 dias	646.890	358.178
61 a 90 dias	501.700	361.920
91 a 180 dias	1.135.338	817.923
181 a 360 dias	981.257	726.200
Curto Prazo	**4.155.459**	**2.824.294**
Acima de 360 dias	2.225.128	2.494.822
Longo Prazo	**2.225.128**	**2.494.822**
Parcelas vencidas	**40.843**	**19.610**
1 a 14 dias	5.262	1.285
15 a 30 dias	10.144	912
31 a 60 dias	7.869	3.148
61 a 90 dias	3.790	686
91 a 180 dias	10.136	5.868
181 a 360 dias	3.642	5.923
Acima de 360 dias	-	1.788
Total Geral	**6.421.430**	**5.338.725**

Para a composição da carteira de crédito, câmbio e outros créditos, vide notas 8 c e d.

c. Composição por setor de atividade

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021	31/12/2020
Setor público	**90.106**	**113.937**
Setor privado - Pessoas físicas	**47.599**	**53.817**
Setor privado - Pessoas jurídicas	**6.283.725**	**5.170.971**
Comércio	1.781.076	1.365.976
Serviços gerais	815.956	698.870
Alimentos	620.577	513.354
Metalúrgica e mineração	393.165	327.688
Outros	346.440	386.094
Têxtil e confecções	332.309	277.729
Plásticos e borrachas	284.179	264.654
Construção	268.601	191.657
Transportes e armazenagem	226.908	168.919
Química e petroquímica	225.472	150.584
Eletroeletrônica	225.309	146.483
Autopeças	129.017	115.487
Mecânica	110.425	109.240
Madeira e móveis	91.719	75.213
Papel e celulose	91.561	66.260
Agropecuária	86.377	80.766
Couro e calçados	75.001	59.961
Farmacêuticos	54.764	52.176
Bebidas	44.214	33.051
Comunicação	39.814	35.203
Cana, açúcar e álcool	39.560	50.773
Informática e telecomunicações	1.281	835
Total operações de crédito e outros créditos	**6.421.430**	**5.338.725**

d. Composição por tipo de produto e *rating*

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021											31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Capital de giro	-	3.275.561	517.769	200.178	63.444	33.188	3.143	7.654	20.535	4.121.472	64	4.040.418	76
Títulos descontados	-	95.725	262	730	207	47	129	191	252	97.543	1	18.684	-
Financiamentos adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-
Financiamentos a exportação	-	248.823	24.918	6.530	-	-	-	-	-	280.271	4	120.880	2
Conta garantida	-	684.799	31.267	42.534	2.039	2.343	1.625	3.037	722	768.366	12	483.223	9
Adiantamento a depositantes	3	7	369	212	92	377	40	60	693	1.853	-	940	-
Cheque empresa	-	400	10.512	15.780	6.794	5.257	-	53	820	39.616	1	21.070	-
Cheque especial	-	5.257	13.370	36.618	6.409	8.550	512	1.471	818	73.005	1	17.538	-
Aquisição de Recebíveis/Convênios	417	367.013	187.297	74.506	-	-	-	-	-	629.233	10	411.444	8
Outros créditos e câmbio	-	107.296	39.683	25.768	1.132	14	11	12	10	173.926	3	112.392	2
Rural	-	4.349	1.522	-	2.011	-	-	-	-	7.882	-	28.484	1
Offshore	-	213.307	14.956	-	-	-	-	-	-	228.263	4	83.571	2
Total geral	**420**	**5.002.537**	**841.925**	**402.856**	**82.128**	**49.776**	**5.460**	**12.478**	**23.850**	**6.421.430**	**100**	**5.338.725**	**100**

continua...

...continuação

Banco Sofisa | Banco Sofisa direto

Reconhecido pelo certificado RA1000 do Reclame Aqui

RA1000 Reclame AQUI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e. Composição por tipo de garantia recebida

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas	2.692.366	1.986.485
PEAC - FGI	1.493.109	1.747.648
Recebíveis - Cessão Fiduciária	910.930	625.658
Notas promissórias	828.373	514.136
Alienação - Imóveis	264.271	250.639
Investimentos financeiros	168.627	171.534
Saques de empresas do exterior	51.304	22.778
Cheques pré-datados	7.351	7.949
Warrant e Penhor Mercantil	2.013	2.156
Alienação - máquinas e equipamentos	1.861	2.617
Alienação fiduciária de Veículos	1.223	2.964
Coobrigação de instituições financeiras	-	4.160
Total	**6.421.430**	**5.338.725**

f. Concentração dos principais devedores

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	107.829	1,68	89.129	1,67
Próximos 10 maiores clientes	410.131	6,39	336.510	6,30
Próximos 20 maiores clientes	569.180	8,86	532.190	9,97
Próximos 50 maiores clientes	1.006.694	15,68	945.288	17,71
Próximos 100 maiores clientes	1.152.325	17,94	1.098.735	20,58
Demais clientes	3.175.271	49,45	2.336.873	43,77
Total	**6.421.430**	**100,00**	**5.338.725**	**100,00**

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Classificação por níveis de risco das operações de crédito e outros créditos

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa			
	31/12/2021		31/12/2020	
Níveis	Saldo	Provisão constituída	Saldo	Provisão constituída
AA	420	-	1.033	-
A	5.002.537	25.013	4.390.882	21.954
B	841.925	8.419	622.282	6.223
C	402.856	12.086	206.976	6.209
D	82.128	8.213	65.640	6.564
E	49.776	14.933	24.263	7.279
F	5.460	2.730	2.881	1.441
G	12.478	8.735	7.043	4.931
H	23.850	23.850	17.726	17.726
Total	**6.421.430**	**103.979**	**5.338.725**	**72.327**

b. Movimentação da provisão

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**72.327**	**85.962**
Constituição de Provisão	55.732	40.896
Créditos baixados	(24.080)	(54.531)
Saldo Final	**103.979**	**72.327**
Recuperação **(a)**	18.885	13.598

(a) No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram recuperados créditos no montante de R$ 18.885 (R$ 13.598 em 31 de dezembro de 2020), no Sofisa Consolidado e Banco Sofisa (Nota 23). Em 31 de dezembro de 2021 o montante dos créditos renegociados totalizam R$ 1.756 (R$ 3.728 em 31 de dezembro de 2020).

c. Composição da provisão por tipo de operação

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

	Valor provisionado	
	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	71.327	52.001
Conta garantida	9.580	8.656
Aquisição de Recebíveis/ Convênios	5.943	3.710
Outros créditos e câmbio	1.849	3.151
Cheque empresa	3.694	1.555
Cheque especial	6.568	1.280
Financiamentos a exportação	1.689	647
Offshore	1.216	513
Adiantamento a depositantes	886	453
Títulos descontados	989	194
Rural	238	142
Financiamentos adquiridos	-	24
Total geral	**103.979**	**72.327**

10. Carteira de câmbio

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Outros créditos	**373.099**	**274.321**
Câmbio comprado a liquidar	280.579	268.147
Direitos sobre venda de câmbio	90.151	4.655
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebida	-	(1.268)
Rendas a receber adiantamentos concedidos **(a)**	2.369	2.787
Passivo - Outras obrigações	**218.649**	**184.236**
Câmbio vendido a liquidar	92.352	4.596
Obrigações por compra de câmbio	270.930	273.389
(-) Adiantamentos sobre contrato de câmbio **(a)**	(144.633)	(93.834)
(-) Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	85

(a) Valor compõe a carteira de crédito expandida. Vide nota 8

11. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**273.182**	**224.474**	**271.945**	**222.997**
(-) Participações nos lucros	(38.250)	(33.400)	(38.250)	(33.440)
(-) Participação de não controladores	(225)	(309)	-	-
Lucro ajustado antes da tributação	**234.707**	**190.765**	**233.695**	**189.557**
Alíquota vigente	**50%**	**45%**	**50%**	**45%**
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	**(117.354)**	**(85.844)**	**(116.848)**	**(85.300)**
Adições (Exclusões) Permanentes				
Juros sobre capital próprio (Nota 22)	20.496	16.425	20.496	16.425
Efeito da variação cambial sobre investimento no exterior	6.931	7.347	6.931	7.347
Resultado de participações em controladas	2.692	(783)	5.359	2.609
Lei do Bem (11.196/05) Inovação Tecnológica P&D	9.268	7.474	9.268	7.474
Outros ajustes	3.360	4.714	1.198	1.946
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	**(74.607)**	**(50.667)**	**(73.596)**	**(49.499)**

b. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários registrados segregados em função das origens e desembolsos efetuados, são:

	Sofisa Consolidado			
	Créditos tributários			
	31/12/2020	Realização/reversão	Constituição	31/12/2021
Prejuízos fiscais	67.156	(15.663)	170	51.663
Base negativa de CSLL	5.627	(5.280)	114	461
Diferenças temporárias:				
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	32.316	(30.218)	44.244	46.342
Perdas no recebimento de créditos	12.899	(3.262)	12.728	22.365
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	41.007	(3.314)	3.746	41.439
Provisão para perdas com BNDU	3.676	(662)	-	3.014
Outras	4.929	(1.172)	766	4.523
Total das diferenças temporárias	**94.827**	**(38.628)**	**61.484**	**117.683**
Ajuste negativo a mercado de títulos disponíveis para venda	-	(33.684)	44.944	11.260
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	**167.610**	**(93.255)**	**106.712**	**181.067**

	Banco Sofisa			
	Créditos tributários			
	31/12/2020	Realização/reversão	Constituição	31/12/2021
Prejuízos fiscais	**66.679**	**(15.455)**	**-**	**51.224**
Base de cálculo negativa de CSLL	**5.327**	**(5.144)**	**-**	**183**
Diferenças temporárias:				
Créditos de liquidação duvidosa	32.316	(30.218)	44.244	46.342
Perdas no recebimento de créditos	12.899	(3.262)	12.728	22.365
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	35.517	(3.163)	2.912	35.266
Provisão para impairment de BNDU	3.672	(669)	-	3.003
Outras	4.910	(470)	762	5.202
Total das diferenças temporárias	**89.314**	**(37.782)**	**60.646**	**112.178**
Ajuste negativo a mercado de títulos disponíveis para venda	-	(33.684)	44.943	11.259
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	**161.320**	**(92.065)**	**105.589**	**174.844**

c. Expectativa de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização dos créditos tributários foram calculadas considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade.

	Consolidado							
			Diferenças Temporárias					
			PCLD / Perdas		Outras			
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social	Total	Valor presente(*)
2022	13.140	250	10.955	8.764	9.379	7.499	49.987	44.538
2023	23.017	71	19.161	15.329	8.999	7.196	73.774	65.996
2024	15.419	74	8.054	6.443	5.872	4.694	40.556	36.434
2025	87	67	-	-	3.106	2.484	5.744	5.164
2026	-	-	-	-	6.491	4.516	11.006	9.890
Total	**51.663**	**461**	**38.171**	**30.536**	**33.847**	**26.389**	**181.067**	**162.022**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

	Banco Sofisa							
			Diferenças Temporárias					
			PCLD / Perdas		Outras			
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social	Total	Valor presente(*)
2022	13.029	183	10.955	8.764	9.354	7.483	49.769	44.343
2023	22.899	-	19.161	15.329	8.983	7.187	73.560	65.805
2024	15.296	-	8.054	6.443	5.856	4.685	40.334	36.234
2025	-	-	-	-	3.106	2.484	5.590	5.026
2026	-	-	-	-	3.106	2.485	5.591	5.024
Total	**51.224**	**183**	**38.171**	**30.536**	**30.405**	**24.325**	**174.844**	**156.432**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

O resultado contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social, em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, ressaltamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não devem ser tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

12. Outros créditos - Diversos

	Sofisa Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de créditos a receber **(a)**	633.157	-	633.157	411.447	-	411.447
Créditos tributários (Nota 11)	52.356	128.711	181.067	54.600	113.010	167.610
Antecipação de Imposto de Renda	18.528	-	18.528	15.347	-	15.347
Antecipação de Contribuição Social	12.409	-	12.409	9.237	-	9.237
Devedores diversos - País	4.959	-	4.959	3.808	-	3.808
Devedores por compras de valores e bens **(a)**	6.539	9.343	15.882	3.296	10.852	14.148
Imposto de renda a compensar / recuperar	1.268	5.237	6.505	2.249	5.503	7.752
Depósitos Trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	3.838	-	3.838	685	5.408	6.093
Contribuição social a compensar / recuperar	172	846	1.018	461	1.023	1.484
Outros impostos a recuperar	106	2.006	2.112	301	2.735	3.036
Adiantamentos e antecipações salariais	253	-	253	177	-	177
Depósitos Tributários (Nota 21)	-	82.220	82.220	-	79.879	79.879
Total	**733.585**	**228.364**	**961.948**	**501.608**	**218.410**	**720.018**

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

	Banco Sofisa					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de créditos a receber **(a)**	633.157	-	633.157	411.447	-	411.447
Créditos tributários (Nota 11)	52.140	122.704	174.844	54.397	106.923	161.320
Antecipação de Imposto de Renda	18.452	-	18.452	15.286	-	15.286
Antecipação de Contribuição Social	12.363	-	12.363	9.204	-	9.204
Devedores por compras de valores e bens **(a)**	6.539	9.343	15.882	3.296	10.852	14.148
Imposto de renda a compensar / recuperar	34	4.241	4.275	1.318	2.905	4.223
Devedores diversos - País	2.774	-	2.774	746	-	746
Depósitos Trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	3.795	-	3.795	685	5.367	6.052
Contribuição social a compensar / recuperar	-	537	537	458	61	519
Outros impostos a recuperar	119	2.003	2.122	301	2.735	3.036
Adiantamentos e antecipações salariais	130	-	130	55	-	55
Depósitos Tributários (Nota 21)	-	64.931	64.931	-	62.979	62.979
Total	**729.503**	**203.758**	**933.262**	**497.193**	**191.822**	**689.015**

(a) Operações com característica de concessão de crédito, saldo compõe a carteirs de crédito conforme Nota 8.

13. Outros valores e bens

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis não destinados ao uso	27.703	31.714	27.703	31.714
Veículos não destinados ao uso	2.322	2.594	2.309	2.581
Outros	2.908	2.945	85	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(6.686)	(8.170)	(6.673)	(8.157)
Despesas antecipadas	10.400	951	10.317	951
Total	**36.647**	**30.034**	**33.741**	**27.089**

14. Imobilizado de uso

	Sofisa Consolidado						
	Taxa de depreciação % a.a	Custo		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	4	19.289	19.289	(8.706)	(7.200)	10.583	12.089
Instalações	10	5.757	3.238	(1.513)	(1.046)	4.244	2.192
Móveis e equipamentos	10	11.952	8.475	(6.541)	(5.252)	5.411	3.223
Veículos	20	1.458	1.524	(954)	(976)	504	548
Imobilizações em curso		-	3.607	-	-	-	3.607
Total		**50.800**	**48.477**	**(17.714)**	**(14.474)**	**33.086**	**34.003**

	Banco Sofisa						
	Taxa de depreciação % a.a	Custo		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	4	19.063	19.063	(8.653)	(7.156)	10.410	11.907
Instalações	10	5.757	3.238	(1.513)	(1.046)	4.244	2.192
Móveis e equipamentos	10	11.952	8.475	(6.541)	(5.252)	5.411	3.223
Veículos	20	1.458	1.524	(954)	(976)	504	548
Imobilizações em curso		-	3.607	-	-	-	3.607
Total		**50.574**	**48.251**	**(17.661)**	**(14.430)**	**32.913**	**33.821**

15. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição por vencimento

	Sofisa Consolidado								
	31/12/2021								31/12/2020
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfi-nanceiros	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Finan-ceiras*	TVM no Exterior	Total	Total
até 30 dias	485.447	146.076	35.747	39.676	12.119	4.093	-	723.159	539.268
de 31 a 60 dias	-	202.891	-	39.337	10.172	-	-	252.400	301.910
de 61 a 90 dias	-	193.961	-	62.777	89.853	-	-	346.590	261.898
de 91 a 180 dias	-	246.816	-	83.836	104.994	-	-	435.646	553.522
de 181 a 360 dias	-	1.925.156	6.098	87.881	32.024	201.196	-	2.252.355	1.875.347
Curto prazo	**485.447**	**2.714.900**	**41.845**	**313.507**	**249.162**	**205.289**	**-**	**4.010.150**	**3.531.945**
Acima de 360 dias	-	2.316.725	-	52.200	22.121	1.002.022	73.912	3.466.980	3.335.902
Longo prazo	**-**	**2.316.725**	**-**	**52.200**	**22.121**	**1.002.022**	**73.912**	**3.466.980**	**3.335.902**
Total geral - 31/12/2021	**485.447**	**5.031.625**	**41.845**	**365.707**	**271.283**	**1.207.311**	**73.912**	**7.477.130**	**6.867.847**
Total geral - 31/12/2020	**244.994**	**4.109.907**	**41.044**	**467.270**	**167.365**	**1.805.648**	**31.619**	**-**	**6.867.847**

	Banco Sofisa								
	31/12/2021								31/12/2020
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfi-nanceiros	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Finan-ceiras*	TVM no Exterior	Total	Total
até 30 dias	485.507	146.077	35.747	39.676	12.119	4.093	-	723.219	539.594
de 31 a 60 dias	-	205.372	-	39.337	10.172	-	-	254.881	267.075
de 61 a 90 dias	-	194.269	1.893	62.777	89.853	-	-	348.792	296.998
de 91 a 180 dias	-	246.816	-	83.836	104.994	-	-	435.646	556.270
de 181 a 360 dias	-	1.925.304	11.888	87.881	32.024	201.196	-	2.258.293	1.876.404
Curto prazo	**485.507**	**2.717.838**	**49.528**	**313.507**	**249.162**	**205.289**	**-**	**4.020.831**	**3.536.341**
Acima de 360 dias	-	2.329.162	23.288	52.200	22.121	1.002.022	73.912	3.502.705	3.373.392
Longo prazo	**-**	**2.329.162**	**23.288**	**52.200**	**22.121**	**1.002.022**	**73.912**	**3.502.705**	**3.373.392**
Total geral - 31/12/2021	**485.507**	**5.047.000**	**72.816**	**365.707**	**271.283**	**1.207.311**	**73.912**	**7.523.536**	**6.909.733**
Total geral - 31/12/2020	**245.194**	**4.123.745**	**68.892**	**467.270**	**167.365**	**1.805.648**	**31.619**	**-**	**6.909.733**

(*) O saldo passivo de R$ 100.353 correspondente à rubrica "Outras dívidas subordinadas" (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020) está alocado em "Letras Financeiras" cujo o prazo é "Acima de 360 dias".

continua...

...continuação

Banco Sofisa | Banco Sofisa direto
Excelentes rendimentos em CDBs, LCIs e LCAs

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b. Concentração dos principais depositantes

Sofisa Consolidado 31/12/2021	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	9.967	630.164	35.747	2.232	17.844	76.065	44.375
10 maiores depositantes	50.085	1.576.199	41.845	15.244	24.470	418.990	73.911
20 maiores depositantes	75.705	2.041.705	41.845	22.726	29.056	610.127	73.911
50 maiores depositantes	129.171	2.608.210	41.845	37.761	38.498	888.074	73.911
100 maiores depositantes	188.953	2.898.586	41.845	54.780	50.838	1.074.691	73.911

Sofisa Consolidado 31/12/2020	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	10.314	447.384	35.017	2.660	1.330	795.699	10.718
10 maiores depositantes	47.619	1.240.630	41.044	12.491	8.089	1.194.355	31.619
20 maiores depositantes	68.635	1.603.416	41.044	18.637	11.953	1.414.209	31.619
50 maiores depositantes	107.818	2.106.858	41.044	31.479	19.877	1.644.605	31.619
100 maiores depositantes	142.854	2.390.453	41.044	47.710	30.977	1.770.417	31.619

Banco Sofisa 31/12/2021	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	9.967	630.164	35.747	2.232	17.844	76.065	44.375
10 maiores depositantes	50.085	1.576.199	72.816	15.244	24.470	418.990	73.911
20 maiores depositantes	75.705	2.041.705	72.816	22.726	29.056	610.127	73.911
50 maiores depositantes	129.171	2.608.210	72.816	37.761	38.498	888.074	73.911
100 maiores depositantes	188.953	2.902.165	72.816	54.780	50.838	1.074.691	73.911

Banco Sofisa 31/12/2020	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	10.314	447.384	35.017	2.660	1.330	795.699	10.718
10 maiores depositantes	47.619	1.240.630	68.892	12.491	8.089	1.194.355	31.619
20 maiores depositantes	68.635	1.603.416	68.892	18.637	11.953	1.414.209	31.619
50 maiores depositantes	107.818	2.107.524	68.892	31.479	19.877	1.644.605	31.619
100 maiores depositantes	142.854	2.397.709	68.892	47.710	30.977	1.770.417	31.619

O Banco possui depósitos a prazo com cláusula de liquidez imediata no montante de R$ 2.054.963 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.860.563 em 31 de dezembro de 2020).

16. Captações no mercado aberto - Operações compromissadas

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021 LFT	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
até 30 dias	10.556	10.556	3.363
de 31 a 60 dias	31.377	31.377	-
de 61 a 90 dias	-	-	8.944
de 181 a 360 dias	-	-	41.252
Total	**41.933**	**41.933**	**53.559**
Acima de 360 dias	-	-	54.789
Total	**41.933**	**41.933**	**108.348**

17. Obrigações por empréstimos e repasses

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	31/12/2021 Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	31/12/2020 Total
Empréstimos no exterior **(a)**	7.116	3.888	15.077	1.115.980	1.142.061	32.493
Total 31/12/2021	**7.116**	**3.888**	**15.077**	**1.115.980**	**1.142.061**	**32.493**
Total 31/12/2020	-	**32.493**	-	-	-	**32.493**

(a) Refere-se a captações no exterior para financiamento à exportação sobre as quais incidem encargos de 1,839% a.a. e 1,961% a.a., e empréstimos no exterior os quais incidem encargos que variam entre 2,569% a.a. e 2,827% a.a.

18. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Sofisa Consolidado	31/12/2021 Curto prazo	31/12/2021 Longo prazo	31/12/2021 Total	31/12/2020 Curto prazo	31/12/2020 Longo prazo	31/12/2020 Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	76.692	-	76.692	29.897	-	29.897
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	16.994	-	16.994	14.130	-	14.130
Provisão para imposto de renda diferido **(b)**	2.901	-	2.901	322	175	497
Total	**96.587**	-	**96.587**	**44.349**	**175**	**44.524**

Banco Sofisa	31/12/2021 Curto prazo	31/12/2021 Longo prazo	31/12/2021 Total	31/12/2020 Curto prazo	31/12/2020 Longo prazo	31/12/2020 Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	75.898	-	75.898	29.261	-	29.261
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	16.467	-	16.467	13.617	-	13.617
Provisão para imposto de renda diferido **(b)**	2.901	-	2.901	321	175	496
Total	**95.266**	-	**95.266**	**43.199**	**175**	**43.374**

(a) Composto por PIS, COFINS, impostos sobre folha de pagamento entre outros tributos a recolher.
(b) Imposto diferido de títulos e valores mobiliários.

19. Outros créditos / obrigações - Negociação e intermediação de valores

O saldo ativo de R$ 12.388 (R$ 566 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a valores a liquidar de contratos de derivativos futuros no curto prazo (Vide nota 6 d).

20. Outras obrigações - Diversas

Sofisa Consolidado	31/12/2021 Curto prazo	31/12/2021 Longo prazo	31/12/2021 Total	31/12/2020 Curto prazo	31/12/2020 Longo prazo	31/12/2020 Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	8.044	84.043	92.087	21.212	71.440	92.652
Provisão para pagamentos a efetuar **(a)**	41.454	4.871	46.325	38.053	3.565	41.618
Credores diversos - País **(b)**	18.110	-	18.110	5.330	4.988	10.318
Provisão para garantias prestadas - Resolução CMN 4.512 (Nota 40)	220	-	220	459	-	459
Cobrança a repassar	441	-	441	309	-	309
Total	**68.269**	**88.914**	**157.183**	**65.363**	**79.993**	**145.356**

Banco Sofisa	31/12/2021 Curto prazo	31/12/2021 Longo prazo	31/12/2021 Total	31/12/2020 Curto prazo	31/12/2020 Longo prazo	31/12/2020 Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	7.680	70.689	78.369	18.409	60.518	78.927
Provisão para pagamentos a efetuar **(a)**	41.022	4.871	45.893	37.397	3.565	40.962
Credores diversos - País **(b)**	13.140	-	13.140	3.249	4.990	8.239
Provisão para garantias prestadas - Resolução CMN 4.512 (Nota 40)	220	-	220	459	-	459
Cobrança a repassar	441	-	441	310	-	310
Total	**62.504**	**75.560**	**138.063**	**59.824**	**69.073**	**128.897**

(a) Composto basicamente por salários, férias, fornecedores e participações nos lucros;
(b) Composto principalmente por valor a repassar ao emissor do cartão de débito.

21. Provisões para riscos, passivos contingentes e obrigações legais

O Sofisa e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas dos respectivos processos quando a probabilidade de perda é avaliada como provável, sendo:

Provisões trabalhistas

São compostas por ações ajuizadas por ex-funcionários, visando obter indenizações principalmente com relação ao pagamento de horas extras e respectivos reflexos. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa pelo assessor jurídico externo.

Provisões cíveis

São compostas por ações de indenização por danos morais e patrimoniais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa pelo assessor jurídico externo.

Movimentação das provisões para riscos

O montante das provisões constituídas e a movimentação no exercício foram:

Sofisa Consolidado 31/12/2021 — *Provisões e Obrigações Legais*	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Cíveis	3.573	1.320	(1.078)	3.815	1.774
Trabalhistas	17.056	3.912	(6.287)	14.681	2.064
Tributárias	72.023	1.568	-	73.591	82.220
Total	**92.652**	**6.800**	**(7.365)**	**92.087**	**86.058**

Banco Sofisa 31/12/2021 — *Provisões e Obrigações Legais*	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Cíveis	3.573	1.320	(1.078)	3.815	1.774
Trabalhistas	16.606	3.850	(5.952)	14.504	2.021
Tributárias	58.748	1.302	-	60.050	64.931
Total	**78.927**	**6.472**	**(7.030)**	**78.369**	**68.726**

Sofisa Consolidado 31/12/2020 — *Provisões e Obrigações Legais*	Saldo Inicial	Adição à Provisão	Reversão da Provisão	Saldo Final	Depósitos Judiciais
Cíveis	3.670	1.320	(1.417)	3.573	1.442
Trabalhistas	14.949	5.563	(3.456)	17.056	4.651
Tributárias	70.790	1.233	-	72.023	79.879
Total	**89.409**	**8.116**	**(4.873)**	**92.652**	**85.972**

Banco Sofisa 31/12/2020 — *Provisões e Obrigações Legais*	Saldo Inicial	Adição à Provisão	Reversão da Provisão	Saldo Final	Depósitos Judiciais
Cíveis	3.670	1.320	(1.417)	3.573	1.442
Trabalhistas	14.410	5.500	(3.304)	16.606	4.610
Tributárias	57.723	1.025	-	58.748	62.979
Total	**75.803**	**7.845**	**(4.721)**	**78.927**	**69.031**

Os valores de depósitos judiciais estão evidenciados na Nota 12.

Contingências Cíveis

Ações cíveis movidas contra o Banco, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por dano moral/material.

Contingências Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas contra o Banco por ex-funcionários e ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas.

Obrigação Legal

A ação judicial em curso refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial, em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, períodos de competência a partir de 11/2009 a 12/2014. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91, liminar esta cassada em 12/2011, quando então o Banco obteve autorização judicial para efetuar depósitos judiciais a partir do fato gerador 06/2011. Em 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado foi de R$ 73.591 (R$ 72.023 em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado e R$ 60.050 (R$ 58.748 em 31 de dezembro de 2020) no Banco.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima estão registrados na rubrica de outros créditos (Nota 12).

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, o Sofisa Consolidado e o Banco Sofisa não possuem ativos contingentes registrados.

Passivos Contingentes - Sofisa Consolidado

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante Consolidado de R$ 107.135 (R$ 117.573 em 31 de dezembro de 2020), assim distribuídos: i) Tributárias R$ 68.842 (R$ 70.992 em 31 de dezembro de 2020) dos quais substancialmente R$ 12.606 (R$ 21.845 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a questionamentos de IRPJ/CSLL, R$ 2.444 (R$ 2.443 em 31 de dezembro de 2020) questionamentos da contribuição previdenciária, R$ 9.789 (R$ 7.781 em 31 de dezembro de 2020) questionamentos de PIS e da COFINS, R$ 40.860 (R$ 36.503 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a questionamentos municipais e R$ 3.143 (R$ 2.420 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a outras contingências tributárias; ii) Trabalhistas R$ 25.921 (R$ 28.568 em 31 de dezembro de 2020); iii) Cíveis R$ 12.372 (R$ 18.013 em 31 de dezembro de 2020).

Passivos Contingentes - Banco Sofisa

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante Banco Sofisa de R$ 97.219 (R$ 108.696 em 31 de dezembro de 2020), assim distribuídos: i) Tributárias R$ 57.687 (R$ 62.115 em 31 de dezembro de 2020) dos quais substancialmente R$ 7.342 (R$ 16.972 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a questionamentos de IRPJ/CSLL, R$ 2.444 (R$ 2.443 em 31 de dezembro de 2020) questionamentos da contribuição previdenciária, R$ 3.910 (R$ 3.788 em 31 de dezembro de 2020) questionamentos de PIS e da COFINS, R$ 40.848 (R$ 36.492 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a questionamentos municipais e R$ 3.143 (R$ 2.420 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a outras contingências tributárias; ii) Trabalhistas R$ 27.770 (R$ 28.568 em 31 de dezembro de 2020); iii) Cíveis R$ 11.762 (R$ 18.013 em 31 de dezembro de 2020).

Nenhuma provisão foi constituída para estes processos, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

22. Patrimônio líquido - Banco Sofisa S.A.

Capital Social

No encerramento do exercício de 2021, o capital social subscrito e integralizado é representado e dividido em 97.140.150 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, e 40.351.971 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Entre em nosso Grupo Telegram: t.me/JornaisBrasil

Juros sobre o capital próprio e dividendos

O estatuto social do Banco assegura aos acionistas o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").

Nos semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de:

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre o Capital Próprio provisionados	21.779	40.991	36.500
IRRF (15%)	3.267	6.149	5.476
Valor líquido provisionado no semestre/ exercício	18.512	34.842	31.024
Valor líquido por ação	0,13	0,25	0,23

O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social no 2º semestre em R$ 10.890 e no exercício em R$ 20.496.

Em 22 de dezembro de 2021, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos aos acionistas do Banco Sofisa no valor de R$ 100.000 (R$ 0,73 centavos por ação) oriundos de reservas de lucros auferidos em anos anteriores pagos em 2021.

A controlada Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda. pagou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dividendos no montante de R$ 455 (R$ 455 para o exercício de 2020.) A controlada Sofisa Corretora de Seguros Ltda, provisionou R$ 1.471 referente a dividendos no exercício de 2021 (pagos em 2020 o montante de R$ 2.055). (Dividendos pagos e provisionados aos acionistas minoritários).

Reservas de lucros

Reserva legal - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. No segundo semestre de 2021 foi destinado R$ 4.718 para reserva legal, totalizando R$ 8.005 no exercício de 2021 (R$ 7.003 no exercício de 2020).

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos e exercícios encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e juros sobre capital próprio, e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 90% (noventa por cento) do valor do capital social integralizado.

23. Receitas de operações de crédito

Acumulado em	Sofisa Consolidado 31/12/2021	Sofisa Consolidado 31/12/2020	Banco Sofisa 31/12/2021	Banco Sofisa 31/12/2020
Capital de giro	539.897	305.626	539.897	305.626
Contas garantidas	97.527	109.623	97.527	109.623
Cheque empresa	49.420	38.509	49.420	38.509
Rendas de financiamentos	21.006	14.456	21.006	14.456
Títulos descontados	14.121	16.754	14.121	16.754
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	18.886	13.598	18.886	13.598
Cheque especial	421	884	421	884
Adiantamento a depositantes	544	446	544	446
Total	**741.822**	**499.896**	**741.822**	**499.896**

24. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Acumulado em	Sofisa Consolidado 31/12/2021	Sofisa Consolidado 31/12/2020	Banco Sofisa 31/12/2021	Banco Sofisa 31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa	131.786	117.387	130.143	117.110
Rendas de aplic. oper. compromissadas	5.596	2.919	5.596	2.919
Resultado de ajuste a valor de mercado	6	1.466	6	1.170
Rendas de aplic. depósitos interfinanceiros	38	513	1.015	524
Rendas TVM no exterior	(1.901)	(1.573)	(1.901)	(1.573)
Resultado com títulos de rendas variáveis	-	(3.781)	-	(3.781)
Total	**135.525**	**116.931**	**134.859**	**116.369**

25. Resultado com operações de câmbio

Acumulado em	Sofisa Consolidado 31/12/2021	Sofisa Consolidado 31/12/2020	Banco Sofisa 31/12/2021	Banco Sofisa 31/12/2020
Exportação	8.976	12.354	8.976	12.354
Importação	358	1.280	358	1.280
Disponibilidades em moedas estrangeiras	5.899	6.449	5.899	6.449
Variações nas taxas de câmbio	25.009	19.841	24.979	19.720
Outras rendas de câmbio **(a)**	9.318	29	9.318	29
Total	**49.560**	**39.953**	**49.530**	**39.832**

(a) Composto principalmente por variação cambial de letras entregues.

26. Despesas de operações de captação no mercado

Acumulado em	Sofisa Consolidado 31/12/2021	Sofisa Consolidado 31/12/2020	Banco Sofisa 31/12/2021	Banco Sofisa 31/12/2020
Depósitos a prazo	(228.012)	(99.934)	(228.217)	(101.043)
LF	(71.474)	(45.387)	(71.474)	(45.387)
LCI	(14.330)	(8.179)	(14.330)	(8.179)
LCA	(23.237)	(7.586)	(23.237)	(7.586)
Operações compromissadas	(3.419)	(6.645)	(3.419)	(6.645)
Outros	(10.753)	(6.187)	(10.753)	(6.187)
Depósitos interfinanceiros	(1.914)	(654)	(3.519)	(800)
Total	**(353.139)**	**(174.573)**	**(354.949)**	**(175.828)**

continua...

...continuação

Banco Sofisa | Banco Sofisa direto
Robô de investimentos gratuito, simule quando quiser

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27. Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Importação	(1.590)	(1.143)	(1.590)	(1.143)
Exportação	(105.200)	(2.230)	(105.200)	(2.230)
Outros	(19.386)	(525)	(19.386)	(525)
Total	**(126.176)**	**(3.898)**	**(126.176)**	**(3.898)**

28. Receitas de prestação de serviço

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de tarifas bancárias - PJ	53.857	57.812	53.857	57.812
Rendas de corretagem de seguros	4.969	8.216	-	-
Rendas de Intermediação de fundos de investimento	1.200	591	1.200	591
Rendas de cobrança	874	708	874	708
Rendas de comissões s/fianças	870	777	870	777
Rendas de serviços - PF	745	266	745	266
Rendas de outros serviços	604	127	604	127
Total	**63.119**	**68.498**	**58.150**	**60.282**

29. Despesas de pessoal

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(79.273)	(61.330)	(78.894)	(60.994)
Encargos sociais	(27.406)	(22.016)	(27.277)	(21.917)
Benefícios	(15.097)	(11.681)	(14.981)	(11.567)
Honorários	(7.121)	(5.903)	(7.121)	(5.903)
Treinamentos	(377)	(361)	(377)	(361)
Total	**(129.274)**	**(101.291)**	**(128.650)**	**(100.742)**

30. Outras despesas administrativas

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(23.830)	(32.491)	(23.566)	(31.900)
Comunicações	(21.632)	(10.445)	(21.632)	(10.445)
Processamentos de dados	(21.447)	(10.678)	(21.316)	(10.549)
Serviços especializados	(18.756)	(17.425)	(18.559)	(17.198)
Serviços do sistema financeiro	(9.006)	(4.000)	(8.897)	(3.902)
Propaganda e publicidade	(5.620)	(4.913)	(5.592)	(4.850)
Condenação / Acordos Trabalhistas	(5.500)	(2.859)	(5.331)	(2.859)
Outras provisões	(5.097)	(4.025)	(5.095)	(3.974)
Depreciação e amortização	(4.550)	(5.298)	(4.541)	(5.289)
Promoções e relações públicas	(4.508)	(5.261)	(4.508)	(5.261)
Contribuições filantrópicas	(3.494)	(2.441)	(3.494)	(2.441)
Condenação / Acordos Cíveis	(3.053)	(2.784)	(3.053)	(2.784)
Aluguéis	(1.458)	(1.436)	(1.396)	(1.350)
Manutenção e conservação de bens	(1.410)	(1.583)	(1.404)	(1.476)
Transporte	(640)	(663)	(640)	(662)
Seguros	(280)	(199)	(280)	(199)
Viagens e estadias	(109)	(165)	(109)	(165)
Total	**(130.390)**	**(106.666)**	**(129.413)**	**(105.303)**

31. Despesas tributárias

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos Federais	**(29.189)**	**(24.605)**	**(28.431)**	**(23.883)**
Cofins	(21.795)	(18.856)	(21.438)	(18.432)
Pis	(3.554)	(3.083)	(3.484)	(2.995)
Outros	(3.840)	(2.666)	(3.509)	(2.456)
Impostos Estaduais	**(88)**	**(55)**	**(88)**	**(55)**
Impostos Municipais	**(4.287)**	**(4.424)**	**(4.163)**	**(4.232)**
Total	**(33.564)**	**(29.084)**	**(32.682)**	**(28.170)**

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

32. Outras receitas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Diversas **(a)**	18.266	6.990	17.401	5.600
Variações monetárias ativas	2.219	1.651	1.779	1.328
Ressarcimento de despesas	12	781	12	778
Reversão de provisão para riscos **(b)**	2.246	-	2.246	-
Total	**22.743**	**9.422**	**21.438**	**7.706**

(a) Composto principalmente por receitas de variação cambial de Fundo de investimento e reversão de Participação nos lucros.
(b) Baixa crédito tributário - Venda participação societária Trademaster.

33. Outras despesas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Diversas	(10.182)	(4.493)	(10.182)	(4.582)
Provisão - Contingências Cíveis/ Trabalhistas	2.133	(2.009)	1.859	(2.009)
Atualização impostos	(8)	-	(8)	-
Total	**(8.057)**	**(6.502)**	**(8.331)**	**(6.591)**

a) Composto principalmente por despesa com campanhas de cartão de crédito no valor de R$ 7.956 (R$ 740 em 31 de dezembro de 2020).

34. Resultado não operacional

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reversão / (Desvalorização) de BNDU	1.501	1.125	1.501	1.125
Prejuízo na alienação de BNDU	(764)	(604)	(764)	(604)
Outras receitas / (despesas) não operacionais	38.853	(2.941)	38.853	(2.941)
Total	**39.590**	**(2.420)**	**39.590**	**(2.420)**

35. Gestão de riscos

A gestão de riscos, efetuada de forma estruturada, abrange a avaliação e o controle dos riscos financeiros (de crédito, de mercado, e de liquidez) e riscos operacionais incorridos pelo Banco Sofisa e suas controladas. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias do conglomerado.

A estrutura de gestão de riscos financeiros do Banco Sofisa, cuja descrição está disponível no website de Relações com Investidores, é de responsabilidade da Unidade de Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria de ESG.

a) Risco de crédito

O Risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente ou contraparte cumprir as suas obrigações financeiras com o Sofisa.

A gestão do Sofisa é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior. Adicionalmente, o Sofisa mantém um processo contínuo de avaliação sobre sua carteira de crédito com o objetivo de identificar a existência de evidências objetivas de perda no valor justo de seus ativos.

b) Risco de Mercado

Risco de Mercado se refere à possibilidade do banco ter perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas a variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O VaR é um método estatístico utilizado para quantificar o risco de mercado e foi calculado para as posições de ativos e passivos do banco com base em um intervalo de confiança de 99% e tempo de liquidação da posição de 20 dias.

Os valores de mercado nas posições com risco em taxas de juros prefixadas internas e em moeda americana foram calculados utilizando-se dados dos *swaps* B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão do dia 31 de dezembro de 2021. Já para os Títulos Públicos, utilizou-se a marcação a mercado da mesma data. Os valores apresentados não incluem operações ou contratos que estejam em atraso.

c) Risco de Liquidez

Trata-se do risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no momento em que ocorrem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimo e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir recursos suficientes para cumprimento dos compromissos financeiros.

d) Risco Operacional

A estrutura de risco operacional do Banco Sofisa passa por constantes melhorias objetivando principalmente evolução na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos cuja ocorrência, resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, sem perder de vista os riscos legais associados à execução de contratos, processos ou sentenças adversas.

Para esse fim, a unidade responsável pela gestão de riscos operacionais utiliza-se da Abordagem Padronizada Alternativa e emprega mecanismos de suporte à monitoração, os quais são constantemente revisados, tais como: Matriz de Risco e Planos de Ação para aprimoramento de controles, Indicadores de Risco, Base de Perdas, Alocação de Capital, atuação dos Agentes de Compliance, monitoramento de ocorrências de risco operacional e de reclamações de clientes, notificações e fraudes externas, Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Relatórios Gerenciais e Plano de Continuidade de Negócios.

Maiores informações acerca das práticas de gestão de riscos do Banco Sofisa podem ser encontradas no seu site de Relações com Investidores (www.sofisa.com.br/ri).

e) Valores de risco referentes dezembro de 2021

	31/12/2021		
	Exposição (R$)	Risco (R$)	Risco (%)
Fundos	144.219.448	-	0,00%
Índice de Preços	7.432.291	286.184	3,85%
PRE	1.694.325.271	15.606.916	0,92%
Exposição Cambial	(32.891.147)	1.106.286	-3,36%
Cupom Cambial	(225.961.405)	677.842	-0,30%
Juros Externo	(18.573.024)	(90.751)	0,49%
Risco de Mercado - VaR	**1.568.551.434**	**17.586.477**	**1,12%**

O Risco de Mercado é calculado por VaR com nível de confiança de 99% e *holding period* de 20 dias.

36. Gerenciamento de Capital

A gestão de capital abrange o Banco Sofisa e as empresas financeiras do Grupo. Esse processo é efetuado de forma estruturada, contínua, permanentemente revisada e serve de base às estratégias do conglomerado.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital do Sofisa, juntamente com o Relatório Pilar III, está disponível no website de Relações com Investidores, e é de responsabilidade da Unidade de Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria de ESG.

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

37. Acordo de Basileia

Instituídas pelo Banco Central do Brasil, entraram em vigor, a partir da data-base outubro de 2013, as Resoluções nº 4.192/13 e 4.280/13 que estabelecem os procedimentos para a apuração do Patrimônio de Referência com base no conglomerado prudencial e as Resoluções 4.193/13 e 4.281/13 onde estabelecem a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O conglomerado prudencial é composto pelas empresas financeiras do Banco Sofisa. Além dos requerimentos mínimos de capital, a partir de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular 3.748 do Banco Central do Brasil que incorporou a Razão de Alavancagem à estrutura de Basileia III no Brasil, que é definida como a razão entre o capital Nível I (capital de maior qualidade mantido pelo banco) e o total de exposições da instituição (calculada de acordo com a circular). Em 31 de dezembro de 2021, a Razão de Alavancagem ficou em 8,98%.

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 apurado com base no conglomerado prudencial é de 14,10% (16,80% em dezembro de 2020).

Abaixo segue a tabela com a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
IB - Índice de Basileia (PR/RWA)	14,10%	16,80%
	Prudencial	**Prudencial**
RWAcpad - Risco de Crédito	5.714.983.441	4.225.952.566
RWAopad - Risco Operacional	487.929.897	398.989.344
RWAjur1 - Taxa de Juros Prefixado	10.126.315	1.776.720
RWAjur2 - Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	-	-
RWAjur3 - Taxa dos cupons de índices de preços	-	-
RWAjur4 - Taxa dos cupons de taxa de juros - TJLP	-	-
RWAacs - Preço de ações	-	-
RWAcam - Ouro, Moeda Estrangeira e Variação Cambial	61.743.563	15.129.825
RWAcom - Preços de mercadorias (*commodities*)	-	-
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	***6.274.783.216***	***4.641.848.455***
RBAN - Risco Banking	***32.199.126***	***35.022.189***
	Prudencial	**Prudencial**
PR Nível I - Capital Principal	784.166.087	780.002.144
PR Nível I - Capital Complementar	100.352.768	-
PR Nível II	-	-
PR - Patrimônio de Referência	***884.518.855***	***780.002.144***
	Prudencial	**Prudencial**
Fator F	8,00%	8,00%
PR mínimo requerido para o RWA - **(RWA*Fator F)**	501.982.657	371.347.876
Margem sobre o PR requerido - **(PR - RWA*Fator F)**	382.536.198	408.654.268
PR Mínimo requerido p/RWA + RBAN - **((RWA*Fator F) + RBAN)**	534.181.783	406.370.065
Margem sobre o PR considerando a RBAN - **(PR - ((RWA*Fator F) + RBAN))**	350.337.072	373.632.079
Adicional de Capital Principal - **(ACP)**	125.495.664	58.023.106
Margem sobre o PR considerando a RBAN e o Adicional de Capital Principal - **(PR - ((RWA*Fator F) + RBAN) + ACP)**	224.841.408	315.608.973

38. Informações sobre coligadas e controladas do Banco Sofisa S.A.

As principais informações das sociedades coligadas e controladas diretas e em conjunto pelo Sofisa são assim demonstradas:

			31/12/2020	31/12/2021				
Controladas diretas	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento **(a)**	7.500.000	100,00%	24.378	24.378	5	715	715	25.098
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda **(b)**	65.735.177	99,98%	44.844	44.835	(975)	389	389	44.249
Sofisa Corretora de Seguros Ltda **(c)**	209.999	94,99%	556	528	(3.877)	4.511	4.285	936
Total Controladas diretas			**69.778**	**69.741**	**(4.847)**	**5.615**	**5.389**	**70.283**

			31/12/2020	31/12/2021				
Coligadas/Controladas indiretas	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Trademaster Serviços e Participações S/A **(d)**	13.333	40,00%	(6.823)	(2.743)	1.026	4.293	1.717	-
EM2104 Participações S/A **(e)**	10.536.582	19,81%	-	-	(1.026)	18.507	3.667	2.641
Eco Beach Empreendimento Imobiliário Ltda	10	0,01%	9.888	1	-	168	-	1
Total Coligadas / Controladas indiretas			**3.065**	**(2.742)**	**-**	**22.968**	**5.384**	**2.642**

			31/12/2020	31/12/2021				
Controladas diretas no exterior	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Sofisa Investment Ltd	5.000.000	100,00%	438	438	-	(55)	(55)	383

(a) O evento ocorrido no semestre da controlada Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento trata-se de ajuste de avaliação patrimonial.
(b) O evento ocorrido no semestre da controlada Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm Ltda trata-se de distribuição de dividendos.
(c) O evento ocorrido no semestre da controlada Sofisa Corretora de Seguros Ltda trata-se de distribuição de dividendos.
(d) O investimento na coligada Trademaster Serviços e Participações S/A foi liquidado em agosto de 2021. Para mais detalhes da operação vide nota 42 - Resultados recorrentes e não recorrentes.
(e) No segundo semestre de 2021 houve novo investimento na coligada EM2104 Participações S/A.

39. Partes relacionadas

O Sofisa e suas empresas coligadas e controladas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas na consolidação.

Os saldos de tais operações do Sofisa com suas controladas, diretas, indiretas, coligadas e pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	**(225)**	**(483)**	**-**	**-**
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A **(a)**	(27)	(5)	-	-
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda **(a)**	(15)	(35)	-	-
Eco Beach Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	(58)	(12)	-	-
Sofisa Corretora de Seguros Ltda **(a)**	(29)	(150)	-	-
SPE Premium 2 Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	-	-	-	-
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	(5)	-	-	-
Controladores e pessoal-chave da Administração	(91)	(280)	-	-
Depósitos interfinanceiros	**(8.030)**	**(5.837)**	**(628)**	**(237)**
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A **(a)**	(30.971)	(27.893)	(1.605)	(237)
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A **(a)**	22.941	22.056	977	56
Depósitos a prazo	**(176.247)**	**(54.988)**	**(3.755)**	**(2.481)**
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm Ltda **(a)**	(3.221)	(347)	(29)	(732)
Eco Beach Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	(3.883)	(5.735)	(295)	(130)
Sofisa Corretora de Seguros Ltda **(a)**	(5.136)	(7.472)	(176)	(98)
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	(294)	(379)	(15)	(12)
SPE Premium 2 Empreend. Imobiliários Ltda **(b)**	-	(32)	-	(13)
Controladores e pessoal-chave da Administração	(163.714)	(41.023)	(3.240)	(1.496)

A saber:
(a) Controladas - direta
(b) Controladas - indireta

O controlador do Banco tem participação no *Sunstate Bank*, empresa sediada em Miami, Flórida, Estados Unidos da América, o qual em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possui operações em aberto com o Banco Sofisa, assim como não ocorreram quaisquer transações no exercício.

a. Remuneração da Administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 14.045 de remuneração fixa e R$ 8.610 de remuneração variável (R$ 20.000 no ano de 2020), tendo sido distribuído aos administradores no exercício de 2021 o montante de R$ 16.346 (R$ 11.437 em 31 de dezembro de 2020) da seguinte forma:

	31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários /salários	3.201	5.477	300	8.978
Gratificações / PLR	-	5.124	-	5.124
Encargos Sociais (INSS + FGTS)	720	1.456	68	2.244
Total	**3.921**	**12.057**	**368**	**16.346**

continua...

...continuação

Banco SOFISA Banco SOFISA direto
Indique seus amigos e receba R$ 50 em cashback por cada indicação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários	2.608	4.408	216	7.232
Gratificações / PLR	-	2.239	-	2.239
Encargos Sociais (INSS + FGTS s/honorários)	587	1.331	48	1.966
Total	**3.195**	**7.978**	**264**	**11.437**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no exercício de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica e automóveis).

b) **Benefícios Pós-emprego**
O Sofisa e suas controladas diretas e indiretas não possuem planos de benefícios pós-emprego.

c) **Participação acionária**
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os membros do Conselho de Administração, Controladores e Diretoria possuem a seguinte participação acionária no Sofisa:

Administradores	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Controladora	80.900.690	83,28%	23.315.309	57,78%	104.215.999	75,80%
Conselho de Administração	8.120.854	8,36%	2.551.616	6,32%	10.672.470	7,76%
Outros (Pessoas vinculadas ao controlador)	8.118.606	8,36%	14.485.046	35,90%	22.603.652	16,44%
	97.140.150	**100,00%**	**40.351.971**	**100,00%**	**137.492.121**	**100,00%**

"Quantidades expressas em milhares de ações"

40. Outras informações

a. As responsabilidades por avais, fianças e outras garantias prestadas totalizam R$ 15.668 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 25.219 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido registrada reversão de provisão de R$ 241 no resultado do exercício. No exercício, as receitas auferidas com avais, fianças e garantias prestadas foi de R$ 870 (R$ 776 em 31 de dezembro de 2020).

b. As fianças passivas associadas às garantias financeiras prestadas estão demonstradas conforme abaixo:

RATING	RISCO	PROV.(%)	PROV.($)
A	15.111	0,5%	76
B	419	1,0%	4
H	138	100,0%	138
TOTAL	**15.668**		**218**

Os valores de provisão correspondente a fiança estão registrados na rubrica provisão para garantias prestadas (Nota 20).

c. O Sofisa e suas controladas possuem contratos de seguros vigentes, em montante julgado suficiente para cobertura de sinistros sobre o imobilizado e responsabilidade civil.

d. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Sofisa possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com as instituições financeiras as quais possuam essa modalidade de acordo.

e. O Sofisa possui agência matriz na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, e agências em São Bernardo do Campo/SP na Rua José Versolato, 111, Sala 2401 Pav 23 Bloco B - Centro, em Guarulhos/SP na Rua Diogo Farias, 181, Sala 202 - Centro, em Campinas/SP na Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, em Belo Horizonte/MG na Rua Rio de Janeiro, 2.702, no Rio de Janeiro/RJ na Avenida Rio Branco, 1, em Curitiba/PR na Rua Comendador Araujo, 565, em Goiânia/GO na Av. T-10, lote 09/02, em Porto Alegre/RS na Avenida Carlos Gomes, 777 - Conj. 1103, em Fortaleza/CE na Av. Santos Dumont, 2.456, em Recife/PE na Rua Antonio Lumack do Monte, 128, em Ribeirão Preto/SP na Av. Presidente Getúlio Vargas, 2001, em Barueri/SP na Alameda Rio Negro, 967, em Manaus/AM na Rua Theomario Pinto da Costa, 82, em Sorocaba/SP na Av. Antonio Carlos Comitre, 540, em Londrina/PR na Rua Ayrton Senna da Silva, 550 SL. 1504 e Bauru/SP na rua Luso Brasileira, 4 - 44 - salas 507 e 508, bairro Jardim Estoril IV - 17016-230.

f. O Sofisa possui rating A+(bra) Longo prazo e F1(bra) Curto prazo da agência Fitch Ratings avaliado em maio de 2021; AA-.Br (nacional) e Ba2 (global) da agência Moody's Investor Service, avaliados respectivamente em dezembro de 2021 e junho de 2021; BB- (global) e br.AA+ da agência S&P Global, avaliados em dezembro de 2021; e rating Baixo Risco para Médio Prazo 1 pela agência de classificação de risco RISKbank, avaliado em novembro de 2021.

41. Impactos da COVID-19
Apesar do acirramento da pandemia no início do exercício de 2021, o Banco manteve as projeções de crescimento, e acompanhando a recuperação de faturamento dos principais setores da Economia, conseguiu atingir os objetivos de crescimento e manter os índices de qualidade da carteira de crédito.

42. Resultados recorrentes e não recorrentes
Transformação das ações da investida Trademaster Servs. e Participações em ações da empresa EM2104 Participações Ltda. e posterior alienação de participação acionária de 20%
Em agosto de 2021 o Banco Sofisa alienou 20% de participação acionária de seu Investimento na empresa EM2104 Participações Ltda. (após conversão das ações da Trademaster), em linha com as condições previstas em Acordo de Acionistas e contrato de venda com a contraparte envolvida.
Por ser tratar de resultado não relacionado com a atividade principal do Banco e não há previsão de ocorrer em exercícios futuros, as receitas e despesas dessa operação que são consideradas não recorrentes totalizaram R$ 37.649 de valor bruto, sendo R$ 20.405 líquido dos efeitos tributários, no segundo semestre de 2021.

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/jornaisBrasil

43. Gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*)
O Banco Sofisa, sob diretrizes de seu código de ética, tem o compromisso de seguir padrões éticos regidos pelos valores e princípios de responsabilidade socioambiental, com a promoção e incentivo de ações para o desenvolvimento sustentável.
O Banco Sofisa pratica, incentiva e valoriza a responsabilidade socioambiental, buscando alinhar seus objetivos empresariais com os interesses da comunidade em que atua. Para que isso seja possível, o Banco Sofisa foca em seriedade no trato dos negócios, com respeito absoluto aos compromissos que assume; opera dentro dos limites da legislação e das normas externas e internas aplicáveis às suas atividades; faz respeitar seu Código de Ética, zelando por sua atualização, frente às transformações por que passa a sociedade; tem sempre presente os interesses maiores do país e da comunidade em que atua, para este fim adotando regras, meios, atividades e programas compatíveis com suas preocupações de ordem social e com as melhores práticas mundiais concernentes à sustentabilidade e à governança corporativa.

Governança
O Sofisa possui um Conselho Fiscal não Permanente e é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, que integram, juntamente com o Comitê de Auditoria e as Auditorias Interna e Externa, sua Governança Corporativa.
Dentre as principais práticas de Governança destacam-se:
- Diretoria de ESG independente e dedicada;
- Conselho de Administração composto por 50% de membros independentes;
- Comitê de Auditoria atuante desde 1995;
- Canal de Denúncias que garante independência, confidencialidade e anonimato.

Social
No âmbito assistencial, o Banco contribuiu para o desenvolvimento e manutenção de diversos programas sociais e culturais, ainda estimula atividades educacionais e esportivas, destacando os incentivos nessas áreas:

a) Sociais e culturais
Museu vai à Escola - O Museu da Imigração do estado de São Paulo expande o núcleo educativo levando os alunos de diversas escolas ao museu.
Reciclar é uma Festa - Um espetáculo que ensina de forma divertida e bastante interativa, o quanto a reciclagem e os bons hábitos são importantes para o meio ambiente.
Instituto Mano Down - Tem como objetivo ampliar a socialização de pessoas de 3 à 35 anos com síndrome de down por meio de Oficinas de Dança.
Orquestra Sinfônica de Heliópolis - Trabalha com a educação através da música, trazendo orquestra e gerando qualificação profissional.
Ballet de Cegos - Tem como objetivo o financiamento do plano anual de atividades da Associação Fernanda Bianchini que atende 450 pessoas entre 3 à 60 anos, em sua maioria com deficiências, focando a sua transformação a partir da arte-educação em SP.
Arte Por Toda Parte - O projeto fica situado em Curitiba e tem como objetivo promover a cultura e a aprendizagem com qualidade de vida e saúde e contribuir para transformação social e cultural por meio da arte.
Em 2021 o Banco Sofisa teve aprovado o empréstimo de US$ 45 milhões pelo DFC (*U.S. International Development Finance Corporation*) para fomentar pequenas e médias empresas na região da Amazônia Legal.

b) Esportivas
Projeto Esportes Paralimpicos - Instituto Athlon - Tem em vista capacitar até 70 pessoas com deficiências dentre 5 modalidades paralimpica, trabalhando desde o lazer/qualidade de vida ao alto rendimento, proporcionando aos deficientes o empoderamento da reabilitação social
Projeto Vem Treinar Tênis - Realiza diversos eventos de incentivo e apresentação do esporte para as crianças e adolescentes carentes.

c) Assistenciais
Adote Um Leito - Idoso - Tem como objetivo manter a unidade de Cuidados Paliativos com instalações adequadas e capacidade para oferecer leitos especializados para atendimento de 1.368 pacientes ao mês.
Hospital Do Amor - Amparo Ao Idoso - O projeto tem como objetivo o atendimento gratuito para pacientes com mais de 60 anos que sejam de baixa renda.
Geeon - Na Luta Contra O Câncer de Mama - Organização Cearense que visa oferecer assistência Médica, educação e pesquisa em Oncologia e foco na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama;
Aparelho De Ampliação Sonora Individual (AASI) - Este projeto busca garantir a qualidade de vida para pessoas com deficiências auditivas, através da aquisição de equipamentos.
GRAAC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - Em dezembro de 2021, o Banco Sofisa criou uma campanha em parceria com o GRAAC, mediante uma ação intitulada "Natal Solidário", com o objetivo de ajudar crianças e adolescentes no tratamento de combate ao câncer.

d) Educacionais
CEAP -Educação Além da Educação- Organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, e oferece anualmente cursos de formação e qualificação profissional para 1.100 jovens entre 10 e 18 anos que no contraturno estejam matriculados no ensino regular.

e) Diversidade
O engajamento social do Banco preza pela diversidade e equidade de gêneros. Em junho de 2021, o Banco Sofisa contratou empréstimo de US$ 200 milhões em recursos do BID *Invest* para o fomento a PMEs e aumento de espaço da liderança feminina, sendo que no mínimo 30% desses recursos devem ser direcionados para esse propósito. A operação é uma iniciativa relevante de ESG para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, e reforça o alinhamento do banco aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos no Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas).
Também em junho, Silvia Scorsato, Diretora de ESG do Banco Sofisa e presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) recebeu o selo *Women on Board* (*WOB*). O selo *Women on Board* é uma iniciativa brasileira, criada em 2019 e com apoio da ONU Mulheres no reconhecimento a empresas e entidades com pelo menos duas representantes femininas em postos de alta liderança.
Ao longo de 2021, o Banco apoiou a AFESU (ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ESTUDOS SOCIAIS E UNIVERSITÁRIOS), instituição voltada à qualificação profissional de mulheres desde a infância, com a doação de equipamentos de computação.

Meio Ambiente
O Banco apoia esforços visando a preservação dos ecossistemas e a otimização dos recursos, sobretudo os não renováveis e crescimento sustentável. Como prática, o Banco adota o descarte seguro de resíduos sólidos e documentos confidenciais; implantou temporizador para regulagem do volume de água desde 2017; implementou, dentro das normas de "Conheça seu cliente", análise reputacional dos clientes no início do relacionamento e seu monitoramento durante o relacionamento com a verificação de mídias negativas e listas públicas e questionário e; ainda, a atualização constante de cláusulas contratuais nos instrumentos jurídicos do Banco, referentes às responsabilidades socioambientais para clientes e também para fornecedores.
Atualmente, o Banco utiliza assinatura digital para redução de consumo de papel. De acordo com a empresa[1] especializada nesse segmento, durante o ano de 2021 foram apuradas as seguintes economias ambientais geradas pelo Banco Sofisa:
- 7.685 kg de madeira, equivalente a 51 árvores;
- 188.850 litros de água, consumo equivalente a 36 máquinas de lavar;
- 18.039 kg de emissões de carbono ou consumo de 4 carros;
- 1.249 kg de lixo.

[1] Empresa DocuSign. A metodologia de cálculo utilizada foi extraída do relatório próprio da empresa obtido por meio de seu website.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

CONTADOR WILLIAM DE ALMEIDA - CRC 1SP207772/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Sofisa S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. ("Banco") e de suas controladas, identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Sofisa S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Sofisa S.A. ("Banco"), cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, disponível no site www.sofisa.com.br/ri/ e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, tem como principais atribuições revisar, previamente à sua publicação, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, acompanhar e avaliar os trabalhos das auditorias interna e independente e avaliar a qualidade e a efetividade do sistema de controles internos do Banco.
Em 31 de março de 2017 o Conselho de Administração reelegeu os Senhores Edson Luiz Domingues, Antonio Carlos Feitosa e Geraldo Lima Wandalsen para comporem o Comitê de Auditoria, sendo o primeiro deles o membro qualificado. Em 18 de agosto de 2017, através do Comunicado Nº 31.102, o Banco Central do Brasil divulgou a aprovação dos eleitos para exercerem suas funções no CAud do Banco.
As administrações do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, manter o sistema de controles internos efetivo e consistente, gerir e monitorar os riscos e zelar pela conformidade à regulamentação aplicável.

Atividades do Comitê de Auditoria no exercício de 2021
O Comitê reuniu-se regularmente com os administradores e gestores das principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições.

Controles internos e gerenciamento de riscos
Nas reuniões com os gestores das principais áreas operacionais e de governança do Banco foram analisadas e discutidas as principais mudanças organizacionais e aprimoramento de controles, bem como as providências dos gestores em relação aos apontamentos realizados durante os trabalhos das auditorias interna e independente ou em inspeções dos órgãos reguladores.
Com base nas informações colhidas nestas reuniões, nos relatórios emitidos pelas auditorias e pela área de controles internos, não foram constatadas falhas que pudessem distorcer significativamente as demonstrações financeiras do Banco.
Especificamente nas áreas de gerenciamento de riscos e *compliance*, bem como na área de tecnologia da informação (TI), a administração vem investindo fortemente com mudanças estruturais importantes, buscando, de forma progressiva, a efetividade.

Auditoria independente
A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco. Fizemos reuniões com representantes legais da Deloitte para abordar os assuntos pertinentes à execução de seus trabalhos, quais sejam: i) independência; ii) planejamento, identificação e avaliação dos riscos; iii) procedimentos de auditoria; e iv) conclusão e relatório sobre as demonstrações financeiras e outros relatórios regulamentares.
É do entendimento do Comitê que os procedimentos e extensão dos testes realizados pela auditoria independente foram adequados para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Auditoria interna
A auditoria interna vem sendo exercida desde 09.2013 pela PwC Auditores Independentes. O Comitê aprovou os planos de auditoria interna, realizou reuniões regulares com os seus representantes e acompanhou o desempenho e a efetividade de seus trabalhos.

Demonstrações financeiras
Com relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31.12.2021 do Banco Sofisa, o Comitê reuniu-se com o responsável pela contabilidade para obter o entendimento do processo para elaboração destas demonstrações e das principais variações das contas patrimoniais e de resultado ocorridas no semestre. As políticas contábeis e a forma de apresentação das demonstrações financeiras foram também debatidas com os auditores independentes.

Conclusão
Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. relativas ao semestre findo em 31.12.2021.

São Paulo (SP), 16 de fevereiro de 2022.

Antonio Carlos Feitosa | Edson Luiz Domingues | Geraldo Lima Wandalsen

Banco SOFISA

Demonstrações Financeiras

Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades (Nota 4)	**27**	**6**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	**30.971**	**27.893**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.971	27.893
Tits. e Valores Mob. e Instr. Financ. Derivativos (Nota 6)	**6.747**	**6.449**
Carteira própria	6.747	-
Vinculados a prestação de garantias	-	6.449
Outros Créditos (Nota 7)	**24.081**	**25.929**
Créditos Tributários	6.223	6.290
Diversos	17.858	19.639
Outros Valores e Bens	**83**	**-**
Outros valores e bens	13	13
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(13)	(13)
Despesas antecipadas	83	-
Total do Ativo	**61.909**	**60.277**

PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos (Nota 18)	**22.941**	**22.101**
Depósitos interfinanceiros	22.941	22.101
Outras obrigações	**13.870**	**13.798**
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	124	41
Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas (Nota 9)	13.718	13.725
Diversas (Nota 10)	28	32
Patrimônio líquido (Nota 12)	**25.098**	**24.378**
Capital Social de domiciliados no País	17.500	17.500
Reservas de Lucros	7.601	6.886
Outros Resultados abrangentes	(3)	(8)
Total do passivo e patrimônio liquido	**61.909**	**60.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2021	**17.500**	**2.953**	**3.947**	**(16)**	**262**	**24.646**
Resultado do semestre	-	-	-	-	439	439
Reserva Legal	-	22	-	-	(22)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	13	-	13
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.500**	**2.975**	**4.626**	**(3)**	**-**	**25.098**

	Capital social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.500**	**2.939**	**3.947**	**(8)**	**-**	**24.378**
Resultado do exercício	-	-	-	-	715	715
Reserva Legal	-	36	-	-	(36)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.500**	**2.975**	**4.626**	**(3)**	**-**	**25.098**

	Capital social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**17.500**	**2.924**	**3.663**	**-**	**-**	**24.087**
Resultado do exercício	-	-	-	-	299	299
Reserva Legal	-	15	-	-	(15)	-
Reserva Estatutária	-	-	284	-	(284)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.500**	**2.939**	**3.947**	**(8)**	**-**	**24.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	2021 – 2º Semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Receitas da intermediação financeira	**1.123**	**1.927**	**414**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	1.123	1.927	414
Despesas da intermediação financeira	**(687)**	**(1.009)**	**(101)**
Operações de captações no mercado (Nota 19)	(687)	(1.009)	(101)
Resultado bruto da intermediação financeira	**436**	**918**	**313**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**98**	**(19)**	**(1)**
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(299)	(386)	(166)
Despesas tributárias (Nota 17)	(24)	(46)	(18)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	607	736	302
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(186)	(323)	(119)
Resultado operacional	**534**	**899**	**312**
Resultado não operacional	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**534**	**899**	**312**
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	**(95)**	**(184)**	**(13)**
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(28)	(120)	(41)
Ativo fiscal diferido	(67)	(64)	28
Resultado liquido do semestre/exercicio	**439**	**715**	**299**
Resultado liquido por ação - R$	**0,03**	**0,04**	**0,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	2021	2020
Resultado liquido	439	715	299
Outros resultados abrangentes	22	9	(14)
Efeito tributário (a)	(9)	(4)	6
Resultado Abrangente	**452**	**720**	**291**

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020 (Em milhares de reais)

	2021 – 2º Semestre	2021 – Exercício	2020 – Exercício
Resultado liquido ajustado	**415**	**710**	**144**
Resultado liquido do período	439	715	299
Ativo fiscal diferido	67	64	(28)
Atualização dos depósitos judiciais	(277)	(392)	(246)
Atualização de passivos contingentes (Nota 16)	186	323	119
Variação de Ativos e Passivos	**(416)**	**(689)**	**(329)**
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(856)	(3.078)	(22.254)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(227)	(298)	(167)
(Aumento) redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(20)	1.861	(77)
Aumento em Depósitos interfinanceiros	687	840	22.101
(Redução) aumento em Outras Obrigações	22	54	80
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22)	(68)	(12)
Caixa liquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	**(1)**	**21**	**(185)**
AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**21**	**(185)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**28**	**6**	**191**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**27**	**27**	**6**
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**21**	**(185)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição"), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: a) CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; l) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 (R1) - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 16 de fevereiro de 2022.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado: Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "*pro-rata*" dia. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério "*pro-rata*" dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** – são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente. **d. Outros Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia. **e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 30 de junho de 2021 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento as Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias. Conforme Lei 14.183, para o período de julho a dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 20%, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022. **f. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo observadas as seguintes regras: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados; • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. **h. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Com a emissão da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **i. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços. **j. Demonstração do fluxo de caixa:** Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

4. Disponibilidades

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	27	6
Total	**27**	**6**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	7.683	83
Longo Prazo	23.288	27.810
Total	**30.971**	**27.893**

Composto por R$ 23.262 com vencimentos em 03/2022 e 07/2022, e R$ 7.709 com vencimento em 01/2023. O indexador utilizado é 100% CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021 – Valor curva	31/12/2021 – Valor de mercado	31/12/2020 – Valor curva	31/12/2020 – Valor de mercado
Disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.752	6.747	6.463	6.449
Total	**6.752**	**6.747**	**6.463**	**6.449**

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são de longo prazo com vencimento até 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes. O valor justo geralmente baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2021 – Curto Prazo	31/12/2021 – Longo Prazo	31/12/2021 – Total	31/12/2020 – Curto Prazo	31/12/2020 – Longo Prazo	31/12/2020 – Total
Créditos tributários (a)	216	6.007	6.223	208	6.082	6.290
Devedores por depósitos em garantias	-	17.332	17.332	-	16.940	16.940
Imposto de renda a compensar /recuperar	-	526	526	-	2.699	2.699
Total	**216**	**23.865**	**24.081**	**208**	**25.721**	**25.929**

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

Créditos tributários	31/12/2020	Realização/ reversão	Constituição	31/12/2021
Prejuízos fiscais	**477**	**(38)**	**-**	**439**
Base negativa de CSLL	**300**	**(22)**	**-**	**278**
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	5.488	(118)	115	5.485
Provisão para perdas com BNDU	5	-	-	5
Outras	20	(16)	6	10
Total das diferenças temporárias	**5.513**	**(134)**	**121**	**5.500**
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	(2)	8	6
Total do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.290**	**(196)**	**129**	**6.223**

a.1) Expectativa de realização dos créditos tributários:

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Diferenças temporárias – Imposto Renda	Diferenças temporárias – Contribuição Social	Total	Valor Presente*
2022	111	67	24	14	216	192
2023	118	71	16	9	214	192
2024	123	74	16	9	222	200
2025	87	66	-	-	154	138
2026	-	-	3.386	2.031	5.417	4.868
Total	**439**	**278**	**3.442**	**2.063**	**6.223**	**5.590**

* Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2021 – Curto Prazo	31/12/2021 – Longo Prazo	31/12/2021 – Total	31/12/2020 – Curto Prazo	31/12/2020 – Longo Prazo	31/12/2020 – Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	121	-	**121**	41	-	**41**
Impostos e contribuições a recolher	3	-	**3**	-	-	-
Total	**124**	**-**	**124**	**41**	**-**	**41**

9. Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas

	31/12/2021 – Curto Prazo	31/12/2021 – Longo Prazo	31/12/2021 – Total	31/12/2020 – Curto Prazo	31/12/2020 – Longo Prazo	31/12/2020 – Total
Provisão para riscos tributários	-	13.541	**13.541**	-	13.275	**13.275**
Provisão para riscos trabalhistas	59	118	**177**	-	450	**450**
Total	**59**	**13.659**	**13.718**	**-**	**13.725**	**13.725**

A provisão para riscos tributários constituída refere-se à discussão judicial acerca do conceito de faturamento nos moldes da Lei nº 9.718/1998, aplicável às contribuições sociais PIS/COFINS, no montante atualizado de R$ 13.541 (R$ 13.275 em 31 de dezembro de 2020). Por tratar-se de obrigação legal os saldos estão integralmente registrados. Os valores objeto desta discussão foram integralmente depositados (Nota 7). A CFI possui discussão tributária de PIS/ COFINS no montante de R$ 5.879 (R$ 3.993 em 31 de dezembro de 2020) classificada como possível. A provisão para passivos contingentes trabalhistas no montante atualizado de R$ 177 (R$ 450 em 31 de dezembro 2020) refere-se a ações trabalhistas movidas contra a CFI por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas. A CFI não possui discussão trabalhista com expectativa de perda possível. A CFI não possui discussões de naturezas cíveis com expectativas prováveis e/ou possíveis de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Passivos para Riscos (31/12/2021)	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Tributários	13.275	266	13.541
Trabalhistas	450	(273)	177
Total	**13.725**	**(7)**	**13.718**

Passivos para Riscos (31/12/2020)	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Tributários	13.067	208	13.275
Trabalhistas	539	(89)	450
Total	**13.606**	**119**	**13.725**

10. Outras Obrigações Diversas

	31/12/2021 Curto prazo	31/12/2020 Curto prazo
Provisão para pagamentos a efetuar	28	32
Total	**28**	**32**

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021 – 2º Semestre 31/12/2021	2021 – Exercício 31/12/2021	2020 – Exercício 31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**534**	**899**	**312**
(-) Juros sobre capital próprio (Nota 22)	-	-	-
Lucro ajustado antes da tributação	**534**	**899**	**312**
Alíquota vigente	**45%**	**45%**	**40%**
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(240)	(405)	(125)
Adições (Exclusões) Permanentes			
Outros ajustes	145	221	112
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(95)**	**(184)**	**(13)**

12. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, está representado por 17.500 (17.500 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, sem valor nominal. **Dividendos:** O estatuto social da CFI assegura ao acionista o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio (JCP). **Reservas de Lucros:** A conta de reserva de lucros da CFI é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Sofisa S.A. CFI, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A CFI não possui outras reservas de lucros.

13. Transações com Partes Relacionadas

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades (Nota 4)	27	6
Certificado de depósitos interfinanceiros (Nota 5)	30.971	27.893
Passivos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Depósitos Interfinanceiros (Nota 18)	22.941	22.101
Receitas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros	1.638	137
Despesas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com depósitos interfinanceiros	(1.009)	(101)

As operações foram efetuadas com o Banco Sofisa S.A.

Continua...

...continuação

Banco SOFISA

Demonstrações Financeiras

Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Outras Despesas Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Processamento de dados	(131)	(129)
Publicação	(29)	(36)
Serviços do sistema financeiro	(20)	(1)
Serviços especializados	(36)	-
Outras despesas administrativas (a)	(170)	-
Total	**(386)**	**(166)**

(a) Composto basicamente por indenização trabalhista.

15. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Atualizações de depósitos judiciais	392	246
Reversão de provisão trabalhista	343	-
Diversas	1	56
Total	**736**	**302**

16. Outras Despesas Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Atualização de provisão para risco (a)	(323)	(119)
Total	**(323)**	**(119)**

(a) Composto principalmente por contingência tributária

17. Despesas Tributárias

Impostos Federais	31/12/2021	31/12/2020
Cofins	(37)	(13)
Pis	(6)	(2)
Outros	(3)	(4)
Total	**(46)**	**(18)**

18. Depósitos

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	22.941	22.101
Total	**22.941**	**22.101**

O saldo em depósitos interfinanceiros com o Banco Sofisa S.A. em 31 de dezembro de 2021 é de longo prazo, com vencimento até 11/2023. O percentual aplicado nas transações é 100% CDI.

19. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	(1.009)	(101)
Total	**(1.009)**	**(101)**

20. Gestão de Riscos e Basileia: Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 31 de dezembro de 2021 é de 14,10% (31 de dezembro de 2020: 16,80%).

21. Resultados Recorrentes e não Recorrentes: Conforme resolução BCB Nº 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

A DIRETORIA

CONTADOR: William de Almeida - CRC 1SP207772/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Banco estatal Venda de ações

BNDES reduz sua fatia na JBS para menos de 20%

Instituição de fomento começou a vender ações do gigante de alimentos há dois meses e já se desfez de mais de R$ 2 bilhões

FERNANDA GUIMARÃES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltou ao mercado financeiro para vender uma fatia adicional das ações do frigorífico JBS, da família Batista, dois meses depois de começar a se desfazer da posição. A venda envolve cerca de 50 milhões de papéis, segundo fontes. A transação deverá somar cerca de R$ 2 bilhões. A venda foi feita via leilão na B3, a Bolsa brasileira.

Com a venda, a participação do BNDES na empresa ruma para abaixo de 20%. Antes da transação, o banco de fomento tinha uma fatia de 24,5% na empresa – maior exposição da carteira de renda variável da instituição financeira. A operação está sendo conduzida pelo BTG Pactual, que deu garantia firme no lote, explicou uma pessoa próxima ao assunto.

Conforme fontes, a JBS é a compradora natural desse lote no leilão da Bolsa, por meio de seu programa de recompra de ações. Na venda realizada em dezembro ocorreu o mesmo, com a empresa recomprando as ações que foram vendidas pelo banco de fomento.

Movimento

Na atual gestão, banco se desfez de ações de gigantes como Vale, Petrobras e Suzano

ADEUS ÀS GIGANTES. Na gestão de Gustavo Montezano, o BNDES reduziu em mais de R$ 80 bilhões sua carteira de renda variável, despedindo-se das chamadas gigantes nacionais, como Petrobras, Vale e Suzano. Durante a maior parte da década passada, a instituição de fomento investiu pesadamente na formação de campeões nacionais, que incluiu altos incentivos a frigoríficos como Marfrig e JBS.

Em troca de bilionários empréstimos para fomentar sua expansão dentro e fora do País, o BNDES acabou se tornando sócio de muitas companhias por meio de seu braço de participações, o BNDESPar. Depois de um período de vendas de papéis, uma das últimas fatias relevantes que sobram na mão do banco é justamente a da JBS.

MOMENTO FAVORÁVEL. A JBS se mantém em expansão, sob a estratégia de crescer em produtos de altíssimo valor agregado. A companhia informou no dia 7 que finalizou a aquisição do Grupo King's, líder de mercado na produção de preparo e venda de carne suína, que conta com operações na Itália e nos EUA. A operação foi concluída no dia 4 de fevereiro, pela subsidiária Rigamonti.

A venda das ações da JBS pelo BNDES faz sentido, porque, graças ao contexto atual da companhia, especialmente no exterior, seus papéis vivem um momento de alta. Em um ano, as ações da JBS já subiram mais de 30% na Bolsa. Logo, o banco de fomento está aproveitando a ocasião para "sair na alta" do investimento.

Procurado, o BNDES não comentou. ●

Combustíveis Nos planos da Petrobras

Diesel 'verde' aguarda nova regulamentação

FERNANDA NUNES

A Petrobras aguarda a nova regulamentação do óleo diesel "verde" para avançar na produção do combustível de fontes renováveis, menos poluentes, segundo o diretor de refino e gás natural da empresa, Rodrigo Costa Lima e Silva. A empresa tem a intenção de se posicionar entre as mais eficientes do mundo, o que vai requerer, entre outras iniciativas, a digitalização das operações, inclusive das refinarias.

No plano estratégico para os próximos cinco anos, a empresa prevê o investimento total de US$ 2,8 bilhões no fortalecimento dos negócios de baixo carbono. O orçamento estimado para o segmento de bioprodutos é de US$ 600 milhões até 2026. Entre as inovações previstas está a preparação das refinarias Replan e RPBC, ambas em São Paulo, para coprocessar óleo de soja refinado e diesel e, assim, extrair um diesel com conteúdo renovável de 5% a 7%. Além disso, a empresa pretende ter uma planta dedicada para produzir diesel renovável e Bioqav, combustível de aviação.

Orçamento estratégico

US$ 2,8 bi

(cerca de R$ 14,4 bilhões, ao câmbio de ontem) é o investimento previsto pela Petrobras para os próximos cinco anos dos negócios de baixa emissão de CO_2

RECONHECIMENTO. A expectativa da Petrobras é de que o governo, em uma nova regulamentação, reconheça o seu diesel renovável nos mandatos de adição obrigatória ao diesel fóssil. Atualmente, esse reconhecimento é restrito aos produtores de biocombustíveis, de fonte agrícola.

"Nossa estratégia é transformar o portfólio da Petrobras para integrar o refino aos ativos de exploração e produção de maior valor agregado e, assim, posicionar as refinarias da empresa entre as mais eficientes do mundo", afirmou o diretor. ●

BDO
ATITUDE MUDA TUDO

Mercado financeiro **Retorno ao comando**

BTG conduz André Esteves de volta ao conselho e anuncia lucro recorde

Banco teve ganhos de R$ 6,5 bi em 2021, alta de 60% sobre 2020; fundador da instituição estava fora do colegiado desde a época em que foi preso, em 2015

CYTHIA DECLOEDT
FERNANDA GUIMARÃES

O BTG Pactual registrou, no ano passado, lucro líquido ajustado de quase R$ 6,5 bilhões, com crescimento de 60,3% em relação ao ano anterior. As receitas totais do banco somaram R$ 13,9 bilhões, expansão de 49%, na mesma comparação. Além do resultado, o banco também anunciou ontem uma reorganização societária, que colocará o banqueiro André Esteves de volta ao comando do conselho de administração da instituição financeira.

O ex-ministro Nelson Jobim, que está na presidência no colegiado, seguirá como membro do conselho, informou o BTG. A presidência executiva do banco seguirá nas mãos de Roberto Sallouti.

TUANE FERNANDES/REUTERS-14/6/2021

Após hiato de 6 anos, Esteves volta ao conselho do banco que fundou

Esteves é o maior acionista e fundador do BTG e reassumirá a presidência do conselho a partir de abril, após a assembleia de acionistas. O banqueiro já vinha participando dos bastidores do dia a dia do banco, mas só agora voltará a uma posição oficial. Foi um hiato de mais de seis anos, desde que Esteves foi preso no fim de 2015, em meio às investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Esse episódio colocou o BTG em uma berlinda na época, o que acarretou uma corrida para reorganizar a instituição – Persio Arida chegou a assumir a presidência – e também a uma série de vendas de ativos, como a participação no suíço BSI.

O retorno formal do fundador ao banco ocorreu apenas em 2018, quando foi absolvido por parte do Ministério Público. O BTG, que teve de encolher seu tamanho na época, deu a volta por cima e conseguiu, poucos anos depois, expandir seu negócio, abrindo inclusive um negócio de varejo.

"É o fim de uma infelicidade e injustiça ocorrida na história empresarial brasileira", disse o presidente da instituição e sócio, Roberto Sallouti. "Estamos orgulhosos em ter Esteves no conselho", disse, lembrando que o banco não deve mudar de estratégia.

PERSPECTIVAS. O BTG Pactual deve seguir apresentando crescimento forte de receitas e lucro no ano de 2022, apesar do cenário desafiador para a economia brasileira, disse Sallouti, em teleconferência de resultados. "Esperamos mudança no mix de receita com alta do juro, mas o banco vai continuar se beneficiando dos investimentos feitos e escala das franquias", disse.

Segundo ele, o banco vai seguir expandindo receitas em gestão de ativos e nos segmentos de crédito e intermediação financeira. "Teremos forte crescimento de receitas e do lucro líquido em 2022 e um retorno de 20%, a mesma medida que manteremos o balanço capitalizado", acrescentou. ●

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Família de Processadores Intel® Core™
VAIO
Empodere sua vida
#EMPODERESEUMUNDO
VAIO® FE14 e FE15
• 10ª Geração de Processadores Intel® Core™
• Windows 11 Home
• Armazenamento SSD de 256GB ou HD de 1TB
• Memória de até 8GB
intel CORE i3 intel CORE i7 intel CORE i5
A arte japonesa transformada em tecnologia.
compre o seu em br.vaio.com

Fusões e aquisições

Intelbras paga R$ 334 mi por empresa de energia solar

A Intelbras anunciou ontem a compra de 100% do capital da catarinense Renovigi Energia Solar, por R$ 334,3 milhões – a companhia afirmou que se trata da maior aquisição de sua história. A compra faz parte da estratégia da empresa para se consolidar no segmento.

A Renovigi, com sede em Chapecó (SC), existe há dez anos e atua em todo o País, apoiando-se em uma rede de parceiros para revender seus produtos. Em 2021, faturou R$ 799,5 milhões, conforme balanço não auditado. A concretização do contrato depende da aprovação de órgãos reguladores. ● LUCIANA COLLET

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11)3665-1590
(11)99913-5823
(11)99524-5823

ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

Avenida Jornalista Roberto Marinho nº 85 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 03.215.790/0001-10

BANCO TOYOTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, do Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operacionalização:** O Banco tem como um de seus principais compromissos apoiar as iniciativas da montadora da marca, oferecendo mecanismos de crédito à Rede de Distribuidores Toyota, que possibilitem a formação de seus estoques, além de fomentar, através do crédito direto ao consumidor e operações de arrendamento mercantil, a comercialização desses veículos. **Desempenho:** O Banco encerrou o exercício de 2021 com uma carteira de crédito no montante de R$ 6.977.946 mil. O Banco, atento às demandas do mercado e de seus clientes, investiu em novos produtos e tecnologias, ampliando não só o seu portfólio, mas também a agilidade no atendimento aos clientes para a conclusão das operações de crédito. Visando auxiliar os clientes a enfrentarem os efeitos da pandemia do Covid-19, o Banco manteve a agilidade no atendimento aos clientes para renegociação e postergação de parcelas das operações de crédito, disponibilizando canais digitais para atendimento dos clientes. **Letras Financeiras verdes:** O Banco emitiu ao mercado Letras Financeiras "verdes", sendo pioneiro neste tipo de operação entre bancos de montadora no mercado brasileiro. Foram captados R$ 700 milhões, destinados exclusivamente para o financiamento de veículos híbridos das marcas Toyota e Lexus. Através de uma parceria com a Fundação Toyota do Brasil, parte da rentabilidade desses contratos será destinada ao projeto Águas da Mantiqueira, apoiado pela própria Fundação. O projeto tem como objetivo preservar e restaurar espécies nativas de Mata Atlântica em regiões de importantes nascentes e bacias, que são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade da área. A iniciativa reforça a estratégia global da Toyota para a redução da emissão de carbono e está relacionada ao "Desafio Ambiental Toyota 2050", que visa mitigar os impactos ambientais da fabricação e do uso de veículos até 2050. Com isso, temos uma operação financeira que contribui e reforça as ações de sustentabilidade da montadora no País, unindo benefícios para o meio ambiente e para nossos clientes. Com a operação, o Banco Toyota espera financiar cerca de 8.500 veículos em até dois anos. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R$ 1.242.650 mil (R$ 1.116.745 mil em 31/12/2020) e o Lucro Líquido no exercício foi de R$ 244.607 mil (R$ 190.185 mil em 2020), com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 20,3% (18,5% no exercício findo em 31/12/2020). O lucro líquido inclui receita/despesa de ajuste ao valor de mercado das operações de swap e empréstimos, cujo efeito no resultado é temporário, uma vez que essas operações serão mantidas até seus respectivos vencimentos. O Banco utiliza as operações de swap somente para proteção da flutuação da taxa de juros (operações CDI x Pré) e/ou proteção contra risco de variação de moeda estrangeira (Dólar/Euro x CDI), operações essas classificadas como hedge de risco de mercado (Nota 4). O efeito do ajuste ao valor de mercado refere-se substancialmente às operações CDI x Pré. Caso esses efeitos fossem excluídos do resultado, o lucro líquido do Banco seria de R$ 131.781 mil (R$ 170.776 mil em 2020). **Rating do Banco:** Em 11 de março de 2021 a S&P Global Ratings divulgou a revisão do rating de crédito de emissor para 'brAAA' atribuído na Escala Nacional Brasil. **Índice de Basiléia:** O Índice de Adequação de Capital atingiu ao final do exercício 19,25% (18,5% em 31/12/2020). **Governança Corporativa:** O Banco possui uma estrutura interna de compliance e auditoria interna que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas do Banco. O BTB permanece atento à gestão da crise provocada pela pandemia do Covid-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas voltadas a: (i) segurança e bem-estar dos funcionários; (ii) continuidade dos negócios; (iii) administração dos riscos; (iv) liquidez; (v) concessão e renegociação de operações de crédito; (vi) tecnologia para atendimento das demandas dos negócios e (vii) atendimento aos requerimentos do BACEN. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, aos clientes e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Referência	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**4.692.988**	**4.704.822**
Disponibilidades	Nota 2.II.b	66	78
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 3	1.062.897	1.296.526
Aplicações no mercado aberto		1.062.897	1.296.526
Instrumentos financeiros		166.819	339.791
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	166.819	339.791
Operações de crédito		3.420.488	3.029.502
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	3.482.570	3.081.747
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(62.082)	(52.245)
Operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	7.663	12.701
Valor presente das operações de arrendamento mercantil		7.825	12.858
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(162)	(157)
Outros créditos		692	387
Diversos	Nota 6	692	387
Títulos a receber com característica de concessão de crédito	Nota 5a	-	14
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	-	(14)
Outros valores e bens		34.363	25.837
Outros valores e bens		31.529	24.645
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(1.548)	(2.975)
Despesas antecipadas		4.382	4.167
NÃO CIRCULANTE		**4.119.269**	**3.603.665**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**4.088.654**	**3.581.609**
Instrumentos financeiros		179.294	147.679
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	179.294	147.679
Operações de crédito		3.405.711	2.954.794
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	3.472.390	3.008.603
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(66.679)	(53.809)
Operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	15.017	11.094
Valor presente das operações de arrendamento mercantil		15.161	11.242
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(144)	(148)
Outros créditos		475.328	457.154
Ativos fiscais correntes		904	886
Ativos fiscais diferidos	Nota 7	259.082	246.643
Diversos	Nota 6	215.342	209.625
Outros valores e bens		13.304	10.888
Despesas antecipadas		13.304	10.888
PERMANENTE		**30.615**	**22.056**
Investimentos		13.442	132
Participações em controladas no país	Nota 8	13.310	-
Outros investimentos		132	132
Imobilizado de uso		9.916	13.631
Outras imobilizações de uso		29.344	33.064
Depreciações acumuladas		(19.428)	(19.433)
Intangível		7.257	8.293
Ativos intangíveis		18.996	17.897
Amortizações acumuladas		(11.739)	(9.604)
TOTAL DO ATIVO		**8.812.257**	**8.308.487**

PASSIVO	Referência	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		**3.012.509**	**4.515.374**
Depósitos	Nota 9a	631.513	389.259
Depósitos interfinanceiros		495.735	265.008
Depósitos a prazo		135.778	124.251
Captação no mercado		-	25.100
Carteira de terceiros		-	25.100
Letras de crédito imobiliário e financeiras	Nota 9d	1.235.536	2.409.600
Letra de crédito imobiliário		-	4.876
Letras financeiras		1.235.536	2.404.724
Obrigações por empréstimos	Nota 9c	995.217	1.452.663
Empréstimos no exterior		995.217	1.452.663
Instrumentos financeiros		20.028	86.961
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	20.028	86.961
Outras obrigações		130.215	151.791
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.656	19
Sociais e estatutárias		7.172	6.042
Obrigações fiscais correntes	Nota 10a	58.724	103.227
Diversas	Nota 10c	56.663	42.503
NÃO CIRCULANTE		**4.557.098**	**2.676.368**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**4.540.494**	**2.637.771**
Depósitos	Nota 9a	263.012	278.775
Depósitos interfinanceiros		50.047	-
Depósitos a prazo		212.965	278.775
Letras de crédito imobiliário e financeiras	Nota 9d	1.688.798	886.265
Letras financeiras		1.688.798	886.265
Obrigações por empréstimos	Nota 9c	1.892.320	898.073
Empréstimos no exterior		1.892.320	898.073
Instrumentos financeiros		49.490	45.458
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	49.490	45.458
Outras obrigações		646.874	529.200
Obrigações fiscais diferidas	Nota 7.II	73.524	-
Provisão para contingências	Nota 10b	571.670	527.934
Diversas	Nota 10c	1.680	1.266
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		**16.604**	**38.597**
Resultado de exercícios futuros	Nota 2m	16.604	38.597
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 12**	**1.242.650**	**1.116.745**
Capital Social		555.751	506.792
De domiciliados no exterior		555.751	506.792
Reservas de lucros		686.899	609.953
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**8.812.257**	**8.308.487**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Referência	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**770.814**	**1.165.036**	**1.926.270**
Operações de crédito		484.385	912.770	928.516
Operações de arrendamento mercantil		6.616	14.111	19.983
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		36.566	48.382	26.988
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	243.247	189.773	950.783
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(385.814)**	**(392.048)**	**(1.286.229)**
Operações de captação no mercado		(130.769)	(197.607)	(125.847)
Operações de empréstimos		(216.733)	(126.581)	(1.116.727)
Operações de arrendamento mercantil		(4.914)	(10.346)	(15.172)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5f	(31.831)	(54.408)	(28.483)
Perda na retomada de bens		(1.567)	(3.106)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**385.000**	**772.988**	**640.041**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(190.843)**	**(352.090)**	**(285.267)**
Receitas de tarifas bancárias		27.323	49.253	42.372
Despesas de pessoal		(32.664)	(65.362)	(62.859)
Outras despesas administrativas	Nota 13a	(87.756)	(168.292)	(150.489)
Comissões pagas às concessionárias Toyota		(97.691)	(164.643)	(106.663)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 8b	(1.690)	(1.690)	-
Despesas tributárias		(23.854)	(43.705)	(40.565)
Outras receitas operacionais	Nota 13b	40.785	71.060	63.959
Outras despesas operacionais	Nota 13c	(15.296)	(28.711)	(31.022)
RESULTADO OPERACIONAL		**194.157**	**420.898**	**354.774**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**Nota 13d**	**(2.025)**	**(4.310)**	**(11.896)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**192.132**	**416.588**	**342.878**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**Nota 7b**	**(66.017)**	**(162.780)**	**(144.499)**
Provisão para imposto de renda corrente		(14.881)	(52.941)	(84.866)
Provisão para contribuição social corrente		(17.891)	(48.754)	(67.991)
Ativo/Passivo fiscal diferido		(33.245)	(61.085)	8.358
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS NO LUCRO		**(1.816)**	**(9.201)**	**(8.194)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**124.299**	**244.607**	**190.185**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	**Nota 12**	**0,41**	**0,81**	**0,66**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**124.299**	**244.607**	**190.185**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**124.299**	**244.607**	**190.185**
Atribuível ao acionista do Banco	124.299	244.607	190.185
Atribuível a participação de não controladores	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO	**124.299**	**244.607**	**190.185**
Ajustes ao lucro líquido:			
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.831	54.408	28.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.245	61.085	(8.358)
Resultado de equivalência patrimonial	1.690	1.690	-
Depreciações e amortizações	7.336	15.247	16.902
Insuficiência de depreciação	(482)	(438)	978
Provisão para contingências	25.336	43.736	50.740
Resultado de marcação a mercado (MTM)	(100.229)	(202.093)	(32.612)
Reversão de provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(664)	(1.427)	(1.096)
Lucro líquido ajustado	**122.362**	**216.815**	**245.222**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**49.405**	**(301.761)**	**319.774**
Redução (Aumento) em operações de crédito	(703.570)	(896.324)	1.193.233
Redução (Aumento) em operações de arrendamento mercantil	79	(54)	315
Aumento em outros créditos	(3.658)	(6.027)	(20.448)
Aumento em despesas antecipadas	(1.462)	(2.631)	(9.278)
Aumento em outras obrigações	27.878	125.104	148.477
Redução em resultados de exercícios futuros	(6.992)	(21.993)	(62.859)
(Redução) Aumento em depósitos	(60.234)	226.491	(805.884)
(Redução) Aumento em captação no mercado	(3.599)	(25.100)	25.100
(Redução) Aumento em letras de crédito imobiliário e financeiras	(106.064)	(371.531)	832.413
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	1.141.691	620.368	(542.463)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(206.011)	196.981	(294.621)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.653)	(147.045)	(144.211)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais	**171.767**	**(84.946)**	**564.996**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Alienação de outros valores e bens	19.659	31.016	42.093
Alienação de imobilizado de uso	1.268	1.641	1.432
Alienação de imobilizado de arrendamento	3.315	9.162	18.830
Aumento de perdas em arrendamento	(1.150)	(2.095)	(2.192)
Aumento do ativo intangível	-	(1.099)	(8.121)
Aquisição de outros valores e bens	(24.406)	(37.899)	(36.214)
Aquisição de investimentos	(15.000)	(15.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(676)	(1.417)	(8.657)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(7.153)	(14.302)	(10.300)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(64.500)	(118.702)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(88.643)**	**(148.695)**	**(3.129)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**83.124**	**(233.641)**	**561.867**
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	979.839	1.296.604	734.737
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.062.963	1.062.963	1.296.604
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	83.124	(233.641)	561.867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Outras	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**419.768**	**46.334**	**460.458**	**-**	**926.560**
Aumento de capital	87.024	-	(87.024)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	190.185	190.185
Destinação:					
Reserva de lucros	-	-	180.676	(180.676)	-
Reserva legal	-	9.509	-	(9.509)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**506.792**	**55.843**	**554.110**	**-**	**1.116.745**
Aumento de capital	48.959	-	(48.959)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	244.607	244.607
Distribuição de dividendos (Nota 12)	-	-	(54.202)	-	(54.202)
Destinação:					
Reserva legal	-	12.230	-	(12.230)	-
Reserva de lucros	-	-	167.877	(167.877)	-
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	(12.994)	(12.994)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(51.506)	(51.506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**555.751**	**68.073**	**618.826**	**-**	**1.242.650**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**555.751**	**61.858**	**450.949**	**114.293**	**1.182.851**
Lucro líquido do período	-	-	-	124.299	124.299
Destinação:					
Reserva de lucros	-	-	167.877	(167.877)	-
Reserva legal	-	6.215	-	(6.215)	-
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	(12.994)	(12.994)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(51.506)	(51.506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**555.751**	**68.073**	**618.826**	**-**	**1.242.650**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizado na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O Banco opera como banco múltiplo com carteiras de investimento e financiamento. O objetivo do Banco é a realização de operações de financiamento, principalmente de veículos da marca Toyota. O Banco é controlado pela Toyota Financial Services International Corporation (TFSIC), uma empresa financeira situada nos Estados Unidos que detém 100%, exceto uma, de suas ações ordinárias e que é controlada pela Toyota Financial Services Corporation (TFSC), uma empresa financeira situada no Japão que detém 100% das ações ordinárias da TFSIC. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A.. Os benefícios dos serviços prestados entre estas instituições, e os custos da estrutura operacional e administrativa, são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: I. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Informamos que alguns números inclusos nas demonstrações financeiras foram submetidos a ajustes de arredondamento, sem implicar em distorção das informações prestadas. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas no Balanço Patrimonial pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. II. Principais políticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera: (i) as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período, (ii) o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil e (iii) os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes.
b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	66	78
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.062.897	1.296.526
Total	**1.062.963**	**1.296.604**

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, obedecendo ao seguinte critério: • O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata temporis* até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos - em conta de receita ou despesa, no resultado do período; • Instrumentos financeiros classificados como "*hedge*" - são classificados como "*hedge*" de risco de mercado em conta de receita e despesa. Os "*hedges*" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*". Os instrumentos e os itens objeto de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de resultado. O valor de mercado dos derivativos foi estimado com base na metodologia do fluxo de caixa, na qual os fluxos de caixa projetados são descontados por uma taxa de desconto obtida junto à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O Banco utiliza as taxas referenciais da curva DI x Pré e Cupom Cambial fornecidas pela B3 para a data de "*Inception*" e data base de apreçamento. As taxas são interpoladas pelos métodos de interpolação exponencial e linear, comensuradas com o prazo remanescente da operação de "*SWAP*". e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito, de arrendamento mercantil e títulos e créditos a receber são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e pela Resolução CMN nº 4.803/20. As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento de renegociação. Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.803/20, operações renegociadas entre março e dezembro de 2020 e que apresentavam atraso de até 14 dias na data base fevereiro de 2020, podem ser mantidas no rating de fevereiro de 2020 e não no rating do momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 5. Bens de Arrendamento: Os bens de arrendamento compõem o valor presente das operações de arrendamento mercantil, sendo demonstrado ao custo, reduzido das depreciações acumuladas, calculada conforme a vida útil normal dos bens arrendados. Também contempla as perdas em arrendamento apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil que são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Superveniência/(Insuficiência) de depreciação: Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil em receita ou despesa de arrendamento mercantil em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, a qual está apresentada em operações de arrendamento mercantil. f) Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo os rendimentos calculados em base *pro rata temporis*, as variações cambiais auferidas e, quando aplicáveis, as eventuais perdas sobre o valor recuperável destes ativos. g) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (*Impairment*): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão adicional, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões sobre os bens registrados como bens não de uso próprio foram reconhecidas no resultado do período, classificadas em resultado não operacional (Nota 13d). h) Permanente: É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. • Depreciação de bens do imobilizado de uso do Banco pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: veículos e sistemas de processamento de dados, 20% a.a.; e instalações, mobiliários e demais equipamentos, 10% a.a. Inclui as benfeitorias em imóveis de terceiros com vida útil definida e amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares (20% a.a.) e desenvolvimento interno de software (10% a.a.), registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. As captações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. j) Demais passivos circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. l) Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Para instituições financeiras, a alíquota de CSLL foi elevada de 20% para 25% para o período base compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei Ordinária nº 14.183/21. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. m) Resultado de exercícios futuros: Valores recebidos em campanhas de venda onde parte da taxa do contrato é paga pela Concessionária e/ou Distribuidora Toyota e são reconhecidos no resultado de acordo com o prazo do contrato. n) Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, superveniência, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. o) Patrimônio Líquido: • Capital social: O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. • Reserva de lucros: A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas: • Reserva legal - objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos. • Outras - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. • Lucro por ação: O Banco apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 12). p) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os itens não recorrentes referem-se a despesas de doações e despesas com material para *home office*, em decorrência da pandemia Covid-19.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado recorrente	245.333	190.602
Resultado não recorrente	(726)	(417)
Lucro Líquido	**244.607**	**190.185**

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ: As aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento em 03 de janeiro de 2022 e percentual de remuneração de 9,05% a 9,15%, eram as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto:		
Posição Bancada:		
Tesouro prefixado - LTN	22.900	831.424
Tesouro selic - LFT	-	440.002
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.039.997	-
Posição Financiada:		
Tesouro prefixado - LTN	-	25.100
Total	**1.062.897**	**1.296.526**

4. DERIVATIVOS: O Banco tem por política operar somente com carteira *banking*, formada por operações não classificadas na carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento. O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições globais. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira do Banco através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. A estratégia de *hedge* do Banco é proteger os fluxos de caixa futuros da variação cambial dos empréstimos no exterior (Nota 9c), referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado. As operações de *hedge* mantidas pelo Banco em 30 de junho de 2021 são classificadas como *hedge* de risco de mercado. Atualmente a carteira de operações *offshore* está exposta a moeda estrangeira (USD e EUR) e estas foram convertidas/*swapadas* em uma dívida a taxa variável local (DI), eliminando assim 100% do risco da variação cambial e ficando exposto a oscilações do mercado local de juros. Essas operações de *Swap* moeda x CDI (Ativo x Passivo) estão registradas e custodiadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Além dessas operações de *hedge*, o Banco possui operações de *Swap* DI x Pré (Ativo x Passivo) a fim de manter um percentual mínimo de *hedge* sobre a carteira de ativos de CDC e Leasing. Esse percentual mínimo é estabelecido pela Matriz TFSIC - Toyota Financial Services International Corporation. Essas operações de *Swap* estão registradas e custodiadas na B3 sem garantia de ambas as partes, ou seja, sem necessidade de depósito de margem. Todos os instrumentos derivativos - *Swap* são valorizados a valor de mercado utilizando as informações divulgadas no site da B3 para prazos e características similares das operações contratadas.

O portfólio de derivativos é representado por:

	31/12/2021				31/12/2020				01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
		Diferencial a receber / (pagar)				Diferencial a receber / (pagar)				
	Valor nominal dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor nominal dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Ativo										
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado)	1.752.858	246.457	202.369	(44.088)	1.859.985	469.493	487.470	17.977	276.659	1.156.128
CDI x Pré	2.950.000	(23.285)	143.744	167.029	-	-	-	-	220.732	72.421
Total do ativo	**4.702.858**	**223.172**	**346.113**	**122.941**	**1.859.985**	**469.493**	**487.470**	**17.977**	**497.391**	**1.228.549**
Passivo										
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado)	937.625	(21.237)	(44.274)	(23.037)	-	-	-	-	(252.274)	(114.984)
CDI x Pré	755.000	(22.112)	(25.244)	(3.132)	2.915.000	(92.689)	(132.419)	(39.730)	(55.344)	(162.782)
Total do passivo	**1.692.625**	**(43.349)**	**(69.518)**	**(26.169)**	**2.915.000**	**(92.689)**	**(132.419)**	**(39.730)**	**(307.618)**	**(277.766)**
Total Geral	**6.395.483**	**179.823**	**276.595**	**96.772**	**4.774.985**	**376.804**	**355.051**	**(21.753)**	**189.773**	**950.783**

Instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	-	(12.578)	(12.578)	153.460	(33.705)	119.755
De 03 a 12 meses	166.819	(7.450)	159.369	186.331	(53.256)	133.075
De 01 a 03 anos	179.294	(48.645)	130.649	147.679	(45.458)	102.221
De 03 a 04 anos	-	(845)	(845)	-	-	-
Total	**346.113**	**(69.518)**	**276.595**	**487.470**	**(132.419)**	**355.051**

Segue abaixo as operações de *swap*, designadas como instrumento de *hedge* contábil mantidas pelo Banco:

		Valor Principal - USD/EUR mil			Ajuste a mercado positivo/(negativo) - BRL mil	
Data da operação	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
24/01/2017	USD	-	20.000	26/01/2021	-	(92)
22/08/2018	USD	-	50.000	22/02/2021	-	251
28/08/2018	USD	-	20.000	31/08/2021	-	2.097
29/04/2019	EUR	-	20.000	03/05/2021	-	52
29/04/2019	EUR	-	30.000	05/11/2021	-	684
22/05/2019	USD	30.000	30.000	23/05/2022	(1.289)	4.276
14/11/2019	USD	-	40.000	14/05/2021	-	423
05/12/2019	USD	20.000	20.000	05/12/2023	315	4.748
30/01/2020	USD	-	50.000	29/01/2021	-	(484)
13/02/2020	USD	60.000	60.000	13/05/2022	(3.839)	4.726
16/03/2020	USD	60.000	60.000	16/09/2022	(6.393)	992
09/06/2020	EUR	-	30.000	03/05/2021	-	304
24/02/2021	USD	30.000	-	25/11/2022	(4.351)	-
26/02/2021	USD	30.000	-	24/02/2023	(4.005)	-
30/03/2021	USD	20.000	-	28/03/2024	(3.950)	-
30/03/2021	USD	30.000	-	29/09/2023	(5.292)	-
30/03/2021	USD	30.000	-	30/03/2023	(4.654)	-
12/07/2021	USD	120.000	-	30/03/2023	(24.768)	-
29/09/2021	USD	40.000	-	30/03/2023	(4.109)	-
30/11/2021	USD	36.000	-	30/03/2023	(3.472)	-
27/12/2021	USD	20.000	-	30/03/2023	(1.318)	-
Total					**(67.125)**	**17.977**

Não há parcela inefetiva relacionada às operações de *hedge* contábil. A efetividade apurada para a carteira de hedge contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa das obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9c).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: a) Composição da carteira: A composição da carteira de operações de crédito de R$ 6.954.960 (R$ 6.090.350 em 31/12/2020), arrendamento mercantil de R$ 22.986 (R$ 24.100 em 31/12/2020), e, em 31/12/2020, títulos de crédito a receber (TCR) de R$ 14 e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, distribuída por nível de risco, é composta como segue:

31/12/2021			Operações em atraso				
Nível de risco	% provisão mínima	Curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	Total das operações	Provisão constituída
AA	0,00%	716.753	-	-	-	716.753	-
A	0,50%	3.562.142	-	-	-	3.562.142	17.811
B	1,00%	1.248.066	52.684	3.024	55.708	1.303.774	13.038
C	3,00%	1.051.962	65.451	3.807	69.258	1.121.220	33.637
D	10,00%	184.888	22.703	1.745	24.448	209.336	20.934
E	30,00%	7.968	10.679	1.363	12.042	20.010	6.003
F	50,00%	969	6.522	1.060	7.582	8.551	4.275
G	70,00%	1.688	6.315	1.300	7.615	9.303	6.512
H	100,00%	984	19.159	6.714	25.873	26.857	26.857
Total		**6.775.420**	**183.513**	**19.013**	**202.526**	**6.977.946**	**129.067**

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias.

31/12/2020			Operações em atraso				
Nível de risco	% provisão mínima	Curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	Total das operações	Provisão constituída
AA	0,00%	217.421	-	-	-	217.421	-
A	0,50%	3.875.448	-	-	-	3.875.448	19.377
B	1,00%	693.982	36.447	2.363	38.810	732.792	7.328
C	3,00%	1.057.820	49.170	2.797	51.967	1.109.787	33.294
D	10,00%	110.068	16.430	1.270	17.700	127.768	12.777
E	30,00%	8.200	7.467	1.070	8.537	16.737	5.021
F	50,00%	2.236	4.875	1.068	5.943	8.179	4.090
G	70,00%	2.246	3.212	695	3.907	6.153	4.307
H	100,00%	1.109	13.116	5.954	19.070	20.179	20.179
Total		**5.968.530**	**130.717**	**15.217**	**145.934**	**6.114.464**	**106.373**

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias.

b) Valor presente da carteira de operações de arrendamento mercantil: As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados. O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, estão resumidos a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos a receber	19.831	19.459
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(19.976)	(19.658)
Bens arrendados	44.133	49.157
Insuficiência/Superveniência de depreciação	(325)	(763)
Depreciação acumulada de bens arrendados	(11.873)	(15.096)
Perda em arrendamento a amortizar	5.763	7.795
Amortização acumulada das perdas em arrendamento	(3.124)	(4.570)
Credores por antecipação de valores residuais	(11.443)	(12.224)
Total	**22.986**	**24.100**

c) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	141.864	2,03%	72.944	1,19%
50 seguintes maiores devedores	314.909	4,51%	112.388	1,84%
100 seguintes maiores devedores	132.847	1,90%	59.367	0,97%
Demais devedores	6.388.326	91,56%	5.869.765	96,00%
Total	**6.977.946**	**100,00%**	**6.114.464**	**100,00%**

d) Composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil (valor presente) e TCR por atividade:

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito e de arrendamento mercantil:		
Indústria	44.046	35.793
Comércio	742.750	363.318
Outros serviços	286.057	178.461
Pessoa física	5.905.093	5.536.892
Total	**6.977.946**	**6.114.464**

e) Composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil (valor presente) e TCR por faixa de vencimento das operações por parcela:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Curso Normal - A vencer:				
Até 3 meses	924.711	13,25%	806.523	13,19%
De 3 a 12 meses	2.468.891	35,38%	2.213.112	36,20%
De 1 a 3 anos	2.954.666	42,35%	2.688.032	43,97%
De 3 a 5 anos	426.341	6,11%	260.022	4,25%
Acima de 5 anos	811	0,01%	841	0,01%
Total	**6.775.420**	**97,10%**	**5.968.530**	**97,62%**

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Curso Anormal - Parcelas a vencer e vencidas:				
De 15 a 90 dias	153.690	2,20%	113.969	1,86%
De 91 a 180 dias	25.196	0,36%	13.742	0,22%
De 181 a 360 dias	23.640	0,34%	18.223	0,30%
Total	202.526	2,90%	145.934	2,38%
Total carteira	6.977.946	100,00%	6.114.464	100,00%

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo no início do período	106.373	109.584
Provisão no período	54.408	28.483
Créditos baixados para prejuízo	(31.714)	(31.694)
Saldo no fim do período	129.067	106.373

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de créditos recuperados foi de R$ 7.932 e R$ 12.814 (R$ 6.547 e R$ 10.084 em 2020), respectivamente.
O montante de operações renegociadas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 219.202 e R$ 520.613 (R$ 573.297 e R$ 1.359.178 em 2020), respectivamente.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais (*)	215.342	209.625
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 11)	309	-
Outros	383	387
Total	216.034	210.012
Circulante	692	387
Realizável a longo prazo	215.342	209.625

(*) Refere-se basicamente aos depósitos judiciais relativos ao processo da Contribuição Social, que está provisionado na rubrica de "Outras obrigações - Provisão para contingências".

7. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS: O Banco registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.
Os ativos e obrigações fiscais diferidas apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
I - Ativos fiscais diferidos:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	72.351	62.130
Provisões para contingências	181.796	162.114
MTM - Marcação a mercado derivativos e obrigações por empréstimos	-	17.418
Outras adições temporárias	4.935	4.981
Total dos créditos tributários	259.082	246.643
II - Obrigações fiscais diferidas:		
MTM - Marcação a mercado de derivativos	73.524	-
Total das obrigações fiscais diferidas	73.524	-

No exercício de 2021, foi constituído ativo fiscal diferido no montante de R$ 65.752 (R$ 97.177 no mesmo período de 2020), tendo sido realizado R$ 53.313 (R$ 88.873 no mesmo período de 2020) sobre diferenças temporárias.
a) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos: A previsão de realização dos créditos tributários no montante R$ 259.082 é estimada em 17% no 1º ano, 8% no 2º ano, 4% no 3º ano, 1% no 4º ano e 70% do 6º ao 10º ano. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de 0,7400% ao mês (9,25% ao ano) é de R$ 141.864. Os créditos tributários a realizar no prazo acima de 5 anos são oriundos substancialmente da realização de provisões para contingência.
b) Composição e movimentação dos encargos tributários sobre o resultado do período:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos sobre operações do período:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**407.387**	**334.684**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(192.840)	(150.608)
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes de:		
Juros sobre capital próprio	25.753	-
Resultado de equivalência patrimonial	(845)	-
Efeito da majoração da alíquota de CSLL	3.629	1.453
Doações, incentivos fiscais e adicional de IRPJ	1.351	2.591
Brindes	(102)	(92)
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis*	61.359	(6.201)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(101.695)	(152.857)
Diferenças Temporárias:		
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	(61.085)	8.358
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(162.780)	(144.499)

* Contempla (adições) e exclusões temporárias.

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS: a) Informações sobre a investida (Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda.): A empresa Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. teve sua homologação final pelo Banco Central do Brasil em 22 de setembro de 2021, sendo oficialmente constituída em 29 de setembro de 2021 e o capital social integralizado em 20 de outubro de 2021. A previsão para início das atividades de vendas do produto consórcio é no primeiro trimestre de 2022.
b) Movimentação do investimento

Informações sobre a investida:	Toyota Administradora de Consórcio do Brasil Ltda. 31/12/2021
Número de cotas	15.000.000
Participação no capital	100%
Lucro/ (prejuízo) no exercício	(1.690)
Patrimônio Líquido	13.310
Resultado de participação em controlada	(1.690)
Investimento	13.310

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

9. CAPTAÇÕES:

a) Depósitos:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	545.782	265.008
Depósitos a prazo	348.743	403.026
Total	894.525	668.034

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	284.422	39.173
De 03 a 12 meses	347.091	350.086
De 01 a 03 anos	263.012	278.775
Total	894.525	668.034

b) Concentração dos principais depositantes:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores depositantes	751.373	84,00%	564.478	84,50%
50 seguintes maiores depositantes	143.152	16,00%	103.556	15,50%
Total	894.525	100,00%	668.034	100,00%

c) Obrigações por empréstimos: O Banco possui captações junto a bancos no exterior no valor total de R$ 2.887.537, equivalente a USD 526.000 (R$ 2.350.736, equivalente a USD 350.000 e EUR 80.000 em 31/12/2020) com o intuito de obter recursos para fomentar sua atividade de financiamento de veículos, com vencimentos até 8 de julho de 2024, acrescido de variação cambial em moeda estrangeira e taxa de juros de 0,82% a.a. até 3,27% a.a. (0,22% a.a. até 4,22% a.a. em 31/12/2020).
A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	6.597	629.341
De 03 a 12 meses	988.620	823.322
De 01 a 03 anos	1.892.320	898.073
Total	2.887.537	2.350.736

d) Letras de crédito imobiliário e financeiras: Composto por Letras Financeiras públicas e privadas no valor de R$ 2.524.748 (R$ 2.297.094 em 31/12/2020), Letras Financeiras Garantidas com lastro em operações de crédito no valor de R$ 399.586 (R$ 993.895 em 31/12/2020) e, em 31/12/2020, Letras de Crédito Imobiliário (LCI) no valor de R$ 4.876 e taxa de juros de 0,74% a 10,80% a.a. (0,58% a 5,86% a.a. em 31/12/2020) para operações prefixadas, CDI mais 0,75% a 1,25% a.a. e indexador de 100% a 121% do CDI (100% a 121% do CDI em 31/12/2020) para pós-fixadas. A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	450.135	569.908
De 03 a 12 meses	785.401	1.839.692
De 01 a 03 anos	1.688.798	886.265
Total	2.924.334	3.295.865

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para imposto de renda	24.705	56.271
Provisão para contribuição social	28.203	41.429
Impostos e contribuições a recolher	5.816	5.527
Total	58.724	103.227
Circulante	58.724	103.227

b) Provisão para Contingências:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei	334.594	299.440
Outras Contingências Fiscais	229.581	221.402
Cíveis	7.127	6.745
Trabalhistas	368	347
Total	571.670	527.934
Não circulante	571.670	527.934

c) Diversas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para pagamentos a efetuar	29.122	23.393
Credores diversos	29.221	20.376
Total	58.343	43.769
Circulante	56.663	42.503
Não circulante	1.680	1.266

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

a) Os valores abaixo referem-se às transações com empresas controladas e coligadas:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Toyota do Brasil Ltda.				
Valores a receber	132	-	-	-
Resultado de exercícios futuros	(11.867)	(28.409)	26.731	54.729
Toyota Motor Credit Corporation				
Despesas antecipadas	-	-	-	(240)
Despesa de serviços	(536)	(1.073)	(960)	(1.624)
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	(7.668)
Toyota Financial Services Corporation				
Despesa de serviços	-	-	(38)	(94)
Reembolso de despesas	(171)	(162)	(592)	(447)
Kinto Brasil Serviços de Mobilidade Ltda.				
Valores a receber	57	-	610	37
Toyota Administradora de Consórcio (Controlada)				
Depósitos a prazo	(12.136)	-	(221)	-
Valores a receber	120	-	221	-
Partes Relacionadas - PF				
Letra de crédito imobiliário e Depósitos a prazo	-	(309)	(14)	(8)

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.
b) Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração total do pessoal chave da Administração para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 3.596 e R$ 5.713 (R$ 3.794 e R$ 7.732 em 2020), respectivamente, a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco é de R$ 555.751 (R$ 506.792 em 31/12/2020) e está dividido em 305.865.952 (293.782.238 em 31/12/2020) ações ordinárias nominativas. A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. A destinação das reservas de lucros em excesso ao valor do capital social será definida na próxima Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 foi aprovada (i) a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 12.994, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021, e (ii) ao pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 51.506, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2021, homologada pelo BACEN em 7 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 54.202 e deliberado o aumento de capital no valor de R$ 48.959, com emissão de 12.083.714 novas ações ordinárias nominativas, subscritas pelo acionista Toyota Financial Services International Corporation, com expressa anuência da acionista Toyota Motor Insurance Services, Inc., sendo o aumento de capital ora subscrito totalmente integralizado por meio da capitalização de reserva de lucros do Banco. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2020, homologada pelo BACEN em 20 de maio de 2020, foi deliberado o aumento de capital no valor de R$ 87.024, com emissão de 24.414.578 novas ações ordinárias nominativas, subscritas pelo acionista Toyota Financial Services International Corporation, com expressa anuência da acionista Toyota Motor Insurance Services, Inc., sendo o aumento de capital ora subscrito totalmente integralizado por meio da capitalização de reserva de lucros do Banco.
Lucro por ação: O lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco está apresentado abaixo:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro líquido	124.299	244.607	190.185
Média ponderada do número de ações	305.866	302.845	287.679
Lucro líquido por ação	0,41	0,81	0,66

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços técnicos especializados	20.124	39.698	41.086
Serviços de terceiros	13.780	25.565	23.635
Processamento de dados	24.719	46.101	33.435
Promoções e relações públicas	10.417	20.753	18.034
Cobrança	6.357	11.936	11.051
Outras	5.733	10.949	12.025
Amortizações e depreciações	2.752	5.626	3.961
Aluguéis	2.400	4.544	3.985
Serviços do sistema financeiro	1.474	3.120	3.277
Total	87.756	168.292	150.489

b) Outras receitas operacionais:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Recuperações de encargos e despesas	26.382	48.376	43.323
Royalties (uso da marca Toyota)	2.387	4.277	3.669
Atualização de depósitos judiciais	4.187	6.048	5.202
Comissões seguro prestamista	5.605	8.996	6.892
Outras	2.224	3.363	4.873
Total	40.785	71.060	63.959

c) Outras despesas operacionais:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Descontos concedidos em renegociações	6.700	16.116	21.342
Atualização de impostos passivos	4.393	6.360	4.098
Contingências passivas	2.977	4.290	3.346
Outras	1.226	1.945	2.236
Total	15.296	28.711	31.022

d) Resultado não operacional: O resultado não operacional refere-se, principalmente, à provisão para desvalorização de outros valores e bens (ativos não financeiros mantidos para venda) e a lucros e prejuízos auferidos na alienação de veículos retomados em processo de busca e apreensão ou retomada de posse.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Ativos contingentes: No período não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes.
c) Movimentação da provisão para contingências e obrigações legais:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo no início do período	**527.934**	**477.194**
Atualização monetária	6.360	4.098
Constituição	38.256	48.662
Reversão	(880)	(2.020)
Saldo no final do período	**571.670**	**527.934**

As obrigações legais e passivos contingente classificados como perda provável, incluem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme abaixo:
I. Ações de natureza tributária:
(i) PIS/COFINS - discussão sobre a incidência das contribuições sobre o faturamento, assim entendido como a receita de venda de bens e serviços no montante de R$ 16.387 (R$ 16.041 em 31/12/2020) para o PIS e no montante de R$ 318.207 (R$ 283.399 em 31/12/2020) para COFINS;
(ii) CSLL Isonomia - discussão sobre a ausência de respaldo constitucional para a Lei que aumentou a alíquota das instituições financeiras para 15% no montante de R$ 221.432 (R$ 215.072 em 31/12/2020);
(iii) ISS - discussão acerca da Lei Complementar 157/16 que alterou o recolhimento do ISS e suas respectivas obrigações acessórias da sede da empresa para o local do domicílio do tomador do serviço no montante de R$ 6.212 (R$ 5.181 em 31/12/2020);
(iv) Outras - Outras ações judiciais de natureza tributária compostas, basicamente, de execuções fiscais pelo não recolhimento de IPVA no montante de R$ 1.937 (R$ 1.149 em 31/12/2020).
II. Ações de natureza cível: montam R$ 7.127 (R$ 6.745 em 31/12/2020).
III. Ações de natureza trabalhista: montam R$ 368 (R$ 347 em 31/12/2020).
d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: O montante de passivos contingentes classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 16.248 (R$ 15.610 em 31/12/2020), decorrentes principalmente de ações de natureza cível e fiscal.
e) Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso por parte de órgãos reguladores, integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados ao Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela nossa matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. O gerenciamento de riscos é integrado, possibilitando o controle e a mitigação dos efeitos resultantes das interações entre os riscos mencionados. Para o gerenciamento de riscos existem políticas definidas e documentadas, destinadas a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O comitê de risco é responsável por formalizar as aprovações de políticas, metodologias aplicadas e acompanhar o gerenciamento de riscos do Banco, manifestando-se quanto aos principais resultados reportados. Além desse, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) do Banco é responsável por formalizar, analisar e definir as estratégias e resultados ligados aos Riscos de Mercado e Liquidez.
Risco de crédito: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito compreende, entre outros: • O risco de crédito da contraparte; e • A ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, obrigações e compromissos. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela área de gestão do risco de crédito são avaliados e aprovados pela Administração do Banco.
Risco de mercado: Risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (commodities) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos. O processo de gestão abrange todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira proveniente da exposição às flutuações de bolsas de valores, taxas de juros e câmbio.
Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2021, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenários	Choque	Taxa Mercado	Nova Taxa Mercado	Valor do Ajuste
Provável	10%	11,79%	12,97%	(2.797)
Possível	25%	11,79%	14,74%	(6.993)
Remoto	50%	11,79%	17,69%	(13.986)

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência.
Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento) de 10% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos.
Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento) de 25% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos.
Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento) de 50% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos.
O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas. Para as operações de empréstimo externo é feito um *swap* perfeito de 100% eliminando o risco de variação cambial, com isso apresentamos neste teste de sensibilidade somente com a taxa pré-fixada.
Risco de liquidez: O risco de liquidez resulta da possibilidade do Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.
As análises para gestão do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas: Limites de risco de liquidez: Contemplam os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez dentro do limite do índice de liquidez estabelecido na política interna do Banco. É realizado no mínimo trimestralmente o teste de aderência do fluxo de caixa projetado utilizando as informações do caixa efetivo diário gerado pelo departamento de *Back-Office* de Tesouraria.
Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. Não são considerados nesta definição os riscos estratégicos e os de imagem. A melhoria contínua de processos é uma das principais diretrizes do Banco. Nesse sentido, o gerenciamento do risco operacional torna-se peça fundamental para segurança de nossos clientes, colaboradores e acionistas. A estrutura de gerenciamento de risco operacional tem como objetivo desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar e controlar/reduzir os riscos operacionais associados ao Banco.
Risco socioambiental: Risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais. A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos.
Razão de alavancagem - RA: Em atendimento à Circular BACEN nº 3.748/15, as informações relacionadas à metodologia para apuração da razão de alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.bancotoyota.com.br/Informativos.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL: O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado. O nível mínimo de capital requerido pelo regulador é parte integrante da gestão de capital, sendo que o Banco cumpriu com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor em todos os meses do período das demonstrações financeiras. O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos - Pilar 3, incluindo o detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Maiores informações podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/Informativos.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES:

a) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05 - O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira com as partes as quais possua essa modalidade de acordo. b) Conforme Resolução CMN nº 4.424/15, as instituições financeiras devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que dispõe sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados. Quanto aos benefícios existentes no Banco, a Administração concluiu que não há caracterização de benefícios de longo prazo ou pós emprego que requeiram mensuração, reconhecimento e divulgação. c) Covid-19: Desde março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em relação ao Coronavírus (Covid-19). O Banco adotou medidas para priorizar a saúde e bem-estar dos colaboradores, com a implantação do trabalho remoto e híbrido em alguns momentos. Além disso, visando minimizar possíveis impactos para os clientes e, consequentemente, para a sua operação, manteve-se em plena capacidade operacional para desempenhar as funções administrativas e comerciais, com agilidade e flexibilidade através dos canais de vendas e atendimento.

DIRETORIA				CONTADORA
Luciano Savoldi Diretor-Presidente (responsável pela Contabilidade)	**Jun Zaitsu** Diretor - Vice Presidente Executivo	**José Roberto Gaburro** Diretor	**Rafael Chang Miyasaki** Diretor	**Marianthe Gabriades** Contadora - CRC nº 1SP185296/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco Toyota do Brasil S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Toyota do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2(II)(e) e 5)	
A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, essa área foi foco em nossa auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos procedimentos realizados pela administração relacionadas à: (i) concessão de crédito, (ii) operações renegociadas, (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo da provisão com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Adicionalmente, também realizamos testes em relação aos requisitos para atendimento da Resolução CMN nº 2.682/99, bem como analisamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos os critérios e premissas adotados pela administração, para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, razoáveis e consistentes com as normas vigentes e políticas internas, em todos os aspectos relevantes em relação às informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Por um futuro
MAIS VERDE

O Banco Toyota do Brasil emitiu ao mercado Letras Financeiras verdes, na primeira operação do tipo entre bancos de montadora que atuam no Brasil. Exclusivas para o financiamento de veículos híbridos, o objetivo é colaborar para a redução da emissão de CO2 no meio ambiente.

Além disso, parte da receita dos modelos financiados é destinada para apoiar o projeto Águas da Mantiqueira, em parceria com a Fundação Toyota do Brasil.

FUNDAÇÃO TOYOTA DO BRASIL

águas da mantiqueira

Acesse www.bancotoyota.com.br e conheça nossas ações e objetivos de desenvolvimento sustentável.

BANCO TOYOTA
Mais do que um banco, um Toyota

TOYOTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS DO BRASIL LTDA. CONSÓRCIO TOYOTA

C.N.P.J. nº 43.707.203/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, da Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operacionalização:** A Toyota Administradora de Consórcios, tem como um de seus principais objetivos oferecer mais uma opção de crédito, através do sistema Consórcio, para os nossos clientes, além do compromisso em apoiar as iniciativas da montadora da marca e fomentar, através de cotas de consórcio direto ao consumidor, a comercialização desses veículos. **Desempenho:** Em setembro de 2021 a Toyota Administradora de Consórcios recebeu autorização para funcionamento, conforme legislação vigente e iniciou o desenvolvimento da infraestrutura e tecnologias. Dessa forma, inaugurou no primeiro trimestre de 2022 suas operações de consórcios na Rede de Distribuidores Toyota. **Capital Social e Resultado:** O Capital Social da Toyota Administradora de Consórcios é de R$ 15.000 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado prejuízo de R$ 1.690 mil destinado a investimentos para início das operações dos grupos de consórcios. **Ouvidoria:** A Ouvidoria da Administradora tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimento:** Agradecemos aos acionistas, que acreditam no produto consórcio e que não medem esforços para iniciar as operações dos grupos de consórcio no início de 2022, a rede de concessionárias pela confiança e interesse em comercializar o produto consórcio, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho nesse projeto.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Referência	31/12/2021
CIRCULANTE		**240**
Disponibilidades	Nota 2.II.b	231
Outros créditos		9
Diversos	Nota 4	9
NÃO CIRCULANTE		**13.281**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**13.082**
Instrumentos financeiros	Nota 3	12.136
Títulos e valores mobiliários		12.136
Outros créditos		946
Ativos fiscais diferidos	Nota 5	946
PERMANENTE		**199**
Intangível		199
Ativos intangíveis		199
TOTAL DO ATIVO		**13.521**

PASSIVO	Referência	31/12/2021
CIRCULANTE		**211**
Outras obrigações		211
Obrigações fiscais correntes	Nota 6a	48
Diversas	Nota 6b	163
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8	**13.310**
Capital Social		15.000
Cotas - País		15.000
Prejuízo acumulado		(1.690)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.521**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Outras	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	15.000				15.000
Prejuízo do período	-	-	-	(1.690)	(1.690)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**15.000**	-	-	**(1.690)**	**13.310**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	15.000				15.000
Prejuízo do período	-	-	-	(1.690)	(1.690)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**15.000**	-	-	**(1.690)**	**13.310**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Referência	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**221**	**221**
Resultado de títulos e valores mobiliários		221	221
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**221**	**221**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(2.701)**	**(2.701)**
Despesas de pessoal		(889)	(889)
Outras despesas administrativas	Nota 9a	(1.578)	(1.578)
Despesas tributárias		(13)	(13)
Outras despesas operacionais	Nota 9b	(221)	(221)
RESULTADO OPERACIONAL		**(2.480)**	**(2.480)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**(2.480)**	**(2.480)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 5b	**883**	**883**
Provisão para imposto de renda corrente		(44)	(44)
Provisão para contribuição social corrente		(19)	(19)
Ativo/Passivo fiscal diferido		946	946
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS NO LUCRO		**(93)**	**(93)**
PREJUÍZO DO PERÍODO		**(1.690)**	**(1.690)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
PREJUÍZO DO PERÍODO	**(1.690)**	**(1.690)**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(1.690)**	**(1.690)**
Atribuível a participação da Controladora	(1.690)	(1.690)
Atribuível a participação de não controladores	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO	**(1.690)**	**(1.690)**
Ajustes ao prejuízo:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(946)	(946)
Prejuízo ajustado	**(2.636)**	**(2.636)**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**3.066**	**3.066**
Aumento em títulos e valores mobiliários	(12.136)	(12.136)
Aumento em outros créditos	(9)	(9)
Aumento em outras obrigações	182	182
Integralização do Capital Social	15.000	15.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	29	29
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**430**	**430**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento do ativo intangível	(199)	(199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(199)**	**(199)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES E CAIXA	**231**	**231**
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	231	231
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	231	231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Toyota Administracora de Consórcios do Brasil Ltda. (Administradora) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizado na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Administradora tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante ao fundo comum, a aquisição de veículos automotores, principalmente da marca Toyota. A Administradora é controlada pelo Banco Toyota do Brasil S.A. que detém 100% das cotas. A Administradora recebeu a concessão de autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 22 de setembro de 2021, foi oficialmente constituída em 29 de setembro de 2021 e o capital social integralizado em 20 de outubro de 2021. O início das atividades de vendas do produto consórcio ocorreu em 01 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022. Considerando o estágio pré-operacional da Administradora e com base no artigo 31 da Resolução BCB nº 130, a Administradora está dispensada da apresentação do relatório da auditoria independente, embora permaneça obrigatório o envio das Demonstrações Financeiras referentes a dezembro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/2020. Sendo assim, são apresentados o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas notas explicativas. Os demonstrativos que são específicos da Administradora em atividade: Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada e Demonstração dos recursos de consórcio consolidada, não serão apresentados, pois a operação foi iniciada apenas em fevereiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: I. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Administradora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Informamos que alguns números inclusos nas demonstrações financeiras foram submetidos a ajustes de arrecondamento, sem implicar em distorção das informações prestadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não existem registros nos demonstrativos contábeis dos grupos de consórcio, apenas da Administradora, pelo motivo exposto anteriormente na nota 1 - contexto operacional. II. Principais políticas contábeis - II.I Administradora: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pela administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2021
Disponibilidades	231
Total	**231**

c) Instrumentos financeiros - I. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo as aplicações em CDB contratadas com o Banco Toyota do Brasil S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados sendo classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". d) Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo os rendimentos calculados em base *pro rata temporis*, e, quando aplicáveis, as eventuais perdas sobre o valor recuperável destes ativos. e) Permanente: É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares (20% a.a.) registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Administração, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros. g) Demais passivos circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. A Administradora não possui contingências em 31 de dezembro de 2021. i) Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. j) Patrimônio Líquido: • Capital social: O capital social é composto por cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real). • Prejuízo acumulado: Refere-se ao prejuízo acumulado no período. • Lucro/prejuízo por cota: A Administradora apresenta informações de lucro líquido/prejuízo por cota, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido/prejuízo atribuível aos acionistas da Administradora pelo número médio ponderado de cotas em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 8). k) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administradora estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações da Administradora e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi reconhecido resultado não recorrente. II.I Grupos de consórcio: Ainda não há grupos em formação, o início de comercialização de cotas de consórcio ocorreu em 01 de fevereiro de 2022.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Os títulos de renda fixa, com vencimento em 11 de outubro de 2023 e percentual de remuneração de 100% do CDI, eram as seguintes:

	31/12/2021
Título de renda fixa:	
Certificado de depósito bancário - CDB	12.136
Total	**12.136**

4. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	9
Total	**9**
Circulante	9

5. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS: A Administradora registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Circular Bacen nº 3.174/03, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021
I - Ativos fiscais diferidos:	
Outras adições temporárias	946
Total dos créditos tributários	**946**

No exercício de 2021, foi constituído ativo fiscal diferido no montante de R$ 946 sobre diferenças temporárias. a) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos: A previsão de realização dos créditos tributários no montante R$ 946 é estimada em 20% no 1º ano, 20% no 2º ano, 20% no 3º ano, 20% no 4º ano e 20% do 5º ano. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de 0,7400% ao mês (9,25% ao ano) é de R$ 732. b) Composição e movimentação dos encargos tributários sobre o resultado do período:

Devidos sobre operações do período:	01/01 a 31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.573)**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	875
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes de:	
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(938)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(63)**
Diferenças Temporárias:	
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	**946**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**883**

* Contempla (adições) e exclusões temporárias

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES: a) Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2021
Provisão para imposto de renda	24
Provisão para contribuição social	9
Impostos e contribuições a recolher	15
Total	**48**
Circulante	48

b) Diversas:

	31/12/2021
Valores a pagar - partes relacionadas	120
Credores diversos	43
Total	**163**
Circulante	163

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: a) Os valores abaixo referem-se às transações com a empresa controladora:

	Ativo / (passivo) 31/12/2021	Receita / (despesa) 01/01 a 31/12/2021
Banco Toyota do Brasil S.A.		
Título de renda fixa	12.136	221
Valores a pagar	(120)	-
Rateiro de custos	-	(221)

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal chave da Administração: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi reconhecido remuneração para o pessoal chave da Administração.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Administradora é de R$ 15.000 e está dividido em 15.000.000 cotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real). A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal no exercício por conta do prejuízo acumulado na Administradora. O prejuízo líquido por ação atribuído aos acionistas do consórcio está apresentado abaixo:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Prejuízo	(1.690)	(1.690)
Média ponderada do número de ações	15.000	15.000
Prejuízo por cota	(0,11)	(0,11)

9. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Serviços técnicos especializados	1.317	1.317
Serviços de terceiros	74	74
Processamento de dados	119	119
Promoções e relações públicas	68	68
Total	**1.578**	**1.578**

b) Outras despesas operacionais:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Despesa de rateio de custos	221	221
Total	**221**	**221**

10. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: O gerenciamento de riscos é realizado em bases consolidadas, Administradora mais o Banco Toyota do Brasil S.A. (controlador), e sua estrutura permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados a Administradora. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela Administradora, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela nossa matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos.

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL: O planejamento de capital é realizado em bases consolidadas, Administradora mais o Banco Toyota do Brasil S.A. (controlador), e é divulgado trimestralmente informações referentes à gestão de riscos - Pilar 3, incluindo o detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), Ativos ponderados pelo Risco (RWA) e apuração da razão de alavancagem (RA). O detalhe sobre essas informações podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/Informativos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Conforme Resolução CMN nº 4.424/15, as instituições financeiras devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que dispõe sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados. Quanto aos benefícios existentes no Banco, a Administração concluiu que não há caracterização de benefícios de longo prazo ou pós emprego que requeiram mensuração, reconhecimento e divulgação.

DIRETORIA

Luciano Savoldi – Diretor-Presidente (responsável pela Contabilidade)

Jun Zaitsu – Diretor - Vice Presidente Executivo

José Roberto Gaburro – Diretor

Rafael Chang Miyasaki – Diretor

CONTADORA

Marianthe Gabriades – Contadora - CRC nº 1SP185296/O-0

MATHEUS PIOVESANA, MARCELO MOTA E IRANY TEREZA/CRISTIANE BARBIERI (EDIÇÃO)

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Warren Buffett fica com 2,3% do Nubank e mantém fatia na Stone

O bilionário norte-americano Warren Buffett é dono de 2,3% do Nubank – fatia que, em dezembro, valiam US$ 1 bilhão (mais de R$ 5 bilhões). A informação consta do documento que a Berkshire Hathaway enviou à SEC, o xerife do mercado de capitais nos EUA, com o detalhamento das ações que tinha em mãos no fim de 2021. Buffett investiu no Nubank antes do IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês), no ano passado, e, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, também durante a oferta. O tamanho dessa fatia, porém, era um mistério. A posição é composta por ações de classe A, que têm direito a voto inferior aos papéis de classe B. Por meio dessa categoria, David Vélez, Cristina Junqueira e Ed Wible, os três cofundadores, detêm o controle do banco.

Cotação mostra forte volatilidade

Como os demais investidores do Nubank, Buffett viu o valor de seus papéis variar fortemente desde o fim do ano. No acumulado de 2022, a ação do Nubank caiu cerca de 2,5%, mas o porcentual esconde a forte volatilidade. Entre os dias 5 e 9 deste mês, por exemplo, o papel subiu 39% – e caiu 16% na semana seguinte.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Magnata mantém ações, apesar de baixa

A volatilidade também não assustou a Berkshire no caso da Stone. A companhia manteve a mesma fatia na credenciadora que tinha em setembro, de 10,7 milhões de papéis. Mas viu o valor diminuir quase 52%, para US$ 180 milhões (mais de R$ 900 milhões). Na empresa desde o IPO, Buffett já vendeu parte dos papéis.

● **NO LANCE.** Não é só no futebol que a janela de contratações está aberta. De olho no mercado da bola, superaquecido com a negociação de clubes, a RJ Investimentos reforçou o time com Léo Rabello. Detentor da primeira licença conferida pela Fifa para atuar como agente de futebol no Brasil, é ele o nome por trás de muitas das negociações de jogadores. Na RJ, Rabello chega com destaque, direto para o time principal, como sócio da RJ Capital, uma das empresas do grupo. O valor da transação não foi revelado, nem a cota que ele assume no capital.

● **ESQUEMA TÁTICO.** A RJ quer mais que dobrar até o fim do ano o patrimônio que assessora, para R$ 5 bilhões, e conta com Rabello para alcançar a meta, atraindo bons negócios relacionados a futebol. A assessoria vai cuidar de investimentos de craques próximos ao empresário, e estará atenta a oportunidades, tais como clubes convertidos em Sociedades Autônomas do Futebol (SAF) para serem postos à venda.

PEDAÇO

HOUSTON COFIELD/BLOOMBERG

Megainvestidor Warren Buffett não se assustou com volatilidade e manteve os papéis da Stone, na qual está desde o IPO, em 2018

● **SAF NO SERVIÇO.** A RJ não pretende amealhar de imediato recursos de investidores para capitanear a compra de uma SAF. Segundo Eduardo Vasconcelos, head de Expansão da RJ e ele mesmo ex-jogador de futebol de salão, a ideia é prover toda a estrutura para escorar um eventual investidor que queira assumir um clube.

● **CUSTO.** A anglo-suíça Glencore informou esta semana ter separado US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 7,8 bilhões) para cobrir custos de investigações regulatórias relacionadas a denúncias de suborno nos EUA, no Reino Unido e Brasil. A mineradora disse que espera fechar em 2022 acordos para concluir inquéritos que se arrastam há anos.

● **PARALISIA.** No Brasil, a paralisia imposta à Lava Jato pode tornar ainda mais distante a possibilidade de recuperação de recursos desviados por corrupção. Na Petrobras, ainda há um sem-número de processos que buscam ressarcimento. A velocidade com que o dinheiro escapuliu da companhia, porém, nem de longe se compara ao ritmo do retorno.

● **VONTADE.** A legislação anticorrupção é uma realidade recente. Completará dez anos em 2023, enquanto, nos EUA e Inglaterra, leis que responsabilizam empresas pela prática de atos contra a administração pública vigoram há décadas.

● **NEGOCIAÇÃO.** No Brasil, a lei determina punições que vão de 0,1% a 20% do faturamento. Mas não é o rigor da lei o maior diferencial, diz Moroni Costa, especialista em Direito Penal Empresarial e sócio do Bichara Advogados. Segundo ele, no exterior dificilmente chega-se à fase contenciosa como aqui, e as resoluções vêm de acordos.

● **TEM O LADO RUIM.** Como o que está sendo aguardado pela Glencore. Como reduzem um pouco a burocracia, os acordos aceleram ressarcimentos – mas a morosidade da Justiça aqui pesa para o outro lado.

● **E O LADO PÉSSIMO.** Outra diferença citada pelo advogado Moroni Costa é que lá há um balcão centralizado para a discussão dessas causas, enquanto o trâmite brasileiro atravessa vários entes públicos.

SOBE

Carrefour tem alta e puxa Assaí

FELIPE RAU/ESTADÃO-23/3/2021

As ações do Carrefour Brasil encerraram as negociações com alta de 5,31% ontem, após o balanço com resultado ligeiramente acima do esperado. Puxaram consigo papéis do Assaí, que acabaram ficando no topo do Ibovespa, com alta de 7,14%. Analistas do Citi destacaram em relação ao Carrefour as sinergias revisadas sobre a fusão com o Grupo BIG, que passou de R$ 1,7 bilhão para R$ 2 bilhões.

DESCE

Weg tem queda na B3 após balanço

DIETER GROSS-ESTADÃO-27/7/2021

Os papéis da Weg devolveram os ganhos da véspera e recuaram 4,81%, a maior queda do Ibovespa ontem, com os investidores digerindo os números do quarto trimestre de 2021 da companhia. Para o Bradesco BBI, a Weg apresentou bons resultados, mas a lucratividade começou a se acomodar em níveis mais baixos. Em relatório, o Itaú BBA manteve neutra a recomendação para os papéis, com preço-alvo para 2022 de R$ 46.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **115.180,95 PTS.** | Dia **0,31%** | Mês **2,71%** | Ano **9,88%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
ASSAI ON NM	13,05	7,14	35.130
CVC BRASIL ON NM	15,12	5,96	20.471
NATURAON NM	25,00	5,93	44.118

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

WEG ON NM	31,30	-4,81	63.381
JBS ON NM	37,18	-3,88	47.650
ALPARGATAS PN	27,09	-3,32	20.772

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

13/2 A 13/3	0,0000	0,7001	0,5000	0,5000
14/2 A 14/3	0,0000	0,7001	0,5000	0,5000
15/2 A 15/3	0,0000	0,7015	0,5000	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	34.934,27	-0,16	-0,56	-3,86
FRANKFURT - DAX	15.370,30	-0,28	-0,65	-3,24
LONDRES - FTSE	7.603,78	-0,07	1,87	2,97
TÓQUIO - NIKKEI	27.460,40	2,22	1,70	-4,62

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,24	3.033,35
	15/5/2035	5,58	1.863,53
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2030	5,50	3.946,40
PREFIXADO	1º/7/2024	11,63	772,57
	1º/1/2026	11,24	662,51
SELIC	1º/9/2024	0,06	11.354,11

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,73	0,67	0,67	10,60
IGPM (FGV)	0,87	1,82	1,82	16,91
IGP-DI (FGV)	1,25	2,01	2,01	16,71
IPC (FIPE)	0,57	0,74	0,74	9,60
IPCA (IBGE)	0,73	0,54	0,54	10,38
CUB (Sinduscon)	0,23	0,38	0,38	13,70
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,36	0,47	0,47	4,14

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,1691	IPCA (IBGE)	1,1038
IGP-DI (FGV)	1,1671	INPC (IBGE)	1,1060
IPC-FIPE	1,0960	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	10,97	0,18	5,18	19,89
CDI	10,65	0,00	16,39	16,39

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/22	18,07	108.976	18,04	18,25	0,00
CAFÉ NY*	MAI/22	252,70	133.412	250,55	254,75	0,38
SOJA CBOT**	MAR/22	15,88	168.902	15,470	15,898	2,34
MILHO CBOT**	MAI/22	6,46	570.082	6,358	6,470	1,29

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	190,32	1,03	18,91
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	340,65	0,74	12,43
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	96,53	-0,02	15,74
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.498,45	-0,06	127,74

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1279	-1,02	-3,35	-8,03
DÓLAR TURISMO	5,2870	-0,81	-3,29	-7,84
EURO	5,8400	-0,76	-2,10	-7,51
OURO	304,000	-1,30	0,50	-7,88
WTI US$/BARRIL	90,2500	-2,02	2,14	18,07
IBRENTUS$/BARRIL	91,3800	-2,08	2,35	17,32

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,1378	1,3589	0,1948
EURO	0,879	1,0000	1,1945	0,1712
FRANCO SUÍÇO	0,922	1,0488	1,2527	0,1795
LIBRA ESTERLINA	0,736	0,8372	1,0000	0,1433
IENE	115,455	131,3750	156,8930	22,483

AS MOEDAS NA VERTICAL: VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IOC

LEILÕES

SODRÉ SANTORO LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

DE 21/02 À 26/02/22, ÀS 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco

SOMENTE ONLINE

23/02/22, ÀS 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

24/02/22, ÀS 14h

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

21/02/22, ÀS 13h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

JAGUAR IPACE E400 SE - 2019 / 2020 - 400CV - BRANCA

24/02/22 - 13h30

IPVA 2022 PAGO
COMB. ELÉTRICO
CARROCERIA JIPE MISTO UTILITÁRIO
COM APENAS 2.946 KM
PARTICULAR

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

21, 22, 23 e 25/02/22, ÀS 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

24/02/22, ÀS 15h

ARQUIVOS, BEBEDOUROS, BUFFETS, CADEIRAS, CAMAS, CÔMODAS, CPUS, DESUMIDIFICADORES, ESTANTES, LAVADORAS DE ROUPAS, MESAS, MICRO-ONDAS, POLTRONAS, REFRIGERADORES, SECADORAS DE ROUPAS, TVS E MUITO MAIS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeira Oficial JUCESP nº 758.

A partir do dia 01/02/22, as visitações aos lotes em nossos pátios serão em novo horário, das 08h às 09h30, de segunda à sexta-feira, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra, Km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas, temporariamente. As visitações se darão dentro das normas de segurança e distanciamento social, com uso obrigatório de máscaras, álcool gel e aferição de temperatura. Será limitado o número de visitantes simultâneos, para evitarmos aglomerações. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

FACEBOOK.COM/SODRESANTORO INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO YOUTUBE.COM/USER/LEILAOSODRESANTORO RUA TITO, 66 - VILA ROMANA, SÃO PAULO/SP

APONTE A CAMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSE AGORA NOSSO SITE.

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

CAMPO BELO
R$330.000 Varanda, 50 úteis, 1ds, gar e lazer. 2198.5555 creci8767

MOEMA
R$425.000 Próx.parque, 45úteis, 1ds, gar e lazer 2198.5555 cr8767

MOEMA
Vendo/Alugo 1suíte, 1vg. mobil. (11)97654-7484 Creci 199015F

VL ANDRADE
R$360.000 47m², 1dt,1vg, lazer, Cond.c/lavanderia 99500-0335

2 DORMITÓRIOS

CAMPO BELO
R$295.000 Frente Extra, 85 úteis, 2ds, gar. Vale450mil. 2198.5555

CAMPO BELO
R$350.000 2 dormitórios, garagem, lazer completo. Rua Gutemberg 170 ☎ (11) 96548-6023

MOEMA
R$650.000 Varanda, lavabo, 2dts., gar. Lazer. ☎11 2198.5555

MOEMA
R$695.000 Frente, reformado, 85ú,2ds,2vgs.2198.5555 cr 8767

MOEMA
R$750.000 Varanda,90ú,2ds.3º opc. gar, lazer 2198.5555 cr8767

PARAÍSO
R$680.000 S.novo,2ds, 2wc, 75u, varanda, lazer, 1vg. F:2198.5555

VL CLEMENTINO
R$780.000 S.novo,75u, 2ds, varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

VL MARIANA
R$480.000 S.novo, 65 úteis, varanda, 2ds, gar. Lazer 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

BROOKLIN
R$795.000 S.novo,95u, varanda, 3ds(1ste), 2vgs, lazer 2198.5555

MOEMA
R$1.080.000 S.Novo,varanda, 3ds (1suíte) 2gs,lazer. ☎2198.5555

SUL | VD | 3DOR

MOEMA
R$850.000 Alto,varanda, 100útil 3dts(1ste),2gs.Lazer. 2198.5555

VL N. CONCEIÇÃO
130m², 3 dorms c/ armários, 1 suíte, sala, lavabo, cozinha, 1 banheiro, dep. Empregada, 2 vagas na Rua Baltazar da Veiga, próx Ibirapuera. (11)99795-2778 Décio.

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.750.000 Novo c/arms,170ú, varandão c/churr, lic.L 3ambs. , 4ds. 3suítes, 3gs, lazer. ☎2198.5555

MOEMA
R$1.480.000 S.novo, 180 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 2gars. Lazer. ☎11 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$2.650.000 Novo c/arms,210ú varandão/churr, lic.L 3ambs. , 4sts, 4gs , lazer. 11 2198.5555 cr8767

MORUMBI
R$1.100.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Dir. PP ☎11 97632.0165

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$590.000 (Ocasião)2 dorms, 2 wcs, 2 vagas, total 110m. andar alto, lazer, R.Raul Pompeia ac. carro c/parte pago ☎96548-6023

ZONA NORTE

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

SANTANA
R$2.600.000 Cobertura,nova,4ds 3sts, 300ú, arms., varandão pisc., churr, 3vgs Dir. PP. F:97632.0165

CENTRO

1 DORMITÓRIO

REPÚBLICA
R$170.000 (Ocasião) 1 dormitório, reformado!!, 50m. aceito carro. Abaixo da avaliação ☎ (11) 96548-6023

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
R$290.000 (Sé) 2 dorms, bom estado, sala e cozinha ampla, varanda, "ensolarado". Abaixo da avaliação ☎ 96548-6023

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

FARIA LIMA
R$540.000 Conjunto c/2 salas, 2 wcs, 17ºandar, 41m²áú, 61m² át, ar cond., exaustor. Vaga dispon. no subsolo. Propr. (11)98332-3983

MOEMA PÁSSAROS
15 frente, 400 a.c. - Arapanes 271 ou faz demolição e construo prédio/loja e sobreloja do jeito que você quer - Alugo (11)94611 7531

CRECI: J-386 Moema Garantia de Sucesso! 51 Anos www.moemaimoveis.com.br

VILA OLIMPIA
Conjunto comercial. 60m². R. do Rocio. 1 sala, 60m², 2 vagas de gar, ar. Direto c/prop(11)99983-6422

CENTRO

STA CECÍLIA
R$1.200.000 Prédio venda Al. Nothmann Ocasião ótimo ponto comercial. Loja + 2 andares . Aceita Permuta ☎ (11) 96548-6023

Alugam-se

APARTAMENTOS

CENTRO

1 DORMITÓRIO

BELA VISTA
Kitnet toda reformada, 1dorm, coz, banh, á.serv. Ver à Rua: Santo Amaro, Px. Câmara. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
2ds,sala,coz,wc,á.s.Todo reform, à 200m metrô Sé. R.Dr. Bittencourt Rodrigues. R$1mil. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cj. coml. 331m² a 675m² á. priv. Exc., vgs. Alug. de ocasião! Menor taxa cond. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

BROOKLIN
SALÃO ideal p/Pet AL. s/fiador ☎5041-2121

BROOKLIN
SALA coml.42m²+gar.R$ 1.500 ☎5041-2121

BROOKLIN
Excl. ponto coml. 500m² R. J. Nabuco ☎5041-2121

BROOKLIN
Excl. LOJA Av. Morumbi,8384 c/ 350m² ex.ag. Safra☎5041-2121

WAN-IFRA ICQC 2020-2022

SUL | AL | COM

CH STO ANTÔNIO
Av. Nações Unidas. Cjto. 540m² a Laje coml. 1080m². á. priv. Excel. local. Menor aluguel e cond. da região. vagas. Dir. propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
LOJA 400m² ideal p/ linha automotiva ☎5041-2121

CH STO ANTÔNIO
R. Antonio das chagas, SALÃO 300m² AL.s/fiador ☎5041-2121

FARIA LIMA
Conj.escrit.3salas, perfeito estado Px.Shop Iguatemi 11.997707211

JD PAULISTA
Cj.coml 37m²a.ú, 2sls, recepção,copa, 1wc, 1vg c/valet. And. alto,esq.Al.Lorena c/Casa Branca. Vendo/ alugo. (11)98593-8547

MOEMA
Av. Imarés 488, Vão livre-Loja sobre Loja, 600m² const, Luxo, 20 salas, 10 banheiros, 15 garagens Alugo MR3686 (11)94611-7531

CRECI: J-386 Moema Garantia de Sucesso! 51 Anos www.moemaimoveis.com.br

SUL | AL | COM

MOEMA
Av. Ibirapuera 2491 - loja 5x22, alugo ☎ (11)94611-7531

CRECI: J-386 Moema Garantia de Sucesso! 51 Anos www.moemaimoveis.com.br

ZONA OESTE

ALTO DA LAPA
Galp.Ind. R.Cerro Corá, 1000m² terr., 800m² á.c. em terr. 20x50m. Estac.em frente p/12carros. Propr. ☎(11)3086-1725/99638-3396

LAPA
Casa coml, 601m² á.c., 496m² terr., R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

LAPA
EX.Ag. banc.533m² Av.N.S. Lapa, 223 Al.R$14.800 ☎5041-2121

PINHEIROS
Alug + IPTU R$90.000/mês. Prédio monouso, 10 and, 1500 mts,2 sub solos garagens, R. Conego Eugênio Leite x Cardeal Arco Verde. F:(11)99983-4404/94030-2735

PINHEIROS
Para Escolas e Cursos. Alugo conj. comercial 80m²,frente metrô Faria Lima. Capac. p/ 40lugs. sentados, ar cond.,div.Estac/terc no vizinho Imobiliária RMF (11)3674 4422 ou c/cc Osmando (11)99537-6950

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

ZONA NORTE

LIMÃO
Sala 80m térreo para escritório, depósito. 2 vagas de garagem, valor total R$3.500,00 Av Nossa Sra do Ó, 161 ☎(11)96582-7396

TERRENOS

ZONA SUL

BROOKLIN
500m² ideal p/ arena de areia, temos outros. AL. ☎5041-2121

VL CLEMENTINO
6 x 28, casa térrea velha, ótimo p/ construir 8 apartamentos embaixo e 8 em cima.Projeto. Vendo/Alugo ☎(11)94611-7531

CRECI: J-386 Moema Garantia de Sucesso! 51 Anos www.moemaimoveis.com.br

GRANDE SÃO PAULO

TERRENOS

COTIA
R$200.000 Cond San Ressore. Terreno Excelente c/ 800m² playground, campo de futebol, área verde.Ót.p/morar11)95044-8846

LITORAL

Temporada

UBATUBA TENÓRIO
e Praia Grande.À partir R$250,00. Para 5 pessoas.(19)98253-4783 facebokkitnetubatubapraiagrande

Vendem-se

APARTAMENTOS

PRAIA GRANDE VL CAIÇARA
Kit grande, mobiliada e decorada, arms.emb, 30m², 1vg., fte mar. R$150mil.(11)94944-0031 whats

RIVIERA
Casas, Aptos, Coberturas, Aptos Térreos, Casas em Villágios, Terrenos. Infs☎(11)99546-8043 Creci 57479

TERRENOS

GJÁ TIJUCOPAVA
2.050m² $1.100mil. Ac perm. apto SP/Gjá (-)Vlr ☎(13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se

CASAS / APARTAMENTOS

CABREÚVA - SP
R$1.180.000 Cond. fech. 1h de SP c/lago,pisc,golf. Casa térrea 260m² 3dorms.(1suíte),banh, sala jantar, dep emp + anexo 90m² c/ 2dorms (1suíte), banh e var, 1000m²á.t. 500m² árvores frutíferas. C/Junior ☎(11)99504 3917 creci 61.751

RIBEIRÃO PRETO
Vendo Ap Z.Sul, 4dorms(3sts),arms 12ºand,lazer,150m²au,R$690mil 3vg (16)3635 6075/99993 4561 www.euridesimoveis.com.br

SALVADOR - BA
Casa Condomínio, Luxo! 4 suítes, salas amplas, piscina, melhor praia Salvador Jaguaribe Creci 4662 ☎(71)99194-8899

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

SOROCABA CAMPOLIM
Rua Caracas,676 - Barracão Novo 12x30 Pé direito 10m, alugo MR2072 ☎(11)94611-7531

CRECI: J-386 Moema Garantia de Sucesso! 51 Anos www.moemaimoveis.com.br

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESDE 1942
CRECI Nº 9.819 - J CREA Nº 19.858-5

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 2 DORMITÓRIOS RUA NICOLAU DE SOUSA QUEIRÓS, 2 dorms, sala, coz, banh, dependências de empregada, salão de festas e churr. **R$ 2.000,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

BELA VISTA AV. BRIG. LUIS ANTONIO próximo à PÇA. P. BYNGTON, 2 dormitórios, armários, sala, cozinha, banheiro, garagem, aluguel. **R$ 1.500,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

CENTRO - KITCH PRAÇA ROOSEVELT Aluguel **R$ 1.000,00**+ condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

CONSOLAÇÃO RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banh., e área de serviço. Locação: **R$ 850,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

IPIRANGA RUA COSTA AGUIAR, 146m², 3 dts c/ arms, living c/ terraço, lavabo, dep. emp, 2 vgs, deposito, lazer, etc. Aluguel **R$ 2.300,00** + Encargos. Cód. AP0029.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO RUA SARMENTO DE BEIRES, 79, AP. 2, JD. PORTUGAL, c/ 2 dormitórios, sala, cozinha, banh., WC de empregada. Locação: **R$ 800,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

SUMARÉ RUA APINAJÉS, 3 dorms, (suíte) sala grande, coz, armários, vg. garagem, 2 piscinas, quadra, academia. Aluguel: **R$ 3.500,00** + cond. R$ 1.121,00 + IPTU.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

V. BUARQUE – 4 dormitórios RUA DR. VILA NOVA, de frente, 4 dormitórios AE, sala para 3 ambientes e sacada, cozinha, 3 banheiros. **Al. R$ 3.500,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA RUA CONDESSA DE SÃO JOAQUIM, 2 dts. (armários) 2 banheiros, sala ampla, vaga de garagem, academia, 80m². **R$ 500 mil.**
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sl ampla, coz, depends. de emp, 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes. **R$ 1.850.000,00.**
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

JARDIM PAULISTA RUA FERNANDO CARDIM, 3 dormitórios, ste, 125m² úteis, vaga, dependências empregada. **R$ 1.200.000,00.** Ac. permuta Cjto. Coml. na Paulista.
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTA RUA PAMPLONA, 1 dormitório, 50m² área úteis, vaga live, sol da manhã, andar alto, ótima vista, lazer. **R$ 580 mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTANO RUA AGRÁRIO DE SOUZA. 111 m² úteis, 3 dorms., amplo living, dem. dep., 1 vaga, próximo ao shopping Iguatemi. **R$ 1.900.000,00.** Ref: AP0466.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA AL. JAUAPERI, 200 m² úteis, salas amplas, 4 dormitórios (3 suítes), terraço, lareira, demais dep., 4 vagas, prédio c/ lazer. **R$ 2.500.000,00.** Ref: AP0462.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 ste, closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churr, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. **R$ 870mil.**
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

PARAÍSO RUA OTÁVIO NÉBIAS, 92m², andar alto, 2 suítes c/ arms, living, dep. emp., 2 vagas, etc. Px. Metrô Brigadeiro. **R$ 730 mil.** Cód. AP0504.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES – 2 DORMITÓRIOS RUA RAUL POMPÉIA andar alto 2 dorms, 3º opcional, sala p/ 2 ambientes e sacada, cozinha, área e banh de serviço 1 vaga. **R$ 570mil.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

PINHEIROS RUA ALVES GUIMARÃES, próx. Metrô Oscar Freire, 2 dormitórios, dep. de empr., 100m² úteis, vaga, prédio sem elevador tipo vila. **R$ 680mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

SUMARÉ RUA APINAJÉS, 3 dorms, (1suíte) sala ampla, cozinha demais dependências, piscina, quadra, academia, área útil 120m², a.t. 184m². **R$ 1.000.000,00.**
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

VILA MARIANA RUA GANDAVO, contendo 1 dormitório, 50m² úteis, 8º. andar, face norte, próximo ESPM e Metrô. **R$ 320mil.**
NOSSA CASA
CRECI 4506J - Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av. Faria Lima. **R$ 475 mil.** Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JARDIM PAULISTA Amplo sobr.o todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sl. piso madeira, coz. planej, lvbo., 1 ste., edícula c/salão e lav. Al. **R$ 17.000,00**+cond+IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J - Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

STO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 sls., 5 vgs., área externa. Próx. ao Metrô Borba Gato. Aluguel **R$ 5.700,00** + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DR. ANDRADE PERTENCE, 120 m², living p/2 ambs., s.jantar, home-office, lavabo, 3 dorms. (suíte), 1 vaga, reformada. **R$ 4.600,00.** Ref: CA0153.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS VENDEM-SE

JD. PAULISTA – Exc. Local! RUA ESTADOS UNIDOS – Sobr.o 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd, copa, despensa, banhs, vagas. **R$ 8.000.000,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA RUA CABO VERDE, 189 m², vila fechada, 3 dts. (ste), ampla sala de estar e jantar, lav., dem. dep., armários, 2 vagas. **R$ 1.380.000,00.** Ref: CA0158.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J - Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CASA VERDE - LOJA AV. CASA VERDE, c/ 450,00 m² de área construída. Aluguel: **R$ 5.500,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel **R$ 9.000,00.**
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LJ c/MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ gar. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00.** REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar cond. central. Útil 689m². **R$ 59.000,00.** REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três cjtos de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

VILA OLÍMPIA RUA PROF. VAHIA DE ABREU, c/ 500m² de terreno e 440m² de construção. Locação: **R$ 11.500,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

MOEMA PÁSSAROS Vende Aluga CJTO, andar interior, 9 banhs, 18 vgs, ar cond. central. Útil 310m². **VENDA: R$ 2.500.000,00. LOCAÇÃO: R$ 15.000,00.** REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CONJUNTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 sls, 4 banhs, 3 vagas. Útil 210m². **VENDA: R$ 2.200.000,00. LOCAÇÃO: R$ 12.000,00.** REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 - Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

BERRINE AV. ENG. LUIZ CARLOS BERRINE, Ed. Bandeirantes, 234 m² á.ú, vão livre, constr. Bratke Collet, c/6 vgs/gar. Pacote **R$ 9.000,00** incluindo aluguel, cond. e IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J - Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, conj. de fundos s/barulho de tráfego. Alug: **R$ 1.100,00** + Cond: R$ 401,29+IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre **Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano**. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00.**
A. SANTOS
CRECI 1675 - Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

JARDINS AL. SANTOS, 80m², recepção, 2 salas, 2 wcs, copa, e 1 vaga, etc. Px. Metrô Trianon-Masp. Aluguel **R$ 1.900,00** + encargos. Cód. CJ0247.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES RUA CANDIDO ESPINHEIRA, conjuntos de 57m² e 110m², 2 e 4 banheiros, copa, 1 ou 2 vagas. Aluguel: **R$ 1.800,00** e **R$ 3.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J - Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

V. OLÍMPIA - MOBILIADO R. PEQUETITA, 119m² c/recepção, banh, s. diretoria, 1 s. executiva e 4 s. individuais, 2 banhs, copa, ar cond. em todos os ambs. 2 vgs. **R$ 4.000,00.**
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J - Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

ESCRITÓRIO VENDE-SE

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². **R$ 3.300.000,00.** REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J - Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda **R$ 1.750.000,00** Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J - Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Atuamos no mercado de avaliações, há 80 anos, proporcionando para nossos clientes serviço altamente técnico, possibilitando suporte às decisões estratégicas. Nosso Laudo de Avaliação é elaborado por Engenheiros e Arquitetos capacitados e qualificados para essa finalidade, respeitando as Normas técnicas da ABNT.

- Definição do valor do imóvel para venda
- Definição do valor do imóvel para locação
- Reavaliação de Ativo
- Revisional de Aluguéis
- Partilha de Bens
- Garantia para Financiamento Bancário
- Garantia para Financiamento Imobiliário

(11) 3159.4488 | (11) 93470.2338
cvisp@terra.com.br | www.cvisp.com.br
Rua Sete de Abril, 277 — 3º andar CJ. 3C — CEP: 01043-000

PRÊMIO MASTER IMOBILIÁRIO 2022
INSCRIÇÕES ABERTAS!
Informações: (11) 5078-7778

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

A. SANTOS CRECI 1675 (11) 3814-7301 adirson@terra.com.br
LOUVRE IMÓVEIS (11) 3846-0377 www.louvreimoveis.com.br
Adriano Silva Imóveis (11) 5053-1790 www.adrianosilvaimoveis.com.br
LIV IMÓVEIS CRECI 13414-J (11) 3088-1711 www.livimoveis.com.br
WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMÓVEIS (11) 99998-0356 a.e.imoveis.uol.com.br
AZEVEDO Negócios Imobiliários (11) 3258-7544 francisco@azevedonegocios.com.br
Silver Imóveis e Administração Ltda (11) 3115-3399 www.silverimoveis.com.br
Predial Ruggiero Ltda (11) 3111-2011 info@predialruggiero.com.br
Harmonia (11) 3056-1882 www.imobiliariaharmonia.com.br
NOSSA CASA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS CRECI 4506 (11) 99912-7169 adalto@nc.adm.br

INTERIOR | VD/AL | COM

TATUÍ - SP
Parque industrial "Astória". Área 6.000m² (5 lotes anexos), frente p/Rodovia SP 127, própria p/ construção de galpões industriais ou comerciais. Preço de ocasião. Creci - J-5991. ☎(15)3305-9070

TERRENOS

TRÊS LAGOAS - MS
Área urbana com 168.261m², próximo ao Shopping Três lagoas R$2.5M ☎(67)99905-1540

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

APORÉ / GO
2.800 HA, plana/pasto/ soja e cana (16)99781-0989 Outras

TATUÍ - SP
Sítio/Haras, 9,6alqs, 9Km de Tatuí, fte rodovia asfaltada, cercada 2/3 mourões cimento e sansão do campo e 1/3 cerca paraguaia e sansão do campo. Haras desativado mas de fácil recuperação. Plaino, terra roxa, própria p/ feno, milho,soja. Casa sede estilo bandeirantista, 300m², churr., pisc, garagem., canil, ót.p/lazer. Casa caseiro+4 casas trabalhadores, isoladas, 16baias, escrit., etc. Poço artesiano. Preço ocasião. Abx. mercado e à vista. Mot.saúde. Creci F 13507-9. ☎(15)99771-5339

CHÁCARAS E SÍTIOS

ATIBAIA - ROD.D.PEDRO
Sitio 15alqs, 4nasc., lago, cs.sede 3ds(ste), pisc.,galpões, cs.caseiro. Whats (11)99985-8282 Gilberto

PROPRIEDADES RURAIS

BRAGANÇA PAULISTA
Chácara 6km cidade, 26.000m² 5sts, piscina,tobogã, cascata,lazer compl.,asfalto(11)99975-1547

AUTOS

CAMINHÕES

CARRETA GRANELEIRA COM PINO LOC
2004/ 2005 Rodoviária Fachini, com 3 eixos. ☎(11)2618-1494

MERCEDES BENZ
2004 Trucado LS 1634. Bom estado e Baixa KM. Vendo. ☎(11)2618-1494

OPORTUNIDADES

LEILÕES

APTO EM LEILÃO JUDICIAL
Localizada rua Dep. Laércio Corte, s/n Morumbi, Capital/SP. Leilão termina dia 10/03/2022 às 11h. Acesse: www.casareisleiloes.com.br ou ligue (11)3101-2345

CRL
Casa Reis Leilões - Desde 1953

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

QUADROS BRASILEIROS
Compro dos artistas: Aldemir Martins, Graciano,Pennacchi, Di Cavalcanti,Bonadei,Cicero Dias,Leon Ferrari, Mira Shendel, Arte Popular, Fang. Somente quadros de artista catalogado.Pagamento à vista. (11)99983-8658/3088-1632 Marcelo - m.lordello@uol.com.br

COMUNICADOS

COMUNICADO À PRAÇA
A empresa Veja Materiais p/Construção Ltda, CNPJ 14.334.253/ 0001-06, c/sede R: Pedro Ravara 125, sala 2 - Jd.Ipanema. Cep: 05187-300 - SP-SP, comunica o extravio do Enquadramento de Microempresa-ME, registrado sob no. 914896/11-8 em sessão de 02. 09.2011 da Junta Comercial de SP

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

ÁGUA MINERAL DISTRIB
Z.Sul/ SPVendo.(11) 99286-2442

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

EMPRESAS EM DIFICULDADES
Assessoramos em recuperação judicial e crédito, parcelamos tributários e dívidas junto a bancos e credores, financiamentos para obtenção de crédito mesmo com protestos, ações trabalhistas, inventários,divórcio, sustação de protestos e outras ações judiciais. Honorários condicionados aos resultados. SIGILO ABSOLUTO!Email empresaemdificuldade@gmail.com Tratar ☎(11)94398-1141 ☎(11)91343-5523

LOTES INDL. 2.500 MTS BRAGANÇA PAULISTA
e Área 44.000 m². Frente p/ Rod. Fernão Dias. Anel viário a 50mts. Tratar ☎(11)99975-1547

OFICINA REFORMADORA DE ÔNIBUS CAMPINAS - VENDO
Funcionando ☎(19)97401-1483

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

RESTAURANTE NATAL- RN
Praça de alimentação Carrefour. Ligue: ☎(84)99926-2727

SUPERMERCADO FTE TERMINAL SAPOPEMBA
Oportunidade! Supermercado c/ açougue e padaria, 400m². Av. Arquiteto,209. Vendas comprovadas R$450mil. Alug. $10mil. $900mil. Ac. proposta ☎(11)94782-7794

VENDO EMPRESA
Vendo Empresa de tratamento por incineração de resíduos da saúde. Industria na Paraiba-PB. Tratar ☎(11) 99929-7711

MÁQUINAS E MOTORES

GALVANOPLASTIA ELETROLÍTICA
Vende-se equipamento completo, funcionando (11) 2948-0862 HC

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
2 p/ R$5. Livros, CD, DVD e disco, vários(Sebo) Pça João Mendes 140

EMPREGOS

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
Elaborar planilhas Excell e realizar digitações. Enviar Currículo para mestra@mestra.net

FERRAMENTEIRO
Indústria Metalúrgica contrata para Zona Norte, com experiência em indústria metalúrgica. Enviar CV: mara@radiadorespinguim.com.br

MOTORISTA (O)
Contrato, para uma pessoa só. Deverá ajudar no serviço da casa em geral, se possível morar no emprego (bairro Moema). Com referência. Tratar (11)99169-8390

EMPREGOS | M

MOTORISTA
150 Vagas, CLT,escala trabalho 6x1, Zonas Noroeste, categorias CNH - D ou E. Exercer atividade remunerada, curso de transporte coletivo de passageiros. Comparecer na Rua Andresa, 101 - Jaraguá, às 9hs Obs: (trazer documentos pessoais para preenchimento de ficha).

MOTORISTA ATENDE+
30 vagas - Salário R$2.246,40 7:20 - escala 6x1. Categ.D. Curso transp.coletivo e ativ.remun. Conhec.Básicos vias da cidades (Z. Norte), Conhec.aplicativo, (google maps, waze). Comparecer R:Andresa, 101,Jaraguá, às 9hs (trazer doc.pessoais p/ preencher ficha)

MOTORISTA P/GUINCHO
6x1.Salário: R$3.063,90. Categ.E 1 ano exp. Prestar Socorro Mec. Emergência; Realizar a Remoção, bem como Conduzir Veículos Pesados; Trabalhar c/Plataforma. Preencher doc./realizar proced. refer. ISO 14001. Comparecer R:Andresa, 101,Jaraguá, às 9hs c/doc.pessoais p/preencher ficha ou e-mail: rhg1@nortebuss.com.br

QUÍMICO INDUSTRIAL
Indústria Metalúrgica contrata para Zona Norte, com experiência em indústria metalúrgica. Enviar CV: mara@radiadorespinguim.com.br

VENDEDOR (A) AUTO-PEÇAS
C/ exper., 2° grau compl. Enviar CV marketing@toyomax.com.br

VENDO
TERRENOS INDUSTRIAIS
ITU/SP
A PARTIR DE
1.000m²
·CONDOMÍNIO FECHADO
·SEGURANÇA 24H
·HELIPONTO
·CENTRO ADMINISTRATIVO
·CENTRO DE CONVIVÊNCIA
(11) 98919.8000
www.bethaville.com

MÁQUINA DE BLOCO
VENDO
MODELO SMART TB6
·EQUIPAMENTO NOVO
·1.800 CICLOS POR TURNO
R$ 850.000,00
(11) 99552.5538

negocios& oportunidades
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

Exclusivo nosso grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000
VEÍCULOS
IMÓVEIS
MATERIAIS
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO
ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS
220 VEÍCULOS
DIA: 18.02.2022 - 6ª FEIRA - 10h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
SOMENTE ON-LINE
·DIVERSOS MODELOS ·CAMINHÕES ·MOTOS ·SEMI-NOVOS ·SINISTRADOS
Santander
M.B MPOLO SENIOR MO
PORTO SEGURO
COMPASS TRAILHAWK
Santander
2022
KWID ZEN
Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br
Azul Seguros · Santander · Votorantim · Banco Daycoval · Mitsui Sumitomo Seguros MSIG · ALFA · ITAPEVA · PORTO SEGURO · Allianz · omni · BV · bradesco · Itaú seguro auto residência · Banco PAN · TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS
Dia 02.03.2022 - 4ª feira - 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
ARTIGOS DE DECORAÇÃO
Dia 07.03.2022 - 2ª feira - 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
STORAGE CENTERA EMC - NOTEBOOK - HDs - OUTROS
Dia 14.03.2022 - 2ª feira - 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
ELETROPORTÁTEIS - QUEBRA-CABEÇAS CAMISETAS F/M - INFORMÁTICA - OUTROS
LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Varejo online Acelerando entregas

De olho no e-commerce, depósitos ganham versão só para empresas

Na Good Storage, a participação dos clientes pessoa jurídica era quase zero em 2019; neste ano, a fatia deve ser de 50%

ANDRÉ JANKAVSKI

DANIELA TOVIANSKY

Cordeiro, da Good Storage: com inaugurações para próximos dois anos, investimento já supera R$ 1,5 bi

A Good Storage surgiu em 2013 de olho em um mercado bastante forte em outros países, especialmente nos EUA, mas ainda pouco explorado no Brasil: os depósitos chamados de *self-storage*, que são vistos como uma opção para estocar itens que não cabem mais nas residências. Agora, porém, o que está movimentando o mercado não são pessoas em busca de mais espaço, mas sim companhias de comércio eletrônico procurando meios de facilitar e acelerar as suas entregas.

Segundo Thiago Cordeiro, presidente da Good Storage, a demanda das empresas do setor por esses espaços deu um salto nos últimos anos. Se em 2019 a procura era quase zero, em 2022 o segmento deve representar uma fatia de 50% do negócio. Hoje, a empresa possui 19 unidades e outros três parques logísticos voltados aos clientes corporativos.

De acordo com Cordeiro, já estão em construção outras nove unidades e quatro parques logísticos, que devem ser entregues até o fim de 2024.

Com as entregas, a área brutа locável da Good Storage vai passar de 133 mil metros quadrados para 245 mil metros quadrados, um aumento de 84%. No total, com as inaugurações previstas nos próximos dois anos, a companhia terá investido cerca de US$ 300 milhões (mais de R$ 1,5 bilhão). O investimento vem da gestora de private equity Evergreen, que tem US$ 5,7 bilhões (cerca de R$ 30 bilhões) sob gestão.

Tanto investimento se apoia no fato de que, com a disputa mais forte na velocidade das entregas das compras feitas pela internet, as grandes varejistas encontraram nos *self-storages* uma saída para ampliar a eficiência do *last mile* – a última etapa do envio das mercadorias. Neste cenário, a companhia estima crescer 30% e chegar a um faturamento de R$ 100 milhões.

"Os negócios são similares e temos o mesmo posicionamento de tentar resolver o mesmo problema para pessoas físicas e empresas, que é a falta de espaço", diz o executivo. "Queremos estar nos lugares certos da cidade e trazer essa facilidade."

DIFERENÇAS. Se nos empreendimentos destinados a pessoas físicas, reinam os depósitos com formato similar às garagens e espaços de 1 m² a 150 m², nos parques logísticos há também espaço para as empresas montarem a sua operação, em uma área que ultrapassa os 2 mil m² – é justamente nesse segundo modelo de negócio que a empresa está apostado para os próximos anos.

Para Cordeiro, esses investimentos estão longe de suprir a necessidade deste tipo de espaço logístico em São Paulo. Então, é praticamente certo que novas captações sejam necessárias para manter o ritmo de expansão. No longo prazo, até mesmo a abertura de unidades em outras cidades além da capital paulista está em estudo.

De acordo com dados da consultoria Brain, apesar do otimismo de Cordeiro, a vacância no mercado de depósitos ainda é alta. No terceiro trimestre de 2021, último dado divulgado, 20,8% da área bruta locável estava vazia.

Para Fábio Tadeu Araújo, sócio-diretor da Brain, o fato de as empresas de comércio eletrônico abraçarem o modelo para agilizar suas entregas pode trazer, no futuro, vantagens também para os clientes pessoa física no setor.

"À medida que o setor cresce e ganha escala, ele passa a ter preços mais competitivos, o que o tornará mais acessível às pessoas físicas", diz Araújo. "E esse é um mercado que pode desacelerar, mas dificilmente vai retrair, já que tem um espaço muito grande para crescer." ●

Plano de expansão
Good Storage deve inaugurar até 2024 nove unidades de depósitos e quatro parques logísticos

Dois modelos

● **Para residências**
O modelo clássico dos depósitos pessoais serve de "abrigo" para móveis que não cabem mais nas residências: por isso, os boxes desses empreendimentos partem de apenas 1 metro quadrado

● **Grandes espaços**
Em contrapartida, muitas empresas mantêm um grande quantidade de produtos nos parques logísticos urbanos, cujas áreas individuais podem superar 2 mil m²

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

Privacidade Rede social

Nos EUA, Facebook faz acordo de US$ 90 mi por rastrear usuários

GIOVANNA WOLF

DADO RUVIC/REUTERS-15/2/2022

Rede violou privacidade com o botão Curtir, segundo processo

O Facebook concordou em pagar US$ 90 milhões (mais de R$ 450 milhões) para encerrar um processo de privacidade nos Estados Unidos aberto há uma década e que acusa a empresa de rastrear a atividade dos usuários na internet mesmo depois que eles se desconectam da rede social.

A proposta de acordo preliminar foi apresentada na segunda no Tribunal Distrital de San José, na Califórnia, e ainda requer a aprovação de um juiz. O acordo também exige que o Facebook exclua os dados coletados indevidamente.

Na ação, usuários americanos acusaram a rede social de violar leis federais e estaduais de privacidade ao usar "plug-ins" para rastrear visitas a sites externos que usavam o botão "Curtir" do Facebook. A empresa de Mark Zuckerberg é acusada de compilar esses históricos de navegação para vendê-los a anunciantes.

O processo começou em fevereiro de 2012. O caso foi arquivado em 2017, mas reaberto em abril de 2020 por um tribunal federal de apelações, que disse que os usuários poderiam tentar provar que a empresa lucrou injustamente com a prática, violando o direito à privacidade. O acordo abrange usuários do Facebook nos EUA que, entre abril de 2010 e setembro de 2011, visitaram sites externos ao Facebook que exibiam o botão Curtir da rede social.

NOVA AÇÃO. Na segunda-feira, o Facebook virou alvo de novo processo. O procurador-geral do Texas, nos EUA, entrou com ação pelo uso inadequado de ferramentas de reconhecimento facial. O processo alega que o sistema de marcação de fotos da rede violou uma legislação estadual que exige o consentimento para coleta de dados biométricos. ●

Eletrônicos 'Ouvido do Alexa'

Amazon traz ao Brasil fones por até R$ 1 mil

A Amazon anunciou ontem a chegada do Echo Buds, fone de ouvido com assistente de voz, ao Brasil. O dispositivo, que já está na segunda geração, desembarca no País pela primeira vez por até R$ 1 mil. A estreia por aqui acontece em um segmento disputado por muitos nomes, entre eles Apple, Samsung, Xiaomi, Huawei, JBL e Motorola.

"Primo" das caixinhas conectadas Echo Dot e Echo Show, os fones de ouvido sem fio querem trazer a experiência da assistente Alexa para o ouvido de seus usuários: a ideia é que todas as atividades realizadas pelas caixinhas, como informar a temperatura, notícias e adicionar itens em listas, possam ser feitas pelos Echo Buds.

Para isso, o dispositivo conta com três microfones em cada peça, além de cancelador de ruído e filtros que identificam a voz do usuário em meio ao barulho ambiente. A proposta é que eles possam identificar o comando de voz sem que os usuários precisem gritar.

PRIVACIDADE. Por outro lado, os dispositivos chegam com as mesmas questões de privacidade que cercam as caixinhas. Segundo a Amazon, o Echo Buds terá a função de desativar o "ouvido" da Alexa. Pelo aplicativo ou pelo próprio fone de ouvido, o usuário pode habilitar a ferramenta que interrompe a identificação do comando de voz, fazendo com que a Alexa não escute as conversas do usuário. ● BRUNA ARIMATHEA

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

dexco — deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Cenário e Mercado

O ano de 2021 começou em ritmo acelerado. Mesmo em meio as incertezas advindas da pandemia COVID-19 e da retomada da atividade econômica, o avanço da vacinação e a maior flexibilização das medidas de isolamento, aliados a manutenção dos patamares baixos das taxas de financiamento imobiliário contribuíram para que o setor da construção civil encerrasse o ano com o melhor resultado de lançamentos e vendas, conforme estimativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e notado no robusto crescimento de 351,0% até novembro do número de unidades financiadas através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Este resultado levou ao crescimento estimado de 4,5% do PIB da Construção Civil e a Dexco a superar novamente todos os seus recordes e alcançar o melhor resultado de seus 70 anos de história.

O principal destaque do ano foi o forte resultado da Divisão Madeira, que superou todas as estimativas relacionadas a produtividade de suas operações, alcançando no 4T21 100,0% de utilização de todas as suas linhas. Este fator, aliado ao aumento de preços e melhora de mix fez com que a Divisão encerrasse o ano com o EBITDA Ajustado e Recorrente de R$ 1.477,6 milhões, melhor resultado da história da Divisão, sendo R$ 385,4 milhões realizado no 4T21, mesmo em meio a queda de volumes diante dos baixos níveis de estoques. O mercado de painéis de madeira, encerrou o ano com crescimento de vendas de 13,2%, porém com queda de 3,4% no 4T21, em relação aos mesmos períodos de 2020, segundo dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

A Divisão Deca, assim como a Madeira, encerrou o ano com recorde absoluto de resultados, alcançando o EBITDA Ajustado e Recorrente de R$ 410,6 milhões no ano, sendo R$ 118,4 milhões no 4T21. O destaque ficou com o significativo ganho de margem, terceiro ano de evolução consecutiva, decorrente da implementação de aumento de preço e significativa melhoria de mix, o que levou ao crescimento de 21,0% do faturamento deflacionado no acumulado do ano. Já o setor de materiais para construção cresceu 7,9% no ano, conforme dados da Associação Brasileira de Materiais de Construção (ABRAMAT).

O mercado de Revestimentos Cerâmicos segue operando em altos patamares, com 89,6% de ocupação fabril conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos (ANFACER). Enquanto, a Divisão de Revestimentos Cerâmicos da Dexco operou com 100,0% de utilização, acima do mercado, com destaque ao melhor posicionamento de suas marcas e aumento da venda de produtos de grandes formatos, o que acabou por levar o resultado da Divisão a superar seus patamares de margens mesmo em meio ao cenário inflacionário desafiador. Assim, a Divisão encerrou o trimestre com recorde de EBITDA Ajustado e Recorrente, totalizando R$ 84,3 milhões, e com R$ 300,1 milhões no ano.

Não só os fortes resultados que marcaram o ano de 2021 na história da Companhia, mas também pelo início de um novo ciclo de sua história, com a mudança de sua marca corporativa de Duratex para Dexco. Com a Dexco, a Companhia dá um passo importante na consolidação de seu perfil centrado no consumidor final e em sua jornada de consumo, na intenção de criar soluções para que as pessoas vivam melhor seus ambientes, concretizando o propósito "Soluções para Melhor Viver".

A Dexco trouxe consigo um importante ciclo de crescimento, que prevê o investimento de aproximadamente R$ 2,5 bilhões em projetos de crescimento e aprimoramento de suas operações, dos quais R$ 500,0 milhões serão direcionados a aumentar a competitividade de custos e eficiência operacional da Divisão Madeira, com potencial de aumentar em 10,0% a sua capacidade de produção, além do aumento de 45,0% da sua capacidade de revestir painéis, de modo a aprimorar ainda mais seu mix e posicionamento de produtos. Na Divisão Deca serão investidos mais de R$ 1,1 bilhão no incremento de cerca de 35,0% da capacidade de produção de suas linhas de metais e louças, buscando por meio da tecnologia incrementar seu portfólio com uma linha de produtos inovadores e referência em design. Enquanto na Divisão de Revestimentos Cerâmicos serão investidos aproximadamente R$ 620,0 milhões, destinados à construção de uma nova unidade fabril na cidade de Botucatu (SP). Com a adição de cerca de 35,0% na capacidade produtiva da Divisão, esta fábrica será a mais moderna do Brasil e reforçará o posicionamento das marcas Portinari e Ceusa no mercado de formatos gigantes, aumentando ainda mais a exposição na categoria *high premium*.

Apesar dos resultados recordes e das grandes mudanças, 2021 encerrou em meio a grandes desafios, com a alta do preço de seus principais insumos, piora no cenário macroeconômico, em especial no que tange a confiança do consumidor, disponibilidade de renda da população e aumento da taxa básica de juros. Estes fatores devem continuar presentes ao longo de 2022, razão pela qual a Companhia busca reforçar ainda mais seu sistema de gestão de forma a garantir o melhor uso de seus recursos. Confiante dos resultados já alcançados nesta frente e na qualidade de seus projetos de crescimento, a Dexco segue positiva frente ao desempenho de suas operações e perspectiva de demanda futura, em especial daquela decorrente dos novos lançamentos imobiliários.

Ainda, em meio ao cenário Covid-19, a Dexco manteve todos os seus protocolos de segurança e foco na higienização e procedimentos de segurança em todas as suas unidades.

Sumário Financeiro Consolidado

(em R$ '000)	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
DESTAQUES								
Volume Expedido Deca ('000 peças)	7.163	8.490	-15,6%	7.856	-8,8%	29.616	27.315	8,4%
Volume Expedido Revestimentos Cerâmicos (m²)	6.210.976	7.687.490	-19,2%	6.793.645	-8,6%	25.317.685	24.274.772	4,3%
Volume Expedido Painéis (m³)	757.151	848.684	-10,8%	805.799	-6,0%	3.120.440	2.826.767	10,4%
Receita Líquida Consolidada	**2.250.839**	**1.893.563**	**18,9%**	**2.177.147**	**3,4%**	**8.170.241**	**5.879.616**	**39,0%**
Receita Líquida Consolidada Pro Forma (1)	**2.250.839**	**1.893.563**	**18,9%**	**2.177.147**	**3,4%**	**8.170.241**	**5.879.616**	**39,0%**
Lucro Bruto	791.063	617.837	28,0%	751.861	5,2%	2.869.848	1.851.820	55,0%
Lucro Bruto Pro Forma (1)	798.468	618.380	29,1%	751.861	6,2%	2.850.021	1.853.367	53,8%
Margem Bruta	35,1%	32,6%		34,5%		35,1%	31,5%	
Margem Bruta Pro Forma (1)	35,5%	32,7%		34,5%		34,9%	31,5%	
EBITDA CVM 527/12 (2)	461.316	487.951	-5,5%	592.470	-22,1%	2.603.685	1.292.390	101,5%
Margem EBITDA CVM 527/12	20,5%	25,8%		27,2%		31,9%	22,0%	
Ajustes de eventos não Caixa	(27.182)	14.753	N/A	(9.851)	175,9%	(127.721)	(113.541)	12,5%
Eventos não recorrentes (3)	137.266	29.844	359,9%	(25.764)	N/A	(358.232)	39.870	N/A
Celulose Solúvel	16.714	(16.380)	N/A	47.243	-64,6%	70.581	69.587	1,4%
EBITDA Ajustado e Recorrente (4)	**588.114**	**516.168**	**13,9%**	**604.098**	**-2,6%**	**2.188.313**	**1.288.306**	**69,9%**
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente (4)	**26,1%**	**27,3%**		**27,7%**		**26,8%**	**21,9%**	
Lucro Líquido	581.047	301.635	92,6%	255.336	127,6%	1.725.682	453.983	280,1%
Lucro Líquido Recorrente (1)(3)	**407.057**	**281.409**	**44,6%**	**267.547**	**52,1%**	**1.148.241**	**528.180**	**117,4%**
Margem Líquida Recorrente (1)(3)	**18,1%**	**14,9%**		**12,3%**		**14,1%**	**9,0%**	
INDICADORES								
Liquidez Corrente (5)	1,38	1,75	-21,1%	1,70	-18,8%	1,38	1,75	-21,1%
Endividamento Líquido (6)	2.448.346	1.477.308	65,7%	1.705.363	43,6%	2.448.346	1.477.308	65,7%
Endividamento Líquido/EBITDA UDM (7)	1,12	1,15	-2,6%	0,81	38,3%	1,12	1,15	-2,6%
Patrimônio Líquido médio	5.875.003	5.034.179	16,7%	5.835.343	0,7%	5.523.812	4.900.242	12,7%
ROE (8)	**39,6%**	**24,0%**		**17,5%**		**31,2%**	**9,3%**	
ROE Recorrente	**27,7%**	**22,4%**		**18,3%**		**20,8%**	**10,8%**	
AÇÕES								
Lucro Líquido por Ação (R$) (9)	0,8258	0,4369	89,0%	0,3724	121,8%	2,4903	0,6575	278,8%
Cotação de Fechamento (R$)	14,96	19,14	-21,8%	16,97	-11,8%	14,96	19,14	-21,8%
Valor Patrimonial por Ação (R$)	7,60	7,51	1,2%	8,77	-13,3%	7,60	7,51	1,2%
Ações em tesouraria (ações)	6.489.405	1.223.698	430,3%	5.906.452	9,9%	6.489.405	1.223.698	430,3%
Valor de Mercado (R$1.000)	11.286.924	13.217.334	-14,6%	11.639.350	-3,0%	11.286.924	13.217.334	-14,6%

*(1) Custo do Produto Vendido: **4T21:** Impairment (+) R$ 7.405 mil; **2T21:** exclusão do ICMS da base PIS e da COFINS: (-) R$ 27.232 mil; **3T20**: Reestruturação Revestimento Cerâmicos (+) R$ 885 mil; **2T20**: CPV: reestruturação Revestimentos Cerâmicos (-) R$ 505 mil; **1T20**: Reestruturação Revestimento Cerâmicos (+) R$ 624 mil. | Despesa com Vendas: **4T21**: Reestruturação de Deca e Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 48,127 mil; **1T21**: Reestruturação de Deca e Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 4.390 mil. | Despesas Gerais e Administrativas: **3T21**: Reestruturação de marcas (+) R$ 12.919 mil, Celulose solúvel (+) R$ 447 mil; **2T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 7.700 mil, Celulose solúvel (+) R$ 562 mil; **1T21**: Celulose solúvel (+) R$ 513 mil; **3T20**: Celulose solúvel (-) R$ 28 mil; **2T20**: Celulose solúvel (+) R$ 105 mil; **1T20**: Celulose solúvel (+) R$ 2.215 mil; Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 42 mil. (2) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 527/12. (3) Eventos não recorrentes detalhados no final do Relatório. (4) EBITDA ajustado por eventos não caixa advindos da variação do valor justo dos ativos biológicos e combinação de negócios, além de eventos extraordinários. (5) Liquidez Corrente: Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. Indica a disponibilidade em R$ para fazer frente a cada R$ de obrigações no curto prazo. (6) Endividamento Líquido: Dívida Financeira Total (-) Caixa. (7) Alavancagem financeira calculada sobre o EBITDA recorrente dos últimos 12 meses, ajustado pelos eventos de natureza contábil e não caixa. (8) ROE (Return on Equity): medida de desempenho dado pelo Lucro Líquido do período, anualizado, pelo Patrimônio Líquido médio. (9) Lucro Líquido por Ação é calculado mediante a Divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias mantidas em tesouraria.*

Destaques Financeiros Consolidados

EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

Em decisão do Supremo Tribunal Federal publicada em 14/05/2021 foi definido que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado na nota fiscal. Em decorrência desta decisão, após as tratativas mantidas com seus auditores independentes e com base na melhor estimativa até o momento dos valores associados, a Dexco apurou no acumulado de 2021 um impacto positivo em seu resultado consolidado estimado em R$ 614,7 milhões (antes dos efeitos fiscais), sendo R$ 8,9 milhões neste trimestre, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras publicadas. O impacto deste valor foi distribuído no ano entre as linhas de Custo Caixa do Produto Vendido no valor de R$ 27,2 milhões, Outros Resultados Operacionais no valor de R$ 496,6 milhões e no Resultado Financeiro no valor de R$ 221,6 milhões. No trimestre, por sua vez, os impactos foram distribuídos nas linhas Outros Resultados Operacionais, positivo em R$ 8,9 milhões, e R$ 22,7 milhões em Resultado Financeiro.

Importante mencionar que ainda não houve trânsito em julgado das medidas judiciais da Dexco S.A. (maior parte do montante) e que estas abrangem o período de 2001 a 2015. Ainda, ressalta-se que para aproveitamento dos referidos créditos, os valores deverão ser objeto de habilitação via procedimento administrativo perante a Receita Federal, processo este ainda em curso.

Por fim, a Companhia informa que, em conjunto com consultores, está trabalhando no levantamento e na análise da documentação física para apuração dos valores de períodos anteriores. Tal documentação está localizada em diversos estabelecimentos operacionais geograficamente dispersos, e incluem documentos originalmente sob guarda das empresas que a Companhia adquiriu ao longo dos últimos 20 anos.

RECEITA LÍQUIDA

Em meio a um cenário de pressão inflacionária, a Dexco buscou não só implementar aumentos de preço de forma gradual para preservar a demanda, como também em rever o posicionamento de seus produtos e priorizar a venda daqueles com maior valor agregado. Desta maneira, apesar de ter operado com baixos níveis de estoque se comparado à 2020, a Companhia conseguiu aumentar em 39,0% sua Receita Líquida anual e 18,9% no quarto trimestre, mesmo com queda de volume trimestral. Desta forma, a Dexco encerrou o ano com o total de R$ 8.170,2 milhões, maior Receita Líquida de sua história, e R$ 2.250,8 milhões no trimestre.

O aumento no custo de frete internacional somado a forte demanda do mercado local, levou a Companhia a reduzir no quarto trimestre os volumes direcionados ao mercado externo, apesar de na comparação anual ter mantido os patamares de 2020. Em contrapartida, a desvalorização cambial e o ganho de *market share* da unidade da Colômbia, levaram ao aumento de 4,8% da receita advinda do mercado externo na comparação trimestral e de 35,0% na anual.

Receita Líquida por área de atuação 4T21 (%)

Madeira 58% · Deca 28% · Revestimentos Cerâmicos 14%

Receita Líquida por área de atuação 2021 (%)

Madeira 58% · Deca 28% · Revestimentos Cerâmicos 14%

R$'000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Receita Líquida	**2.250.839**	**1.893.563**	**18,9%**	**2.177.147**	**3,4%**	**8.170.241**	**5.879.616**	**39,0%**
Mercado Interno	1.888.683	1.547.872	22,0%	1.797.317	5,1%	6.742.416	4.821.876	39,8%
Mercado Externo	362.156	345.691	4,8%	379.830	-4,7%	1.427.825	1.057.740	35,0%

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O Custo Caixa pro forma, Custo dos Produtos Vendidos líquidos de depreciação, amortização e exaustão, da variação líquida do ativo biológico e dos benefícios apurados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, encerrou o quarto trimestre em R$ 1.325,3 milhões, alta de 21,1% em relação ao mesmo período de 2020, devido principalmente a pressão de custos dos insumos, em especial àqueles atrelados à produção de resina (metanol e ureia) e da alta nos preços do gás natural.

Este fator, aliado ao aumento dos gastos variáveis vinculados ao maior volume expedido e evolução normal dos custos diretos, entre os quais se destaca mão de obra, com dissídios girando em torno de 10,0% no ano, levaram o Custo Caixa pro forma anual a alta de 33,8% em relação a 2020. Contudo, os ganhos com eficiência fabril somados à maior diluição de custo fixo impulsionaram a uma queda de 3,4 p.p. quando analisados o Custo Caixa pro forma sobre a Receita Líquida na mesma comparação.

A melhor base de preços e mix permitiu a evolução 29,1% do Lucro Bruto pro forma no 4T21 e de 53,8% no ano em relação aos mesmos períodos de 2020, o que contribuiu para a Companhia encerrar o período com margem bruta de 34,9%.

R$'000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
CPV caixa	**(1.332.712)**	**(1.095.180)**	**21,7%**	**(1.267.793)**	**5,1%**	**(4.777.729)**	**(3.586.746)**	**33,2%**
Eventos não recorrentes (1)	7.405	543	1263,7%	-	N/A	(19.827)	1.547	N/A
CPV caixa Pro Forma	**(1.325.307)**	**(1.094.637)**	**21,1%**	**(1.267.793)**	**4,5%**	**(4.797.556)**	**(3.585.199)**	**33,8%**
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	36.212	(19.457)	N/A	7.778	365,6%	129.444	117.270	10,4%
Parcela da Exaustão do Ativo Biológico	(26.792)	(38.257)	-30,0%	(29.750)	-9,9%	(116.256)	(104.367)	11,4%
Depreciação, Amortização e Exaustão	(136.484)	(122.832)	11,1%	(135.521)	0,7%	(535.852)	(453.953)	18,0%
Lucro Bruto	**791.063**	**617.837**	**28,0%**	**751.861**	**5,2%**	**2.869.848**	**1.851.820**	**55,0%**
Lucro Bruto Pro Forma (1)	**798.468**	**618.380**	**29,1%**	**751.861**	**6,2%**	**2.850.021**	**1.853.367**	**53,8%**
Margem Bruta	35,1%	32,6%		34,5%		35,1%	31,5%	
Margem Bruta Pro Forma (1)(2)	35,5%	32,7%		34,5%		34,9%	31,5%	

*(1) Eventos não recorrentes: **4T21:** Impairment (+) R$ 7.405 mil; **2T21:** Exclusão ICMS da base de cálculo PIS e COFINS (+) R$ 27.232 mil; **4T20:** reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 543 mil; **3T20**: Reestruturação Revestimento Cerâmicos (+) R$ 885 mil; **2T20:** Reestruturação Revestimento Cerâmicos (-) R$ 505 mil; **1T20**: reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 624 mil. (2) Lucro bruto pro forma/Receita líquida consolidada pro forma.*

DESPESAS COM VENDAS

No quarto trimestre, além dos maiores dispêndios com mão de obra já citados, as Divisões Deca e Revestimento Cerâmicos, as quais tiveram suas gestões consolidadas, optaram por internalizar seus times de representantes comerciais com o objetivo de aprimorar o contato com os consumidores finais e impulsionar a captura de sinergias entre as Divisões. Diante disso, as Despesas com Vendas totalizaram R$ 331,0 milhões no trimestre, valor 54,5% superior ao 4T20, enquanto no ano pelas mesmas razões a alta foi de 28,8% sobre 2020. Se excluído este efeito, as Despesas com Vendas apresentaram alta de 32,1% em relação ao 4T21 e de 22,1% sobre o ano de 2020, devido principalmente ao aumento dos gastos com propaganda e maior volume vendido no ano.

R$'000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Despesas com Vendas	**(331.041)**	**(214.229)**	**54,5%**	**(241.413)**	**37,1%**	**(1.006.042)**	**(781.150)**	**28,8%**
% DA RECEITA LÍQUIDA	14,7%	11,3%		11,1%		12,3%	13,3%	
Eventos não recorrentes (1)	**48.127**	**-**	**N/A**	**-**	**N/A**	**52.517**	**-**	**N/A**
Despesas com Vendas Pro Forma (1)	**(282.914)**	**(214.229)**	**32,1%**	**(241.413)**	**17,2%**	**(953.525)**	**(781.150)**	**22,1%**
% DA RECEITA LÍQUIDA Pro Forma(1)	12,6%	11,3%		11,1%		11,7%	13,3%	

*(1) Eventos não recorrentes: **4T21:** Reestruturação de Deca e Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 48,127 mil; **1T21**: Reestruturação de Deca e Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 4.390 mil.*

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O projeto de reestruturação das marcas da Companhia que resultou no lançamento da Dexco em 2021 foi o principal responsável pelo aumento de 15,2% no trimestre e de 19,8% no ano nas Despesas Gerais e Administrativas em relação aos mesmos períodos de 2020. Quando desconsiderado este dispêndio, a alta foi de 6,1% em relação ao 4T20 e de 8,3% em relação ao acumulado do ano. Todavia, mesmo com as altas apresentadas, quando analisada em relação à Receita Líquida, notou-se uma maior diluição desta despesa, tanto no acumulado trimestral quanto no anual.

R$'000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Despesas Gerais e Administrativas	**(84.569)**	**(73.442)**	**15,2%**	**(76.497)**	**10,6%**	**(284.935)**	**(237.878)**	**19,8%**
% DA RECEITA LÍQUIDA	3,8%	3,9%		3,5%		3,5%	4,0%	
Eventos não recorrentes (1)	6.662		N/A	13.366	-50,2%	27.281	42	64854,8%
Despesas Gerais e Administrativas Pro Forma(1)	**(77.907)**	**(73.442)**	**6,1%**	**(63.131)**	**23,4%**	**(257.654)**	**(237.836)**	**8,3%**
% DA RECEITA LÍQUIDA Pro Forma(1)	3,5%	3,9%		2,9%		3,2%	4,0%	

*(1) Eventos não recorrentes: **4T21**: Reestruturação de marcas (+) R$ 6.662 mil; **3T21**: Reestruturação de marcas (+) R$ 12.919 mil, Celulose solúvel (+) R$ 447 mil; **2T21:** Reestruturação das marcas (+) R$ 7.700 mil, Celulose solúvel (+) R$ 562 mil; **1T21:** Celulose solúvel (+) R$ 513 mil; **3T20**: Celulose solúvel (-) R$ 28 mil; **2T20**: Celulose solúvel (+) R$ 105 mil; **1T20**: Celulose solúvel (+) R$ 2.215 mil; Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 42 mil.*

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

EBITDA

Após sequenciais recordes de produtividade operacional, em especial na Divisão Madeira que encerrou o ano com 100,0% de utilização fabril, além de aprimorar seu mix e implementar efetivos aumentos de preços em todas as Divisões, a Dexco encerrou 2021 com o seu maior nível histórico de resultado com o EBITDA Ajustado e Recorrente de R$ 2.188,3 milhões, 69,9% acima do realizado em 2020. A Margem EBITDA Ajustado e Recorrente do período foi de 26,8%, +4,9 p.p. sobre a divulgada no 2020.

No quarto trimestre, mesmo com os maiores impactos da sazonalidade em relação ao 4T20, o repasse de preço foi suficiente para superar a pressão inflacionária, culminando em um EBITDA Ajustado e Recorrente de R$ 588,1 milhões, sendo este superior ao melhor resultado apurado em um quarto trimestre pela Companhia. No período, a margem EBITDA foi de 26,1%.

Importante ressaltar que por representarem apenas efeitos contábeis e se tratar de um projeto de investimento, ainda em fase pré-operacional, os resultados da nova Divisão de Celulose Solúvel (LD Celulose) foram considerados como evento não recorrente. Desta forma, os impactos positivos de R$ 16,7 milhões no trimestre e de R$ 70,6 milhões no ano, advindos da apuração por meio de equivalência patrimonial, não se refletiu no EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA, de acordo com a sistemática da Instrução CVM 527/12. A partir deste resultado, e de forma a melhor transmitir o potencial de geração operacional de caixa da Companhia, dois ajustes são realizados: o expurgo de eventos de caráter contábil e não caixa do EBITDA e a desconsideração de eventos de natureza extraordinária. Desta forma, alinhada às melhores práticas, apresentamos abaixo o cálculo do indicador que melhor reflete o potencial de geração de caixa da Companhia.

EBITDA Ajustado e Recorrente por área de atuação 4T21 (%)

Madeira 66% · Deca 20% · Revestimentos Cerâmicos 14%

EBITDA Ajustado e Recorrente por área de atuação 2021 (%)

Madeira 68% · Deca 19% · Revestimentos Cerâmicos 14%

Reconciliação EBITDA em R$'000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Lucro Líquido do Período	**581.047**	**301.635**	**92,6%**	**255.336**	**127,6%**	**1.725.682**	**453.983**	**280,1%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(316.225)	(18.322)	1625,9%	148.651	N/A	263.383	80.762	226,1%
Resultado Financeiro Líquido	17.703	27.341	-35,3%	8.052	119,9%	(97.673)	137.138	N/A
EBIT	282.525	310.654	-9,1%	412.039	-31,4%	1.891.392	671.883	181,5%
Depreciação, amortização e exaustão	152.001	139.040	9,3%	150.681	0,9%	596.038	516.140	15,5%
Parcela da Exaustão do Ativo Biológico	26.791	38.257	-30,0%	29.750	-9,9%	116.255	104.367	11,4%
EBITDA de acordo com CVM 527/12	**461.317**	**487.951**	**-5,5%**	**592.470**	**-22,1%**	**2.603.685**	**1.292.390**	**101,5%**
Margem EBITDA CVM 527/12	20,5%	25,8%		27,2%		31,9%	22,0%	
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	(36.212)	19.457	N/A	(7.778)	365,6%	(129.444)	(117.270)	10,4%
Benefício a Empregados	9.030	(4.704)	N/A	(2.073)	N/A	1.723	3.729	-53,8%
Eventos não recorrentes (1)	137.266	29.844	359,9%	(25.764)	N/A	(358.232)	39.870	N/A
Celulose Solúvel	16.714	(16.380)	N/A	47.243	-64,6%	70.581	69.587	1,4%
EBITDA Ajustado e Recorrente (1)	**588.115**	**516.168**	**13,9%**	**604.098**	**-2,6%**	**2.188.313**	**1.288.306**	**69,9%**
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente (1)	**26,1%**	**27,3%**		**27,7%**		**26,8%**	**21,9%**	

(1) Eventos não recorrentes detalhados no final do Relatório.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro pro forma foi negativo em R$ 38,1 milhões, um aumento de 39,3% em relação ao 4T20, que pode ser explicado principalmente pela trajetória de alta da taxa de juros, cujo aumento foi de 7,2 p.p no período. Ainda, a estratégia de *liability management*, com a queda do custo do endividamento, levou à leve redução de 2,1% do Resultado Financeiro pro forma em relação ao 3T21.

Contudo, se analisado o Resultado Financeiro pro forma no ano, a soma dos efeitos de despesa com juros, variação cambial e avanço do resultado operacional, levou a melhoria de 9,6% em relação ao ano de 2020.

R$'000	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Receitas financeiras	92.993	7.341	1166,8%	74.021	25,6%	403.860	132.149	205,6%
Despesas financeiras	(110.696)	(34.682)	219,2%	(82.073)	34,9%	(306.187)	(269.287)	13,7%
Resultado financeiro líquido	**(17.703)**	**(27.341)**	**-35,3%**	**(8.052)**	**119,9%**	**97.673**	**(137.138)**	**N/A**
Eventos não recorrentes (1)	(20.384)	-	N/A	(30.869)	-34,0%	(221.648)	-	N/A
Receitas financeiras Pro Forma(1)	70.322	7.341	857,9%	45.402	54,9%	173.976	132.149	31,7%
Despesas financeiras Pro Forma(1)	(108.409)	(34.682)	212,6%	(84.323)	28,6%	(297.951)	(269.287)	10,6%
Resultado financeiro líquido Pro Forma(1)	**(38.087)**	**(27.341)**	**39,3%**	**(38.921)**	**-2,1%**	**(123.975)**	**(137.138)**	**-9,6%**

*(1) Evento não recorrente: **4T21:** Receita: Atualização do ICMS da Base PIS e COFINS (-) R$ 22.671 mil; Despesa: Contingências Fiscais (+) R$ 2.287 mil; **3T21:** Receita: Atualização do ICMS da base PIS e COFINS (-) R$ 27.442 mil, Outros (-) R$ 1.177 mil; Despesa: Atualização do ICMS da base PIS e COFINS (-) R$ 2.250 mil; **2T21:** Receita: Exclusão do ICMS da base PIS e COFINS (-) R$ 178.594 mil; Despesa: Exclusão do ICMS da base PIS e COFINS (+) R$ 8.199 mil.*

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

dexco deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021 (continuação)

LUCRO LÍQUIDO

Os resultados recordes do ano, alavancados pela melhora do mix e pela estratégia de repasse de preços fizeram com que a Companhia encerrasse o ano de 2021 com o Lucro Líquido Recorrente em R$ 1.148,2 milhões, o melhor resultado da história e mais que o dobro do apresentado em 2020. Estes efeitos, somados à trajetória de transformação da Companhia, como a revisão de ativos e melhora da performance operacional, contribuíram para que a Dexco apresentasse a importante evolução de 10,0 p.p. no ROE recorrente em relação à 2020, encerrando o ano em 20,8%.

No trimestre, a Companhia apresentou Lucro Líquido Recorrente de R$ 407,1 milhões, 44,6% acima do mesmo período do ano passado. Além dos efeitos comentados anteriormente, como o forte resultado operacional, o Lucro também foi favorecido no 4T21 pela Variação do Valor Justo do Ativo Biológico no montante de R$ 129,4 milhões, alavancado pela atualização do preço da madeira. Os efeitos positivos também contribuíram para a melhora de 5,4 p.p. do ROE recorrente versus 4T20, que encerrou o 4T21 em 27,7%.

R$ '000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
Lucro Líquido	**581.047**	**301.635**	**92,6%**	**255.336**	**127,6%**	**1.725.682**	**453.983**	**280,1%**
Eventos não recorrentes (1)	(190.551)	(3.365)	5562,7%	(34.880)	446,3%	(647.352)	6.026	N/A
Celulose Solúvel	16.561	(16.861)	N/A	47.091	-64,8%	69.911	68.171	2,6%
Lucro Líquido Recorrente (1)	**407.057**	**281.409**	**44,6%**	**267.547**	**52,1%**	**1.148.241**	**528.180**	**117,4%**
ROE	39,6%	24,0%		17,5%		31,2%	9,3%	
ROE Recorrente(1)	27,7%	22,4%		18,3%		20,8%	10,8%	

(1) Eventos não recorrentes detalhados no final do Relatório.

FLUXO DE CAIXA

Confirmando o foco na gestão eficiente de caixa, a Companhia encerra 2021 com a geração de R$ 900,5 milhões de caixa livre *sustaining*, ou seja, desconsiderando investimento em projetos de expansão e eventos não recorrentes.

Em meio à um cenário de forte pressão inflacionária, a Dexco optou por antecipar a compra de seus principais insumos como forma de mitigar os impactos no aumento de preço, isto, aliado a recomposição de estoques, em especial da Deca, resultou em um leve aumento no consumo de capital de giro. Este foi parcialmente compensado com a efetiva estratégia de gestão de fornecedores e ações junto a clientes. Contudo, mesmo com o consumo citado, a Companhia encerrou o ano com o ciclo de caixa negativo, além da manutenção em patamares baixos da proporção entre o investimento em Capital de Giro e a Receita em 9,6%, 2,4 p.p. abaixo do mesmo período em 2020. Como evento não recorrente no ano, além dos investimentos em projetos de expansão, como a melhora de mix da Divisão Madeira, melhoria operacional da Deca, modernização fabril de Revestimentos Cerâmicos, dentre outros, no montante de R$ 483,0 milhões, a Dexco também investiu R$ 100,5 milhões na LD Celulose, R$ 40,7 milhões no DX Ventures e R$ 102,3 milhões na ABC da Construção, desembolsados no 4T21.

Ainda, a Companhia optou por antecipar a compra de madeira em pé prevista para o primeiro semestre de 2022, a fim de mitigar os riscos de novos aumentos. Por esta razão, notou o aumento de R$ 227,5 milhões no *opex* florestal e, com isso, capex *sustaining* do ano. Vale destacar que mesmo sendo verticalizada, a Companhia é ativa no mercado de madeira de forma a garantir o menor custo de produção de seus produtos.

No quarto trimestre, o forte resultado somado à gestão eficiente de capital de giro, contribuiu para que a Dexco finalizasse o período com a geração de caixa *sustaining* de R$ 300,7 milhões. Ressalta-se que, mesmo com os impactos decorrentes do aumento no nível de estoques, houve geração de R$ 223,8 milhões no capital de giro, alavancado principalmente pela bem-sucedida estratégia junto aos fornecedores e clientes, que levou à melhora de 10 dias do ciclo de conversão de caixa.

Neste trimestre, além do desembolso referente à ABC da Construção, foram investidos R$ 67,3 milhões em projetos de expansão, R$ 81,9 milhões na LD Celulose e R$ 34,3 milhões no DX Ventures.

(R$ milhões)	4º tri/21	3º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
EBITDA Ajustado e Recorrente	588,1	516,2	13,9%	604,1	-2,7%	2.188,3	1.288,3	69,9%
CAPEX *Sustaining*	(290,6)	(160,7)	80,8%	(168,0)	73,0%	(689,9)	(462,3)	49,2%
Fluxo Financeiro	(87,8)	(21,0)	317,7%	10,4	N/A	(123,2)	(53,4)	130,5%
IR/CSLL	(132,9)	(85,8)	54,9%	(110,1)	20,7%	(379,6)	(153,3)	147,6%
Δ Capital de Giro	223,8	195,0	14,8%	(111,5)	-300,7%	(74,2)	484,7	N/A
Outros	0,1	25,7	-99,6%	(6,2)	N/A	(21,0)	24,9	N/A
Fluxo de Caixa Livre *Sustaining*	**300,7**	**469,3**	**-35,9%**	**218,8**	**37,5%**	**900,5**	**1.128,8**	**-20,2%**
Projetos (1)	(295,9)	(41,8)	608,8%	(80,4)	268,0%	(475,1)	(598,4)	-20,6%
Fluxo de Caixa Livre Total	**4,8**	**427,5**	**-98,9%**	**138,3**	**-96,5%**	**425,5**	**530,5**	**-19,8%**
Cash Convertion Ratio (2)	51,1%	90,9%		36,2%		41,2%	87,6%	

*(1) Projetos: **4T21**: DX Ventures (-) R$ 34.300 mil, Celulose Solúvel (-) R$ 81.900 mil, Aquisição Linhas BP Madeiras e Desgargalamento (-) R$ 41.200 mil, Projetos Deca (-) R$ 17.200 mil, Expansão, Modernização e outros - Revestimentos Cerâmicos (-) R$ 8.700 mil, ABC da Construção (-) R$ 102.300 mil, Aquisição Cecrisa (-) R$ 10.300 mil; **3T21:** DX Ventures (-) R$ 6.500 mil, Celulose solúvel (-) R$ 400 mil, Aquisição de linha BP Madeira (-) R$ 18.500 mil, desgargalamento Madeira e outros (-) R$ 4.200 mil, Expansão Metais Deca e outros (-) R$ 29.500 mil, Expansão Hydra (-) R$ 100 mil, Expansão Louças (-) R$ 1.600 mil, Modernização Revestimentos Cerâmicos (-) R$ 10.600 mil; Pagamento exclusão do ICMS base PIS e do COFINS (-) R$ 6.000 mil, Processos judiciais INSS (-) R$ 3.000 mil; **2T21**: alienação de terras e florestas (+) R$ 9.700 mil; aquisição de linha BP Madeira (-) R$ 46.200 mil; desgargalamento Madeira (-) R$ 4.600 mil, modernização Revestimentos Cerâmicos R$ 19.400 mil; Projeto Celulose Solúvel (-) R$ 17.700 mil; Expansão Hydra (-) R$ 3.900 mil, projetos de melhoria de eficiência Louças (-) R$ 7.300 mil; **1T21**: Aquisição de linha BP Madeira e outros (-) R$ 2.500 mil; modernização Revestimentos Cerâmicos (-) R$ 6.200 mil, recebimento; alienação de terras e florestas (+) R$ 6.900 mil; Religamento de fornos Deca (-) R$ 4.400 mil; Expansão Hydra (-) R$ 2.600 mil; **4T20:** Projeto Celulose Solúvel (-) R$ 1.379 mil, Alienação de terras e florestas (+) R$ 20.703 mil, Expansão unidade de revestimentos cerâmicos (-) R$ 78 mil, Aquisição Cecrisa (-) R$ 58.749 mil, Outros (-) R$ 2.248 mil; **3T20**: Expansão unidade de revestimento cerâmico (-) R$ 300 mil, Recebimento de (+) R$ 12.900 mil referente a venda de ativos para a Bracell, Aquisição Cecrisa (-) R$ 2.900 mil; venda de ativo R$ (+) R$ 2.600 mil; Projeto Celulose Solúvel (-) R$ 310.700 mil; **2T20**: Projeto Celulose Solúvel (-) R$ 211.000 mil, Expansão Revestimentos Cerâmicos (-) R$ 800 mil, Aquisição Cecrisa (-) R$ 600 mil, Venda de ativos (+) R$ 10.000 mil, Aquisição fazenda (-) R$ 6.000 mil; **1T20**: Impostos operação Bracell: (-) R$ 46.000 mil, modernização Revestimentos Cerâmico (-) R$ 4.000 mil. (2) Cash Convertion Ratio: Fluxo de Caixa Livre Sustaining/EBITDA Ajustado e Recorrente*

ENDIVIDAMENTO

A Companhia finalizou o último trimestre do ano com o endividamento consolidado de R$ 3.869,6 milhões e Dívida Líquida de R$ 2.448,3 milhões. Em relação ao 3T21, houve um aumento nominal de R$ 743,0 milhões do endividamento liquido, que pode ser explicado pelos investimentos estratégicos da Companhia e pelo pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos. Em contrapartida, quando comparado ao final do ano de 2020, os fortes resultados levaram a uma queda na alavancagem de 1,2x para 1,1x Dívida Líquida EBITDA Ajustado e Recorrente, mesmo considerando o desembolso ora citado.

Vale ressaltar ainda que neste trimestre foram realizadas importantes iniciativas de *liability management*, como o saque do montante de R$ 509,9 milhões da linha de financiamento do BNDES com custo abaixo do CDI e prazo de pagamento de 14 anos. Também foi realizada a renegociação e rolamento da dívida de R$ 250,0 milhões, captada de forma emergencial no início da crise COVID-19. Estas ações levaram ao aumento do prazo médio de pagamento para 3,2 anos (frente a 2,1 anos apresentado no 3T21) e redução do custo de dívida de 105,0% do CDI para 101,0% do CDI.

Endividamento bruto - 4T21 (%)

Curto prazo 22%
Longo prazo 78%

Além disso, como um mecanismo de contingência em eventual volatilidade do mercado, foi realizada a contratação de linha de crédito rotativo *(Revolving Credit)* no montante de R$ 500,0 milhões.

R$ '000	31/12/2021	31/12/2020	Var R$	30/09/2021	Var R$
Endividamento Curto Prazo	849.252	573.384	275.868	537.220	312.032
Endividamento Longo Prazo	3.020.396	2.632.337	388.059	2.574.167	446.229
Endividamento Total	**3.869.648**	**3.205.721**	**663.927**	**3.111.387**	**758.261**
Disponibilidades	1.421.302	1.728.413	(307.111)	1.406.024	15.278
Endividamento Líquido	**2.448.346**	**1.477.308**	**971.038**	**1.705.363**	**742.983**
Endividamento Líquido/EBITDA Recorrente e Ajustado UDM	**1,12**	**1,15**		**0,81**	
Endividamento Líquido/PL (em %)	**42,7%**	**28,5%**		**28,4%**	

Cronograma de Amortização - (em R$ milhões)

Posição em Caixa (R$)	2022	2023	2024	2025	2026	2027 e após
1.421,3	849,3	598,1	901,3	80,0	1.079,6	361,4

GESTÃO ESTRATÉGICA E INVESTIMENTOS

Em 2021, a Companhia anunciou seu novo ciclo de investimentos no montante de aproximadamente R$ 2,5 bilhões, direcionados a projetos de crescimento orgânicos e inorgânicos voltados principalmente ao aumento de produtividade e melhora de mix. Deste valor, já foram desembolsados, em 2021, R$ 372,2 milhões em investimentos, o que explica o avanço de 17,7% no montante investido em relação à 2020. Deste valor, R$ 104,2 milhões foram direcionados para as aquisições de linhas para revestimentos de painéis de madeira e R$ 41,0 milhões para o projeto de melhora de mix da Deca. Além disso, a Companhia deu mais um importante passo na estratégia de aproximação com o consumidor final, por meio do investimento de R$ 102,3 milhões para aquisição de aproximadamente 10,0% das ações votantes da ABC da Construção e o aporte de R$ 40,7 milhões no DX Ventures. Vale lembrar que a DX Ventures anunciou em 2021 o investimento de R$ 45,0 milhões nas empresas Urbem e Noah.

Do total desembolsado em projetos no ano, R$ 203,8 milhões foram realizados no 4T21, como a aquisição de participação minoritária da ABC da Construção, o investimento de R$ 40,6 milhões nas iniciativas de melhora do mix de painéis e R$ 34,3 milhões no DX Ventures.

No final do 4T21, a Dexco anunciou também a aquisição da Castelatto, que é líder no segmento premium de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico com capacidade de 7,5 milhões de peças por ano. Como referência em design, esta aquisição é mais um passo da Dexco na materialização de seu propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver, com inovadoras soluções e estilos para seus clientes e consumidores poderem cada vez mais Viver Ambientes. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), já publicou um despacho decidindo pela aprovação sem restrições. No momento, a Companhia está aguardando o trânsito em julgado desta decisão para conclusão da aquisição e integração da Castelatto em seu portfólio.

No primeiro trimestre de 2022, a DX Venture assinou com os acionistas e investidores da Brasil ao Cubo S.A. ("Brasil ao Cubo") um contrato de investimento no valor de até R$ 74,0 milhões. A Brasil ao Cubo é uma construtech fundada em 2016, especializada em soluções construtivas ágeis através da técnica de construção modular industrializada *offsite* e método *plug-and-play* BR3. Através do modelo construtivo em módulos, produz estruturas metálicas e as utiliza prontas para montagem no canteiro de obra, com toda a parte elétrica, hidráulica e demais acabamentos já instalados. Atualmente, atua nos segmentos comercial, industrial, residencial, corporativo e saúde, com mais de 200 obras entregues em 14 estados.

OPERAÇÕES

MADEIRA

DESTAQUES	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
EXPEDIÇÃO (em m³)								
STANDARD	408.412	489.767	-16,6%	443.897	-8,0%	1.757.465	1.672.937	5,1%
REVESTIDOS	348.739	358.917	-2,8%	361.902	-3,6%	1.362.975	1.153.830	18,1%
TOTAL	**757.151**	**848.684**	**-10,8%**	**805.799**	**-6,0%**	**3.120.440**	**2.826.767**	**10,4%**
DESTAQUES FINANCEIROS (R$1.000)								
RECEITA LÍQUIDA	**1.302.164**	**1.055.968**	**23,3%**	**1.249.108**	**4,2%**	**4.762.430**	**3.251.027**	**46,5%**
RECEITA LÍQUIDA - Pro Forma	1.302.164	1.055.968	23,3%	1.249.108	4,2%	4.762.430	3.251.027	46,5%
MERCADO INTERNO	1.006.987	772.047	30,4%	930.798	8,2%	3.570.817	2.384.037	49,8%
MERCADO EXTERNO	295.177	283.921	4,0%	318.310	-7,3%	1.191.613	866.990	37,4%
Receita Líquida Unitária (em R$/m³ expedido)	**1.719,8**	**1.244,2**	**38,2%**	**1.550,1**	**10,9%**	**1.526,2**	**1.150,1**	**32,7%**
Custo Caixa Unitário (em R$/m³ expedido)	**(942,6)**	**(690,6)**	**36,5%**	**(881,2)**	**7,0%**	**(843,4)**	**(686,3)**	**22,9%**
Custo Caixa Unitário (em R$/m³ expedido) Pro Forma (1)	**(942,6)**	**(690,6)**	**36,5%**	**(881,2)**	**7,0%**	**(847,5)**	**(686,3)**	**23,5%**
Lucro Bruto	496.536	321.287	54,5%	416.930	19,1%	1.747.430	996.796	75,3%
Lucro Bruto - Pro Forma (1)	496.536	321.287	54,5%	416.930	19,1%	1.734.466	996.796	74,0%
Margem Bruta	38,1%	30,4%		33,4%		36,7%	30,7%	
Margem Bruta - Pro Forma (1)	38,1%	30,4%		33,4%		36,4%	30,7%	
Despesa com Vendas	(164.753)	(116.721)	41,2%	(125.940)	30,8%	(528.316)	(420.877)	25,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(37.841)	(35.051)	8,0%	(32.567)	16,2%	(121.802)	(106.221)	14,7%
Despesas Gerais e Administrativas - Pro Forma(2)	(33.795)	(35.051)	-3,6%	(25.509)	32,5%	(107.129)	(106.221)	0,9%
Lucro Operacional antes do Financeiro	**260.986**	**150.194**	**73,8%**	**287.293**	**-9,2%**	**1.332.835**	**427.910**	**211,5%**
Depreciação, amortização e exaustão	109.947	100.105	9,8%	109.583	0,3%	432.907	363.651	19,0%
Parcela da Exaustão do Ativo Biológico	26.791	38.257	-30,0%	29.750	-9,9%	116.255	104.367	11,4%
EBITDA CVM 527/12 (3)	397.724	288.556	37,8%	426.626	-6,8%	1.881.997	895.928	110,1%
Margem EBITDA CVM 527/12	30,5%	27,3%		34,2%		39,5%	27,6%	
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	(36.212)	19.457	-286,1%	(7.778)	365,6%	(129.444)	(117.270)	10,4%
Benefícios a Empregados	4.311	(746)	N/A	(1.580)	N/A	2.322	3.484	-33,4%
Eventos não recorrentes (4)	19.625	12.855	52,7%	(33.743)	N/A	(277.239)	6.107	N/A
EBITDA Ajustado e Recorrente	**385.448**	**320.122**	**20,4%**	**383.525**	**0,5%**	**1.477.636**	**788.249**	**87,5%**
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	29,6%	30,3%		30,7%		31,0%	24,2%	

*(1) Custo do Produto Vendido: **2T21**: CPV: exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (-) R$ 12.964 mil. (2) Despesas Gerais e Administrativas: **4T21:** Reestruturação das marcas (+) R$ 4.046 mil; **3T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 7.058 mil; **2T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 3.569 mil. (3) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 527/12. (4) Eventos não recorrentes: detalhados no final do Relatório.*

O mercado de painéis de madeira encerrou o ano com volume vendido de 9.304,5 mil m3, crescimento de 15,1% nas vendas de MDF e de 10,4% de MDP, conforme dados do IBA, mesmo quando considerado o menor nível de estoque e a queda de volume do quarto trimestre. A Dexco, por sua vez, encerrou o ano com resultado de vendas semelhante ao setor, porém com recordes nos níveis de utilização fabril e robusta capacidade de implementação dos aumentos de preços, o que a levou ao melhor ano e trimestre da história da Divisão.

O ritmo acelerado da demanda no mercado de painéis em 2021 acabou por levar a alta de 10,4% no volume vendido quando comparado ao ano de 2020, apesar da retração de 10,8% apresentada no 4T21 sobre o 4T20 devido a antecipação das paradas de manutenção de alguns de seus clientes. Diante disso, a Divisão encerrou o ano com a expedição de 3.120,4 mil m3, sendo 757,2 mil m3 no 4T21. No tocante ao mercado externo, a Dexco buscou aprimorar seu posicionamento em mercados diversificados e a criação de relacionamento de longo prazo junto à clientes estratégicos, visando garantir a maior flexibilidade e estabilidade aos negócios de painéis mesmo em cenários diversos. Diante disto, apesar da alta no custo do frete internacional, a Companhia manteve o volume exportado estável frente ao apresentado em 2020.

No ano, a Divisão Madeira reviu sua estratégia comercial, direcionando seus esforços a priorização de canais mais rentáveis. Esta estratégia, beneficiou não só a rentabilidade nas vendas no mercado local, como também as exportações, que passaram a ter margens competitivas. Isto, aliado à estratégia de aumento de preços, levou a alta de 32,7% na receita unitária da Divisão sobre o ano anterior, o que resultou na Receita Líquida de R$ 4.762,4 milhões, 46,5% acima de 2020. Deste resultado, R$ 1.302,2 milhões foi realizado no 4T21, crescimento de 23,3% sobre o 4T20, devido aos mesmos fatores ora expostos.

Madeira - Segmentação de Vendas 4T21 (%)

Indústria Moveleira 43%
Revenda 40%
Exportação 15%
Construtoras / Outros 2%

Madeira - Segmentação de Vendas 2021 (%)

Indústria Moveleira 45%
Revenda 39%
Exportação 14%
Construtoras / Outros 2%

Madeira - Custo dos Produtos Vendidos 4T21 (%)

Resina 31%; Papel 19%; Outros materiais 18%; Madeira 15%; Energia elétrica 6%; Mão de obra 5%; Depreciação e amortização 5%

Madeira - Custo dos Produtos Vendidos 2021 (%)

Resina 27%; Outros materiais 20%; Madeira 16%; Papel 17%; Energia elétrica 7%; Mão de obra 7%; Depreciação e amortização 6%

A pressão no custo de insumos impactou negativamente o resultado anual da Divisão Madeira, porém com piora relevante no segundo semestre, quando se notou uma alta expressiva no valor do metanol e da ureia, principais insumos da Divisão. Com isso, a Companhia encerrou o último trimestre do ano com piora de 36,5% do custo caixa unitário frente ao mesmo período do ano passado, parcialmente compensada pela melhora de eficiência operacional, e alta de 23,5% no ano em relação a 2020. O aumento no custo do frete internacional também pressionou os resultados da Divisão, levando ao aumento de 41,2% das Despesas com Vendas na comparação com o 4T20 e de 25,5% na comparação anual, porém com queda de 1,8 p.p. de seu percentual sob a Receita Líquida no ano. Já as Despesas Gerais e Administrativas, quando desconsiderados os investimentos na reestruturação da marca corporativa, apresentaram queda quanto comparado ao 4T20 e mantiveram-se no patamar de 2020.

A consolidação da estratégia comercial e a implementação de aumentos de preço somados à manutenção do alto índice de ocupação fabril, levaram à mais um resultado histórico da Divisão, que encerrou o ano com R$ 1,5 bilhão de EBITDA Ajustado e Recorrente, 87,5% acima do mesmo período do ano anterior, e margem de 31,0%. Deste resultado, R$ 385,4 milhões foram realizados no 4T21, melhor trimestre da história, com margem de 29,6%.

Reforçando a estratégia de diferenciação, em 2021 foram investidos R$ 116,9 milhões no projeto de desgargalamento fabril, que já geraram benefícios em 2021, e na aquisição de equipamentos para expansão da capacidade de revestimento de painéis que teve início de operação da primeira linha em novembro.

DECA

DESTAQUES	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
EXPEDIÇÃO (em '000 peças)								
BÁSICOS	2.771	2.989	-7,3%	2.608	6,3%	9.604	8.933	7,5%
ACABAMENTO	4.392	5.501	-20,2%	5.248	-16,3%	20.012	18.382	8,9%
TOTAL	**7.163**	**8.490**	**-15,6%**	**7.856**	**-8,8%**	**29.616**	**27.315**	**8,4%**
DESTAQUES FINANCEIROS (R$1.000)								
RECEITA LÍQUIDA (vendas em peças)	**630.068**	**548.949**	**14,8%**	**603.329**	**4,4%**	**2.250.542**	**1.717.650**	**31,0%**
RECEITA LÍQUIDA Pro Forma (vendas em peças)	630.068	548.949	14,8%	603.329	4,4%	2.250.542	1.717.650	31,0%
MERCADO INTERNO	598.487	514.396	16,3%	573.692	4,3%	2.129.619	1.617.243	31,7%
MERCADO EXTERNO	31.581	34.553	-8,6%	29.637	6,6%	120.923	100.407	20,4%
Receita Líquida Unitária (em R$/peça expedida)	**88,0**	**64,7**	**36,0%**	**76,8**	**14,5%**	**76,0**	**62,9**	**20,8%**
Custo Caixa Unitário (em R$/peça expedida)	**(60,8)**	**(38,9)**	**56,5%**	**(46,4)**	**31,0%**	**(49,5)**	**(39,4)**	**25,9%**
Custo Caixa Unitário Pro Forma (em R$/peça expedida)(1)	**(59,8)**	**(38,9)**	**53,9%**	**(46,4)**	**28,8%**	**(49,6)**	**(39,4)**	**26,2%**
Lucro Bruto	171.257	196.922	-13,0%	215.066	-20,4%	691.020	550.976	25,4%
Lucro Bruto - Pro Forma (1)	178.662	196.922	-9,3%	215.066	-16,9%	687.428	550.976	24,8%
Margem Bruta	27,2%	35,9%		35,6%		30,7%	32,1%	
Margem Bruta - Pro Forma (1)	28,4%	35,9%		35,6%		30,5%	32,1%	
Despesa com Vendas	(118.243)	(66.871)	76,8%	(73.647)	60,6%	(326.338)	(239.172)	36,4%
Despesas com Vendas - Pro Forma (2)	(75.041)	(66.871)	12,2%	(73.647)	1,9%	(275.400)	(239.172)	15,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(33.221)	(30.779)	7,9%	(31.962)	3,9%	(122.897)	(102.706)	19,7%
Despesas Gerais e Administrativas - Pro Forma (3)	(31.351)	(30.779)	1,9%	(28.205)	11,2%	(113.566)	(102.706)	10,6%
Lucro Operacional antes do Financeiro	**20.652**	**87.447**	**-76,4%**	**114.621**	**-82,0%**	**429.614**	**168.438**	**155,1%**
Depreciação e amortização	28.584	26.460	8,0%	27.712	3,1%	110.955	109.461	1,4%
EBITDA CVM 527/12 (4)	49.236	113.907	-56,8%	142.333	-65,4%	540.569	277.899	94,5%
Margem EBITDA CVM 527/12	7,8%	20,8%		23,6%		24,0%	16,2%	
Benefícios a Empregados	3.585	478	650,0%	(633)	N/A	571	3.672	-84,4%
Eventos não recorrentes (5)	65.586	10.719	511,9%	(3.370)	N/A	(130.561)	24.475	N/A
EBITDA Ajustado e Recorrente	**118.407**	**125.104**	**-5,4%**	**138.330**	**-14,4%**	**410.579**	**306.046**	**34,2%**
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	**18,8%**	**22,8%**		**22,9%**		**18,2%**	**17,8%**	

*(1) Custo do Produto Vendido: **4T21:** Impairment (+) R$ 7.405 mil, **2T21**: Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (-) R$ 10.997 mil. (2) Despesas com vendas: **4T21**: Reestruturação Deca (+) R$ 43.202 mil; **3T21**: Reestruturação Deca (+) R$ 3.346 mil; **1T21**: Reestruturação Comercial Deca (+) R$ 4.390 mil. (3) Despesas Gerais e Administrativas: **4T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 1.870 mil; **3T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 3.757 mil; **2T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 3.704 mil. (4) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 527/12. (5) Eventos não recorrentes: detalhados no final do Relatório.*

(continua)

Telegram.me/JornaisBrasil

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

dexco deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

(continuação)

Com resultado acima do mercado, a Deca alcançou no ano de 2021 o melhor resultado de sua história, mesmo em meio aos desafios decorrentes do aumento nos preços de seus principais insumos. No ano, o EBITDA Ajustado e Recorrente da Divisão foi de R$ 410,6 milhões, 34,2% acima de 2020, e a margem foi de 18,2%, completando o terceiro ano consecutivo de evolução de margem.

No trimestre, em meio a tradicional sazonalidade do setor de chuveiros elétricos, a Divisão Deca foi surpreendida com uma queda maior do que a esperado nas vendas deste produto, o que levou a redução de 15,6% nos volumes vendidos quando comparado com o 4T20, assim como decorreu em a uma leve perda de eficiência fabril. Ainda sim, a Divisão encerrou o ano com aumento de 8,4% no volume de vendas sobre 2020, totalizando 29.616 mil peças.

O setor de materiais de construção apresentou desempenho em média 11,0% inferior ao 4T20 quando analisado o faturamento deflacionado, conforme os dados divulgados pela ABRAMAT, apesar de no ano este resultado ter sido 7,9% melhor. A Deca por sua vez, finalizou ambos os períodos com crescimento acima do mercado, reflexo do melhor mix de produtos e repasse de preço. Estes fatores fizeram também com que a Divisão apresentasse alta de 36,0% e 20,8% na receita unitária do trimestre e ano respectivamente, quando analisados sobre os mesmos períodos de 2020.

A pressão nos custos de insumos impactou diretamente o custo caixa unitário da Divisão, o qual apresentou alta de 26,2% no ano vs 2020. No 4T21, além dos altos patamares de custo, a desaceleração da produção de sua unidade fabril levou o custo caixa unitário a alta de 53,9% sobre o 4T20. Já a internalização de parte da força de vendas da Divisão ocorrida no 4T21 fez com que as Despesas com Vendas aumentassem 76,8% no trimestre e 36,4% no ano em relação aos mesmos períodos de 2020. Expurgado este efeito, a alta ficou em 12,2% no 4T21 e 15,1% no ano, decorrente do maior volume vendido e gastos com mão de obra. Já as Despesas Gerais e Administrativas, quando expurgados os efeitos da reestruturação das marcas, mantiveram-se estáveis no 4T21 e aumentaram em 10,4% na comparação anual, em linha com a inflação do período.

As ações citadas resultaram no recorde de EBITDA Ajustado e Recorrente anual, totalizando R$ 410,6 milhões e na margem de 18,2%. No trimestre, o EBITDA Ajustado e Recorrente foi de R$ 118,4 milhões e a margem foi de 18,8%.

A Divisão anunciou recentemente seus projetos de crescimento orgânico, os quais envolvem o desembolso de aproximadamente R$ 600,0 milhões na expansão de capacidade e melhoria de mix das suas linhas de metais. Deste valor, foram desembolsados R$ 41,9 milhões em 2021.

Deca - Segmentação de Vendas 4T21 (%)

Varejo 37%; Lojas Especializadas 21%; Engenharia 20%; Home Center 17%; Exportação e outros 5%

Deca - Segmentação de Vendas 2021 (%)

Varejo 38%; Lojas Especializadas 21%; Engenharia 19%; Home Center 17%; Exportação e outros 6%

Deca - Custo dos Produtos Vendidos 4T21 (%)

Outros 42%; Mão de obra 29%; Metais 15%; Depreciação 6%; Combustíveis 5%; Energia Elétrica 3%

Deca - Custo dos Produtos Vendidos 2021 (%)

Outros 46%; Mão de obra 27%; Metais 14%; Depreciação 6%; Combustíveis 4%; Energia Elétrica 3%

Revestimentos Cerâmicos - Custo dos Produtos Vendidos 4T21 (%)

Outros materiais 52%; Combustíveis 20%; Mão de obra 17%; Depreciação 6%; Energia elétrica 5%

Revestimentos Cerâmicos - Custo dos Produtos Vendidos 2021 (%)

Outros materiais 53%; Combustíveis 19%; Mão de obra 17%; Depreciação 6%; Energia elétrica 5%

CELULOSE SOLÚVEL

Em dezembro de 2019, a Companhia aprovou a criação da LD Celulose, nova *Joint Venture* de celulose solúvel em parceria com a austriaca Lenzing AG. Este projeto envolve a construção de uma nova fábrica de celulose solúvel com capacidade de produção anual de 500,0 mil toneladas, localizada na região do Triângulo Mineiro (MG). A Dexco possui 49,0% deste novo negócio, por meio do qual busca trazer diversificação e maior exposição a moedas fortes em seu resultado.

Vale destacar que tanto o orçamento do projeto quanto o cronograma de obras seguem em linha com as estimativas iniciais e que, ao final do quarto trimestre de 2021, já apresenta 93,0% do andamento das obras concluído.

Neste investimento, a Companhia realizou o desembolso financeiro de R$ 623,6 milhões, do qual R$ 100,5 milhões foram realizados no ano de 2021, além do aporte florestal de 43,0 mil hectares, cujo valor equivale a R$ 487,0 milhões, o que representa cerca de 80,0% do capital financeiro total que será investido no novo negócio e a totalidade do CAPEX industrial previsto. Consolidado por meio de equivalência patrimonial, a Divisão apresentou resultado negativo de R$ 70,6 milhões, dado os gastos com consultorias, variação cambial e estrutura da nova empresa. Importante ressaltar que por representarem apenas efeitos contábeis e se tratar de um projeto de investimento, os resultados da nova Divisão de Celulose Solúvel foram considerados como evento não recorrente.

Estrutura de Financiamento LD Celulose

BID Invest & IFC B-Loans 43,6%; BID Invest & IFC A-Loan e Co-Loan 43,6%; Finnvera 12,8%

Prazo final da dívida - LD Celulose (USD milhões)

2029: 500; 2031: 500; 2033: 147,2

REVESTIMENTOS CERÂMICOS

DESTAQUES	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
EXPEDIÇÃO (em 'm²)								
ACABAMENTO	6.210.976	7.687.490	-19,2%	6.793.645	-8,6%	25.317.685	24.274.772	4,3%
TOTAL	**6.210.976**	**7.687.490**	**-19,2%**	**6.793.645**	**-8,6%**	**25.317.685**	**24.274.772**	**4,3%**
DESTAQUES FINANCEIROS (R$1.000)								
RECEITA LÍQUIDA	**318.607**	**288.646**	**10,4%**	**324.710**	**-1,9%**	**1.157.269**	**910.939**	**27,0%**
RECEITA LÍQUIDA - Pro Forma	318.607	288.646	10,4%	324.710	-1,9%	1.157.269	910.939	27,0%
MERCADO INTERNO	283.209	261.429	8,3%	292.827	-3,3%	1.041.980	820.596	27,0%
MERCADO EXTERNO	35.398	27.217	30,1%	31.883	11,0%	115.289	90.343	27,6%
Receita Líquida Unitária (em R$/m² expedido)	**51,3**	**37,5**	**36,6%**	**47,8**	**7,3%**	**45,7**	**37,5**	**21,8%**
Custo Caixa Unitário (em R$/m² expedido)	**(29,5)**	**(23,3)**	**26,7%**	**(28,4)**	**3,9%**	**(26,8)**	**(23,6)**	**13,9%**
Custo Caixa Unitário - Pro Forma (em R$/m² expedido) (1)	**(29,5)**	**(23,2)**	**27,0%**	**(28,4)**	**3,9%**	**(26,9)**	**(23,5)**	**14,7%**
Lucro Bruto	123.270	99.628	23,7%	119.865	2,8%	431.398	304.048	41,9%
Lucro Bruto - Pro Forma (1)	123.270	100.171	23,1%	119.865	2,8%	428.127	305.595	40,1%
Margem Bruta	38,7%	34,5%		36,9%		37,3%	33,4%	
Margem Bruta - Pro Forma (1)	38,7%	34,7%		36,9%		37,0%	33,5%	
Despesa com Vendas	(48.045)	(30.637)	56,8%	(41.826)	14,9%	(151.388)	(121.101)	25,0%
Despesa com Vendas - Pro Forma (2)	(43.120)	(30.637)	40,7%	(41.826)	3,1%	(146.043)	(121.101)	20,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(13.058)	(6.197)	110,7%	(11.521)	13,3%	(38.265)	(25.244)	51,6%
Despesas Gerais e Administrativas - Pro Forma (2)	(12.312)	(6.197)	98,7%	(9.417)	30,7%	(34.988)	(25.202)	38,8%
Lucro Operacional antes do Financeiro	**17.600**	**56.633**	**-68,9%**	**57.368**	**-69,3%**	**199.524**	**145.122**	**37,5%**
Depreciação e amortização	**13.470**	**12.475**	**8,0%**	**13.386**	**0,6%**	**52.176**	**43.028**	**21,3%**
EBITDA CVM 527/12 (3)	31.070	69.108	-55,0%	70.754	-56,1%	251.700	188.150	33,8%
Margem EBITDA CVM 527/12	9,8%	23,9%		21,8%		21,7%	20,7%	
Benefícios a Empregados	1.134	(4.436)	N/A	140	710,0%	(1.170)	(3.427)	-68,9%
Eventos não recorrentes (4)	52.055	6.270	730,2%	11.349	358,7%	49.568	9.288	433,7%
EBITDA Ajustado e Recorrente	**84.259**	**70.942**	**18,8%**	**82.243**	**2,5%**	**300.098**	**194.011**	**54,7%**
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	**26,4%**	**24,6%**		**25,3%**		**25,9%**	**21,3%**	

*(1) Custo do Produto Vendido: **2T21**: CPV: exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (-) R$ 3.271 mil; **3T20:** Reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 885 mil; **2T20**: Reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 505 mil; **1T20**: Reestruturação Revestimento Cerâmico (+) R$ 624 mil. (2) Despesa de Vendas: **4T21**: Reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 4.925 mil; **3T21**: Reestruturação Revestimentos Cerâmicos (+) R$ 420 mil. | Despesas Gerais e Administrativas: **4T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 746 mil; **3T21:** Reestruturação das marcas (+) R$ 2.104 mil; **2T21**: Reestruturação das marcas (+) R$ 427 mil; **1T20**: Reestruturação Cecrisa: (+) R$ 42 mil. (3) EBITDA (Earnings Before Interest,Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional de acordo com a Instrução CVM 527/12. (4) Eventos não recorrentes: detalhados no final do Relatório.*

O mercado de Revestimentos Cerâmicos finalizou o ano com alta de 12,0%, apesar da retração de 1,0% no 4T21, quando comparado aos mesmos períodos de 2020. A utilização de capacidade instalada do setor foi de 90,0% em ambos os períodos, conforme dados da ANFACER. A Divisão de Revestimentos Cerâmicos da Dexco operou novamente acima do mercado com 99,1% de utilização no ano e 100% no 4T21, apesar da leve retração no volume vendido no trimestre decorrente dos baixos patamares de estoque da Divisão. Com as operações rodando em plena capacidade, a Divisão encerrou o ano e o trimestre com recorde de EBITDA Ajustado e Recorrente.

O volume de vendas no ano foi de 25.317,7 mil m2 vendidos, aumento de 4,3% sobre o 2020, apesar de ter retraído em 19,2% no 4T21 sobre o 4T20. O maior volume vendido aliado a melhora de mix, decorrente do fortalecimento das marcas no mercado *premium*, levaram a Receita Líquida anual ao total de R$ 1.157,3 milhões, crescimento de 27,0% sobre o mesmo período de 2020, enquanto a receita unitária cresceu 21,8% no mesmo período. No trimestre, os fatores citados somados ao aumento de preço, levaram a alta da Receita Líquida de 10,4% e a receita unitária a alta de 36,6% vs o 4T20.

No que tange a custos e despesas, os recentes aumentos no custo de sua principal matriz energética, gás natural, levou a um crescimento de 27,0% no custo unitário pro forma da Divisão no trimestre, apesar de no ano este aumento ter sido de 14,7% em relação ao ano anterior. Ainda, com o avanço do projeto de captura de sinergias comerciais com a Deca, a Divisão optou por internalizar e unificar o time de vendas, processo potencializado no 3T21 e 4T21, o que, junto do maior dispêndio com propaganda e publicidade, levou a alta de 20,6% e 40,7% nas Despesas com Vendas na comparação anual e trimestral respectivamente. Já nas Despesas Gerais e Administrativas, o maior rateio das despesas corporativas, o aumento da provisão da remuneração dos executivos e o pagamento de dissídio aos colaboradores levaram a Divisão a apresentar alta de 38,8% frente a 2020 e quase dobrar na comparação trimestral, quando desconsiderados os gastos com a reestruturação das marcas.

Apesar dos aumentos nos custos e despesas, a melhora de mix de vendas e aumento de preço levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Divisão aos recordes de R$ 300,1 milhões no ano, 54,7% acima de 2020, e R$ 84,3 milhões no 4T21, 18,8% acima do 4T20. Com destaque para a margem EBITDA Ajustado e Recorrente de 25,9% no ano e 26,4% no 4T21.

Destaca-se que a Divisão de Revestimentos Cerâmicos anunciou seu novo projeto de crescimento orgânico, com o qual pretende aumentar em 35,0% sua capacidade de produção de formatos gigantes. Ainda, a Divisão anunciou o investimento de R$ 20,0 milhões na modernização de suas linhas atuais, dos quais foram dispendidos R$ 1,8 milhões.

Revestimentos Cerâmicos - Segmentação de Vendas 4T21 (%)

Lojas Especializadas 41%; Home Center 17%; Engenharia 16%; Varejo 14%; Exportação e outros 12%

Revestimentos Cerâmicos - Segmentação de Vendas 2021 (%)

Lojas Especializadas 39%; Home Center 19%; Engenharia 16%; Varejo 16%; Exportação e outros 10%

Eventos não recorrentes (EBITDA Ajustado e Recorrente)

R$´000 - Consolidado	4º tri/21	4º tri/20	3º tri/21	2021	2020
EBITDA de acordo com CVM 527/12	**461.316**	**487.951**	**592.470**	**2.603.685**	**1.292.390**
Contigências fiscais (Créditos Extemporâneos)	8.600	-	7.353	16.068	-
Doações	-	-	-	-	7.149
Exclusão do ICMS da base PIS COFINS	8.900	-	(52.077)	(523.847)	-
Impairment (reversão) de ativos	60.261	14.141	-	57.332	12.541
Lei Rouanet	4.716	2.220	-	4.716	2.220
Provisão ação judicial INSS 1/3 Férias	-	-	-	-	18.290
Reestruturação das marcas	6.662	-	12.919	27.281	-
Reestruturação Deca e Revestimentos Cerâmicos	48.127	543	4.297	56.814	3.087
Reversão do Ágio Viva Decora	-	12.940	-	-	12.940
Venda de ativos	-	-	-	-	(15.723)
Outros (1)	-	-	1.744	3.404	(634)
Celulose Solúvel	16.714	(16.380)	47.243	70.581	69.587
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	(36.212)	19.457	(7.778)	(129.444)	(117.270)
Benefício a Empregados	9.030	(4.704)	(2.073)	1.723	3.729
EBITDA Ajustado e Recorrente	**588.114**	**516.168**	**604.098**	**2.188.313**	**1.288.306**
R$´000 - Madeira	**4º tri/21**	**4º tri/20**	**3º tri/21**	**2021**	**2020**
EBITDA de acordo com CVM 527/12	**397.724**	**288.556**	**426.626**	**1.881.997**	**895.928**
Contigências fiscais (Créditos Extemporâneos)	4.891	-	-	6.020	-
Doações	-	-	-	-	4.448
Exclusão do ICMS da base PIS COFINS	7.063	-	(42.211)	(301.698)	-
Impairment (reversão) de ativos	2.176	5.614	-	(753)	4.014
Lei Rouanet	1.449	771	-	1.449	771
Provisão ação judicial INSS 1/3 Férias	-	-	-	-	6.761
Reestruturação das marcas	4.046	-	7.058	14.673	-
Reversão do Ágio Viva Decora	-	6.470	-	-	6.470
Venda de ativos	-	-	-	-	(15.723)
Outros (1)	-	-	1.410	3.070	(634)
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	(36.212)	19.457	(7.778)	(129.444)	(117.270)
Benefício a Empregados	4.311	(746)	(1.580)	2.322	3.484
EBITDA Ajustado e Recorrente	**385.448**	**320.122**	**383.525**	**1.477.636**	**788.249**
R$´000 - Deca	**4º tri/21**	**4º tri/20**	**3º tri/21**	**2021**	**2020**
EBITDA de acordo com CVM 527/12	**49.236**	**113.907**	**142.333**	**540.569**	**277.899**
Contigências fiscais (Créditos Extemporâneos)	3.709	-	(1.050)	1.645	-
Doações	-	-	-	-	2.617
Exclusão do ICMS da base PIS COFINS	1.837	-	(9.866)	(207.886)	-
Impairment (reversão) de ativos	13.520	3.853	-	13.520	3.853
Lei Rouanet	1.448	396	-	1.448	396
Provisão ação judicial INSS 1/3 Férias	-	-	-	-	11.139
Reestruturação das marcas	1.870	-	3.757	9.331	-
Reestruturação Deca	43.202	-	3.455	51.047	-
Reversão do Ágio Viva Decora	-	6.470	-	-	6.470
Outros (1)	-	-	334	334	-
Benefício a Empregados	3.585	478	(633)	571	3.672
EBITDA Ajustado e Recorrente	**118.407**	**125.104**	**138.330**	**410.579**	**306.046**
R$´000 - Revestimentos Cerâmicos	**4º tri/21**	**4º tri/20**	**3º tri/21**	**2021**	**2020**
EBITDA de acordo com CVM527/12	**31.070**	**69.108**	**70.754**	**251.700**	**188.150**
Doações	-	-	-	-	84
Exclusão do ICMS da base PIS COFINS	-	-	-	(14.263)	-
Impairment (reversão) de ativos	44.565	4.674	-	44.565	4.674
Lei Rouanet	1.819	1.053	-	1.819	1.053
Provisão ação judicial INSS 1/3 Férias	-	-	-	-	390
Contigências fiscais (Créditos Extemporâneos)	-	-	8.403	8.403	-
Reestruturação das marcas	746	-	2.104	3.277	-
Reestruturação Revestimentos Cerâmicos	4.925	543	842	5.767	3.087
Outros (1)	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	1.134	(4.436)	140	(1.170)	(3.427)
EBITDA Ajustado e Recorrente	**84.259**	**70.942**	**82.243**	**300.098**	**194.011**
R$´000 - Consolidado	**4º tri/21**	**4º tri/20**	**3º tri/21**	**2021**	**2020**
Lucro Líquido	**581.047**	**301.635**	**255.336**	**1.725.682**	**453.983**
Contigências fiscais (Créditos Extemporâneos)	7.185	-	7.349	14.611	-
Doações	-	-	-	-	7.149
Exclusão do ICMS da base PIS COFINS	(79.544)	-	(53.967)	(563.214)	-
Impairment (reversão) de ativos	39.772	9.332	-	37.839	7.732
Provisão ação judicial INSS 1/3 Férias	-	-	-	-	12.072
Reestruturação das marcas	4.397	-	8.527	18.005	-
Reestruturação Deca e Revestimentos Cerâmicos	31.764	358	2.836	37.497	2.037
Reversão do Ágio Viva Decora	-	12.940	-	-	12.940
Venda de ativos	-	-	-	-	(9.834)
Reversão de impairment Hydra	-	(15.658)	-	-	(15.658)
Lucro Exploração Deca	-	(8.994)	-	-	(8.994)
Baixa fiscal Cecrisa	-	5.300	-	-	5.300
Subvenção para investimentos	(14.821)	(6.643)	-	(14.821)	(6.643)
Crédito de IR/CS sobre selic prêmio IPI	(13.723)	-	-	(13.723)	
IR/CS sobre JCP anteriores	(165.581)	-	-	(165.581)	
Outros (1)	-	-	375	2.035	(75)
Celulose Solúvel	16.561	(16.861)	47.091	69.911	68.171
Lucro Líquido Recorrente	**407.057**	**281.409**	**267.547**	**1.148.241**	**528.180**

(1) Serviços relacionados à exclusão do ICMS da base PIS e COFINS, Reestruturação Madeira, IR não compensado exteriores, INSS Auxílio e Aproveitamento de crédito.

(continua)

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO — Deca Portinari Hydra Duratex Ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021 (continuação)

Mercado de Capitais

RETORNO AO ACIONISTA

No quarto trimestre de 2021, a Companhia apresentou valor de mercado de R$ 11.286,9 milhões,considerando a cotação final da ação de R$ 14,96 em 30/12/2021.

O preço final da ação apresentou queda de -11,8% quando comparado ao trimestre anterior, enquanto o Ibovespa apresentou queda de -3,0% no período, considerado o histórico reajustado captando os efeitos do pagamento de proventos e bonificação.

No trimestre, foram realizados 173.802.500 negócios com as ações no mercado à vista da B3, o que representou um giro financeiro de aproximadamente R$ 3,0 bilhões ou uma média diária de negociação de R$ 49,2 milhões.

Neste trimestre a Companhia anunciou o aumento do Capital Social subscrito e integralizado para R$ 2.370.188.626,80, com bonificação de 10,0% de ações. Foi realizada a emissão de 69.178.450 novas ações, com custo atribuído de 5,78214746 por ação,e após o aumento, o Capital Social passou a ser dividido em 760.962.951 ações ordinárias.

Estrutura Acionária

Itaúsa 40,0%
Bloco Seibel 20,0%
Outros 40,0%

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Dexco garante estatutariamente aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30,0% do Lucro Líquido ajustado do exercício.

Por deliberação do Conselho de Administração, foi aprovada a antecipação de pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio relativos ao resultado do exercício findo em 31/12/2021 no montante bruto de R$ 878,4 milhões. Dos quais, R$ 169,1 milhões (R$ 0,24654277 por ação) se referiam ao pagamento de Dividendos e R$ 709,3 milhões (R$ 1,03414415 por ação) ao Juros Sobre o Capital Próprio bruto.

Os proventos tiveram como base de cálculo a posição acionária final do dia 14/12/2021 e foram creditados de forma individualizada a cada acionista nos registros da Companhia em 23/12/2021.

Vale ressaltar que, as ações recebidas em bonificação passaram a ter direito integral de dividendos e/ou JCP declarados somente a partir de 01/01/2022, ou seja, não tiveram direito ao pagamento de proventos ora comentado.

No total, a Companhia pagou o valor bruto de 1,28068692 por ação, finalizando o ano com o *dividend yield* de 8,6% e um *payout* de 51,0%.

Auditores Independentes - Instrução CVM Nº 381

Procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas.

A política de atuação da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2021, os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa:

• Consultoria em projetos, contratados em 1 de julho de 2021, no valor de R$ 347 mil.

O montante da contratação representa 13,0% do total de honorários de auditoria global das demonstrações financeiras de 2021.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa prestados à Companhia e suas controladas. A política de atuação com a Companhia e suas controladas na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

Desempenho Socioambiental (ESG)

Em linha com a visão estratégica de Sustentabilidade da Dexco, as discussões que envolvem os temas econômicos e sociais, o impacto da Companhia no meio ambiente e as melhores práticas de Governança Corporativa foram ampliadas. Para isso, foi adicionado no Relatório de Resultados trimestral os indicadores *Global Reporting Initiative* (GRI), de forma a contribuir com a mensuração e evolução das metas sustentáveis da empresa de forma transparente. Além disso, vale ressaltar que os indicadores apresentados neste capítulo estão em processo de auditoria externa e serão publicados no Relato Integrado 2021.

VALOR ADICIONADO GRI 201-1

O Valor Adicionado de 2021 totalizou R$ 3.993,7 milhões, sendo 23,0% do total destinado aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

GESTÃO DE PESSOAS GRI 102-8

A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2021 apresentando um quadro com 14.228 colaboradores, 7,5% superior ao número apresentado no ano anterior.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

(R$ '000)	4º tri/21	4º tri/20	%	3º tri/21	%	2021	2020	%
COLABORADORES (quantidade)	**14.228**	**13.241**	**7,5%**	**13.966**	**1,9%**	**14.228**	**13.241**	**7,5%**
Remuneração	159.333	134.150	18,8%	148.225	7,5%	601.243	493.089	21,9%
Encargos legais obrigatórios	82.762	80.359	3,0%	79.834	3,7%	325.841	271.277	20,1%
Benefícios diferenciados	40.644	33.743	20,5%	38.532	5,5%	151.682	121.725	24,6%

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES GRI 403-9

A Taxa de Frequência de Acidentes (TFA), indica a recorrência de lesões em relação ao tempo total trabalhado por todos os colaboradores durante um período definido. No acumulado do ano, a Companhia apresentou um total de 61 acidentes com afastamento e 69 sem afastamento em mais de 25,0 milhões de horas-homem-trabalhadas.

Vale ressaltar que, em 2021, além das unidades Florestais, as unidades de Painéis receberam a recomendação para a certificação, o que representa um avanço na migração das certificações das unidades para a norma ISO45001.

	Acidentes de Trabalho | GRI 403-9	2021	2020	%
Brasil	Óbitos Resultantes de Acidentes de Trabalho	-	-	-
	Acidentes de Trabalho de Comunicação Obrigatória TFA (ACA+ASA)	4,13	3,30	25,2%
	Acidentes de Trabalho com Consequência grave (excetos óbitos)	-	-	-
Colômbia	Óbitos Resultantes de Acidentes de Trabalho	-	-	-
	Acidentes de Trabalho de Comunicação Obrigatória TFA (ACA+ASA)	20,63	32,70	-36,9%
	Acidentes de Trabalho com Consequência grave (excetos óbitos)	-	-	-
Brasil	Lesões Relacionadas ao Trabalho	2021	2020	%
	Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA ACA)	1,52	1,97	-22,8%
Colômbia	Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA ACA)	17,08	23,31	-26,7%

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) GRI 305-1, 305-2 e 305-3

A Dexco acompanha e controla as emissões da Companhia, seguindo as diretrizes aceitas para os Escopos 1, 2 e 3, sendo o Inventário Anual auditado por terceira parte. As emissões de GEE são publicadas anualmente no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. A Companhia reporta também as intensidades das emissões diretas de GEE, permitindo assim acompanhar a evolução do desempenho em cada negócio da Companhia.

As emissões absolutas de gases de efeito estufa apresentaram um crescimento de 86,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O aumento é explicado principalmente à adequação da produção em algumas unidades, aumento de combustíveis para o processo produtivo e o impacto da pandemia (considerando as paralizações das fábricas no ano de 2020), que afetou a base de comparação.

No terceiro trimestre, a volta dos colaboradores administrativos para o escritório elevou o consumo de energia elétrica nas unidades administrativas. Além disso, o fator de emissão do *Grid* apresentou um avanço significativo comparado ao ano anterior. Este aumento impactou em especial a Hydra, em decorrência da matriz energética predominantemente proveniente de energia elétrica. Ainda, é notável o aumento das emissões no escopo 3, pois em busca da melhoria contínua, aumentamos 41% o número de parâmetros monitorados na Companhia, resultando em uma maior apuração e transparência nos dados.

	Emissões diretas e indiretas de GEE | GRI 305-1 | GRI 305-2 | GRI 305-3	2021	2020	%
Brasil	Escopo 1 (tCO_2e)	319.768	270.958	18,0%
	Escopo 2 (tCO_2e)	108.134	50.978	112,1%
	Escopo 3 (tCO_2e)	302.913	78.901	283,9%
Colômbia	Escopo 1 (tCO_2e)	19.322	12.492	54,7%
	Escopo 2 (tCO_2e)	12.040	6.545	84,0%
	Escopo 3 (tCO_2e)	26.992	3.774	615,2%
Total (Brasil + Colômbia)		**789.169**	**423.648**	**86,3%**

	Intensidade de emissões de GEE | GRI 305-4			%
Brasil	Deca Metais (tCO_2e/peça)	0,000535	0,000415	28,8%
	Deca Louças (tCO_2e/kg)	0,000494	0,000399	23,9%
	Hydra (tCO_2 e/peça)	0,000144	0,000091	58,1%
	Painéis (tCO_2e/m^3)	0,040980	0,032740	25,2%
	Revestimento Cerâmico (tCO_2e/m^2)	0,009100	0,008619	5,6%
Colômbia	Painéis (tCO_2e/m^3)	0,134514	0,099112	35,7%

	Emissões diretas e indiretas de GEE | GRI 305-1 | GRI 305-2 | GRI 305-3	2021	2020	%
Brasil	Deca (tCO_2e)	81.349	51.799	57,0%
	Madeira (tCO_2e)	402.062	152.723	163,3%
	Revestimento Cerâmico (tCO_2e)	247.405	196.316	26,0%
Colômbia	Madeira (tCO_2e)	58.353	22.811	155,8%

(1) Escopo 1: Emissões diretas da Companhia, contemplando o consumo de combustíveis de nossas fábricas, como por exemplo, nas operações para geração de energia, ou transporte de materiais, geradores, veículos próprios de transferência de produtos entre unidades, gases refrigerantes utilizados em ar condicionado, carbono de extintores de incêndio, etc. (2) Escopo 2: Emissões indiretas, originada pela compra de energia elétrica distribuída por concessionárias.

CONSUMO DE ENERGIA GRI 302-1

No consumo total de energia das operações considera-se o consumo de combustíveis renováveis e não-renováveis. Também é apresentada a proporção de energia renovável consumida e a intensidade energética das unidades.

O consumo de energia renovável permanece significativo na Companhia, representando no acumulado mais de 60,0% da matriz energética, da operações Brasil e Colômbia, impulsionado principalmente pela representatividade do consumo de biomassa nas unidades de Painéis. No período, tivemos o maior consumo de combustíveis em função da maior produção. Ainda, os negócios, em sua maioria, apresentaram uma ecoeficiência energética maior do que o mesmo período de 2020. A Divisão Louças (Deca), apresentou um maior consumo energético em função do aumento do uso dos fornos de requeima, que consomem gás natural. Vale ressaltar que, foi realizada a troca do consumo de etanol pela gasolina em equipamentos de algumas unidades, como forma de melhorar eficiência energética.

Consumo de energia dentro da organização | GRI 302-1

	Brasil			Colômbia			Total (Brasil + Colômbia)		
Energia gerada pelo consumo de combustíveis (GJ)	**2021**	**2020**	**%**	**2021**	**2020**	**%**	**2021**	**2020**	**%**
Acetileno	186	91	103,5%	-	-	-	186	91	103,5%
Biomassa	3.352.618	3.037.440	10,4%	299.054	234.102	27,7%	3.651.671	3.271.541	11,6%
Carvão sub-betuminoso	946.864	776.045	22,0%	-	-	-	946.864	776.045	22,0%
Diesel	274.549	234.563	17,0%	7.769	6.551	18,6%	282.319	241.114	17,1%
Biodiesel	37.439	31.986	17,0%	-	-	-	37.439	31.986	17,0%
Etanol	985	12.158	-91,9%	-	-	-	985	12.158	-91,9%
Gás natural	3.099.394	2.562.370	21,0%	76.424	58.908	29,7%	3.175.817	2.621.278	21,2%
Gasolina	17.063	3.458	393,5%	-	-	-	17.063	3.458	393,5%
GLP	95.999	73.017	31,5%	202.188	111.509	81,3%	298.187	184.526	61,6%
Óleo Combustível	67.429	54.095	24,7%	-	-	-	67.429	54.095	24,7%
Propano	825	564	46,4%	-	-	-	825	564	46,4%
A. Subtotal de Combustíveis de origem renovável (Biomassa, biodiesel e etanol)	**3.391.041**	**3.081.583**	**10,0%**	**299.054**	**234.102**	**27,7%**	**3.690.095**	**3.315.685**	**11,3%**
Total de energia gerada pelo consumo de combustíveis	7.893.351	6.785.785	16,3%	585.435	411.070	42,4%	8.478.786	7.196.855	17,8%
B. Eletricidade (Energia adquirida)	**3.162.807**	**2.894.399**	**9,3%**	**213.518**	**181.253**	**17,8%**	**3.376.324**	**3.075.652**	**9,8%**
Total de energia renovável (A + B)	**6.553.848**	**5.975.983**	**9,7%**	**512.571**	**415.355**	**23,4%**	**7.066.419**	**6.391.338**	**10,6%**
Total de energia consumida	**11.056.158**	**9.680.185**	**14,2%**	**798.953**	**592.323**	**34,9%**	**11.855.111**	**10.272.507**	**15,4%**
Percentual de energia de fontes renováveis sobre o total de energia consumida (%)	**59,3**	**61,7**	**-2,5**	**64,2**	**70,1**	**-6,0**	**59,6**	**62,2**	**-2,6**

GRI 302-3 - Intensidade Energética		2021	2020	%
Brasil	Deca Metais (GJ/peça)	0,0136	0,0149	-8,7%
	Deca Louças (GJ/kg)	0,0096	0,0084	14,2%
	Hydra (GJ/peça)	0,0043	0,0047	-9,6%
	Painéis (GJ/m^3)	1,9438	2,0955	-7,2%
	Revestimento Cerâmico (GJ/m^2)	0,1424	0,1405	1,3%
Colômbia	Painéis (GJ/m^3)	3,4268	3,0838	11,1%

GRI 302-1 - Consumo de energia dentro da organização		2021	2020	%
Brasil	Deca (GJ)	1.249.841	1.041.492	20,0%
	Madeira (GJ)	6.067.753	5.514.214	10,0%
	Revestimento Cerâmico (GJ)	3.738.564	3.124.479	19,7%
Colômbia	Madeira (GJ)	798.953	592.323	34,9%

CONSUMO DE ÁGUA GRI 303-5

A água consumida pela Dexco provém, em sua maioria, de água subterrânea, seguida por água de concessionária e águas superficiais. O volume de reutilização de água na Companhia é muito significativo, em especial pelo grande volume de água reutilizado nos processos de Revestimentos Cerâmicos.

Em comparação ao ano anterior, houve uma redução no percentual de reuso no mesmo período em decorrencia das paradas de manutenção das unidades de painéis e ajustes operacionais em Metais.

O consumo de água captada aumentou nos negócios se comparado ao mesmo período do ano passado, afetado pelo cenário crítico da pandemia em 2020. Além disso, houve aumento no consumo de água em parte das operações florestais em decorrência de períodos de ausência de chuva em algumas regiões.

Água reciclada e reutilizada | GRI 303-3

Consumo de água | GRI 303-5

	Captação por fonte (m3)	Categoria da Água	2021 Estresse hídrico Não	2021 Estresse hídrico Sim	2020 Estresse hídrico Não	2020 Estresse hídrico Sim	%
Brasil	Água de superfície	Água doce	722.916	-	668.795	-	8,1%
	Água de terceiros	Água doce	380.931	60.187	262.996	53.320	44,8%
	Água subterrânea	Água doce	3.127.754	-	2.553.815	-	22,5%
	Total		**4.231.601**	**60.187**	**3.485.606**	**53.320**	**21,4%**
Colômbia	Água de superfície	Água doce	141.238	-	123.429	-	14,4%
	Água de terceiros	Água doce	6.840	-	5.255	-	30,2%
	Água subterrânea	Água doce	11.305	-	9.559	-	18,3%
	Total		**159.383**	-	**138.243**	-	**15,3%**

		YTD 2021	YTD 2020	
Brasil	Percentual de água reutilizada (%)	147,8	151,14	-2,2%
Colômbia	Percentual de água reutilizada (%)	0,66	0,58	14,6%

	Intensidade de consumo de água	2021	2020	%
Brasil	Deca Metais (m^3/peça)	0,00947	0,00963	-1,6%
	Deca Louças (m^3/kg)	0,00390	0,00342	14,0%
	Hydra (m^3/peça)	0,00304	0,00345	-12,0%
	Painéis (m^3/m^3)	0,93263	0,87290	6,8%
	Revestimento Cerâmico (m^3/m^2)	0,03009	0,03356	-10,3%
Colômbia	Painéis (m^3/m^3)	0,68361	0,71974	-5,0%

	Consumo de água | 303-5	2021	2020	%
Brasil	Deca (m^3)	587.541	490.598	19,8%
	Madeira (m^3)	2.911.073	2.296.937	26,7%
	Revestimento Cerâmico (m^3)	793.174	751.391	5,6%
Colômbia	Madeira (m^3)	159.383	138.243	15,3%

GERAÇÃO DE RESÍDUOS GRI 306-1

A Dexco acompanha a geração de resíduos dos processos, bem como o volume destinado pelas unidades industriais para receptores previamente homologados, seguindo normas internas estabelecidas. Buscando o envio da menor quantidade possível de resíduos para aterros, é realizada a gestão do reaproveitamento interno, bem como da destinação de resíduos para reciclagem, coprocessamento, reutilização e geração de energia, por exemplo, possibilitando o acompanhamento do reaproveitamento externo e novos usos para os resíduos.

No acumulado de 2021, 30,1% dos resíduos foram reaproveitados internamente, 52,8% destinados para reaproveitamento externo, e 17,1% foram destinados para disposição.

O aumento do volume de lodo séptico na unidade de Revestimento Cerâmico e uma nova linha de produção levaram ao aumento na geração de resíduos. Contudo, o indicador relativo apresentou uma melhoria por m2 produzido. Ainda, houve aumento de massa (*scrap*) de Louças enviadas para aterro e destinação de pó de fibra gerado na produção de painéis em Agudos para aproveitamento energético. Na Colômbia houve uma maior geração de resíduos comuns, resinas e sedimentos dos processos produtivos.

Descarte de resíduos | GRI 306-1

	Localização	Destinação	Operações	2021	2020	%
Brasil	Dentro da organização	Reaproveitado	Outras operações de recuperação	11.115,92	-	N/A
			Preparação para reutilização	79.384,67	60.056,57	32,2%
			Reciclagem	39.416,03	24.565,62	60,5%
	Fora da organização	Destinado para disposição	Confinamento em aterro	29.410,88	23.220,75	26,7%
			Incineração sem recuperação de energia	6,99	10,26	-31,9%
			Outras operações de disposição	43.444,08	16.135,48	169,2%
			Outras operações de recuperação	-	-	
		Reaproveitado	Outras operações de disposição	-	-	
			Outras operações de recuperação	3.728,45	2.674,58	39,4%
			Preparação para reutilização	39.838,42	39.988,43	-0,4%
			Reciclagem	169.897,42	157.178,08	8,1%
Colômbia	Fora da organização	Destinado para disposição	Confinamento em aterro	1.171,62	308,24	280,1%
			Incineração sem recuperação de energia	16,42	18,28	-10,2%
			Outras operações de disposição	-	-	
			Outras operações de recuperação	8,36	3,45	142,3%
		Reaproveitado	Outras operações de disposição	-	-	-
			Outras operações de recuperação	0,34	1,13	-69,9%
			Preparação para reutilização	357,07	251,45	42,0%
			Reciclagem	14.437,45	17.884,30	-19,3%

Descarte de resíduos (Brasil + Colômbia)	2021	% total	2020	% total	Var.
Destinados para reaproveitamento	358.176	82,9%	302.600	88,4%	18,4%
Reaproveitados internamente	129.917	30,1%	84.622	24,7%	53,5%
Reaproveitados externamente	228.259	52,8%	217.978	63,7%	4,7%
Destinados para disposição	74.058	17,1%	39.696	11,6%	86,6%
Geração de resíduos total	432.234	-	342.297	-	26,3%

	Intensidade de destinação de resíduos	2021	2020	%
Brasil	Deca Metais (kg/peça)	0,0004	0,0004	-19,6%
	Deca Louças (kg/kg)	0,0005238	0,0003605	45,3%
	Hydra (kg/peça)	0,0001	0,0002	-22,2%
	Painéis (kg/kg)	0,0300	0,0254	18,1%
	Revestimento Cerâmico (kg/m^2)	0,0050	0,0059	-15,4%
Colômbia	Painéis (kg/kg)	0,0686	0,0961	-28,7%

	Descarte de Resíduos (fora da organização) | GRI 306-1	2021	2020	%
Brasil	Deca (t)	61.944,7	41.625,0	48,8%
	Madeira (t)	93.754,0	66.926,2	40,1%
	Revestimento Cerâmico (t)	130.627,6	130.656,5	0,0%
Colômbia	Madeira (t)	15.991,3	18.466,9	-13,4%

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio recebido de acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores, a parceria com fornecedores e a confiança em nós depositada por clientes e consumidores.

À Administração

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO Deca Portinari Hydra Duratex ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores em Milhares de Reais)

(continuação)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
CIRCULANTE		**3.150.082**	**2.788.882**	**4.661.437**	**4.220.022**
Caixa e equivalentes de caixa	5	885.335	1.041.484	1.421.302	1.728.413
Contas a receber de clientes	6	950.679	844.579	1.407.630	1.229.995
Contas a receber de partes relacionadas	6	87.462	73.100	22.535	9.320
Estoques	7	1.014.993	657.750	1.433.223	924.743
Valores a receber	8	39.579	29.079	80.431	79.428
Valores a receber de partes relacionadas	11	13.361	6.677	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	124.635	113.920	200.172	176.456
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.170	-	7.170	-
Demais créditos		21.360	16.785	30.516	23.783
Ativo não circulante disponível para venda		5.508	5.508	58.458	47.884
NÃO CIRCULANTE		**7.734.823**	**6.493.996**	**8.758.894**	**7.278.498**
Depósitos vinculados		66.365	58.893	86.586	66.706
Valores a receber	8	89.440	81.527	109.151	124.569
Créditos com plano de previdência		88.097	88.393	98.029	95.674
Impostos e contribuições a recuperar	9	616.794	13.136	801.194	17.732
I. renda e contribuição social diferidos	10	242.846	230.261	294.868	285.618
Títulos e valores mobiliários	12	39.947	-	39.947	-
Investimentos em controladas e coligadas	13	4.281.176	3.854.456	1.311.129	958.556
Outros investimentos		2.569	3.932	3.518	4.881
Imobilizado	14	2.039.374	1.910.941	3.628.446	3.512.641
Ativos de direito de uso	15	16.177	21.039	366.988	338.471
Ativos biológicos	16	-	-	1.268.648	1.142.866
Intangível	17	252.038	231.418	750.390	730.784
TOTAL DO ATIVO		**10.884.905**	**9.282.878**	**13.420.331**	**11.498.520**

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
CIRCULANTE		**1.977.515**	**1.918.806**	**3.371.691**	**2.411.801**
Empréstimos e financiamentos	19	128.088	527.633	836.277	570.747
Debêntures	19	12.975	2.637	12.975	2.637
Fornecedores	20	1.342.964	863.856	1.649.162	1.089.575
Fornecedores partes relacionadas	11	53.014	39.288	4.499	437
Passivos de arrendamento	15	7.012	6.125	25.794	22.227
Obrigações com pessoal		142.220	135.583	203.823	186.954
Contas a pagar	21	256.774	176.689	540.743	316.360
Contas a pagar a partes relacionadas	11	1.566	3.650	3.269	3.240
Impostos e contribuições	22	30.309	35.716	92.090	91.636
Dividendos e JCP		2.593	127.629	3.059	127.988
NÃO CIRCULANTE		**3.173.809**	**2.177.220**	**4.313.729**	**3.898.355**
Empréstimos e financiamentos	19	1.225.658	168.796	1.275.643	918.518
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	19	546.010	515.444	546.010	515.444
Debêntures	19	1.198.743	1.198.375	1.198.743	1.198.375
Passivos de arrendamento	15	9.820	15.227	339.929	308.070
Passivos de arrendamento partes relacionadas	15	-	-	31.786	29.855
Provisão para contingências	23	112.945	205.752	323.094	424.287
I. renda e contribuição social diferidos	10	-	-	132.832	143.664
Contas a pagar	21	75.784	73.364	392.715	272.748
Partes relacionadas	11	-	262	-	262
Impostos e contribuições	22	-	-	68.128	87.132
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.849	-	4.849	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	**5.733.581**	**5.186.852**	**5.734.911**	**5.188.364**
Capital social		2.370.189	1.970.189	2.370.189	1.970.189
Custo com emissão de ações		(7.823)	(7.823)	(7.823)	(7.823)
Reservas de capital		366.122	357.423	366.122	357.423
Transações de capital com sócios		(18.731)	(18.731)	(18.731)	(18.731)
Reservas de reavaliação		35.094	36.119	35.094	36.119
Reservas de lucros		2.410.475	2.352.417	2.410.475	2.352.417
Ações em tesouraria		(103.113)	(13.744)	(103.113)	(13.744)
Ajustes de avaliação patrimonial		681.368	511.002	681.368	511.002
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		**5.733.581**	**5.186.852**	**5.733.581**	**5.186.852**
Participação dos não controladores		-	-	**1.330**	**1.512**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		**10.884.905**	**9.282.878**	**13.420.331**	**11.498.520**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	**6.049.520**	**4.259.063**	**8.170.241**	**5.879.616**
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16	-	-	129.444	117.270
Custo dos produtos vendidos		(4.035.501)	(3.092.872)	(5.429.837)	(4.145.066)
LUCRO BRUTO		**2.014.019**	**1.166.191**	**2.869.848**	**1.851.820**
Despesas com vendas		(756.264)	(575.058)	(1.006.042)	(781.150)
Despesas gerais e administrativas		(190.371)	(166.629)	(284.935)	(237.878)
Honorários da administração		(17.805)	(16.535)	(19.236)	(17.987)
Outros resultados operacionais, líquidos	28	427.858	(73.125)	400.367	(76.298)
Resultado de Equivalência Patrimonial		279.301	220.337	(68.610)	(66.624)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**1.756.738**	**555.181**	**1.891.392**	**671.883**
Receitas financeiras	27	352.326	87.698	403.860	132.149
Despesas financeiras	27	(214.760)	(181.605)	(306.187)	(269.287)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**1.894.304**	**461.274**	**1.989.065**	**534.745**
Imp. de renda e Contribuição social - correntes	29	(170.478)	(21.013)	(270.430)	(104.525)
Imp. de renda e contribuição social - diferidos	29	1.581	13.551	7.047	23.763
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.725.407**	**453.812**	**1.725.682**	**453.983**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Companhia		1.725.407	453.812	1.725.407	453.812
Participação dos não controladores		-	-	275	171
Lucro líquido por ação em R$:					
Básico:	34	2,4903	0,6575	2,4903	0,6575
Diluído:	34	2,4754	0,6532	2,4754	0,6532

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.725.407**	**453.812**	**1.725.682**	**453.983**
Outros componentes do resultado abrangente				
Equiv. Patrim. s/abrangente de controladas	150.641	(121.505)	150.641	(121.505)
Instrumentos Financeiros	(5.241)		(5.241)	
Ganho (perda) atuarial	9.912	5.256	9.912	5.256
Efeito tributário sobre ganhos e (perdas) atuariais	(3.370)	(1.787)	(3.370)	(1.787)
Equiv. Patrim. s/abrangente de controladas sobre ganhos e (perdas) atuariais	2.512	3.577	2.512	3.577
Ajustes acumulados de conversão	15.912	172.076	15.479	172.136
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**1.895.773**	**511.429**	**1.895.615**	**511.660**
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	1.895.773	511.429	1.895.773	511.429
Participação dos não controladores	-	-	(158)	231

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Demonstração obrigatória pela prática contábil adotada no Brasil e informação suplementar para fins de IFRS)
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
RECEITAS	**7.973.889**	**5.320.268**	**10.479.374**	**7.304.954**
Receita Bruta de Vendas	7.586.368	5.326.394	10.151.737	7.309.623
Outras receitas	400.986	13.904	348.842	20.384
Impairment no contas a receber de clientes	(13.465)	(20.030)	(21.205)	(25.053)
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.571.231)**	**(3.804.562)**	**(6.108.612)**	**(4.548.823)**
Custos dos produtos vendidos	(3.956.733)	(3.241.291)	(5.299.026)	(3.808.567)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(614.498)	(550.331)	(809.586)	(727.316)
Redução do valor recuperável de ativos intangíveis	-	(12.940)	-	(12.940)
Valor adicionado bruto	**3.402.658**	**1.515.706**	**4.370.762**	**2.756.131**
Depreciação/Amortização/Exaustão	(297.010)	(290.134)	(712.294)	(620.507)
Valor adicionado líquido	**3.105.648**	**1.225.572**	**3.658.468**	**2.135.624**
Valor adicionado recebido por transferência	**631.627**	**308.035**	**335.250**	**65.525**
Receitas Financeiras	352.326	87.698	403.860	132.149
Resultado de equivalência patrimonial	279.301	220.337	(68.610)	(66.624)
Valor adicionado a distribuir	**3.737.275**	**1.533.607**	**3.993.718**	**2.201.149**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
Remuneração do trabalho	**696.735**	**583.639**	**1.043.341**	**858.610**
Remuneração direta	551.567	464.402	833.540	688.911
Benefícios	106.857	88.109	151.681	121.725
FGTS	36.805	30.017	51.797	43.049
Outros	1.506	1.111	6.323	4.925
Remuneração do governo	**1.100.932**	**315.315**	**919.126**	**620.256**
Federais	541.670	299.601	843.291	525.569
Estaduais	551.563	9.090	65.477	81.004
Municipais	7.699	6.624	10.358	13.683
Remuneração de financiamentos	**214.201**	**180.841**	**305.569**	**268.300**
Remuneração dos acionistas	**1.725.407**	**453.812**	**1.725.682**	**453.983**
Juros sobre o capital próprio e Dividendos	878.401	217.100	878.401	217.100
Lucros retidos	847.006	236.712	847.006	236.712
Participações dos não controladores	-	-	275	171
Total do valor adicionado distribuído	**3.737.275**	**1.533.607**	**3.993.718**	**2.201.149**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	CONTROLADORA 31/12/2021	CONTROLADORA 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2021	CONSOLIDADO 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.894.304**	**461.274**	**1.989.065**	**534.745**
AJUSTES POR :				
Depreciação,amortização e exaustão	297.010	290.134	712.294	620.507
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	(129.444)	(117.270)
Juros, variações cambiais e monetárias liquidas	149.957	95.774	187.210	180.542
Juros de arrendamentos	1.716	787	5.369	4.444
Resultado de equivalência patrimonial	(279.301)	(220.337)	68.610	66.624
Impairment no contas a receber de clientes	13.465	20.030	21.205	25.053
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	12.940	-	12.940
Provisões, baixa de ativos	86.333	21.024	144.344	63.890
Reversão de provisão ICMS base PIS e COFINS	(117.200)	-	(141.700)	-
Exclusão ICMS base PIS e COFINS	(604.085)	-	(597.100)	-
Resultado das vendas de fazendas	-	-	-	5.754
(Aumento) Redução em Ativos				
Contas a receber de clientes	(133.979)	(56.121)	(216.078)	(116.420)
Estoques	(381.797)	(43.871)	(540.396)	(23.355)
Demais ativos	(59.994)	(38.216)	(222.363)	(78.550)
Aumento (Redução) em Passivos				
Fornecedores	492.834	435.546	564.056	509.046
Obrigações com pessoal	6.637	37.862	17.175	39.516
Contas a pagar	84.261	41.785	310.208	56.873
Impostos e contribuições	56.898	114.068	49.447	90.877
Demais passivos	(47.628)	(26.182)	(51.510)	(62.008)
Caixa proveniente das operações	**1.459.431**	**1.146.497**	**2.170.392**	**1.813.208**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(240.983)	(60.720)	(344.551)	(193.828)
Juros pagos	(86.439)	(85.535)	(117.458)	(111.650)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.132.009**	**1.000.242**	**1.708.383**	**1.507.730**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
Investimentos em ativo imobilizado	(365.441)	(128.297)	(539.309)	(247.960)
Investimentos em ativo intangível	(58.086)	(50.325)	(59.848)	(54.178)
Investimentos em ativo biológico	-	-	(258.110)	(185.270)
Recebimento pela venda de imobilizado	5.000	-	29.703	43.351
Dividendos recebidos de controladas	222.955	325.133	-	-
Aporte/Aumento de capital	(98.491)	(521.658)	(98.491)	(521.656)
Aquisição de coligda	(102.250)	-	(102.250)	-
Títulos e valores mobiliários	(40.540)	-	(40.540)	-
Adto. para futuro aumento de capital em controlada	(3.250)	(188.186)	-	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(450.103)**	**(563.333)**	**(1.068.845)**	**(965.713)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:				
Ingressos de financiamentos	909.902	1.635.000	912.619	1.640.827
Amortização do valor principal de financiamentos	(266.370)	(1.235.380)	(309.308)	(1.344.596)
Amortização do valor principal de debêntures	-	-	-	(60.000)
Amortização de passivos de arrendamento	(8.895)	(6.360)	(62.950)	(56.796)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.393.728)	(257.302)	(1.393.749)	(257.302)
Ações em tesouraria	(88.964)	9.307	(88.964)	9.307
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(848.055)**	**145.265**	**(942.352)**	**(68.560)**
Variação cambial sobre disponibilidades	-	-	(4.297)	11.733
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA NO EXERCÍCIO	**(156.149)**	**582.174**	**(307.111)**	**485.190**
SALDO INICIAL	**1.041.484**	**459.310**	**1.728.413**	**1.243.223**
SALDO FINAL	**885.335**	**1.041.484**	**1.421.302**	**1.728.413**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co
DEXCO deca portinari Hydra Duratex ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(continuação)

	Capital Social	Custo na emissão de ações	Reservas de capital	Transações de capital com sócios	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reservas estatutárias	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**1.970.189**	**(7.823)**	**352.083**	**(18.731)**	**38.543**	**225.987**	**1.853.694**	**87.040**	**(23.051)**	**452.932**	**-**	**4.930.863**	**1.305**	**4.932.168**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453.812	453.812	171	453.983
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.076	-	172.076	60	172.136
Equivalência Patrimonial Reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.052)	(453)	(121.505)	-	(121.505)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.469	-	3.469	-	3.469
Equivalência Patrimonial Reflexa - ganho (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.577	-	3.577	-	3.577
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**58.070**	**453.359**	**511.429**	**231**	**511.660**
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Opções de ações outorgadas	-	-	3.977	-	-	-	-	-	-	-	-	3.977	-	3.977
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1.235)	-	-	-	-	-	1.235	-	-	-
Ajuste de IR/CS sobre reavaliação reflexa	-	-	-	-	(1.189)	-	-	-	-	-	-	(1.189)	-	(1.189)
Baixa por venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	9.307	-	(579)	8.728	-	8.728
Incentivos fiscais art 195-A lei 6.404/76 - anos anteriores	-	-	-	-	-	-	(16.760)	16.760	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	1.363	-	-	-	-	-	-	-	-	1.363	-	1.363
Dividendo adicional proposto de 2019	-	-	-	-	-	-	(141.597)	-	-	-	-	(141.597)	-	(141.597)
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO														
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	22.690	-	-	-	-	(22.690)	-	-	-
Destinação de incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	-	-	-	-	-	-	-	9.948	-	-	(9.948)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.722)	(126.722)	-	(126.722)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	90.378	-	-	-	(90.378)	-	-	-
Destinação de reservas	-	-	-	-	-	-	204.277	-	-	-	(204.277)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**1.970.189**	**(7.823)**	**357.423**	**(18.731)**	**36.119**	**248.677**	**1.989.992**	**113.748**	**(13.744)**	**511.002**	**-**	**5.186.852**	**1.512**	**5.188.364**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.725.407	1.725.407	275	1.725.682
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.912	-	15.912	(433)	15.479
Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.241)	-	(5.241)	-	(5.241)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.542	-	6.542	-	6.542
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.641	-	150.641	-	150.641
Equivalência Patrimonial Reflexa - Ganho e (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.512	-	2.512	-	2.512
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**170.366**	**1.725.407**	**1.895.773**	**(158)**	**1.895.615**
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Opções de ações outorgadas	-	-	3.978	-	-	-	-	-	-	-	-	3.978	-	3.978
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1.025)	-	-	-	-	-	1.025	-	-	-
Aquisições de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.689)	-	-	(94.689)	-	(94.689)
Baixa por venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	5.320	-	405	5.725	-	5.725
Incentivos fiscais art 195-A lei 6.404/76 - anos anteriores	-	-	-	-	-	-	(42.883)	42.883	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas de lucros (estatutárias)	400.000	-	-	-	-	-	(400.000)	-	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	4.721	-	-	-	-	-	-	-	-	4.721	-	4.721
Dividendo adicional proposto de 2020	-	-	-	-	-	-	(90.378)	-	-	-	-	(90.378)	-	(90.378)
Dividendo adicional de 2020	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	86.270	-	-	-	-	(86.270)	-	-	-
Destinação de incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	-	-	-	-	-	-	-	46.865	-	-	(46.865)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(709.304)	(709.304)	-	(709.304)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(169.097)	(169.097)	-	(169.097)
Destinação de reservas	-	-	-	-	-	-	715.301	-	-	-	(715.301)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**2.370.189**	**(7.823)**	**366.122**	**(18.731)**	**35.094**	**334.947**	**1.872.032**	**203.496**	**(103.113)**	**681.368**	**-**	**5.733.581**	**1.330**	**5.734.911**

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Dexco S.A. ("Companhia"), (atual denominação da Duratex S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o código DXCO3 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Iniciou suas atividades em 1951, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e Bloco Seibel, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

A Dexco S.A. e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira), louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca) e Divisão Revestimentos Cerâmicos. Conta atualmente com dezesseis unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Dexco Colombia S.A. (atual denominação da Duratex S.A. na Colômbia), mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica e Peru.

A Divisão Madeira opera com quatro unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de painéis de MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média e alta densidade de fibra), com a Marca Duratex, pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com oito unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

A Divisão Revestimentos Cerâmicos opera com quatro unidades industriais no País, responsáveis pela produção de revestimentos cerâmicos, com as marcas Ceusa e Portinari.

b) Principais eventos ocorridos em 2021

Incorporação da controlada Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (atual denominação da Cerâmica Urussanga S.A.)

Em 1 de janeiro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., a incorporação da controlada Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. Vide nota explicativa 13.c.

Criação do fundo DX Ventures de Corporate Venture Capital - ("CVC")

A Companhia criou o fundo DX Ventures, de Corporate Venture Capital ("CVC") para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios, com um primeiro aporte previsto de R$ 100.000. Vide nota explicativa 12.

Mudança da marca corporativa da Companhia de Duratex para Dexco

Em 14 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a mudança da marca corporativa da Companhia de Duratex para Dexco e a proposta de alteração da denominação para Dexco S.A., mediante alteração estatutária deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de agosto de 2021.

Aquisição de participação minoritária

Em 30 de dezembro de 2021 a Companhia, por meio de sua subsidiária Dexco Comércio de Produtos para Construção S.A. concluiu investimento de R$ 102,3 milhões na ABC da Construção ("ABC"), em uma operação exclusivamente primária, adquirindo uma participação minoritária de aproximadamente10,0% das ações votantes. A operação foi aprovada, sem restrições, pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Aquisição total da empresa Castelatto

Em 21 de dezembro de 2021 a Companhia, por meio de sua subsidiária Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., assinou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital da empresa Castelatto Ltda. A Castelatto é líder no segmento *premium* de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico. Em 28 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, publicou um despacho decidindo pela aprovação sem restrições. A Companhia está aguardando o trânsito em julgado para conclusão da aquisição.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Dexco S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2022.

d) COVID-19 "Coronavírus"

A Companhia mantem um Comitê de Crise e continua gerenciando as iniciativas com o objetivo de minimizar os impactos à nossa comunidade e promover aos nossos colaboradores segurança sanitária e psicológica, por meio de protocolos rígidos, ações de conscientização e planos robustos de comunicação, que orientem constantemente sobre as medidas preventivas de combate ao coronavírus.

Esse mesmo comitê, vem monitorando os impactos econômicos desta pandemia que podem afetar seus resultados, em 31 de dezembro de 2021, podemos destacar:

A Companhia não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia;

Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados, não havendo também, saldo de impostos prorrogados.

Manteve R$ 1,9 milhão (R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) (nota 6) de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, e não identificou necessidade de *impairment* de outros ativos.

A Companhia vem operando com todas as suas unidades industriais com nível de utilização superior ao registrado no período pré COVID.

Em 2020, a Companhia efetuou várias doações, por intermédio de suas marcas voltadas para o segmento de construção e arquitetura, uniu-se a grandes empresas nacionais e projetos governamentais para fortalecer o cenário de atendimento de saúde em diversas regiões do país somando R$ 7,2 milhões a valor de custo.

A Companhia continua acompanhando e avaliando os impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos em seus resultados.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 - Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas, e também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19 ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 - Consolidação

2.2.1 - Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Dexco S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (atual denominação da Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.), Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (atual denominação da Cerâmica Urussanga S.A.), Duratex North America Inc., Dexco Colombia S.A. (atual denominação da Duratex S.A. na Colômbia), Estrela do Sul Participações Ltda., Dexco Empreendimentos Ltda. (atual denominação da Duratex Empreendimentos Ltda.), Dexco Comércio de Produtos para Construção S.A. (atual denominação da Bale Comércio de Produtos para Construção S.A.), Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., Viva Decora Internet S.A., e suas controladas indiretas: Dexco Zona Franca S.A.S. (atual denominação da Tablemac MDF S.A.S.) e Forestal Rio Grande S.A.S..

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(d) Investimento em entidade controlada em conjunto (*joint operation*)

A Duratex Florestal Ltda. controlada da Dexco S.A. que detém 100% de seu capital, a Usina Caeté S.A., e Jaraguá Agrícola Ltda., mantêm contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos, cada sócio possuindo, 50%, 47% e 3% de participação do capital total da Caetex Florestal S.A. respectivamente.

2.2.2 - Pronunciamentos novos ou revisados em 2021

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 - Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 - Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 - Ativos financeiros

2.6.1 - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.6.2 - Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO — Deca Portinari Hydra Duratex ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA 25 ANOS

NOTAS EXPLICATIVAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

2.6.4 - *Impairment* de ativos financeiros
As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.
Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.
Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*
Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.
Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.
Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

2.8 - Contas a receber de clientes
Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades do Grupo. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.
A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (*ii*) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.
A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.
A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

2.9 - Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.
O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 - Ativos intangíveis
Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:
Ágio por expectativa de rentabilidade futura
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.
O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.
Marcas e patentes
As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.
Relações com clientes - carteira de clientes
As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.
Softwares
As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimada.

2.11 - Imobilizado
Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.
O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

2.12 - *Impairment* de ativos não-financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's).

2.13 - Ativos biológicos
As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 16. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas, surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.
Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 - Empréstimos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.
Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 - Contas a pagar a fornecedores e provisões
Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
Provisões
As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.
Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.
Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 - Benefícios aos empregados
(a) Planos de previdência privada e saúde
A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.
Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.
A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 10 operadoras de saúde totalizavam 28.299 e 24.889 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/jornaisBrasil

(b) Remuneração com base em ações
A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.
O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.
(c) ILP - Incentivos de Longo Prazo
A Companhia oferece aos executivos um plano de incentivo de longo prazo da Companhia e de suas controladas (Plano ILP). O ILP tem por finalidade: i) estimular o compromisso dos executivos da Dexco no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da Companhia; ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da Companhia; e iii) proporcionar a Companhia, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. Vide nota 32. São três tipos de ILPs, Performance shares, Matching e Ações Restritas.
(d) Participação nos lucros
A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 - Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.
O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 - Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.
(a) Vendas de produtos
São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.
(b) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 - Variação do valor justo dos ativos biológicos
São reconhecidas pela modificação de valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 - Arrendamentos
De acordo com CPC 06 (R2) - IFRS 16, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

2.22 - Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.
Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Reunião do Conselho de Administração.

NOTA 3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.
As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:
a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos
O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29/IAS 41 - "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R$ 33,2 milhões, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R$ 4,3 milhões, líquido dos efeitos tributários.
b) Perda *(impairment)* estimada do ágio
A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.
c) Benefícios de planos de previdência e saúde
O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.
d) Provisão para contingências
O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada por seus consultores jurídicos. Os montantes contabilizados são atualizados e a Administração do Grupo acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.
e) Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.
f) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O Grupo registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO
4.1 Fatores de risco financeiro
A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.
Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.
Risco de Mercado
(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.
Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de "*hedge*" que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.
(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.
Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:
a) Contrato de *SWAP* IPCA+prefixada x CDI
A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R$ 31.906 com vencimentos em 15 de dezembro de 2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.
A controlada Duratex Florestal possui dois contratos com valor agregado de R$ 44.124 com vencimentos em 15 de dezembro de 2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.
A Companhia e sua controlada Duratex Florestal contrataram essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixada de juros em dívidas indexadas ao CDI.
b) Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)
A Companhia possui contratos dessa modalidade, cujo valor totaliza US$ 26 milhões com vencimentos até 28 de março de 2028 e posição vendida em Dólar.
A Companhia contratou estas operações com o objetivo de mitigar a exposição cambial do seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).
c) *Hedge* de fluxo de Caixa
A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de *hedge* qualificáveis que são designados e qualificados como *hedges* de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de *hedge* desde o início do *hedge*. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado.
d) Cálculo do valor justo das posições
O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
I. *Hedge* de Fluxo de Caixa						
Posição Ativa IPCA +	509.901	-	511.253	-	2.320	-
Posição Passiva CDI	(509.901)	-	(508.933)	-	-	-
II. Contratos de *Swaps*						
Posição Ativa IPCA +	73.408	83.895	73.533	93.520	(1.140)	-
Posição Passiva CDI	(73.408)	(83.895)	(74.673)	(83.967)	-	-
III. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda NDF	144.333	173.629	145.626	173.341	842	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.
e) Análise de sensibilidade
Considerando as aplicações, financiamentos e instrumentos derivativos existentes na Companhia, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade das variações cambiais e de taxa de juros.
A empresa está exposta a risco cambial do dólar, assim como taxas em CDI. Para o cenário de sensibilidade adotamos as projeções para os próximos 12 meses de resultado e usamos como referência as curvas futuras da B3.

Instrumento/Operação	Indexador	Taxa média	Cenário Provável
Aplicações financeiras	CDI	11,41%	91.995
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	11,58%	(395.581)
Empréstimos com *SWAPS* (IPCA para CDI)	CDI	11,66%	(66.748)
NDFs (USD - venda)	USD	5,71	(259)
Excedente de exportação - importação (US$)	USD	5,71	4.409
		Efeito Líquido	**(366.183)**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO — Deca Portinari Hydra Duratex Ceusa Durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca

NOTAS EXPLICATIVAS

(continuação)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

a) Risco de Crédito
A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.
No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez
A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.
O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.
O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2023 e 2024	2025 a 2029	2030 em diante	Menos de 1 ano	2023 e 2024	2025 a 2029	2030 em diante
31/12/2021								
Empréstimos/Debêntures	368.277	2.019.825	1.691.324	241.901	1.143.389	2.045.595	1.744.595	250.643
Fornecedores	1.342.964	-	-	-	1.649.162	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	53.014	-	-	-	4.499	-	-	-
Total	**1.764.255**	**2.019.825**	**1.691.324**	**241.901**	**2.797.050**	**2.045.595**	**1.744.595**	**250.643**

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital
A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A -Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.111.474	2.412.885	3.869.648	3.205.721
de curto prazo	141.063	530.270	849.252	573.384
de longo prazo	2.970.411	1.882.615	3.020.396	2.632.337
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	885.335	1.041.484	1.421.302	1.728.413
C=(A-B)Dívida líquida	**2.226.139**	**1.371.401**	**2.448.346**	**1.477.308**
D- Patrimônio líquido	5.733.581	5.186.852	5.734.911	5.188.364
C/D=Índice de alavancagem financeira	39%	26%	43%	28%

4.3 Estimativa do valor justo
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Controladora — 31/12/2021

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	*Impairment* no contas a receber de clientes	Total
Clientes no país	794.342	56.802	10.429	6.105	4.361	32.050	(52.110)	851.979
Clientes no exterior	69.709	24.319	4.165	244	-	2.626	(2.363)	98.700
Partes relacionadas	65.358	6.470	4.048	1.764	5.296	4.526	-	87.462
Total	**929.409**	**87.591**	**18.642**	**8.113**	**9.657**	**39.202**	**(54.473)**	**1.038.141**

Controladora — 31/12/2020

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	*Impairment* no contas a receber de clientes	Total
Clientes no país	739.918	19.629	2.475	3.861	4.851	46.184	(55.878)	761.040
Clientes no exterior	43.512	33.284	4.276	23	1.343	2.373	(1.272)	83.539
Partes relacionadas	33.469	16.084	6.507	12.103	3.814	1.123	-	73.100
Total	**816.899**	**68.997**	**13.258**	**15.987**	**10.008**	**49.680**	**(57.150)**	**917.679**

Consolidado — 31/12/2021

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	*Impairment* no contas a receber de clientes	Total
Clientes no país	1.078.729	88.906	24.073	11.749	14.990	49.099	(68.209)	1.199.337
Clientes no exterior	160.273	34.592	9.825	2.858	1.035	5.201	(5.491)	208.293
Partes relacionadas	16.029	4.777	1.662	-	-	67	-	22.535
Total	**1.255.031**	**128.275**	**35.560**	**14.607**	**16.025**	**54.367**	**(73.700)**	**1.430.165**

Consolidado — 31/12/2020

	A vencer	Vencidos: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	*Impairment* no contas a receber de clientes	Total
Clientes no país	1.010.555	30.644	4.881	5.447	6.880	56.960	(66.334)	1.049.033
Clientes no exterior	108.952	54.103	9.398	2.517	4.921	7.360	(6.289)	180.962
Partes relacionadas	7.616	785	472	-	56	391	-	9.320
Total	**1.127.123**	**85.532**	**14.751**	**7.964**	**11.857**	**64.711**	**(72.623)**	**1.239.315**

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito para a venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.
A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito, informações de mercado e relatórios de *bureaus* de crédito.
A classificação de risco acontece com base nos modelos dos *bureaus* externos, tanto para mercado interno como para mercado externo, e estão refletidos na régua abaixo, de A a D, na qual A indica os clientes de mais baixo risco e D os clientes de mais alto risco.
A parcela de clientes com *impairment* em contas a receber (perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa) está classificada separadamente.

Classificação	31/12/2021	31/12/2020
A	28%	20%
B	17%	16%
C	49%	58%
D	1%	1%
Impairment no contas a receber	5%	5%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.
Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas), de acordo com as diretrizes do IFRS 9 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(57.150)	(55.139)	(72.623)	(71.104)
(Constituição) reversão (*)	(13.465)	(20.030)	(21.205)	(25.053)
Baixa de títulos	16.142	18.019	20.128	23.534
Saldo final	**(54.473)**	**(57.150)**	**(73.700)**	**(72.623)**

(*) Contempla os efeitos do COVID-19, conforme nota 1.d.

NOTA 7 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	360.221	183.035	576.136	323.583
Matérias-primas	395.158	270.546	563.141	366.440
Produtos em elaboração	167.552	128.343	205.247	164.611
Almoxarifado geral	114.153	102.723	140.795	118.363
Adiantamentos a fornecedores (*)	25.123	13.267	13.919	9.927
Perda estimada na realização dos estoques (-)	(47.214)	(40.164)	(66.015)	(58.181)
Total	**1.014.993**	**657.750**	**1.433.223**	**924.743**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(40.164)**	**(73.602)**	**(58.181)**	**(106.831)**
Constituições	(37.467)	(34.661)	(54.401)	(53.035)
Reversões	13.265	26.940	20.697	42.858
Baixas	17.152	41.159	25.249	60.462
Variação cambial	-	-	621	(1.635)
Saldo final	**(47.214)**	**(40.164)**	**(66.015)**	**(58.181)**

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda..

NOTA 8 - VALORES A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fundação Itaúsa Industrial (1)	5.993	5.278	5.993	5.278
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos (2)	13.594	3.194	44.666	48.557
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.380	2.381	2.381	2.381
Sinistros a receber	8.064	7.684	8.073	7.693
Venda de energia elétrica	3.114	3.323	4.453	4.387
Crédito de rebate	-	414	-	414
Demais valores a receber	6.434	6.805	14.865	10.718
Total Circulante	**39.579**	**29.079**	**80.431**	**79.428**
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.085	7.120	2.085	7.120
Venda de empresa controlada	13.271	18.200	13.271	18.200
Venda de fazendas/Imóveis (2)	7.238	4.402	15.911	28.514
Fomento nas operações florestais (3)	-	-	10.943	9.943
Valores a receber dos sócios participantes das SCP's	-	-	-	5.206
Ativos indenizáveis (4)	18.052	17.365	18.052	17.365
Retenção de valores na aquisição de empresas	48.091	33.649	48.310	33.866
Demais valores a receber	703	791	579	4.355
Total Não Circulante	**89.440**	**81.527**	**109.151**	**124.569**

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;
(2) Saldos relativos as vendas de ativos imobilizados, principalmente de fazendas;
(3) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;
(4) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Dexco ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos financeiros: evidenciação" para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:
- O valor justo de "*swap*" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Custo amortizado		Passivos financeiros		Designados a valor justo		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	1.230.119	1.464.144	-	-	-	-	1.230.119	1.464.144
Contas a receber de clientes	1.407.630	1.229.995	-	-	-	-	1.407.630	1.229.995
Contas a receber de partes relacionadas	22.535	9.320	-	-	-	-	22.535	9.320
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	7.170	-	7.170	-
Depósitos vinculados	86.586	66.706	-	-	-	-	86.586	66.706
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	39.947	-	39.947	-
Total	**2.746.870**	**2.770.165**	-	-	**47.117**	-	**2.793.987**	**2.770.165**
PASSIVOS								
Empréstimos/debêntures	-	-	3.794.975	3.121.754	74.673	83.967	3.869.648	3.205.721
Dividendos/JCP	-	-	3.059	127.988	-	-	3.059	127.988
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	4.849	-	4.849	-
Total	-	-	**3.798.034**	**3.249.742**	**79.522**	**83.967**	**3.877.556**	**3.333.709**

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	38.325	37.680	75.672	151.469
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	115.511	112.800
Aplicações em renda fixa	-	942	36.801	80.345
Certificados de depósitos bancários	847.010	1.002.862	1.193.318	1.383.799
Total	**885.335**	**1.041.484**	**1.421.302**	**1.728.413**

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas aproximadas ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Clientes no país	904.089	816.918	1.267.546	1.115.367
Clientes no exterior	101.063	84.811	213.784	187.251
Impairment no contas a receber de clientes	(54.473)	(57.150)	(73.700)	(72.623)
Total de clientes - Terceiros	950.679	844.579	1.407.630	1.229.995
Total de clientes - Partes Relacionadas	87.462	73.100	22.535	9.320
Total contas a receber	**1.038.141**	**917.679**	**1.430.165**	**1.239.315**

NOTA 9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR
A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a compensar	82.969	76.301	113.387	100.885
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de Imobilizado (1)	10.042	8.698	16.089	12.342
PIS e COFINS a compensar	11.603	3.236	12.921	6.483
ICMS e IPI a recuperar	16.771	16.919	52.415	44.116
Outros	3.249	8.766	5.360	12.630
Total circulante	**124.635**	**113.920**	**200.172**	**176.456**
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de Imobilizado (1)	16.107	13.136	19.029	17.732
PIS e COFINS a compensar (2)	600.687	-	782.165	-
Total não circulante	**616.794**	**13.136**	**801.194**	**17.732**

(1) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.
(2) Saldo relativo preponderantemente ao efeito da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.
Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante de R$ 32.949 de créditos detidos pela controlada Dexco Hydra Corona Aquecimento de Água Ltda..
O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	124.863	91.068	173.221	131.776
Prejuízos fiscais a base negativa de CSLL	42.137	27.826	56.532	50.081
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	16.852	19.558	21.677	22.097
Provisões para perdas nos estoques	16.052	13.655	20.370	17.069
Provisão de comissões a pagar	2.015	1.853	3.898	3.429
Provisão Bônus promocionais	12.197	4.685	23.174	10.395
Provisões diversas	35.610	23.491	47.570	28.705
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	204.450	299.133	310.707	393.211
Prejuízos fiscais a base negativa de CSLL	35.628	107.978	47.463	124.253
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	29.128	30.638	51.727	46.021
Provisões fiscais	18.592	46.889	28.335	54.930
Provisões cíveis	-	-	21.555	21.555
Impairment de imobilizado	31.374	36.578	57.050	49.916
Provisão para *impairment* no contas a receber de clientes	6.999	4.606	10.050	6.017
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão sobre benefício pós emprego	8.377	11.130	12.852	17.032
Provisão sobre valor justo financiamento	-	912	322	2.960
Valor Presente do Financiamento	177	-	403	-
Imposto de renda sobre lucros no exterior	55.921	43.823	55.921	43.823
Amortização sobre mais valia de ativos	16.583	15.284	16.583	20.868
Provisões diversas	1.179	803	7.954	5.344
Total de ativos de impostos diferidos	**329.313**	**390.201**	**483.928**	**524.987**
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(16.816)	(17.791)	(53.776)	(63.043)
Ajuste a valor presente de financiamento	-	(1.271)	-	(3.786)
Resultado do *SWAP* (caixa x competência)	(918)	(2.206)	(1.053)	(2.414)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(31.386)	(25.690)
Venda de imóvel	-	-	(272)	(1.463)
Ativo biológico	-	(59.491)	(113.162)	(168.067)
Carteira de clientes Satipel	(19.886)	(27.344)	(19.886)	(27.344)
Valor justo previdência complementar	(29.953)	(30.053)	(33.330)	(32.529)
Carteira de clientes Tablemac	-	-	(3.366)	(4.184)
Mais valia de ativos	(4.283)	(4.770)	(24.213)	(24.728)
Atualizações de depósitos judiciais	(6.697)	(6.560)	(17.194)	(6.978)
Hedge de fluxo de caixa	2.700	-	2.700	
Outros	(10.614)	(10.454)	(26.954)	(22.807)
Total de passivos de impostos diferidos	**(86.467)**	**(159.940)**	**(321.892)**	**(383.033)**
Total líquido ativo diferido	**242.846**	**230.261**	**294.868**	**285.618**
Total líquido passivo diferido	-	-	**(132.832)**	**(143.664)**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

NOTAS EXPLICATIVAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (continuação)

Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos.

Ano	Controladora	Consolidado
2022	124.863	173.221
2023	63.438	80.874
2024	31.482	51.380
2025	35.261	57.454
2026	36.495	59.167
2027	37.774	60.952
2028	-	880
Total	**329.313**	**483.928**

A realização estimada dos ativos de impostos diferidos tem por base estudos elaborados pela Administração do Grupo, que demonstram a capacidade de cada uma das entidades detentoras dos respectivos créditos tributários em gerar resultados tributários futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	**230.261**	**141.954**
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	1.581	7.048
Transferência de IRPJ no exterior	12.098	12.098
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	(3.370)	(4.664)
IR/CS sobre *Hedge accounting* s/empréstimos	2.700	2.700
Variação cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	(424)	2.900
Saldo em 31/12/2021 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	**242.846**	**162.036**

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
No ativo não circulante	242.846	294.868
No passivo não circulante	-	(132.832)
Total	**242.846**	**162.036**

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS
a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas													
	Duratex Florestal		Dexco Hydra Corona		Duratex Andina		Dexco Revestimentos Cerâmicos (*)		Dexco Colômbia		Duratex North America		Duratex Europe	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo														
Clientes (1)	40	5	342	16	-	-	61	41	27.492	13.505	37.762	50.549	-	-
Valores a receber (2)	5.506	209	276	192	-	-	1.501	146	-	-	-	-	6.078	6.130
Mútuo c/ controladas (3)	-	5	130	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo														
Fornecedores (4)	33.153	29.550	19.124	7.528	56	52	-	-	210	172	52	1.986	-	-
Contas a pagar	1.304	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado														
Vendas (5)	51	13	366	435	-	2.672	103	458	97.601	54.859	84.784	97.212	-	-
Compras (6)	(334.985)	(280.645)	(131.901)	(135.411)	-	-	(37)	(327)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	(1)	9	5	3	(4)	1.011	8	-	1.201	4.742	3.267	10.133	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (5);
(2) R$ 6.078 referente venda de ações da Duratex Belgium à Duratex Europe;
(3) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;
(4) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima ou produtos mencionados no item (6) ou créditos a serem reembolsados para Peru, Estados Unidos e Colômbia;
(5) Fornecimentos de produtos no mercado interno e no Peru, Estados Unidos, Canadá e Colômbia;
(6) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira (Duratex Florestal), aquisição de produtos linha Hydra para revenda e aquisição de produtos da linha Revestimentos para consumo.
(*) Os saldos de 31/12/2020 com a controlada Cecrisa, estão apresentados somados aos da investidora Dexco Revestimentos Cerâmicos em razão da incorporação em 01/01/2021.

Descrição	Controle Compartilhado LD Florestal (*)	Coligada LD Celulose (*)	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Clientes (1)	-	770	393
Ativo biológico	-	37.986	30.866
Passivo			
Fornecedores	-	4.080	437
Contas a pagar (2)	-	3.007	-
Resultado			
Vendas (3)	-	826	-
Compras	-	(1.013)	(1.049)
Custos com arrendamentos (4)	(1.987)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (3);
(2) Valores a pagar referente reembolso de despesas;
(3) Fornecimentos de produtos no mercado interno;
(4) Referem-se aos custos com os contratos de subarrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a LD Florestal S.A. relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R$ 2.190, sendo R$ 1.987, líquidos de PIS/COFINS.
(*) Empresas não consolidadas, controle compartilhado e coligada.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itaúsa S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Clientes (1)	-	16
Passivo		
Aluguel a pagar	262	862
Resultado		
Vendas (2)	-	72
Despesas de aluguel (3)	(4.722)	(4.295)
Outros resultados (4)	-	(325)

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;
(2) Vendas no mercado interno;
(3) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia;
(4) Serviços contratados de análises e planejamento econômico.

c) Operações com coligadas - garantias prestadas

Complementarmente aos avais e fianças da nota 19c, a Companhia, concedeu garantias em operações da sua coligada LD Celulose S.A., em 31 de dezembro de 2021 o saldo era: 1) fiança de R$ 124,1 milhões junto ao Banco Bradesco, para os aportes de capital. 2) aval de R$ 32,2 milhões junto a vários bancos para operações de *Hedge* e 3) aval de R$ 2.410,5 milhões junto a vários bancos para financiamento.

d) Outras partes relacionadas

Descrição	Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.		Ligna Florestal Ltda.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Clientes (1)	21.733	8.911	-	-
Passivo				
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	-	31.786	29.970
Resultado				
Vendas (2)	187.799	124.383	-	-
Custos com arrendamentos (3)	-	-	(3.064)	(2.903)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;
(2) Vendas no mercado interno;
(3) Referem-se aos custos com os contratos de arrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R$ 288, sendo R$ 261 líquidos de PIS/COFINS, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

Descrição	Itaú Unibanco		Itaú Corretora de Valores		Fundação Itaú Social	XP Investimentos	Liquigas
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Ativo							
Aplicações financeiras (1)	14.551	48.628	-	-	-	-	-
Clientes (2)	32	-	-	-	-	-	-
Passivo							
Outros passivos (3)	-	2.640	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	419
Empréstimos (4)	546.010	515.444	-	-	-	-	-
Resultado							
Vendas (5)	975	-	-	-	-	-	-
Compras (6)	-	-	-	-	-	-	(3.469)
Rendimentos de aplicações (7)	1.315	2.486	-	-	-	1.523	-
Despesas financeiras (8)	(36)	(53)	-	-	-	-	-
Juros apropriados (9)	(30.566)	(19.327)	-	-	-	-	-
Despesas com escrituração de ações	-	-	(420)	(497)	-	-	-
Doações (10)	-	-	-	-	(5.000)	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;
(2) Prestação de serviços e pagamento;
(3) Empréstimo no Itaú Unibanco, efetuado nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração;
(4) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);
(5) Despesas com cobranças de títulos;
(6) Juros apropriados no período sobre empréstimo mencionado no item (3);
(7) Doação para projeto "Todos pela saúde", ação no combate à pandemia da COVID-19.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.
As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.
Em 31 de dezembro de 2021 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R$ 19.236 (R$ 17.987 em 31 de dezembro de 2020) de honorários, R$ 25.746 como participações estatutárias (R$ 18.687 em 31 de dezembro de 2020). Remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações e ILP R$ 9.758 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 5.661 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 12 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia criou um fundo de Corporate Venture Capital ("CVC"), denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("DX Ventures"), para investimentos em start-ups e scale-ups, em múltiplos estágios de investimento, com um primeiro aporte programado de R$ 100.000.

A Companhia é a única cotista deste fundo, porém contará com o auxílio da Valetec, uma gestora de venture capital especializada. Por meio deste fundo, poderá acompanhar as macro tendências de transformação e inovação do setor de construção, reforma e decoração, através do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo. Ainda, esta nova frente tem como objetivo mapear potenciais disrupções dos negócios e produtos, além de ser o veículo adequado para abordar oportunidades identificadas em seu core business. Até a emissão dessas demonstrações financeiras foram realizados desembolso para este fundo no montante de R$ 38.868. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo deste investimento avaliado a valor justo é de R$ 38.275 e R$ 1.672 de outros investimentos.

NOTA 13 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS
a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas													Coligada	Controle Compartilhado	
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Dexco Empreend.	Dexco Com. Prod.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Griferia Sur	North America	Dexco Colombia	Dexco Hydra	Duratex Andina	Dexco Revestimentos	Viva Decora	LD Celulose	LD Florestal S.A.	Total
Acões/quotas possuídas (Mil)	165	12	374	1.023	1	47	3.112	500	29.599.138	259.650	1.637	9.136.715	4.013	1.035.332	68.193	
Participação %	**100,00**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**100,00**	**100,00**	**62,00**	**100,00**	**87,83**	**100,00**	**100,00**	**99,99**	**100,00**	**49,00**	**50,00**	
Capital social	495.915	12	374	102.260	1	181	426	886	54.332	259.650	1.771	1.094.017	3.641	2.077.920	177.452	
Patrimônio líquido	669.681	238	1.017	102.260	1	70.609	(1.106)	21.227	555.979	258.224	1.917	1.206.430	47	2.252.739	192.380	
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	40.310	(126)	7	-	-	11.573	123	2.379	117.322	37.496	(688)	155.812	(3.349)	(134.105)	(5.796)	
Movimentação dos investimentos:																
Em 31 de dezembro de 2019	**1.216.085**	**364**	**1.637**	**9**	**1**	**138.831**	**-**	**15.414**	**513.754**	**177.652**	**2.167**	**960.796**	**14.569**	**-**	**107.665**	**3.148.944**
Resultado de Equivalência	67.131	-	(21)	-	-	3.919	98	(2.425)	62.688	73.005	107	84.348	(2.317)	(65.706)	284	221.111
Variação do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(774)	-	-	-	-	-	(774)
Adiantamento p/futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.070	-	-	1.070
Aumento/Aporte de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187.116	2	1.018.181	-	1.205.299
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	32.991	-	4.500	112.062	-	392	(73)	-	18.944	-	168.816
Equivalência patrimonial reflexa	3.178	-	-	-	-	-	-	-	-	165	-	(1.142)	(506)	(120.798)	(14)	(119.117)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(98)	-	-	-	-	-	-	-	-	(98)
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(811)	(3.064)	-	(1.435)	-	-	-	(5.310)
Variação cambial sobre mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.484	-	-	-	-	-	-	1.484
Dividendos	(150.257)	-	(606)	-	-	(87.022)	-	-	(87.248)	-	-	-	-	-	-	(325.133)
Baixa de ágio por *impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.940)	-	-	(12.940)
Deságio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267	-	-	267
Cisão parcial dos ativos	(494.107)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(494.107)
Cisão parcial IR/CS diferido	64.944	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.944
Em 31 de dezembro de 2020	**706.974**	**364**	**1.010**	**9**	**1**	**88.719**	**-**	**17.489**	**601.929**	**246.984**	**2.666**	**1.229.610**	**145**	**850.621**	**107.935**	**3.854.456**
Resultado de Equivalência	40.310	(126)	7	-	-	11.573	(79)	2.379	103.048	37.496	(688)	155.803	(3.349)	(65.712)	(2.898)	277.764
Variação do resultado não realizado										1.537						1.537
Adiantamento p/futuro aumento de Capital													3.250			3.250
Aumento de Capital				102.250										98.491		200.741
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)						(7.172)		1.359	(45.868)		(61)			69.801		18.059
Variação s/% de participação												(24)				(24)
Equivalência patrimonial reflexa														150.641		150.641
Provisão para passivo a descoberto							79									79
Amortização de mais valia de ativos									(619)	(2.705)		(1.115)				(4.439)
Variação cambial sobre mais valia de ativos									(445)							(445)
Ganho (perda) atuarial - movimentação PL	(1.611)									2.953		1.170				2.512
Dividendos	(78.599)					(23.372)			(120.984)							(222.955)
Em 31 de dezembro de 2021	**667.074**	**238**	**1.017**	**102.259**	**1**	**69.748**	**-**	**21.227**	**537.061**	**286.265**	**1.917**	**1.385.444**	**46**	**1.103.842**	**105.037**	**4.281.176**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO deca portinari Hydra Duratex ceusa Durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA 25 ANOS

NOTAS EXPLICATIVAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

Descrição	Controladas indiretas: Dexco Colombia	Controladas indiretas: Cecrisa Revestimentos	Coligada: ABC da Construção
Ações/quotas possuídas (Mil)	4.023.226	-	
Participação %	**11,94**	**100,00**	
Capital social	54.332	-	
Patrimônio líquido	555.979	-	
Lucro Líquido do exercício	117.322	-	
Movimentação dos investimentos			
Em 31 de dezembro de 2019	**66.344**	**785.518**	-
Resultado de Equivalência	8.521	63.728	-
Adiantamento p/futuro aumento de Capital	-	116.261	-
Dividendos	(11.815)	-	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	11.952	(73)	-
Equivalência patrimonial reflexa	-	49	-
Ajuste do valor de aquisição Cecrisa - valor contábil	-	(2.546)	-
Complemento do ágio expectativa rentabilidade futura	-	5.430	-
Amortização/reversão de mais valia de ativos	-	(22.083)	-
Impairment de ativos	-	(1.600)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**75.002**	**944.684**	-
Resultado de Equivalência	14.007	-	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(6.394)	-	-
Aquisição de 10% das ações da ABC da Construção pela Dexco Comércio Prod.	-	-	102.250
Incorporada pela controlada Ceusa(*)	-	(944.684)	-
Dividendos	(15.379)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**67.236**	-	**102.250**

(*) Representado por: 1) R$ 375.746 de ativos identificáveis líquidos de amortização; 2) R$ 2.997 de marcas; 3) R$ 152.178 de ágio expectativa rentabilidade futura e 4) R$ 413.763, vide item c.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia, concedeu à sua controlada Viva Decora Internet S.A., adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 3.250, sendo R$ 500 em 28 de janeiro, R$ 350 em 5 de março de 2021, R$ 350 em 6 de maio, R$ 350 em 28 de junho de 2021, R$ 250 em 30 de julho de 2021, R$ 250 em 27 de agosto de 2021, R$ 250 em 27 de setembro de 2021, R$ 250 em 28 de outubro de 2021, R$ 450 em 26 de novembro de 2021 e R$ 250 em 16 de dezembro de 2021.

c) Incorporação da controlada Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (atual denominação da Cerâmica Urussanga S.A.).

Em 1 de janeiro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., com o objetivo de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios das Partes, que visam uma redistribuição de seus ativos, passivos e projetos, de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir a realocação de tais ativos e passivos com maior eficiência

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	76.988	Fornecedores	80.684
Contas a receber de clientes	172.603	Impostos e contribuições	118.502
Estoques	69.446	Contas a pagar	63.201
Ativo não circulante disponível para venda	40.077	Provisão para contingências	44.417
Valores a receber	43.210	Demais passivos	28.846
Imobilizado	305.947		
Demais ativos	41.142		
Total do ativo	**749.413**	**Total do passivo**	**335.650**
		Acervo líquido Incorporado	**413.763**

NOTA 14 - IMOBILIZADO

a) Movimentação

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110
Aquisições	626	1.260	30.359	92.368	1.031	68	8.605	134.317
Baixas	(9.149)	(279)	(1.870)	(37)	(86)	(10)	(91)	(11.522)
Depreciações	-	(28.329)	(200.342)	-	(2.327)	(344)	(12.065)	(243.407)
Transferências	-	3.269	44.454	(51.072)	353	-	2.996	-
Incorporação parcial da Duratex Florestal	-	1.878	1.681	-	89	1.772	853	6.273
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(2.557)	(1.878)	(1.681)	-	(89)	(1.772)	(853)	(8.830)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	162.500	418.658	1.169.031	104.688	9.716	692	45.656	1.910.941
Saldo em 01 de janeiro de 2021	162.500	418.658	1.169.031	104.688	9.716	692	45.656	1.910.941
Aquisições	11	3.091	69.507	296.412	1.869	513	8.250	379.653
Baixas	(800)	(6)	(141)	(2.150)	(50)	(107)	(220)	(3.474)
Depreciações	-	(28.554)	(203.979)	-	(2.327)	(327)	(12.559)	(247.746)
Transferências	-	7.268	169.502	(180.782)	1.357	-	2.655	-
Saldo contábil, líquido	161.711	400.457	1.203.920	218.168	10.565	771	43.782	2.039.374
Saldo em 31/12/2021								
Custo	161.711	906.685	4.303.715	218.168	50.414	24.857	213.773	5.879.323
Depreciação acumulada	-	(506.228)	(3.099.795)	-	(39.849)	(24.086)	(169.991)	(3.839.949)
Saldo contábil, líquido	161.711	400.457	1.203.920	218.168	10.565	771	43.782	2.039.374

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330
Aquisições	52.899	1.282	37.273	176.192	2.006	188	11.591	281.431
Baixas	(24.404)	(10.626)	(5.277)	(9.804)	(62)	(452)	(1.224)	(51.849)
Depreciações	-	(34.213)	(269.147)	-	(3.526)	(2.816)	(18.752)	(328.454)
Transferências	-	11.515	198.075	(223.833)	2.553	2.010	9.680	-
Reclassificação de mais valia para ágio	(3.648)	(8.574)	4.962	-	-	-	-	(7.260)
Amortização - Mais Valia	-	(3.035)	(5.839)	-	(25)	(32)	(480)	(9.411)
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(2.557)	(1.878)	(1.681)	-	(89)	(1.772)	(853)	(8.830)
Variação cambial	11.892	16.833	38.168	1.457	386	32	1.916	70.684
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	720.447	734.820	1.811.788	135.404	19.557	10.938	79.687	3.512.641
Saldo em 01 de janeiro de 2021	720.447	734.820	1.811.788	135.404	19.557	10.938	79.687	3.512.641
Aquisições	15.680	5.344	94.026	418.438	4.986	963	14.609	554.046
Baixas	(800)	(89)	(2.061)	(2.149)	(98)	(164)	(702)	(6.063)
Depreciações	-	(37.672)	(282.376)	-	(3.784)	(2.811)	(20.598)	(347.241)
Transferências	-	7.784	196.620	(211.949)	1.702	433	5.410	-
Amortização - Mais Valia	-	(1.054)	(1.907)	-	(19)	-	(840)	(3.820)
Variação cambial	(3.408)	(7.554)	(18.120)	(724)	(166)	(10)	(981)	(30.963)
Transferência para ativo circulante (*)	(35.076)	(14.073)	(530)	-	-	-	(475)	(50.154)
Saldo contábil, líquido	696.843	687.506	1.797.440	339.020	22.178	9.349	76.110	3.628.446
Saldo em 31/12/2021								
Custo	696.843	1.287.243	5.453.958	339.020	77.977	73.385	321.306	8.249.732
Depreciação acumulada	-	(599.737)	(3.656.518)	-	(55.799)	(64.036)	(245.196)	(4.621.286)
Saldo contábil, líquido	**696.843**	**687.506**	**1.797.440**	**339.020**	**22.178**	**9.349**	**76.110**	**3.628.446**

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Uberaba - MG e Taquari - RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas de Queimados - RJ e Jundiaí-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo - SP, Jundiaí - SP e Jacareí - SP para produção de metais e Aracaju - SE para produção de chuveiros, (iii) em Revestimentos, plantas de Urussanga - SC, Criciúma - SC e futura unidade de Botucatu - SP para produção de revestimentos cerâmicos e (iv) na Florestal, nas plantas de Agudos - SP, Itapetininga - SP, Lençóis Paulista - SP, Taquari - RS e Uberaba - MG. Em 31 de dezembro de 2021, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R$ 363.555 (R$ 125.782 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2021
Construções e benfeitorias	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,4%
Móveis e utensílios	10,0%
Veículos	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 27 - ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação.

Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado terrenos, maquinários e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R$ 1.747.

NOTA 15 - ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso

Movimentação dos ativos de direito de uso

	Controladora: Edifícios	Controladora: Veículos	Controladora: Outros	Controladora: Total	Consolidado: Terras	Consolidado: Edifícios	Consolidado: Veículos	Consolidado: Outros	Consolidado: Total
Saldo em 31/12/2019	**7.063**	**128**	**320**	**7.511**	**536.253**	**10.296**	**1.095**	**8.077**	**555.721**
Novos contratos	-	812	11.869	12.681	1.540	3.755	2.912	14.820	23.027
Atualizações	7.126	-	-	7.126	22.069	7.270	-	1.904	31.243
Depreciação no exercício (Resultado)	(4.745)	(194)	(720)	(5.659)	(1.325)	(5.709)	(1.506)	(4.343)	(12.883)
Depreciação no exercício (*)	-	-	-	-	(20.615)	-	-	-	(20.615)
Baixas de contratos	(526)	-	(94)	(620)	(239.722)	(526)	-	(94)	(240.342)
Variação cambial	-	-	-	-	1.558	-	-	762	2.320
Saldo em 31/12/2020	**8.918**	**746**	**11.375**	**21.039**	**299.758**	**15.086**	**2.501**	**21.126**	**338.471**
Novos contratos	2.250	-	-	2.250	14.265	5.548	439	3.423	23.675
Atualizações	2.454	-	-	2.454	41.292	2.530	11	672	44.505
Depreciação no período (Resultado)	(5.192)	(351)	(1.978)	(7.521)	(949)	(7.604)	(1.933)	(7.152)	(17.638)
Depreciação no período (*)	-	-	-	-	(18.812)	-	-	-	(18.812)
Baixas de contratos	(2.045)	-	-	(2.045)	-	(2.045)	(31)	-	(2.076)
Variação cambial	-	-	-	-	(741)	-	-	(396)	(1.137)
Saldo em 31/12/2021	**6.385**	**395**	**9.397**	**16.177**	**334.813**	**13.515**	**987**	**17.673**	**366.988**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

b) Passivos de arrendamento

Movimentação dos passivos de arrendamento

	Controladora: Edifícios	Controladora: Veículos	Controladora: Outros	Controladora: Total	Consolidado: Terras	Consolidado: Edifícios	Consolidado: Veículos	Consolidado: Outros	Consolidado: Total
Saldo em 31/12/2019	**7.506**	**135**	**133**	**7.774**	**551.669**	**10.949**	**1.141**	**8.565**	**572.324**
Novos contratos	-	812	11.869	12.681	1.540	3.755	2.912	14.820	23.027
Atualizações	7.126	-	-	7.126	22.069	7.270	-	1.904	31.243
Juros apropriados no exercício (Resultado)	474	21	292	787	2.233	990	91	1.130	4.444
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	-	-	30.029	-	-	-	30.029
Baixa por pagamento	(5.358)	(343)	(659)	(6.360)	(42.996)	(6.537)	(2.218)	(5.045)	(56.796)
Baixas de contratos	(523)	-	(133)	(656)	(245.929)	(523)	-	(133)	(246.585)
Variação cambial	-	-	-	-	1.652	-	-	814	2.466
Saldo em 31/12/2020	**9.225**	**625**	**11.502**	**21.352**	**320.267**	**15.904**	**1.926**	**22.055**	**360.152**
Novos contratos	2.250	-	-	2.250	14.265	5.548	439	3.423	23.675
Atualizações	2.454	-	-	2.454	41.292	2.530	11	672	44.505
Juros apropriados no período (Resultado)	742	41	1.073	1.856	2.142	1.467	133	1.888	5.630
Juros apropriados no período (*)	-	-	-	-	29.971	-	-	-	29.971
Baixa por pagamento	(5.939)	(323)	(2.633)	(8.895)	(43.685)	(8.664)	(1.614)	(8.987)	(62.950)
Baixas de contratos	(2.185)	-	-	(2.185)	-	(2.185)	(34)	-	(2.219)
Variação cambial	-	-	-	-	(821)	-	-	(434)	(1.255)
Saldo em 31/12/2021	**6.547**	**343**	**9.942**	**16.832**	**363.431**	**14.600**	**861**	**18.617**	**397.509**

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

A Companhia apurou despesa de R$ 8.897, relativos aos arrendamentos com prazo de contrato inferiores a 12 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	7,37%
6 a 10 anos	10,72%
Acima de 10 anos	11,94%

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
2022	7.012	25.794
Total circulante	**7.012**	**25.794**
2023	3.204	19.734
2024	2.401	16.435
2025	2.319	15.571
2026	1.896	15.115
2027	-	16.076
2028 - 2032	-	52.741
2033 - 2037	-	32.803
2038 - 2047	-	93.397
Acima 2048	-	109.843
Total não circulante	**9.820**	**371.715**

	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
2021	6.125	22.227
Total circulante	**6.125**	**22.227**
2022	6.387	20.079
2023	2.525	15.130
2024	2.100	13.285
2025	2.319	12.594
2026	1.896	11.806
2027 - 2031	-	42.375
2032 - 2036	-	26.295
2037 - 2046	-	78.703
Acima de 2047	-	117.658
Total não circulante	**15.227**	**337.925**

c) Efeitos de inflação

Ativos de direito de uso

Fluxo real	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Direito de uso	35.515	33.265	466.949	402.116
Depreciação	(19.338)	(12.226)	(99.961)	(63.645)
	16.177	**21.039**	**366.988**	**338.471**

Fluxo inflacionado	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Direito de uso	45.977	41.165	1.773.872	993.201
Depreciação	(20.258)	(12.837)	(194.791)	(106.420)
	25.719	**28.328**	**1.579.080**	**886.781**

Passivos de arrendamento

Fluxo real	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo de arrendamento	19.861	25.933	1.064.922	1.000.112
Juros embutidos	(3.029)	(4.581)	(667.413)	(639.960)
	16.832	**21.352**	**397.509**	**360.152**

Fluxo inflacionado	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo de arrendamento	33.977	35.400	3.801.311	2.311.615
Juros embutidos	(5.207)	(6.147)	(2.087.548)	(1.363.102)
	28.770	**29.252**	**1.713.763**	**948.513**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

NOTAS EXPLICATIVAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

NOTA 16 - ATIVOS BIOLÓGICOS (RESERVAS FLORESTAIS)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Dexco Colombia, bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía aproximadamente 101,4 mil hectares em áreas de efetivo plantio (101,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2020) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado - volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 7,12% a.a. em 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços - são obtidos preços em R$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes - estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade - as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistas no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de formação dos ativos biológicos	939.079	1.117.233
Diferencial entre custo e valor justo	329.569	511.865
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	-	(486.232)
Valor justo dos ativos biológicos	**1.268.648**	**1.142.866**

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**1.142.866**	**1.543.949**
Variação do valor justo		
Preço volume	129.444	117.270
Exaustão	(116.256)	(104.367)
Variação do valor histórico		
Formação	301.649	199.435
Exaustão	(189.055)	(127.189)
Saldo subtotal	**1.268.648**	**1.629.098**
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	-	(486.232)
Saldo total	**1.268.648**	**1.142.866**

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2021	31/12/2020
Variação do valor justo	129.444	117.270
Exaustão do valor justo	(116.256)	(104.367)
Total efeito resultado	**13.188**	**12.903**

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 53,22/m3 (em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 47,81/m3). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R$ 56,3 milhões.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 7,12% a.a. em 31 de dezembro de 2021. Aumentos na taxa de desconto acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R$ 6,6 milhões.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

NOTA 17 - INTANGÍVEL

Controladora	*Software*	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	57.810	47.905	120.674	226.389
Adições	50.325	-	-	50.325
Baixas	(9.690)	-	-	(9.690)
Amortizações	(10.899)	-	(24.707)	(35.606)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	87.546	47.905	95.967	231.418
Saldo inicial em 01/01/2021	87.546	47.905	95.967	231.418
Adições	60.151	-	-	60.151
Baixas	(2.859)	-	-	(2.859)
Amortizações	(11.965)	-	(24.707)	(36.672)
Saldo contábil, líquido	132.873	47.905	71.260	252.038
Saldo em 31/12/2021				
Custo	227.238	47.905	383.698	658.841
Amortização acumulada	(94.365)	-	(312.438)	(406.803)
Saldo contábil, líquido	**132.873**	**47.905**	**71.260**	**252.038**

Consolidado	*Software*	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	60.292	209.003	318.726	131.818	719.839
Adições	54.236	-	-	-	54.236
Baixas	(12.818)	-	-	-	(12.818)
Amortizações	(12.470)	-	-	(26.100)	(38.570)
Complemento de ágio - expect. rentabilidade futura Cecrisa	-	-	5.430	-	5.430
Variação cambial	115	-	-	2.552	2.667
Ágio - expectativa rentabilidade futura Viva Decora	-	-	12.940	-	12.940
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(12.940)	-	(12.940)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2020	89.355	209.003	324.156	108.270	730.784
Saldo inicial em 01/01/2021	89.355	209.003	324.156	108.270	730.784
Adições	61.913	-	-	-	61.913
Baixas	(2.859)	-	-	-	(2.859)
Amortizações	(12.264)	-	-	(26.127)	(38.391)
Variação cambial	(70)	-	-	(987)	(1.057)
Saldo contábil, líquido	136.075	209.003	324.156	81.156	750.390
Saldo em 31/12/2021					
Custo	245.795	209.003	324.156	402.705	1.181.659
Amortização acumulada	(109.720)	-	-	(321.549)	(431.269)
Saldo contábil, líquido	**136.075**	**209.003**	**324.156**	**81.156**	**750.390**

NOTA 18 - TESTE DE *IMPAIRMENT* DOS ÁGIOS

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGC's) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis), Deca (Louças, Metais e Chuveiros) e Revestimentos Cerâmicos.

	Madeira		Deca						Revestimentos Cerâmicos	
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor contábil do ágio	45.502	45.502	2.402	2.402	-	-	-	-	267.484	267.484
Valor contábil dos demais ativos	1.646.097	1.778.683	42.205	42.514	204.903	187.745	242.207	217.842	1.134.593	1.341.563
Valor contábil das UGCs	1.691.599	1.824.185	44.607	44.916	204.903	187.745	242.207	217.842	1.402.077	1.609.047
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	6.395.037	6.047.136	273.302	48.557	1.742.279	828.768	634.025	375.263	4.623.307	2.833.267
Impairment de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment de outros intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e considera a relação entre o valor em uso e os valores contábeis das UGC's, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores dos fluxos de caixa eram superiores aos valores contábeis em todas as unidades de negócios, não havendo a necessidade de contabilização de *impairment*.

Unidade Geradora de Caixa

Os valores recuperáveis foram apurados com base nos valores de uso, e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	5 anos para todas as áreas de Negócios
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - Capital Asset Pricing Model)	Todas as áreas de Negócios: 11,15% a.a.(*)	Todas as áreas de Negócios: 10,01% a.a.(*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: (1,8% a.a.) Louças: 7,9% a.a. Metais: 3,5% a.a. Chuveiros: 4,70% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,4% a.a.	Painéis: 1,4% a.a. Louças: 2,2% a.a. Metais: 1,2% a.a. Chuveiros: 1,0% a.a. Revestimentos cerâmicos: 1,3% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 16,67 % para 2021 e 13,71% para 2020.

NOTA 19 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES com *Swap*	103,89% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa S.A. e 30% Pessoa Física	5.062	25.605	4.297	29.873
BNDES com *Swap*	117,51% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa S.A. e 30% Pessoa Física	102	595	100	694
FINAME DIRETO	até 97,45% CDI	Até Novembro 2035	Hipoteca e Aval de sócios	17.236	509.409	-	-
FINAME	Pré até 3,5% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	2.984	316	3.327	3.296
Nota de crédito exportação	104,8% CDI	Até Janeiro 2021		-	-	27.736	-
Nota de crédito exportação	CDI + 1,45% a.a.	Março de 2023		-	546.010	-	515.444
Cédula de crédito exportação	CDI + 1,81% a.a.	Maio de 2023	30% de Cessão de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira	96.000	39.733	95.606	134.933
FINEX 4131	CDI + 0,80% a.a	Dezembro de 2021		-	-	138.084	-
FINEX 4131	CDI + 0,85% a.a	Novembro de 2026		2.145	400.000	-	-
GIRO	CDI + 1,4495% a.a.	Outubro de 2024		4.559	250.000	258.483	-
Total em Moeda Nacional - Controladora				**128.088**	**1.771.668**	**527.633**	**684.240**
TOTAL DA CONTROLADORA				**128.088**	**1.771.668**	**527.633**	**684.240**
Em Moeda Nacional - Controladas							
Nota de crédito exportação	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Dexco S.A.	-	-	35.661	-
BNDES com *Swap*	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa S.A. e 30% Pessoa Física	6.727	34.074	5.719	39.753
BNDES com *Swap*	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa S.A. e 30% Pessoa Física	390	2.260	380	2.636
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A.	699.421	-	256	695.297
FNE	Pré 4,71% a.a. até 7,53% a.a	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno.	1.197	12.347	577	10.453
Total em Moeda Nacional - Controladas				**707.735**	**48.681**	**42.593**	**748.139**
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	IBR até + 2%	Mensal	Nota Promissória	454	1.304	521	1.583
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				**454**	**1.304**	**521**	**1.583**
TOTAL DAS CONTROLADAS				**708.189**	**49.985**	**43.114**	**749.722**
TOTAL CONSOLIDADO				**836.277**	**1.821.653**	**570.747**	**1.433.962**

a) Novos Empréstimos

A Companhia com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, contratou uma linha de crédito de R$ 697.000 em março de 2021 no âmbito do BNDES Finame Direto, com prazo de utilização (desembolso) de até 2 anos, podendo ser renovado por mais 1 ano e com prazos de vencimentos que podem chegar a até 16 anos, sendo os custos IPCA + spread que irá variar com o prazo que a Companhia optar para o vencimento de cada desembolso da operação. A contratação tem garantia real de planta fabril da Companhia e fiança de 67% da controladora Itaúsa S.A. e 33% de pessoas físicas. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu R$ 510.000.

b) Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

c) Avais e fianças de empréstimos e financiamentos

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Dexco S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R$ 373.252 (R$ 24.475 em 31 de dezembro de 2020). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R$ 30.416 (R$ 33.941 em 31 de dezembro de 2020) e pela Dexco S.A. no montante de R$ 699.421 (R$ 731.214 em 31 de dezembro de 2020).

d) Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

31/12/2021

Ano	Controladora Moeda Nacional	Controladora Moeda Estrangeira	Controladora Total	Consolidado Moeda Nacional	Consolidado Moeda Estrangeira	Consolidado Total
2022	128.088	-	128.088	835.823	454	836.277
Total circulante	**128.088**	**-**	**128.088**	**835.823**	**454**	**836.277**
2023	590.361	-	590.361	597.544	544	598.088
2024	294.324	-	294.324	301.475	486	301.961
2025	72.485	-	72.485	79.795	234	80.029
2026	472.485	-	472.485	480.148	40	480.188
2027	72.485	-	72.485	80.209	-	80.209
2028	72.485	-	72.485	80.276	-	80.276
2029	28.130	-	28.130	29.617	-	29.617
2030	28.131	-	28.131	29.670	-	29.670
2031	28.131	-	28.131	28.661	-	28.661
Demais	112.651	-	112.651	112.954	-	112.954
Total não circulante	**1.771.668**	**-**	**1.771.668**	**1.820.349**	**1.304**	**1.821.653**

31/12/2020

Ano	Controladora Moeda Nacional	Controladora Moeda Estrangeira	Controladora Total	Consolidado Moeda Nacional	Consolidado Moeda Estrangeira	Consolidado Total
2022	527.633	-	527.633	570.226	521	570.747
Total circulante	**527.633**	**-**	**527.633**	**570.226**	**521**	**570.747**
2023	102.547	-	102.547	804.589	464	805.053
2024	559.842	-	559.842	566.648	462	567.110
2025	4.383	-	4.383	11.260	462	11.722
2026	4.367	-	4.367	11.396	195	11.591
2027	4.367	-	4.367	11.658	-	11.658
2028	4.367	-	4.367	11.716	-	11.716
2029	4.367	-	4.367	11.766	-	11.766
2030	-	-	-	1.326	-	1.326
2031	-	-	-	1.376	-	1.376
Demais	-	-	-	644	-	644
Total não circulante	**684.240**	**-**	**684.240**	**1.432.379**	**1.583**	**1.433.962**

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO deca portinari Hydra Duratex ceusa Durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA 25 ANOS

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (continuação)

e) Movimentação empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**796.173**	**1.684.800**
Captações	1.635.000	1.640.827
Atualização monetária e juros	61.793	95.897
Amortizações	(1.235.380)	(1.344.596)
Pagamentos de juros	(45.713)	(72.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.211.873**	**2.004.709**
Captações	909.902	912.619
Atualização monetária e juros	84.811	121.389
Amortizações	(266.370)	(309.308)
Pagamentos de juros	(40.460)	(71.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.899.756**	**2.657.930**

f) Debêntures simples, não conversíveis em ações

Em 17 de maio de 2019, a Companhia efetuou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R$ 1.200.000.000,00. Foram emitidas 120.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 com juros remuneratórios de 108% do CDI, remuneração semestral e vencimento em duas parcelas iguais correspondentes a 50% do valor nominal unitário nas datas de 17 de maio de 2024 e 17 de maio de 2026.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Saldo em 31/12/2021 Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	simples não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	**12.975**	**1.198.743**	**1.211.718**

g) Debêntures por prazo de vencimento

Debêntures - Prazo vencimento

31/12/2021 Ano	Controladora e Consolidado	31/12/2020 Ano	Controladora e Consolidado
2022	12.975	2020	2.637
Total circulante	**12.975**	**Total circulante**	**2.637**
2024	599.372	2024	599.188
2026	599.371	2026	599.187
Total não circulante	**1.198.743**	**Total não circulante**	**1.198.375**

h) Movimentação debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.204.746**	**1.263.740**
Atualização monetária e juros	36.088	36.703
Amortizações	-	(60.000)
Pagamentos de juros	(39.822)	(39.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.201.012**	**1.201.012**
Atualização monetária e juros	56.685	56.685
Pagamentos de juros	(45.979)	(45.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.211.718**	**1.211.718**

i) Cláusulas restritivas

i.1) Empréstimos e financiamentos

O contrato consolidado de empréstimos junto ao BNDES está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, as seguintes obrigações financeiras cujo acompanhamento é anual:
(i) EBITDA (*)/Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
(ii) EBITDA (*)/Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
(iii) Patrimônio líquido/Ativo total: igual ou maior que 0,45.
Além dos empréstimos junto ao BNDES, a Dexco possui uma Cédula de Crédito Exportação com a Caixa Econômica Federal com restrição de manutenção do seguinte índice financeiro:
(iv) Dívida líquida/EBITDA (*) menor ou igual a 6,5 até o 2º trimestre de 2021;
(v) Dívida líquida/EBITDA (*) menor ou igual a 4,0 após esse período;
A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2021, as obrigações contratuais acima (i.1, os itens (i), (iii), (iv) e (v)) estão cumpridas. Com relação ao item (iii), o índice Patrimônio Líquido/EBITDA, ficou abaixo de 0,45. Isto no entanto, não caracterizou inadimplemento, não cumprimento ou vencimento antecipado de obrigação contratual de qualquer natureza.

i.2) Debêntures simples Dexco S.A.

(i) Dívida líquida/EBITDA(*) menor ou igual a 4,0;
A manutenção de "*covenants*" está baseada no balanço da Dexco S.A., devendo a Companhia manter o limite de cobertura da dívida através das relações acima.
Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Companhia deverá oferecer garantias adicionais ou solicitar "*waiver*" dos credores.
A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2021, as obrigações contratuais relativas às Debêntures estão cumpridas.
(*) EBITDA ("earning before interest, taxes, depreciation and amortization") lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

NOTA 20 - FORNECEDORES

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Nacionais	787.572	540.554	1.026.002	706.457
Estrangeiros	95.346	38.509	152.160	86.125
Fornecedores partes relacionadas	53.014	39.288	4.499	437
Fornecedores nacionais risco sacado (*)	460.046	284.793	471.000	296.993
Total	**1.395.978**	**903.144**	**1.653.661**	**1.090.012**

(*) A Companhia possui contrato firmado com o Banco Santander para estruturar com fornecedores operação de risco sacado. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que por sua vez passa a ser o credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos, a Companhia e sua controlada também não são impactadas com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de fornecedores.

NOTA 21 - CONTAS A PAGAR

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Adiantamento de clientes	18.210	20.697	80.596	82.509
Participação estatutária	21.625	18.688	23.172	18.688
Fretes e seguros a pagar	58.407	31.694	65.705	41.928
Aquisições de empresas	28.457	28.275	28.457	28.275
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (1)	-	-	7.157	6.830
Comissões a pagar	10.687	9.596	19.304	17.036
Bônus, garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	47.919	25.916	97.828	45.223
Aquisições de áreas para reflorestamento	-	-	28.122	20.966
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (2)	-	-	84.207	-
Empréstimos consignados	1.959	1.594	2.719	1.983
Vendas para entrega futura	16.123	14.530	19.771	16.935
Provisão para reestruturação	2.063	2.266	2.063	2.592
Serviços de consultoria	949	2.917	949	2.917
Provisão indenização de representantes (4)	31.723	-	31.723	-
Demais contas a pagar	18.652	20.516	48.970	30.478
Total circulante	**256.774**	**176.689**	**540.743**	**316.360**
Aquisições de empresas	40.767	32.426	231.351	31.946
Compra de fazenda	-	-	37.667	32.624
Adiantamento de clientes	-	-	11.432	7.626
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (2)	-	-	-	89.413
Garantia de produtos e assistência técnica	6.913	5.583	6.913	5.583
Passivos provisionados com parceiros *joint operation*	-	-	60.446	50.083
Benefícios pós emprego (3)	24.640	32.737	37.800	50.096
Demais contas a pagar	3.464	2.618	7.106	5.377
Total não circulante	**75.784**	**73.364**	**392.715**	**272.748**

(1) SCP's - Sociedade em Conta de Participação;
(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;
(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

NOTA 22 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar	283	542	15.505	12.844
PIS e COFINS a pagar/ provisão	896	2.304	6.928	4.356
ICMS e IPI a pagar	27.606	31.136	51.168	49.218
INSS a pagar	956	1.215	2.417	2.999
Parcelamento de impostos (*)	-	-	15.140	21.513
Outros impostos a pagar	568	519	932	706
Total circulante	**30.309**	**35.716**	**92.090**	**91.636**
Parcelamento de impostos (*)	-	-	68.128	87.132
Total não circulante	**-**	**-**	**68.128**	**87.132**

(*) Parcelamento de impostos da controlada Cecrisa.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.
As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.
A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2019	**90.122**	**81.143**	**4.814**	**176.079**
Atualização monetária e juros	2.844	16.193	272	19.309
Constituição	92.495	13.805	701	107.001
Reversão	(44.856)	(14.546)	(262)	(59.664)
Pagamentos	(10)	(10.570)	(353)	(10.933)
Saldo final em 31.12.2020	**140.595**	**86.025**	**5.172**	**231.792**
Depósitos Judiciais	(5.459)	(20.581)	-	(26.040)
Saldo em 31.12.2020 após compensação dos depósitos judiciais	**135.136**	**65.444**	**5.172**	**205.752**

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2020	**140.595**	**86.025**	**5.172**	**231.792**
Atualização monetária e juros	4.979	12.107	439	17.525
Constituição	75.437	17.507	436	93.380
Reversão	(146.485)	(20.603)	(1.432)	(168.520)
Pagamentos	(17.159)	(12.756)	(137)	(30.052)
Saldo final em 31.12.2021	**57.367**	**82.280**	**4.478**	**144.125**
Depósitos Judiciais	(6.604)	(24.355)	(221)	(31.180)
Saldo em 31.12.2021 após compensação dos depósitos judiciais	**50.763**	**57.925**	**4.257**	**112.945**

Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2019	**163.709**	**123.364**	**104.782**	**4.965**	**396.820**
Atualização monetária e juros	3.736	21.755	3.582	-	29.073
Constituição	109.432	22.243	6.305	-	137.980
Reversão	(52.060)	(17.262)	(4.446)	-	(73.768)
Pagamentos	(292)	(18.279)	(32.190)	-	(50.761)
Combinação de negócios - aquisição Cecrisa	1.681	(1.548)	66.174	-	66.307
Variação cambial controladas no exterior	216	-	-	-	216
Saldo final em 31.12.2020	**226.422**	**130.273**	**144.207**	**4.965**	**505.867**
Depósitos Judiciais	(5.459)	(28.261)	(47.860)	-	(81.580)
Saldo em 31.12.2020 após compensação dos depósitos judiciais	**220.963**	**102.012**	**96.347**	**4.965**	**424.287**

Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2020	**226.422**	**130.273**	**144.207**	**4.965**	**505.867**
Atualização monetária e juros	5.940	16.550	5.158	-	27.648
Constituição	113.109	23.218	15.666	-	151.993
Reversão	(172.771)	(23.578)	(3.457)	-	(199.806)
Pagamentos	(17.159)	(16.587)	(188)	-	(33.934)
Combinação de negócios - aquisição Cecrisa	1.280	(26)	(40.951)	-	(39.697)
Saldo final em 31.12.2021	**156.821**	**129.850**	**120.435**	**4.965**	**412.071**
Depósitos Judiciais	(9.143)	(30.943)	(48.891)	-	(88.977)
Saldo em 31.12.2021 após compensação dos depósitos judiciais	**147.678**	**98.907**	**71.544**	**4.965**	**323.094**

As contingências tributárias e cíveis envolvem, principalmente, discussões sobre:
1) Tributária: (IR/CS) - Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referente à incidência de IR/CS sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e 2003, com o direito à compensação do IR pago no exterior por tais controladas. Em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para esta discussão é de R$ 5.248 (R$ 5.188 em 31 de dezembro de 2020).
2) Tributária: Multa de Ofício (Delta IPC) - Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela União, com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa, de débito recolhido após a cassação da liminar e com desconto total em Anistia. Em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para esta discussão é de R$ 3.355 (R$ 3.274 em 31 de dezembro de 2020).
3) Tributária: Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou, em sede de Repercussão Geral, o RE 1072485 que declarou a constitucionalidade da incidência de Contribuição Previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias gozadas, tal decisão modificou o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, sobre a não incidência de contribuição previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias. A Companhia, com base em decisões proferidas em Ação Declaratória não recolhe a referida contribuição desde dezembro de 2010. Com a alteração do entendimento pelo STF a Companhia constituiu provisão, o saldo em 31 de dezembro de 2021 é R$ 24.393. (R$ 19.119 em 31 de dezembro de 2020), referente a contribuição não recolhida entre dezembro de 2010 a fevereiro de 2013, período em que houve o depósito judicial, e de agosto de 2015 em diante.
4) Tributária (IR/CS) -Processo administrativo visando anular crédito tributário decorrente da desconsideração da dedutibilidade do IR/CS de multas e encargos realizada no ano de 2017, de débitos da Ceusa reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016, e cuja provisão foi revertida no ano de 2017 quando os débitos da Ceusa foram quitados e a provisão contábil foi deduzida do Lucro Real. A provisão total da autuação foi constituída em setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para esta discussão é de R$ 18.966.
5) Tributária (PIS/COFINS) - Processo judicial e processo administrativo visando anular o crédito tributário referente à incidência de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativos imobilizados), realizadas nos períodos de 2011 e 2017. A provisão total dos valores discutidos na esfera administrativa e judicial foi constituída em set./2021 e em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para esta discussão é de R$ 17.637.
6) Tributária (PIS/COFINS) - Discussão através de processo administrativo visando anular a glosa de crédito de PIS/COFINS tomado pela Companhia no período de 2015, principalmente sobre bens e serviços adquiridos para manutenção de bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para esta discussão é de R$ 9.911 (R$ 271 em 31 de dezembro de 2020, complementada em dez.21).
7) Cível: Em 2018, foi provisionado o valor de R$ 63.941 (R$ 42.202 líquido dos efeitos tributários), decorrente de decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que afetou as controladas Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. incorporada pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., conforme nota explicativa 13.c e Cerâmica Portinari S.A. (Portinari), incorporada pela Cecrisa, em face de dívida de honorários de sucumbência da empresa Balneário Conventos S.A. pertencente ao Espólio de Manoel Dilor de Freitas, fundador da Cecrisa e ex-controlador, desvinculado dos negócios das empresas desde o início dos anos 2000. Ressalta-se que em 2012 os herdeiros de Manoel Dilor de Freitas venderam o controle acionário das empresas para o Fundo Vinci Partners. Por consequência, as empresas tiveram seu faturamento penhorado no montante de 2,77% sobre a receita líquida mensal e os depósitos vem ocorrendo desde então. As controladas vêm ingressando com todos os recursos possíveis para alcançar o reconhecimento de que não é responsável por esta dívida, já que o processo principal tramitou por 30 anos sem que a Cecrisa e Portinari fizessem parte do polo passivo da ação, tendo inclusive a Ré original realizado acordo judicial do débito principal com os credores, pagando a dívida em prestações. Status processual: (i) a empresa ingressou com Recurso Especial visando anular a penhora de faturamento, por desobediência à gradação legal prevista no CPC - Código Processual Civil; e (ii) a empresa aguarda julgamento de Embargos Declaratórios incidentes sobre o Acórdão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto, que por sua vez, julgou improcedente os Embargos de Terceiro da Cecrisa. Em 30 de dezembro de 2021, o valor provisionado é de R$ 47.438. (R$ 47.438 em 31 de dezembro de 2020).

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R$ 594.824 (R$ 608.563 em 31 de dezembro de 2020). Os principais valores são: 1) R$ 303.699 (R$ 302.180 em 31 de dezembro de 2020) relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. Ambos os processos encontram em discussão no judiciário. 2) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R$ 63.779 (R$ 76.835 em 31 de dezembro de 2020). 3) Autuação de IR/CS por suposta omissão de receita na quitação de débitos incluídos em REFIS com prejuízos fiscais, no total de R$ 54.348 (R$ 52.145 em 31 de dezembro de 2020) (Cecrisa). 4) Autuação IPI referente IPI alíquota zero, NT e crédito de IPI, no total de R$ 10.389 (R$ 10.114 em 31 de dezembro de 2020) (Cecrisa). 5) Referem-se as ações de cobranças movida por fornecedores, no total de R$ 9.668 (R$ 34.286 em 31 de dezembro de 2020). 6) Processos trabalhistas no total de R$ 36.968 (R$ 47.444 em 31 de dezembro de 2020). Os demais processos no total de R$ 112.473 (R$ 85.559 em 31 de dezembro de 2020), referem-se a processos cíveis e tributários cuja contingência não ultrapassa individualmente R$ 5 milhões.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nas demonstrações financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1983 e 1985	139.507	129.234
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	102.468	17.337
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	11.733	11.482
INSS - Contribuições Previdenciárias	19.187	29.872
CPMF - diferencial de alíquota	4.059	3.607
Outros	10.634	10.977
Total	**287.588**	**202.509**

d) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal publicada em 14 de maio de 2021, esclarecendo que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2021 o crédito total acumulado de R$ 614,7 milhões, com impacto positivo no resultado antes dos efeitos fiscais.
Os créditos reconhecidos são referentes às ações judiciais da Companhia, Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. e Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., todas com decisões transitadas em julgado.
Os valores foram apurados através do levantamento e análise da documentação física e eletrônica de todo o período compreendido pelas ações judiciais, realizado em conjunto com consultores externos.
Além disto, no segundo trimestre de 2021 houve a reversão da provisão contábil anteriormente constituída em decorrência da limitação imposta pela Solução COSIT 13/2018, no valor de R$ 141,7 milhões antes dos efeitos fiscais.
Ressalta-se que para aproveitamento dos referidos créditos, os valores serão habilitados via procedimento administrativo perante a Receita Federal, o que já ocorreu em relação à Companhia e à Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.
Até a emissão destas demonstrações, ainda não houve o trânsito em julgado da medida judicial da Companhia, relativa ao CNPJ extinto da Duratex S.A., após a associação com a Satipel e Duratex Florestal Ltda, que abrange o período de 2001 a 2015.

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co
DEXCO Deca Portinari Hydra Duratex Ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (continuação)

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social autorizado da Dexco S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R$ 2.370.189, representado por 760.962.951, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em reunião de 09 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia que passou de R$ 1.970.189 para R$ 2.370.189, mediante capitalização de reservas de lucros e simultânea bonificação em ações, atribuindo-se aos acionistas 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações de que fossem titulares na posição no final do dia 14 de dezembro de 2021.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR$
Saldo em 31.12.2020	1.223.698	13.744
Aquisições no exercício	5.000.000	94.689
Baixas no exercício	(324.238)	(5.320)
Bonificação	589.945	-
Saldo em 31.12.2021	**6.489.405**	**103.113**

Preço das Ações

Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	21,23	15,89	14,96

(*) Essas baixas referem-se às entregas de ações para o exercício das opções de ações por parte dos executivos da Companhia.

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2021, o valor das ações em tesouraria é de R$ 97.081 (R$ 23.422 em 30 de dezembro de 2020).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de Capital	**366.122**	**357.423**
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas a exercer	28.197	36.356
Opções Outorgadas vencidas	83.829	75.671
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	(2.850)	(6.829)
Incentivos de longo prazo (Nota 32)	6.084	1.363
Transações de capital com sócios	**(18.731)**	**(18.731)**
Outros Resultados Abrangentes	**716.462**	**547.121**
Reservas de Reavaliação	35.094	36.119
Ajuste de avaliação patrimonial (c.2)	681.368	511.002
Reservas de Lucros	**2.410.475**	**2.352.417**
Legal	334.947	248.677
Estatutária	1.872.032	1.899.614
Dividendo adicional proposto	-	90.378
Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	203.496	113.748
Ações em tesouraria	**(103.113)**	**(13.744)**

c.1) Movimentação das reservas de lucros

	Reserva legal	Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	Reservas estatutárias: Equalização de dividendos	Reservas estatutárias: Reforço do capital de giro	Reservas estatutárias: Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldo em 31/12/2019	**225.987**	**87.040**	**572.074**	**559.425**	**580.598**	**141.597**	**2.166.721**
Reversão após aprovação da AGO	-	-	-	-	-	(141.597)	(141.597)
Constituição	22.690	9.948	182.720	17.245	4.312	-	236.915
Incentivos fiscais anos anteriores	-	16.760	(16.760)	-	-	-	-
Dividendos excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	90.378	90.378
Saldo em 31/12/2020	**248.677**	**113.748**	**738.034**	**576.670**	**584.910**	**90.378**	**2.352.417**
Reversão após aprovação da AGO	-	-	-	-	-	(90.378)	(90.378)
Dividendos complementar 2020	-	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Constituição	86.270	46.865	469.429	163.914	81.958	-	848.436
Incentivos fiscais anos anteriores	-	42.883	(42.883)	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas	-	-	(260.000)	(70.000)	(70.000)	-	(400.000)
Saldo em 31/12/2021	**334.947**	**203.496**	**604.580**	**670.584**	**596.868**	-	**2.410.475**

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

c.2) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Benefício pós-emprego	(5.692)	(12.234)
Equivalência patrimonial reflexa benefício pós-emprego	(4.430)	(6.942)
Equivalência patrimonial reflexa(*)	29.589	(121.052)
Instrumentos financeiros	(5.241)	-
Ajustes de conversão	245.951	230.039
Outros	421.191	421.191
Total	**681.368**	**511.002**

(*) Equivalência patrimonial reflexa sobre operações de hedge da coligada LD Celulose S.A..

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;
(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;
(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e
(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (Inciso I do caput do Artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R$ 77.320 (R$ 68.004 em 2020) do PRODEPE - Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R$ 17.668 (R$ 14.895 em 2020) do FAIN - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R$ 15.739 (R$ 7.896 em 2020) da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, R$ 22.953 (R$ 22.953 em 2020) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul e R$ 69.816 de outras subvenções para investimentos.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 9 de fevereiro de 2022 aprovou as demonstrações financeiras e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Destinação do lucro líquido:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.725.407	453.812
(-) Reserva legal	(86.270)	(22.690)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(46.865)	(9.948)
(+) Realização da reserva de reavaliação	1.025	1.235
(-) Dividendos	(878.401)	(126.722)
= Lucros Acumulados	**714.896**	**295.687**
Venda de ações em tesouraria (stock options)	405	(579)
Equivalência patrimonial reflexa	-	(453)
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(469.429)	(182.720)
Reforço de capital de giro	(163.914)	(17.245)
Aumento de capital em empresas participadas	(81.958)	(4.312)
Dividendo adicional proposto	-	(90.378)
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**1.725.407**	**453.812**
(-) Reserva legal	(86.270)	(22.690)
(-) Incentivos fiscais	(46.865)	(9.948)
(+) Realização de reserva de reavaliação	1.025	1.235
Lucro líquido ajustado	**1.593.297**	**422.409**
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	**477.989**	**126.722**
Em reunião de 09 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R$ 1,03414415 por ação, no montante de R$ 709.304 e	709.304	217.100
dividendos no valor de R$0,24654277 por ação no montante de R$ 169.097, pagos em 23.12.2021.	169.097	-
Dividendos e JCP do resultado do exercício	**878.401**	**149.085**
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(106.396)	(22.363)
Dividendos e JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	**772.005**	**126.722**
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	294.016	90.378

Em reunião de 9 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R$ 1,03414415 por ação, no montante de R$ 709.304 e dividendos no valor de R$ 0,24654277 por ação no montante de R$ 169.097, pagos em 23 de dezembro de 2021.

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, florestas e estoques.

A Companhia também mantém em vigência, apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

NOTA 26 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	7.586.368	5.326.394	10.151.737	7.309.622
Mercado interno	6.934.749	4.808.020	8.583.878	6.161.063
Mercado externo	651.619	518.374	1.567.859	1.148.559
Impostos e contribuições sobre vendas	(1.536.848)	(1.067.331)	(1.981.496)	(1.430.006)
Receita líquida de vendas	**6.049.520**	**4.259.063**	**8.170.241**	**5.879.616**

NOTA 27 - DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos vendidos				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	129.444	117.270
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	687.877	250.400	857.147	216.837
Matérias-primas e materiais de consumo	(3.576.338)	(2.346.634)	(4.338.096)	(2.712.411)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(592.295)	(506.813)	(885.438)	(743.134)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(242.679)	(237.822)	(650.702)	(556.861)
Despesas de transporte	(7.841)	(4.518)	(13.631)	(11.117)
Outras despesas	(304.225)	(247.485)	(399.117)	(338.380)
Total custo dos produtos vendidos	**(4.035.501)**	**(3.092.872)**	**(5.300.393)**	**(4.027.796)**
Despesas com vendas				
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(107.420)	(83.973)	(161.428)	(131.652)
Comissões	(91.053)	(38.196)	(143.520)	(72.801)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(1.540)	(1.297)	(3.770)	(3.488)
Despesas de transporte	(443.536)	(294.365)	(514.516)	(357.258)
Despesas de publicidade	(76.044)	(59.163)	(115.188)	(91.273)
Outras despesas	(36.671)	(98.064)	(67.620)	(124.678)
Total despesas com vendas	**(756.264)**	**(575.058)**	**(1.006.042)**	**(781.150)**
Despesas gerais e administrativas				
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(90.547)	(79.142)	(142.678)	(118.741)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(13.770)	(16.165)	(21.868)	(22.038)
Serviços de terceiros	(37.689)	(43.432)	(53.200)	(56.293)
Despesas de publicidade	(18.103)	-	(18.103)	-
Outras despesas	(30.262)	(27.890)	(49.086)	(40.806)
Total despesas gerais e administrativas	**(190.371)**	**(166.629)**	**(284.935)**	**(237.878)**
Total despesas por natureza	**(4.982.136)**	**(3.834.559)**	**(6.591.370)**	**(5.046.824)**

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	129.444	117.270
Custo dos produtos vendidos	(4.035.501)	(3.092.872)	(5.429.837)	(4.145.066)
Despesas com vendas	(756.264)	(575.058)	(1.006.042)	(781.150)
Despesas gerais e administrativas	(190.371)	(166.629)	(284.935)	(237.878)
Total	**(4.982.136)**	**(3.834.559)**	**(6.591.370)**	**(5.046.824)**

NOTA 28 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	44.526	22.312	62.355	31.575
Variação cambial	50.378	54.766	67.693	74.488
Atualizações monetárias	16.134	4.818	22.126	11.569
Juros e descontos obtidos	4.062	5.802	7.082	14.259
Atualizações exclusão ICMS na base Pis e Cofins	237.226	-	244.604	-
Outras	-	-	-	258
Total	**352.326**	**87.698**	**403.860**	**132.149**
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(143.656)	(103.624)	(179.816)	(134.038)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	-	-	(59)	(8.730)
Variação cambial	(25.708)	(11.850)	(45.834)	(35.097)
Atualizações monetárias	(6.862)	(2.944)	(25.148)	(16.237)
Operações com derivativos	(15.914)	(52.199)	(10.838)	(46.626)
Taxas bancárias	(2.776)	(3.117)	(6.546)	(7.137)
Imposto de operações financeiras	(559)	(764)	(618)	(988)
Juros sobre passivo de arrendamento	(1.856)	(787)	(5.629)	(4.444)
Outras	(17.429)	(6.320)	(31.699)	(15.990)
Total	**(214.760)**	**(181.605)**	**(306.187)**	**(269.287)**
Total do resultado financeiro	**137.566**	**(93.907)**	**97.673**	**(137.138)**

NOTA 29 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Amortização de carteira de clientes	(25.957)	(25.937)	(26.127)	(26.100)
Amortização de mais valia de ativos	(3.820)	(4.499)	(3.820)	(9.411)
Participações, *Stock Option* e ILP	(33.788)	(24.348)	(35.506)	(24.348)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	(296)	(12.023)	2.355	(14.690)
Créditos Prodep- Reintegra	5.377	3.643	5.550	3.758
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal	-	-	-	5.754
Créditos operacionais com fornecedores	6.688	5.306	6.688	5.306
Doações COVID19	-	(7.065)	-	(7.149)
Reversão de provisão Icms base Pis e Cofins	94.210	-	113.346	-
Exclusão do ICMS na base do Pis e Cofins	386.247	-	392.213	-
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	(12.940)	-	(12.940)
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	(803)	4.738	(54.332)	3.522
Total resultados operacionais	**427.858**	**(73.125)**	**400.367**	**(76.298)**

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.894.304	461.274	1.989.065	534.745
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(644.063)	(156.833)	(676.282)	(181.813)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	475.166	149.371	412.899	101.051
Juros sobre o Capital Próprio	241.163	73.814	241.163	73.814
Resultado da Equivalência Patrimonial	94.963	74.914	(23.327)	(22.652)
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	20.184	13.679
Incentivos Fiscais	16.353	2.675	23.196	11.552
Subvenções Governamentais não Tributadas	18.908	-	23.896	-
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	(4.400)	-	(4.400)
Atualização Selic s/ICMS na Base do PIS/COFINS	80.485	-	106.850	-
Outras adições e exclusões	23.294	2.368	20.937	29.058
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do exercício	**(168.897)**	**(7.462)**	**(263.383)**	**(80.762)**
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(170.478)	(21.013)	(270.430)	(104.525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.581	13.551	7.047	23.763
Taxa efetiva %	-9%	-2%	-13%	-15%

b) Não incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic no crédito decorrente de repetição do indébito

Em 27 de setembro de 2021, o Plenário do E. STF negou provimento ao recurso extraordinário 1.063.187/SC, dotado de repercussão geral, interposto pela União, fixando a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário".

A Companhia e suas controladas possuem ações judiciais anteriores ao julgamento do mérito da repercussão geral. Assim, seguindo a decisão do STF, não houve a tributação da SELIC pelo IRPJ e CSLL.

NOTA 31 - PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Dexco.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

Dexco Deca Portinari Hydra Duratex Ceusa Durafloor

DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca

NOTAS EXPLICATIVAS (continuação)
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço de exercício a ser pago à Dexco será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2014	2016	2018	2019
Total de opções de ações outorgadas	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	4,48	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,10 anos	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2014	2016	2018	2019
Volatilidade do preço da ação	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.
Nos anos de 2015, 2017, 2020 e 2021 não houve outorgas de opção de ações da Companhia.
(1) cupom IGP-M.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Quantidade Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer 31/12/2020	Saldo a Exercer 31/12/2021	Preço Opção	Valor Total	Competência Vencidas	Competência 2013 a 2017	Competência 2018	Competência 2019	Competência 2020	Competência 2021	Próximo Exercício
Vencidas até 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	-	-	86.751	-	-	-	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	1.091.511	842.495	4,48	8.214	-	8.214	-	-	-	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	148.700	98.000	4,00	5.492	-	2.766	1.458	1.268	-	-	-
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	31/12/2026	9,02	780.671	759.695	5,19	5.381	-	-	999	1.620	1.381	1.381	-
13/05/2019	1.976.673	31/12/2022	31/12/2027	9,80	1.976.673	1.937.925	5,17	10.412	-	-	-	1.787	2.811	2.811	3.003
Soma	**5.992.687**				**3.997.555**	**3.638.115**		**29.499**	**86.751**	**10.980**	**2.457**	**4.675**	**4.192**	**4.192**	**3.003**
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado								28.197	83.829	10.609 (1)	2.337 (2)	4.446 (3)	3.977 (4)	3.978 (5)	2.850 (6)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2013 a 2017; (2) Valor contabilizado contra o resultado em 2018; (3) Valor contabilizado contra o resultado em 2019; (4) Valor contabilizado contra o resultado em 2020; (5) Valor contabilizado contra o resultado em 2021; (6) Valor a ser contabilizado no resultado do próximo exercício.
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 6.489.405 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 32 - PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e de suas controladas (Plano ILP). O ILP tem por finalidade: i) estimular o compromisso dos executivos da Dexco no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da Companhia; ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da Companhia; e iii) proporcionar a Companhia, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado.

Critério do Plano de ILP

a) Performance shares

No âmbito do Plano *Performance*, serão transferidas ações de emissão da Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de performance, com base no planejamento estratégico da Dexco para o período de 5 (cinco) anos.

A meta de *Performance* será definida pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Dexco anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração.

Para o recebimento das ações, deverá ser observado o período de carência de 5 (cinco) anos e a permanência do participante na Dexco. A quantidade de ações terá como referência de preço a média dos últimos 30 pregões.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 37º mês, o participante receberá, ao final do período de 5 anos, ações em quantidade proporcional ao período trabalhado. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

O Plano de *Performance* será aplicável somente a diretores não empregados ("diretores estatutários").

b) *Matching*

A Dexco convidará o beneficiário a investir percentual do seu ICP (incentivo de curto prazo) líquido recebido, comprando ações da Companhia.

O *matching* das ações será efetuado na forma a seguir descrita:

(i) ao completar 4 anos de investimento a Dexco procederá a transferência de 50% das ações ao Beneficiário e somente as ações transferidas poderão ser comercializadas pelo beneficiário; e

(ii) ao completar 5 anos de investimento, a Dexco concluirá a integralidade do aporte de 100% do *matching* através da transferência dos 50% restante das ações ao beneficiário.

Para ter direito ao *matching* completo, o beneficiário não poderá comercializar as ações compradas por ele no momento do investimento até que se complete a carência de 5 anos, ou seja, caso o beneficiário venda as ações antes do prazo de 5 (cinco) anos, perderá o direito ao *matching*.

A transferência está condicionada à permanência do beneficiário na Dexco e à manutenção do investimento efetivado com a compra das ações.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao *matching pro rata temporis* a ser quitado ao final de 5 anos. Ocorrendo o desligamento voluntário o Beneficiário perderá o direito ao *matching*.

O Plano de *Matching* será aplicável somente a diretores não empregados ("diretores estatutários").

c) Ações Restritas

Serão transferidas ações da Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que atendidos todos os termos e condições aqui previstos.

O Conselho de Administração, concederá, de forma discricionária, ações aos participantes que no período de um ano tiver em performance diferenciada e gerarem alto impacto para o negócio da Dexco.

A referida outorga obedecerá: (i) critérios de formação de *pool* elegível; (ii) banco de talentos; (iii) desempenho consistente nas metas individuais; e (iv) avaliação de potencial.

As ações serão transferidas após o prazo de 3 (três) anos da concessão.

Em caso de desligamento sem justa causa, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao *matching pro rata temporis* a ser quitado ao final do 3º ano. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

Essa modalidade de Plano será aplicável aos colaboradores - empregados ("colaboradores"), admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT").

Condição e limite anual para outorga de ações

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

A quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio porcento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas possuírem na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

Segue abaixo quadro demonstrativo:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2020
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	411	64
Plano de incentivo de longo prazo - *Matching*	651	163
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	318	93
Total passivo	**1.380**	**320**
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	2.054	317
Plano de incentivo de longo prazo - *Matching*	3.254	820
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	776	226
Total patrimônio líquido	**6.084**	**1.363**
	31/12/2021	**31/12/2020**
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	2.084	381
Plano de incentivo de longo prazo - *Matching*	2.922	983
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	775	319
Total apropriado no resultado do período	**5.781**	**1.683**

NOTA 33 - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida - Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2021, com 5.064 participantes (5.407 em 31 de dezembro 2020).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelos atuários, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R$ 98.029 (R$ 95.674 em 31 de dezembro de 2020). O aumento de R$ 2.355 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros resultados operacionais, líquidos". A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Valor presente das obrigações atuariais	(951.305)	(997.280)
Valor justo dos ativos	1.517.121	1.567.374
Ativo calculado	**565.816**	**570.094**
Restrição do Ativo devido ao Limite	(467.787)	(474.420)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	**98.029**	**95.674**

Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 conforme nota nº 8 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido - BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R$ 8.419, (R$ 5.556 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será recebido de acordo com a Resolução CGPC nº 30 de outubro de 2018.

Em outubro de 2020 conforme portaria 670 da PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido - BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R$ 6.505, (R$ 4.293 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será recebido de acordo com a Resolução CGPC nº 30 de outubro de 2018.

Esses montantes serão reconhecidos em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 30, de outubro de 2018, o valor a receber em 31 de dezembro de 2021 é R$ 8.078 (R$ 12.398 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa nº 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2021:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Valor presente das obrigações atuariais	(59.302)	(68.403)
Valor justo dos ativos	96.348	111.488
(Passivo)/Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	37.046	43.085
Superavit irrecuperável no final do exercício	(28.895)	(30.589)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	8.151	12.496

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Taxa de desconto	9,13%	7,62%
Taxa de inflação	3,75%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	4,43%	3,50%
Crescimento dos benefícios	3,75%	3,50%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%

Hipóteses Econômicas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Tábua de mortalidade	AT - 2000 - desagravada em 10%	AT - 2000 - desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 - desagravada em 70%	RRB 1944 - desagravada em 70%
Tábua de rotatividade	Atuário especialista	Atuário especialista
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

NOTA 34 - PLANO ASSISTÊNCIA MÉDICA - "PÓS-EMPREGO"

a) Plano assistência médica "Pós-emprego"

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 10 operadoras de saúde totalizavam 28.299 e 24.889 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

A Companhia contratou consultoria especializada para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) - CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 5,30% a.a. para 2021 e 4,30% a.a. para 2020, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,75% a.a. para 2021 e 3,50% a.a. para 2020, temos uma taxa de desconto nominal de 9,25% a.a. e 7,95% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

Item	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Taxa Real de Juros	5,30% a.a.	4,30% a.a.
Inflação	3,75%	3,50%
Taxa de tendência de custos de assistência médica (HCCTR)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6% (2022) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6,5% (2021) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)
Fator de envelhecimento (Aging Factor)	3,00% a.a. por idade	3,00% a.a. por idade
Evolução das Contribuições	HCCTR	HCCTR

Hipóteses Biométricas

Item	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Tábua de mortalidade	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Rotatividade	Experiência Dexco 2021	Baseado no salário e tempo de serviço (TS): De 0 - 10 S.M.: 0,60/(TS+1) De 10 - 20 S.M.: 0,45/(TS+1) Acima de 20 S.M.: 0,30/(TS+1) S.M.= Salário mínimo vigente na data do cálculo
Entrada em aposentadoria	100% aos 55 anos	100% aos 55 anos
Entrada em Invalidez	RRB-1944 suavizada em 70% segregada por sexo	RRB-1944 suavizada em 70% segregada por sexo
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	RRB-83	RRB-83
Take Up	26%, baseado na experiência da Dexco	51%, baseado na experiência da Dexco
Composição Familiar dos Ativos	95% casados na aposentadoria	95% casados na aposentadoria

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	26.955	33.783	35.744	52.078
Efeito no resultado do exercício	2.597	(1.572)	3.027	(5.658)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(10.612)	(5.256)	(13.718)	(10.676)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	**18.940**	**26.955**	**25.053**	**35.744**

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Custo do serviço corrente	140	46	254	637
Juros sobre as obrigações	2.457	3.159	2.773	3.843
Custo do serviço passado e redução	-	(4.777)	-	(10.054)
Benefícios pagos	-	-	-	(84)
Total reconhecido no resultado	**2.597**	**(1.572)**	**3.027**	**(5.658)**

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Inflação médica				
+ 1,0%	(3.917)	(7.205)	(3.107)	(8.379)
- 1,0%	5.019	9.217	4.393	10.857
Taxa de desconto				
+ 0,25%	1.065	1.796	904	2.136
- 0,25%	(1.002)	(2.034)	(831)	(2.347)

b) Plano assistência médica funcionários afastados

A Companhia oferece benefício de plano de saúde para empregados afastados. Neste contexto, a Companhia contratou especialistas atuariais para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2021 de acordo com CPC 33 (R1) - CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 5,19% a.a. para 2021 e 3,47% a.a. para 2020, liquidas de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,75% a.a. para 2021 e 3,50% a.a. para 2020, temos uma taxa de desconto nominal de 9,13% a.a. para 2021 e 7,09% a.a. para 2020.

Hipóteses Financeiras

Item	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Taxa Real de Juros	5,19% a.a.	3,47% a.a.
Inflação	3,75%	3,50%
Taxa de tendência de custos de assistência médica (HCCTR)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6% a.a. (2022) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6,5% a.a. (2021) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)
Fator de envelhecimento (Aging Factor)	3,00% a.a. por idade	3,00% a.a. por idade
Evolução das Contribuições	HCCTR	HCCTR

(continua)

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

DEXCO Deca Portinari Hydra Duratex Ceusa Durafloor
DXCO B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca CÓDIGO ABRASCA 25 ANOS

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) (continuação)

Hipóteses Biométricas

Item	31/12/2021	31/12/2020
Tábua de mortalidade	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Entrada em aposentadoria	Idade menor que 60 anos: 100% aos 60 anos Idade maior ou igual a 60 anos: (idade + 2) anos de afastamento	Idade menor que 60 anos: 100% aos 60 anos Idade maior ou igual a 60 anos: (idade + 2) anos de afastamento
Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	RRB-83	RRB-83
Composição Familiar dos Ativos	Apenas titular é avaliado, dependentes pagam 100% do plano quando do afastamento do titular	Apenas titular é avaliado, dependentes pagam 100% do plano quando do afastamento do titular
Probabilidade de Retorno do Afastamento (anos de afastamento)	Acima de 2 anos: 0%	Até 1 ano: 85% Entre 1 e 2 anos: 9% Entre 2 e 3 anos: 2% Entre 3 e 4 anos: 1% Acima de 4 anos: 0%

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	5.782	11.748	14.352	19.655
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(83)	(5.966)	(1.605)	(5.303)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	**5.699**	**5.782**	**12.747**	**14.352**

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo do serviço corrente	-	-	-	-
Juros sobre as obrigações	869	1.337	982	1.337
Ganho/perda	(952)	(6.394)	(2.587)	(5.516)
Benefícios pagos	-	(909)	-	(1.124)
Total reconhecido no resultado	**(83)**	**(5.966)**	**(1.605)**	**(5.303)**

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Inflação médica				
+ 1,0%	(750)	(1.018)	(811)	(1.170)
- 1,0%	(674)	1.166	(62)	1.345
Taxa de desconto				
+ 0,25%	166	268	179	309
- 0,25%	(171)	(258)	(185)	(298)

NOTA 35 - LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.725.407	453.812
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	697.549	691.785
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(4.695)	(1.563)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	692.854	690.222
Lucro básico por ação	**2,4903**	**0,6575**

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.725.407	453.812
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	697.549	691.785
Opções de compra de ações	4.158	4.565
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(4.695)	(1.563)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	697.012	694.787
Lucro diluído por ação	**2,4754**	**0,6532**

NOTA 36 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado nos segmentos: Divisão Madeira, Deca, Revestimentos Cerâmicos e Celulose Solúvel. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

	31/12/2021					31/12/2020				
	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Celulose Solúvel	Consolidado	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Celulose Solúvel	Consolidado
Receita Líquida de vendas	**4.762.430**	**2.250.542**	**1.157.269**	**-**	**8.170.241**	**3.251.027**	**1.717.650**	**910.939**	**-**	**5.879.616**
Mercado interno	3.570.817	2.129.619	1.041.980	-	6.742.416	2.384.037	1.617.243	820.596	-	4.821.876
Mercado externo	1.191.613	120.923	115.289	-	1.427.825	866.990	100.407	90.343	-	1.057.740
Variação do valor justo dos ativos biológicos	129.444	-	-	-	129.444	117.270	-	-	-	117.270
Custo dos produtos vendidos	(2.631.693)	(1.466.938)	(679.098)	-	(4.777.729)	(1.939.935)	(1.074.995)	(571.816)	-	(3.586.746)
Depreciação, amortização e exaustão	(396.495)	(92.584)	(46.773)	-	(535.852)	(327.199)	(91.679)	(35.075)	-	(453.953)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(116.256)	-	-	-	(116.256)	(104.367)	-	-	-	(104.367)
Lucro Bruto	**1.747.430**	**691.020**	**431.398**	**-**	**2.869.848**	**996.796**	**550.976**	**304.048**	**-**	**1.851.820**
Despesas com vendas	(528.316)	(326.338)	(151.388)	-	(1.006.042)	(420.877)	(239.172)	(121.101)	-	(781.150)
Despesas gerais e administrativas	(121.802)	(122.897)	(38.265)	(1.971)	(284.935)	(106.221)	(102.706)	(25.244)	(3.707)	(237.878)
Honorários da administração	(10.641)	(7.161)	(1.434)	-	(19.236)	(10.189)	(6.345)	(1.453)	-	(17.987)
Outros resultados operacionais, líquidos	246.164	194.990	(40.787)	-	400.367	(30.872)	(33.840)	(11.128)	(458)	(76.298)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(68.610)	(68.610)	(727)	(475)	-	(65.422)	(66.624)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	**1.332.835**	**429.614**	**199.524**	**(70.581)**	**1.891.392**	**427.910**	**168.438**	**145.122**	**(69.587)**	**671.883**

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Dexco S.A. ("Dexco"), criado em novembro de 2009, tem como principais responsabilidades: (i) supervisionar a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, área responsável pelos processos de controles internos, de conformidade com leis, regulamentos e normativos internos, e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas, bem como pelos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna; (ii) supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente; e (iii) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Responsabilidades

A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da Dexco S.A. ("Dexco"), e de suas controladas e coligadas, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras.

A Auditoria Interna tem como atribuições avaliar os riscos dos principais processos e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dexco S.A. ("Dexco"), e de suas controladas, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, da Auditoria Independente e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e pelos controles internos nos diversos segmentos da Organização.

Atividades do Comitê

No decorrer do ano de 2021, o Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos reuniu-se em onze ocasiões, com os seguintes objetivos:

- Acompanhamento dos treinamentos relacionados ao Código de Conduta e das tratativas relativas às adesões e ao cumprimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia;
- Acompanhamento dos status dos pilares do Programa de Integridade da Companhia;
- Revisão das Políticas de (i) Negociação de Valores Mobiliários; (ii) Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que unificadas passaram a denominar-se Política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) Endividamento; (iv) Aplicações Financeiras e Exposição Bancária, que unificadas passaram a denominar-se Política Financeira; (v) Governança Corporativa, e (vi) Canal de Denúncias;
- Análise dos riscos financeiro, operacional, tecnológico e ambiental, e principais controles internos mitigadores dos riscos, em reuniões com diretores da Organização;
- Conhecimento dos trabalhos realizados pela Comissão de Riscos e verificação do cumprimento da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, da Política de Combate à Corrupção e Política de Proteção da Livre Concorrência;
- Acompanhamento da implementação dos principais planos de ação sobre Segurança da Informação;
- Acompanhamento da implementação dos procedimentos e controles necessários para cumprimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados;
- Análise de aspectos do Formulário de Referência, principalmente aqueles referentes a riscos, antes de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- Conhecimento e debates sobre as informações incluídas no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa antes de seu arquivamento na CVM;
- Discussão e aprovação do Planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o ano de 2021;
- Discussão e análise das principais práticas contábeis utilizadas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e do balanço anual;
- Conhecimento das principais contingências que envolvem a Companhia;
- Conhecimento do Relatório de Controles Internos elaborado pela Auditoria Independente com data-base em 31.12.2020, bem como acompanhamento da implementação de controles internos para mitigação das fragilidades identificadas;
- Análise e discussão dos principais assuntos de auditoria, que são parte do relatório da Auditoria Independente;
- Aprovação do Planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para o ano de 2022;
- Aprovação do Planejamento dos trabalhos da área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos para o ano de 2022;
- Análise do resultado dos trabalhos e metas de Auditoria Interna;
- Análise do resultado dos trabalhos e metas de *Compliance*, Controles Internos e Riscos;
- Acompanhamento dos planos de ação decorrentes de recomendações da Auditoria Interna, por meio de reuniões com diretores da Companhia e dos resultados dos trabalhos da Auditoria Interna;
- Reuniões com os gerentes e diretores das áreas de Gestão Financeira, Relações com Investidores, Tecnologia de Informação, Serviço e Atendimento ao Cliente (SAC), Deca e Revestimentos Cerâmicos, para discutir assuntos referentes à gestão dos riscos e controles de cada uma das áreas e atendimento aos pontos levantados pela Auditoria Interna;
- Acompanhamento da Reestruturação do Canal de Denúncias;
- Acompanhamento dos resultados das apurações de denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e apuradas pela Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance com apoio de consultoria independente;
- Coordenação do trabalho de *pentest* interno e externo realizado por consultoria independente;
- Ciência do trabalho de Biblioteca Regulatória realizado por consultoria independente;
- Ciência da implementação da Plataforma de Vínculos pelo *Compliance*.

Em reunião realizada em 7 de fevereiro de 2022, foram discutidas e analisadas as demonstrações financeiras de 31.12.2021.

Conclusão

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos reconhece e apoia as iniciativas da Companhia no sentido de rever continuamente os processos e implementar melhorias nas áreas de *Compliance*, controles internos e riscos, como também do Canal de Denúncias, as quais estão, atualmente, sob a responsabilidade da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. Apoia, sobretudo, as iniciativas da Companhia nos processos de tecnologia, inovação e segurança da informação por meio do acompanhamento dos planos de ação, que visam o aprimoramento constante do seu grau de amadurecimento, de seus executivos e colaboradores sobre essas temáticas.

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31.12.2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos: Raul Calfat - Presidente; Tereza Cristina Grossi Togni - Membro Especialista; Juliana Rozenbaum Munemori, Paula Lucas Setubal, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Membros.

RAUL CALFAT
Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Dexco S.A. procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, sendo que (i) as Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos; e (ii) ambos os documentos acima foram revisados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2022. São Paulo, 9 de fevereiro de 2022. Guilherme Tadeu Pereira Júnior - Presidente e Conselheiro; e Carlos Eduardo de Mori Luporini - Conselheiro.

São Paulo (SP), 9 de fevereiro de 2022.

Carlos Henrique Pinto Haddad
Vice-Presidente de Administração, Finanças e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Após exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do §1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, declarar nos termos da lei que:

1. reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e

2. reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo (SP), 9 de fevereiro de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Dexco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Dexco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Dexco S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dexco S.A. e da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido

(continua)

Telegram: t.me/jornaisBrasil

DEXCO S.A.
CNPJ nº 97.837.181/0001-47
Companhia Aberta
www.dex.co

dexco — deca portinari Hydra duratex ceusa durafloor

DXCO B3 LISTED NM — IBOVESPA B3 IBRA B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMAT B3 INDX B3 ISE B3 ITAG B3 MLCX B3 abrasca

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(continuação)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo dos ativos biológicos(Notas 2.13, 3(a) e 16) A Companhia registra suas florestas, denominadas ativos biológicos, em seu ativo não circulante, e que são avaliadas pelo valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Essa metodologia faz uso de premissas significativas que envolvem julgamento por parte da administração, incluindo: índice de crescimento das florestas, estimativas de produtividade, preço da madeira em pé, e, principalmente o preço de madeira em diferentes regiões, incluindo aquelas onde não há mercado suficientemente ativo ou fonte de preços verificáveis, além da taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo desses ativos, reconhecido no balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas, era de R$ 1.268 milhões. O tema acima foi considerado como área de foco de nossa auditoria devido ao risco associado às circunstâncias descritas no segundo parágrafo e que afetam o risco inerente na mensuração e reconhecimento desses ativos, uma vez que os julgamentos e estimativas da administração podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar esses ativos, bem como o método de avaliação ao valor justo e premissas utilizadas no correspondente cálculo. Envolvemos nossos especialistas na revisão da valorização de ativos biológicos, que nos apoiaram na análise do modelo, dos cálculos e das premissas utilizadas. Testamos substantivamente as entradas de dados. Também avaliamos a consistência desses cálculos e premissas com o exercício anterior. Especialmente no que se refere aos preços de madeira em regiões onde não há mercado ativo, avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela administração, comparando-os com os custos de formação da própria Companhia. Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. O modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e as premissas utilizadas devidamente suportadas.
Ativos Intangíveis de vida útil indefinida - Recuperabilidade (Nota 17 e 18) A Companhia e suas controladas apresentam saldos significativos em ativos intangíveis de vida útil indefinida, compostos principalmente por ágio, decorrentes de aquisições de controladas. Em decorrência de exigência contida nas normas contábeis (CPC 01), existe a necessidade de avaliação mínima anual da recuperabilidade de ativos de vida útil indefinida. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos intangíveis sujeitos à avaliação automática de recuperabilidade, totalizavam R$ 324 milhões. O tema acima foi considerado como área de foco de nossa auditoria uma vez que envolve estimativas críticas e julgamento por parte da administração, tanto pelas premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa futuros quanto pela determinação das taxas de juros utilizadas. Essas determinações e mensurações têm como referência premissas que podem se alterar por condições futuras e inesperadas, quer sejam por fatores internos, quer sejam por condições de mercado ou macroeconômicas. Desse modo, eventuais mudanças nestas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela administração.	Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de perdas nos ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como avaliamos os controles internos relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos as premissas-chave utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuro, incluindo: (i) taxa de juros de desconto; (ii) expectativas de crescimento do mercado brasileiro e internacional em diversos setores, principalmente na construção civil; (iii) conferência dos saldos do ano-base utilizados para a projeção com as informações contábeis históricas; e (iv) outras condições macro-econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas-chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa com os respectivos valores contábeis e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. No contexto de nossa auditoria, consideramos que as técnicas de avaliação e as premissas adotadas pela administração são adequadas.
Expectativa de realização dos impostos diferidos (Notas 2.16, 3(f) e 10) Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, líquidos, registrados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas totalizam R$ 295 milhões. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação a sua futura realização, a partir de projeções de resultados tributáveis futuros. Esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria, uma vez que a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração, poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida em que o prazo para sua recuperação aumenta. Portanto, eventuais mudanças nestas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela administração.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de resultados tributáveis futuros preparadas pela administração, a consistência destas projeções com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as suas efetivas realizações. Adicionalmente, recorremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura. Também, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos corroboraram a estimativa de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de resultados tributáveis futuros, e consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos adotados pela administração estão apropriados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas.
ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS (Nota 23(d)) A Companhia e suas controladas registraram, no exercício, créditos fiscais no valor de R$ 615 milhões, oriundos de processos judiciais, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância do valor envolvido, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotados pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento do crédito. (ii) Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes. (iii) Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial. (iv) Efetuamos entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do ativo, bem como da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo. (v) Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário. (vi) Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/jornaisBrasil

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alberto de Sousa
Contador CRC 1RJ056561/O-0 "T" SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Alfredo Egydio Setubal

VICE-PRESIDENTES
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Hélio Seibel

CONSELHEIROS
Andrea Laserna Seibel
Juliana Rozenbaum Munemori
Márcio Fróes Torres
Raul Calfat
Ricardo Egydio Setubal
Rodolfo Villela Marino

DIRETORIA

PRESIDENTE
Antonio Joaquim de Oliveira

VICE-PRESIDENTE
Carlos Henrique Pinto Haddad (*)
(*) Diretor de Relações com Investidores

VICE-PRESIDENTE - Deca
Marcelo José Teixeira Izzo

VICE-PRESIDENTE -Madeira
Raul Guimarães Guaragna

DIRETORES
Cleonyr Galvão Xavier Filho
Daniel Lopes Franco
Gilmar Menegon
Glizia Maria do Prado
José Ricardo Paraíso Ferraz
Marco Antonio Milleo

Marcelo Palmeira dos Santos
Contador CRC 1SP188.793/O-0

PUBLICANDO SEU ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO SUA EMPRESA COMUNICA COM TRANSPARÊNCIA.

O Estadão pode lhe dar a visibilidade que sua empresa procura, com o melhor conteúdo em Economia & Negócios, admirado no país inteiro.

USE O QR CODE E ENTRE EM CONTATO.

Líder em conteúdo de Economia & Negócios.
Os líderes e formadores de opinião leem o Estadão diariamente.
Veículo mais admirado do país no meio jornal.
147 anos de qualidade e credibilidade editorial.
Edições impressas de segunda a segunda.
Portal de publicações na editoria de Economia & Negócios do Estadão, o Estadão RI.

ESTADÃO RI
ESTADÃO

O ESTADO DE S. PAULO QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2022

C3 **Paladar.** Sobremesas ganham releitura. C6 **Evento.** Originais de 'O Pequeno Príncipe' em exibição.

LAURA CAMPANELLA / NETFLIX

C8 **Streaming.** Camila Queiroz é destaque da série 'De Volta aos 15'

TX FILMES

Chay Suede chegou a perder 9 kg para mostrar a exaustão do bandido

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

C5 **Cinema**

Paranoia pela segurança

No suspense 'A Jaula', Chay Suede é o ladrão de carro que, ao tentar roubar um rádio, é preso dentro do veículo

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Greenpeace cobra 'emergência climática'

Ante os eventos de Petrópolis, que já chegavam ontem a 67 mortos, o Greenpeace Brasil trouxe à luz um Plano de Adaptação Climática elaborado em 2018 no Rio. Ali já se dizia que tais catástrofes "são cada vez mais intensas e frequentes" e temperaturas extremas "podem no futuro ser até nove vezes mais frequentes".

No entanto, as medidas sugeridas seguem sem ser implementadas, afirma **Rodrigo Jesus,** porta-voz do Greenpeace. A ONG lançou abaixo-assinado cobrando os governadores e dizendo que "é urgente decretar emergência climática!".

Emergência 2

Pesquisador dessa área no Cemaden, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, **Victor Marchezini** diz que houve investimentos na rede de monitoramento pluviométrico na região serrana e na contenção de morros, mas não para habitação em áreas seguras. "Com o tempo, investimentos em prevenção foram reduzidos, equipes municipais foram trocadas". E, acrescenta, faltou envolver moradores na feitura de planos de contingência.

Discriminação

O número de denúncias por discriminação racial recebidas pela ouvidoria da Secretaria Estadual da Justiça tem subido de forma significativa. Pulou de 40 registros, em 2020, para 155 em 2021 – e neste ano são 54 denúncias em menos de 2 meses.

O secretário **Fernando José da Costa** atribui o fenômeno à maior divulgação da existência dos canais de denúncia e ao fato de que o Estado pune administrativamente quem pratica discriminação racial.

ANA DAL BEN

O economista Luiz Fernando Figueiredo cumprimenta o presidenciável do Novo, Luiz Felipe d'Avila, na agitada noite de relançamento de seu livro "10 Mandamentos: do País que Somos para o Brasil que Queremos". Anteontem, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional.

RESGATE EM NFT

O maestro Jaime Alem, conhecido por seus 28 anos como diretor musical de Maria Bethânia, é o mais novo adepto dos NFTs (tokens não-fungíveis), a nova febre do mercado da música. A partir de 9 de março ele disponibilizará gravações raras, vídeos e registros dos anos 1970, em leilões online pela Kick off Music.

2022 ERUDITO

Estão abertas as vendas para novos assinantes da temporada 2022 do Theatro Municipal. Serão onze óperas e quem adquirir um pacote assegura o seu lugar em seis espetáculos, entre eles *Aida, Der Rosenkavalier* e *La Fanciulla Del West*. A programação sinfônica, em forma de concerto, conta com a ópera *Pedro Malazarte* e composições como *Quatro Poemas de Macunaíma* e *A Serra do Rola Moça*.

FOTOS DENISE ANDRADE

1. Sebastião Salgado inaugurou a exposição "Amazônia". 2. Rodrigo Salgado – filho do fotojornalista. 3. Danilo Santos de Miranda e Monica Carnieto. 4. Jacques Barthelemy. 5. Juliana Braga. Segunda-feira, no Sesc Pompeia.

Entre em nosso Grupo no Telegram t.me/jornaisbrasil

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Sem tempo para selecionar os melhores conteúdos do noticiário?

As newsletter exclusivas para assinantes do Estadão trazem para você boletins especiais de temas do dia.

ESTADÃO Pílula
Sua dose diária de conteúdo

Um resumo leve e descontraído do noticiário do dia, curadoria de temas inspiradores, além de links para manter-se bem informado(a).

Sempre no fim do dia, de segunda a sexta.

INSCREVER-SE

Inscreva-se e receba em seu e-mail:
http://www.estadao.com.br/e/pilula

Paladar *Confeitaria*

Gourmetizaram o pavê – e agora ele é servido em restaurantes

Sobremesas caseiras relegadas às travessas nos almoços de família ganham releituras afiadas nos cardápios

RENATA MESQUITA

Pode haver sobremesa com mais cara de caseira do que uma travessa de pavê? De vidro, claro, com as camadas à vista: biscoitos (geralmente champanhe) embebidos em alguma calda, um creme básico de gemas, leite condensado e leite por cima, cobertos com cacau ou nozes polvilhados.

Talvez por isso, pela sua simplicidade, sempre acompanhado da piadinha infame proferida por 11 entre cada 10 tios – "é pavê ou pra comer?" –, que essa sobremesa é uma das vítimas mais frequentes do preconceito gastronômico.

Por mais que ela possa estar à mesa num almoço informal de domingo, era, até então, raramente vista em uma refeição com ares mais sofisticados – encontrá-la no menu de sobremesas dos restaurantes então, nem se fala. Predominam em abundância tiramisús, entremets e sobremesas desconstruídas – aqueles pratos repletos de pingos coloridos, géis e quenelles de sabores inusitados. Mas nada de pavê.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Mas os tabus estão caindo. Restaurantes autorais, e seus chefs e confeiteiros, estão trazendo as sobremesas do receituário familiar para os seus cardápios – com as devidas modificações, cada elemento tratado com esmero e técnica e, sim, mais sofisticadas.

Comprometido a fazer uma ode ao Brasil, o Caos Brasilis aposta em releituras de clássicos da nossa gastronomia. Desenvolvido pelo confeiteiro Fabrício Luminato, o menu de sobremesas segue essa premissa à risca – sem estrangeirismos. Entre as criações para a estreia da casa, o "É pavê ou pacumê?" é a sua versão gastronômica do doce que faz parte de qualquer família brasileira. Nas mãos de Luminato, ganhou novas formas. Sai a travessa, entra a criatividade do chef: ganaches cremosos de chocolate branco e outra camada de ganache de cacau 70%, farofinha de oleaginosas brasileiras e biscoitos de maisena com toque de pimenta-de-macaco (feitos na casa, claro). Quase irreconhecível ao olhar – mas, no paladar, traz a lembrança do doce de Pirex.

Para o novo menu, Luminato seguiu olhando para a sua infância. "Cresci vendo minha avó cozinhando e, até hoje, volto ao livro da *Dona Benta*, que ela sempre mantinha ao alcance das mãos, para me inspirar", conta. "Faço as adaptações necessárias, tiro o açúcar e o leite condensado em excesso, e dou meus toques para equilibrar e intrigar." Sua última criação é uma versão de bolo de rolo pernambucano, mas com chocolate: a massa de bolo fininha é enrolada com gel de mel de cacau, servida acompanhada de chantilly de paçoca e praliné de nibs.

HERANÇA. As memórias da cozinha da família também serviram como inspiração para as criações dos chefs Julia Tricate e Gabriel Coelho, dupla que comanda o De Segunda. Como o próprio nome entrega, a casa aposta em uma cozinha que busca subverter o tom pejorativo da expressão, e que tacham receitas como inapropriadas para a cozinha de certos restaurantes. A lista das sobremesas confirma: tem quindim, pudim e o tradicional queijo com goiabada – mas, quando chegam à mesa, em nada se parecem com a versão original.

Servido na taça, o doce de gemas passa pelo termocirculador para se transformar em uma calda cremosa, vertida sobre o sorvete de coco feito na casa. Sentiu falta de algo? A base de coco queimadinha indispensável pelos amantes de quindim entra no coquinho caramelizado, "como esses de praça, bem crocante", escondido embaixo do sorvete. É finalizado com uma telha de merengue com pó de manga. "É uma sobremesa que sempre teve nas comemorações da minha família, o que fizemos foi empregar novas técnicas", conta Júlia.

Reabilitação

Algumas sobremesas são vítimas frequentes de preconceito gastronômico

Já o pudim vem dos cadernos da avó de Gabriel. "É fora de série, de chocolate, bem denso, tipo um brigadeirão", entrega a parceira. E o tal pudim é tudo isso, denso, cremoso, lisinho e bem chocolatudo. É servido com sorvete de maracujá, "para dar equilíbrio", explica Júlia, crumble de cacau, para dar a crocância, e óleo de menta, para dar frescor. "Na hora de definir o cardápio, além de sabor, os pratos tinham de fazer sentido para nós, contar uma história", diz Júlia.

DOCE ENVERGONHADO. Típica solução econômica, de improviso para aproveitar o que restou de pão francês amanhecido, o pudim de pão é outro velho conhecido da cozinha trivial. Mas, apesar de simples, está aberto à criatividade do cozinheiro. É o que fez e faz o casal Giovana Perrone e Rodrigo Aguiar, da Casa Rios, no Tatuapé. Vez ou outra, o pudim de pão surge no cardápio do menu executivo que muda a cada semana. "No almoço, buscamos servir pratos mais familiares para o público, pegamos receitas conhecidas e fazemos do nosso jeito", explica Perrone.

Tudo bem, não é qualquer pudim de pão adormecido. Eles usam as broas de milho que assam diariamente na casa para o couvert. As sobras são torradas e, em seguida, infusionadas em leite para fazer o pudim, servido com compota de tangerina ou da fruta da estação. "É uma forma de evitar desperdício, e também mostrar que, se bem-feito, tudo fica gostoso e merece um espaço na gastronomia." ●

RUBENS KATO

GIULIANA NOGUEIRA

BRONKO JR.

1. Quindim do De Segunda, versão dos chefs para a sobremesa de família

2. Pudim de pão tostado com compota de tangerina no menu executivo do Casa Rios

3. Bolo de rolo de chocolate do Caos Brasilis

Cinema Estreia

‘Licorice Pizza’ mostra ousadia e inventividade

Novo longa de Paul Thomas Anderson, de ‘Magnólia’ e ‘Boogie Nights’, entrecruza vidas de personagens em tom de fábula

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

MELINDA SUE GORDON / METRO GOLDWYN MAYER

Cooper Hoffman (E) vive adolescente que dá em cima de Alana Haim no longa ‘Licorice Pizza’

Com *Licorice Pizza*, que estreia nesta quinta, 17, Paul Thomas Anderson volta à melhor forma e retoma o tônus dos seus grandes filmes, *Boogie Nights* (1997) e *Magnólia* (1999) – este último talvez sua obra-prima. São obras notáveis – sobretudo nos dias que correm – pela ausência de preconceitos do seu autor. Anderson, também conhecido pela sigla PTA, observa, em *Boogie Nights*, a ascensão e a queda de um jovem ator pornô (Mark Wahlberg).

Em *Magnólia*, são nove personagens cujas histórias se cruzam em torno de temas como as relações familiares, o sucesso, o fracasso, a ambição, o sexo consentido ou não, a culpa, o arrependimento. Em suas sequências finais, adota uma pegada bíblica com a antológica chuva de batráquios sobre uma cidade em transe. Apesar do tom apocalíptico, o filme jamais descamba para o moralismo. Pelo contrário, este e outros são exaltações à compreensão humana e à liberdade que, com todas as consequências, ainda é preferível à repressão.

Em ambos, e também em *Licorice Pizza*, algumas marcas de estilo são constantes. A intensidade das cenas, junto com a densidade dos personagens e um funcionamento de câmera bem marcado e ritmado. Em especial pelo gosto dos longos travelings (planos sem cortes), com a câmera seguindo os personagens pelos inúmeros labirintos (morais e intelectuais) em que se metem.

O recurso é usado também em outras partes dos filmes e não apenas em sua abertura. É possível que, nesse quesito, PTA tenha se inspirado no cinema de Robert Altman, de quem era grande admirador.

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

VIDAS CRUZADAS. Não se trata de virtuosismo barato. PTA tem o que dizer. Muito. Basta observarmos o que faz em *Magnólia*, com seu enredo de vidas entrecruzadas. Cruzar essas histórias pessoais num todo coletivo é um desafio – tanto de roteiro quanto de montagem. Tornar esse conjunto envolvente e empolgante é a grande arte do cineasta.

Arte presente, mais uma vez, neste *Licorice Pizza*, que começa da maneira mais despretensiosa do mundo, como uma comédia romântica ambientada nos anos 1970.

Gary Valentine (Cooper Hoffman), de 15 anos, resolve dar em cima de Alana Kane (Alana Haim), uma moça de 25 anos. Ela o trata como a criança que de fato ele é, mas Gary dispõe de algumas cartas na manga. Lança-se à aventura como dono de uma fábrica de colchões de água e depois muda de ramo, dedicando-se a uma casa noturna de jogos eletrônicos. A coisa é meio fabular mesmo e o espectador tem o direito de se perguntar como um adolescente se torna, de uma hora para outra, um ousado homem de negócios. O conselho, aqui, é não se deter no realismo tacanho e deixar-se levar pela história.

Como em outras de PTA, esta também se bifurca em várias subtramas, com a entrada de novas situações e personagens. Sean Penn faz Jack Holden, um êmulo do ator William Holden, astro de *Crepúsculo dos Deuses* e *Férias de Amor*. Ou Bradley Cooper como Jon Peters, um produtor arrogante e sexomaníaco. Ou Tom Waits, no papel de Rex Blau, diretor inspirado em Mark Robson.

Entre personagens inspirados em figuras reais e outros saídos de sua imaginação, PTA compõe um painel multifacetado daquela região dos Estados Unidos que conhece tão bem, porque lá se criou, San Fernando Valley, em Los Angeles.

Tudo conflui para a qualidade de *Licorice Pizza*, da ousadia da direção à inventividade do roteiro. Mas é o par principal que dá liga e força a essa comédia, que anda sempre por caminhos pouco previsíveis. Cooper Hoffman, filho do grande Philip Seymour Hoffman (1967-2014), é excelente. E Alana Haim é a aura do filme. Quando ela entra em cena, ilumina a tela. A grande pisada na bola do Oscar foi não tê-la indicado para melhor atriz. ●

O longa é um dos melhores na briga pelo Oscar, e não só deste ano

CRÍTICA

Licorice Pizza
ÓTIMO

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Paul Thomas Anderson possui 48 créditos como diretor no IMDb, a maioria por seus vídeos musicais com Fiona Apple, Jon Brion, Joanna Newson, Radiohead e Haim. Ainda nos anos 1990, ele começou a se destacar com *Boogie Nights – Prazer Sem Limites* e *Magnólia*. Em 2002, só a covardia do júri impediu que ele vencesse em Cannes – ou que, pelo menos, Adam Sandler fosse premiado como melhor ator – por *Embriagado de Amor*. Seguiram-se *Sangue Negro* e *O Mestre*, que não são tão bons e foram superestimados. A partir de *Vício Inerente*, livremente adaptado de Thomas Pynchon, PTA, como é chamado, retomou seu melhor nível. *Trama Fantasma* é maravilhoso. *Licorice Pizza* talvez seja melhor ainda.

É o único filme em língua inglesa que pode competir seriamente com *Ataque dos Cães* no Oscar. Entre o filme de Jane Campion e o prêmio da Academia, estão PTA e o japonês Ryusuke Hamaguchi, de *Drive My Car*. De cara, *Licorice Pizza* já apresenta suas armas. Gary Valentine/Cooper Hoffman vê chegar a sexy Alana Haim – vocalista da banda nos clipes do diretor – e a convida para sair. Ela é mais velha do que ele. Gary passa o filme insistindo para terem uma relação, ela o desencoraja. Chega a se questionar: “Por que estou saindo com esse moleque de 15 anos?”. Passam o filme nesse vai não vai, até que algo, no desfecho, finalmente acontece.

PTA é atraído pela pornografia, sempre foi. Basta lembrar de *Boogie Nights* e de *Embriagado de Amor*. Toda a confusão em que Adam Sandler se mete é por ter ligado para um serviço de sexo por telefone. Gary vem do mundo do espetáculo. Monta um negócio de colchões d’água. Alana recebe os pedidos pelo telefone. Ele a incentiva a segurar o interesse do cara que está chamando. Alana geme, e suspira, como se estivesse na cama com o autor do pedido. Em *Boogie Nights*, os bastidores já eram do cinema (de sexo). Mark Wahlberg era o cara com uma genitália descomunal. Os bastidores dessa vez evocam Quentin Tarantino – *Era Uma Vez em Hollywood*.

Alana sai com Jack/William Holden, interpretado por Sean Penn. Ele vive falando de sua ligação com Grace Kelly no filme de guerra *A Ponte de Toko-Ri*, de Mark Robson, de 1954. Gary vai parar na casa de Jon Peters. Barbra Streisand vira personagem remota.

FICÇÃO. Na realidade, nos anos 1970, ela namorou o tal Peters, que foi o produtor de *Nasce Uma Estrela*, que ela fez com Kris Kristofferson. Bradley Cooper é quem faz o papel, valendo lembrar que dirigiu – e interpretou – a versão mais recente de *A Star Is Born*, com Lady Gaga. O Peters da ficção não pode ver rabo de saia. O real sofreu cinco acusações de assédio.

Disputa

Filme é o único em língua inglesa que concorre seriamente com ‘Ataque dos Cães’ pelo prêmio

Como um cara que ainda precisa amadurecer, Gary vive decepcionando Alana. Quando ela vai trabalhar com um jovem político de perfil idealista, ele usa informação privilegiada para tentar se beneficiar. Logo será a vez de Alana descobrir... Veja para saber do que se trata. O filme é dos melhores do Oscar e não só deste ano. Se o diretor já conhecia Alana dos clipes, Cooper Hoffman também faz parte da família. É filho de Philip Seymour Hoffman e ganhou o Oscar por *Capote*. Ainda resta um mistério. Que raios de título é *Licorice Pizza*? No Brasil, ganhou o acréscimo de *O Parque dos Sonhos*.

Diz a lenda que o termo surgiu numa comédia de Abbott e Costello, em que a dupla tenta vender discos de vinil. “Bem, podemos polvilhar amido de milho no fundo e vender os discos passando por pizzas de alcaçuz.” É uma explicação possível. No filme, o preço do petróleo dispara e o problema é que discos e colchões são feitos de seus derivados. Pode ser outra coisa – *Licorice Pizza* foi uma cadeia popular de lojas de discos na Califórnia, entre 1969 e 86, cobrindo os anos de infância, e juventude, de PTA, o período do filme. ●

Cinema *Estreia*

TX FILMES

Chay Suede em cena do filme 'A Jaula', no qual dá vida a um ladrão, Djalma, que cai em uma armadilha ao tentar roubar um carro; ator perdeu 9 kg durante as filmagens

João Wainer lança 'A Jaula', que coloca Chay Suede trancado sozinho dentro de um carro

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Longa de estreia do diretor é anterior à eleição de Bolsonaro, mas traz a escalada da paranoia pela segurança no País

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Quando Chay Suede começou a falar com o **Estadão** sobre o filme que estreia nesta quinta-feira, 17, o título ainda era *4X4*. Terminou mudando para *A Jaula*. É um título que possui uma conotação muito específica. Jaulas servem para isolar – conter – animais selvagens.

O "animal", em questão, é um homem, o personagem de Chay. É um ladrão. Logo na primeira cena, arromba a porta de um carro, uma Pajero. Senta-se, tira o rádio, põe na sua bolsa e, ao tentar sair do carro, descobre que caiu numa armadilha. As portas estão lacradas, os vidros são encobertos – pode-se ver o exterior, mas, de fora, ninguém consegue ver o interior. E, ah, sim, o carro é isolado acusticamente. Chay – o personagem chama-se Djalma – pode gritar, mas ninguém o ouve.

A Jaula – uma armadilha. O filme marca a estreia no longa do fotógrafo e jornalista João Wainer. O sobrenome pertence a uma linhagem que, na imprensa brasileira, remete a um nome mítico, seu avô Samuel Wainer. O repórter pergunta como é que João se inscreve nessa tradição. Ele não vacila: "Ainda estou tentando descobrir". Além das fotos, num recorte social, João realizou os documentários *Pixo* e *Junho – O Mês Que Abalou o Brasil*.

A Jaula não começou como um projeto dele. A produtora Tx Filmes, associada à Star Original, adquiriu os direitos do filme argentino *4X4*, com roteiro de Mariano Cohn e Gastón Duprat. O primeiro passo foi transpor o filme da realidade argentina para a brasileira.

Rodado em 2018, quando a sociedade brasileira estava dividida no processo que levou à eleição de Jair Bolsonaro, o filme parte de um fenômeno que persiste – a paranoia da (in)segurança. Antes mesmo que Djalma arrombe o carro, Astrid Fontenelle já está na TV, como apresentadora de um noticiário sensacionalista. O conceito é conhecido: o cidadão armado. Chay reflete: "Quando fizemos o filme há quatro anos, a realidade era uma. Ninguém poderia prever que haveria uma pandemia, que haveria uma escalada da violência, que o filme ia demorar para estrear. Ele foi feito num quadro, será visto em outro. Estou muito curioso para saber qual será a reação do público. Talvez daqui a dez anos seja visto de uma outra maneira".

Para Chay, o cinema possui essa qualidade rara de iluminar o mundo em que se vive, estimulando a reflexão. No filme, Alexandre Nero faz o cidadão armado. Surge quando o filme já passou da metade. Tem um desfecho inesperado. "Ninguém é herói no filme. *A Jaula* não tem mocinhos, e essa, eu acho, é a contribuição do João ao debate sobre o Brasil atual."

CENÁRIO. Há pouco, em outro longa brasileiro – *Dora e Gabriel*, de Ugo Giorgetti –, os personagens iam parar no porta-malas do carro. Agora Chay/Djalma fica no carro, isolado, sozinho. Acuado, com calor, com sede. "João (*o diretor*) criou condições especiais. A rua é um cenário, foi construída. As imagens de fora mostram a Pajero inteira, mas internamente ela foi serrada pelo meio para permitir a movimentação da câmera. Por mais que tudo isso tentasse tornar a situação mais confortável, é muito difícil atuar sozinho. Contracenar com outro enriquece", conta o ator, que perdeu 9 kg para mostrar a transformação de Djalma.

Certamente não era fácil representar naquele espaço exíguo. "Foi um desafio e, para ser honesto, tenho de admitir que me joguei cheio de entusiasmo, mas também de apreensão. Conseguiria dar conta do Djalma? Não é fácil ficar ali tenso, contido, mas com a cabeça a mil. São dois movimentos contrários. Por isso, é difícil responder quando me perguntam o que foi mais difícil, o físico contido na jaula ou a cabeça? Djalma não é um bicho. É individualizado. Pensa na sua família. É um dos personagens mais complexos que já fiz."

Por falar em personagens, durante a pandemia Chay Suede fez a novela *Amor de Mãe*, na Globo. O repórter não se furta a dizer que o encontro final de Chay e Regina Casé, de filho e mãe, depois de todo o sofrimento, naquela estrada (da vida), foi um dos grandes momentos da TV brasileira. "Você diz que viu a cena, mas não é noveleiro. Eu sou. E aquilo foi muito forte. Toda a novela da Manuela (*Dias*) levava àquele momento, então a gente teve de ir fundo. A entrega ali foi uma coisa muito emocional. Como ator, tenho de estar preparado para viver esses personagens tão diferentes. Em cada um deles tenho de encontrar e colocar um pedaço de mim. Djalma representa um Brasil dos excluídos, mas não é um monstro." ●

Três perguntas para

JOÃO WAINER,
Cineasta, fotógrafo e jornalista

O cineasta João Wainer realiza sua estreia em longa-metragem de ficção com *A Jaula*. Não foi um tema de sua escolha. Ele foi contratado, mas fez do projeto um trabalho próprio.

● O que havia de tão atraente em *4X4*, o título original argentino de *A Jaula*?
Acima de tudo, o roteiro de Gastón Duprat. Sou fã do cinema argentino, que tem ótimos roteiristas. O desse filme era forte, bem escrito, perfeito para a realidade deles. A primeira coisa necessária foi transpor a história para o Brasil. João Cândido Zacharias fez um belo trabalho de adaptação.

● É um filme muito tenso, centrado num universo masculino. Onde entra a mulher nessa história?
Tenho imensa admiração por Mariana Lima. Sempre quis trabalhar com ela. No original argentino, o negociador é um homem, e idoso. Mariana me deu outro colorido à personagem. Ela tem uma frase perturbadora, que desestabiliza ainda mais o relato. E tem ainda a Astrid (*Fontenelle*), em um papel que traz uma imagem diferente do que o público está acostumado.

● Qual sua expectativa?
O filme está sendo lançado em um grande circuito. Até agora, só acompanhei as sessões de convidados. É um público predominantemente progressista, e tem reagido com entusiasmo. *A Jaula* vai na contramão do bolsonarismo. Quero ver como será a reação de plateias comuns. ● L.C.M.

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Cuida dos teus interesses
Data estelar: Júpiter e Urano em sextil

Cuida dos teus interesses, porque esse é o teu direito, e não apenas porque se tu não cuidas alguém te atropelará e passará por cima de ti.

Nos acostumamos ao domínio dos fortes sobre os fracos, mas acontece que, agora, também estamos cientes da abominação que isso representa e, também, que ainda que essa possa ter sido uma dinâmica aceitável por toda a história humana, a partir das grandes guerras do século passado ficou evidente que não passa de uma abominável perversão.

É surpreendente que nossa humanidade ainda flerte com a continuidade desse processo, e que se iluda com que qualquer tipo de bem-estar pessoal poderia surgir de uma civilização que promove o mal-estar.

Cuida dos teus interesses, mas, principalmente, cuida para que teus interesses agreguem algo positivo e benéfico à sociedade. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
As condições são seguras, mas falta emoção, que faz toda a diferença. Será que sua alma consegue transitar por esta parte do caminho sacrificando a emoção e se dedicando a fazer direito tudo que seja necessário?

TOURO 21-4 a 20-5
Aquilo que seja bom para você, há de ser bom também para as pessoas com que você se relaciona, porque, de outra maneira, você estaria criando condições negativas que, no fim, perturbariam o que seria bom só para você.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Ainda que sua alma se veja obrigada a fazer coisas com as quais não simpatiza, isso não há de ser considerado uma situação negativa, porque a necessidade é a verdadeira mãe do destino, não o desejo. É assim.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Agora sua alma está lúcida o suficiente para dizer o que precisa ser dito e, ainda mais, se fazer entender, para não deixar lugar à dúvida. Aproveite a chance de esclarecer, de colocar tudo em pratos limpos.

LEÃO 22-7 a 22-8
Um passo de cada vez, mas com ousadia, porque se continuar andando por terreno seguro, aquilo que você pretende não terá a mínima chance de ser realizado. A ousadia é imprescindível nesta parte do caminho, apesar do medo.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Faça sua vontade, mas cuide para que esse exercício não seja ofensivo para as pessoas que, eventualmente, podem sentir que a vontade delas é atropelada pela sua. Faça sua vontade, e que o efeito seja bom para todos.

LIBRA 23-9 a 22-10
Este é um momento em que sua alma se depara com os ingredientes discordantes da realidade, e precisa arrumar tudo para esses conviverem da melhor maneira possível. De início, parece que dará errado, mas dará certo.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Veja como é gostoso quando se torna possível andar pelo caminho com alguém acompanhando seus passos, compartilhando ideias e emoções. Veja também quão raro é isso, porque todo mundo anda ensimesmado.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Crie sua própria história, evite buscar fora de você aquilo que sua própria alma precisa escrever. Evidentemente, é muito mais fácil receber tudo pronto, mas não é assim que o ser humano amadurece ou evolui.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
No meio dos divertimentos habituais acontecem também algumas coisas interessantes, que podem ser utilizadas para os assuntos que você administra, quando não está se divertindo. Acontece de tudo mesmo.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
O cansaço dá as caras, mas, apesar dele, há assuntos que não podem ser resolvidos com pressa, só porque sua alma não os aguenta mais. Descanse o necessário para que a urgência não dê as cartas nesta parte do caminho.

PEIXES 20-2 a 20-3
Abra o jogo, seja honesto e realista no trato com as pessoas, mas sem ofender ninguém. Abra o jogo para que suas intenções tenham mais chance de serem realizadas, porque, agora, com subterfúgios nada seria conseguido.

Literatura Mostra

França expõe manuscrito de 'O Pequeno Príncipe' pela primeira vez

Aquarelas originais de Saint-Exupéry para a obra também fazem parte da exposição que será aberta hoje em Paris

A França vai expor pela primeira vez o manuscrito de O *Pequeno Príncipe*, em uma mostra dedicada ao seu criador, Antoine Saint-Exupéry, a partir desta quinta-feira, 17, no Museu de Artes Decorativas de Paris.

A história foi escrita em 1942 nos Estados Unidos, em Nova York e em Asharoken, uma cidade costeira de Long Island.

Quando, em abril de 1943, Saint-Exupéry deixou os Estados Unidos para combater as tropas nazistas, deu o manuscrito a sua companheira, a jornalista Sylvia Hamilton, que o vendeu à Morgan Library & Museum de Nova York 25 anos depois.

O museu emprestou algumas das folhas mais importantes desse tesouro literário, incluindo as aquarelas originais, pintadas pelo próprio Saint-Exupéry, que representam o asteroide d'O *Pequeno Príncipe* – que é a capa do livro – e outra em que aparece em seu longo casaco forrado de vermelho.

INSPIRAÇÃO. A exposição capta toda a profundidade da inspiração que levou a essa obra-prima, desde a infância de Saint-Exupéry. Em uma carta escrita para aquela que mais tarde seria sua esposa, Consuelo, em 1930, ele menciona "um menino que descobriu um tesouro" e "tornou-se melancólico". A mostra traz ainda esboços em que ele gradualmente moldou o herói.

O aviador, que desapareceu durante uma missão no Mar Mediterrâneo em julho de 1944, não viveu para ver o sucesso global de seu trabalho. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Palavras têm leveza do vento e força da tempestade"* **Victor Hugo**

Por aí

Patrícia Ferraz ● patriciaferraz@gmail.com

Imma: boa novidade no Jardim Europa

Ponha o Imma na lista de novas casas que você precisa conhecer. O restaurante fica numa pequena travessa da Avenida Nove de Julho convertida em movimentado destino gastronômico. É despretensiosamente charmoso, com mesas espalhadas por três ambientes arejados – terraços, na entrada e na lateral, e um quintal nos fundos. O lugar convida a um almoço demorado no fim de semana ou um jantar agradável no verão.

O que sai da cozinha do chef Marcelo Giachini tem qualidade. Paulista do Tatuapé, Marcelo resolveu virar cozinheiro depois de formado em Economia e já trabalhando na área. Com a ajuda do pai taxista, juntou dinheiro para o curso na Le Cordon Bleu, em Paris, onde se formou com honra ao mérito, o que não é fácil. De volta ao Brasil, trabalhou na importadora Casa Flora, criando receitas para os produtos do portfólio, enquanto sonhava em abrir a própria casa. A oportunidade de um imóvel foi o pretexto para se associar a um grupo de amigos e inaugurar o Imma, no começo do mês.

A comida é tecnicamente bem executada, cheia de sabor e descomplicada. A finalização dos pratos quase sempre inclui a passagem pelo forno a lenha,

ESTÚDIO GASTRONÔMICO

Favorito: porco crocante com purê de batatas

além de toques de frescor, como limão ou um sopro de vinagre de Jerez. O cardápio começa com crudos: tartares de atum, salmão e carne, cortados na ponta da faca em cubos grandes, temperados com suavidade. Prove o de atum, com molho cremoso de pimentão amarelo e cítricos (R$ 48). Como entrada, a berinjela à parmegiana é pura delicadeza – as rodelas são levemente fritas em azeite e montadas em camadas, com muçarela de búfala e tomate concassé. O prato é finalizado no forno a lenha e regado com azeite (R$ 29). Imperdível.

Tem uma seção de arrozes, com boas opções como a que combina lascas de pato, miniarroz integral, azeitonas pretas e chips de jamón serrano (R$ 68). Entre os principais, ótima costela com mil-folhas de batata e legumes (R$ 72). Meu favorito, entretanto, é o porco crocante com purê de batatas: chega com a carne suculenta e a crosta vitrificada, resultado de longa preparação, que começa com salmoura de ervas e mel, passa por lenta cocção e depois vai ao forno a lenha (R$ 68). Essa mesma carne é usada para rechear um sanduíche espetacular, feito em pão francês com recheio farto de fatias de porco, cebola caramelizada e um leve toque de tomate (R$ 39). Boa seleção de vinhos e carta de coquetéis assinada por Rodolfo Bob. R. Emanuel Kant, 58, Jardim Europa, 3064-6250. 12h/15h30 e 19h/23h (6.ª, 12h/15h30 e 19h/0h; sáb., 12h/17h e 19h/0h; dom., 12h/17h; fecha 2.ª). ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Informação de bulas
(?) de ligação: redundância recorrente
Destinos praianos no México
Soar metalicamente
Gênero de "Loucademia de Polícia" ou "Debi & Loide 2" (Cin.)
Pedra, em tupi
João (?) Jr., empresário brasileiro
Aborto promovido criminosamente
I
T
Consoante nasal de "campo"
Condição do adulto que não se casou
Rei, em francês
Quinhão
A
Amedeo (?), pintor e escultor italiano
Ao (?): ao acaso
"Amor, (?) love you", hit de Marisa Monte
"Nervo", em "neurologia"
Com, em espanhol
Arthur Dapieve, jornalista carioca
Vogais de "tetra"
(?) Igor, personagem de Ricardo Macchi em "Explode Coração"
Régua graduada da arma de fogo
Princípio filosófico chinês
Xícara, em inglês
Mestre (abrev.)
Classe no topo da pirâmide social
Amor de Bentinho (Lit.)
Estudantes de braile
Minha, em latim
Nojento; asqueroso
(?) Stevens, cantor
Utilizam
"Branco", em "alviverde"
São infiéis a (alguém)
Registro escrito de uma reunião
Gema, em inglês
Título britânico
Filosofia das Luzes (Hist.)
Substância do DDT
Letra símbolo do sublinhado no Word

BANCO 1/i. 3/con — cup — gem — mea — roi. 6/cloral. 10/modigliani.

Nível Médio

			3		1	7	4	
9						6		
5	3							
4			1		2			5
				9				
7			6		4			8
							6	1
		9						4
	8	6	2		5			

SOLUÇÕES

LÓGICA

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Resolva o passatempo, preenchendo o quadro. Coloque S (Sim) em todas as afirmações e complete com N (Não) os quadrinhos restantes (veja o exemplo). Para isso, use sempre a lógica.

Tatuagens

Esta semana, Fábio e outros dois homens resolveram aderir à moda das tatuagens. Cada um se tatuou numa parte diferente do corpo. Considerando as dicas, descubra o nome de cada homem, o desenho escolhido e em que local fez a tatuagem.

ILUSTRAÇÃO: GUTODIAS

		Tatuagem: Brasão do time	Tatuagem: Coroa	Tatuagem: Tigre	Local: Braço	Local: Peito	Local: Pulso
Nome	Clóvis						
	Davi						
	Fábio						
Local	Braço		N				
	Peito		N				
	Pulso	N	S	N			

1. Um dos homens tatuou uma coroa no pulso direito.
2. Clóvis fez uma tatuagem no peito.
3. Davi tatuou o brasão de seu time.

Nome	Tatuagem	Local

Solução

O super almanaque do Gato Galáctico
Passaporte para a diversão!
Pixel
@editorapixel
/editorapixel

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

Luciana Garbin

Vamos falar de golpistas?

Recém-lançado pela Netflix, o documentário *O Golpista do Tinder* já ganhou muitas conversas femininas. Conta a história de um homem que se passava por filho de bilionário, seduzia mulheres pela internet e, entre uma promessa e outra, tirava delas milhares de dólares. De comum nas histórias, uma pesada manipulação emocional.

Ser enganado por alguém que estuda o perfil da vítima e se molda ao que ela idealiza amorosamente para explorá-la é enredo antigo. A novidade é que mais gente tem se articulado para, a partir de suas histórias, alertar outras mulheres.

Em 2013, a americana Benita Alexander trabalhava como produtora na NBC News quando foi escalada para um trabalho com Paolo Macchiarini, apresentado como um "supercirurgião" pioneiro em transplantes de órgãos sintéticos. Apaixonada, ela ignorou o veto da emissora à relação de funcionários com entrevistados e viveu com Paolo um intenso romance, com direito a viagens para Bahamas, Turquia, México, Grécia e Itália. Até que ele a pediu em casamento e garantiu que o fato de Betina ser divorciada não seria problema para casar na igreja pois o papa Francisco era seu paciente, assim como outros vips internacionais, como Bill e Hillary Clinton, o imperador Akihito e o então presidente Barack Obama. E mais: a cerimônia seria feita pelo próprio papa. O casamento foi marcado para 11 de julho de 2015 em Roma e a lista de convites, despachada para nomes como Vladimir Putin, Nicolas Sarkozy, Kofi Annan, Russell Crowe, Andrea Bocelli, Elton John.

Fraudes amorosas não são novidade. Mas agora mais mulheres tentam disparar o alerta

O castelo de Benita só começou a ruir quando um amigo lhe enviou uma notícia de que o papa estaria na América do Sul na data do casório. E terminou de desmoronar quando ela descobriu que Paolo não só era casado havia vários anos como investigado por cirurgias malsucedidas e mortes. Em 2016, a revista *Vanity Fair* publicou reportagem sobre a história. Após dois anos, Benita estreou o documentário *He Lied About Everything* (Ele Mentiu Sobre Tudo), contando as desventuras do caso, que comparou a "ser atropelada por um caminhão".

De lá pra cá, a americana já falou sobre sua experiência a centenas de sites, jornais e programas de rádio e TV e se dedicou a outros trabalhos voltados a mulheres. O mais recente é o *Benita and the Berracas*, que se propõe a ajudar vítimas a expor fraudes amorosas, educar sobre sinais de alerta e evitar que mais gente seja enganada. E por que Berraca? Trata-se de uma gíria colombiana para mulher resiliente que sobreviveu a algo difícil, mas permanece forte. Soa familiar? ●

LUCIANA GARBIN É EDITORA NO ESTADÃO, PROFESSORA NA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luís Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Streaming Estreia

Viagem no tempo com Camila Queiroz e Maisa

Série 'De Volta aos 15' chega à Netflix no dia 25 e mostra as loucas aventuras de uma garota que, de repente, volta ao passado

ELIANA SILVA DE SOUZA

Entre em nosso Grupo no Telegram: t.me/JornaisBrasil

LAURA CAMPANELLA/NETFLIX

Camila Queiroz e Maisa passaram por intenso trabalho de caracterização para ficarem parecidas

Voltar no tempo é um desejo que permeia a vida de meio mundo, afinal, quem não gostaria de acertar contas com o passado? Claro, na realidade trata-se de algo impossível, mas, na ficção, aí pode tudo, voltar no tempo ou conhecer o futuro, e a arte já mostrou isso diversas vezes e das mais variadas formas. E essa viagem pelo tempo será vivenciada agora pelas atrizes Maisa e Camila Queiroz, na série juvenil *De Volta aos 15*, que estreia no dia 25, na Netflix.

Na história que será contada, Anita (Camila Queiroz) tem 30 anos e uma vida longe daquela que um dia imaginou ter. Sua frustração aumenta quando ela tem de ir ao casamento de sua irmã no qual revê a família e antigos conhecidos e esse encontro é desastroso.

Trancada em seu antigo quarto, a garota consegue ligar seu velho computador e se surpreende ao acessar uma antiga rede social de fotos, o extinto Orkut. A partir desse contato com seu passado, algo inesperado acontece e ela é transportada para uma época distante, quando era uma adolescente cheia de planos. E, de forma inusitada, lá estará Anita, agora com a jovem Maisa no papel, enfrentando novamente o período escolar e as complicações da adolescência.

A série transporta o público para reviver o ano de 2006, algo que também aconteceu com Camila. Como ela lembra, logo que recebeu o texto, algo chamou muito sua atenção. "Quando comecei a ler o roteiro e vi que começava com uma música da Pitty, voltei para os meus 15 anos na hora, nem tinha 15, tinha 13, em 2006", afirma.

Em entrevista ao **Estadão**, as atrizes comentaram o novo trabalho e como se divertiram se reconhecendo uma na outra em muitos momentos. As duas destacam, entre outras coisas, a questão da caracterização. Maisa revela ter ficado curiosa para saber como fariam para que tivessem alguma semelhança. "O que será que vão fazer com nossos cabelos?", pensava na ocasião. Ela sabia que ia ser necessário algo criativo para fazer com que o visual convencesse. "Como é que nós íamos ficar parecidas já que somos tão diferentes? Mas com o trabalho de caracterização da equipe, que foi incrível, ficamos sim parecidas", garante.

O mesmo diz Camila Queiroz, que também credita à equipe a semelhança entre as duas. "O cabelo da Maisa é um patrimônio nacional, isso é um fato, e, para o meu cabelo chegar perto do dela, eram horas de trabalho de uma equipe incansável." Mas ela também acrescenta que não foi somente isso que possibilitou essa conexão entre ela e Maisa. "Estudamos bastante para que a Anita pudesse ter a identidade da Maisa e da Camila", diz Camila, que comemora o fato de terem alcançado esse objetivo e de forma equilibrada.

Camila Queiroz
Atriz diz que, se pudesse voltar no tempo, não mudaria nada, mas se cobraria menos

"A gente conseguiu trazer um pouco de nós duas para a personagem." E Maisa complementa: "Quando você está próxima de alguém por muito tempo, a dupla acaba ficando com muitas semelhanças. Como a gente estava fazendo a mesma pessoa isso aconteceu conosco".

Para as duas, a convivência delas no set ajudou muito na composição da personalidade da personagem. No final, diz Camila, "tem essa coisa de a gente de repente ficar parecida", mas não somente na aparência, como ela frisa, "mas nos trejeitos também", o que propiciou uma ligação maior de uma com a outra. "Quando você anda muito com outra pessoa, você fica parecido com ela", afirma Maisa sobre essa convivência tão próxima com Camila, o que favoreceu a elaboração da personagem.

OPORTUNIDADE. Agora, sobre essa questão de poder retornar a uma fase da vida, Camila é categórica ao imaginar essa possibilidade, que levaria a modificar o passado de alguma forma: "Se eu pudesse dar uma passadinha lá rapidinho não alteraria nada, nada, mas me jogaria mais, teria mais coragem e me cobraria menos de modo geral". Já a jovem Maisa acha a palavra mudar muito forte. Ela explica sentir isso ao ver o que ocorre na série quando a personagem decide alterar algumas coisas. "Quando ela muda o passado, o presente é automaticamente modificado." Mas diz que aproveitaria para dar alguns toques para ela mesma. "Se pudesse me dar um conselho, daria com certeza na questão de autoestima, de amizades, porque nessa idade a gente é muito intensa e parece que tudo é para sempre", reconhece Maisa. ●